



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XL — Nº 106

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1985

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 161ª SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 254/85 — Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, concedendo o direito de saque do Fundo PIS-PASEP a todos os participantes casados, mesmo que o casamento tenha sido realizado anteriormente.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 18/83, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR NIVALDO MACHADO — Reforma agrária.

SENADOR JORGE KALUME — Criação, no Senado Federal, da Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira.

SENADOR MURILO BADARÓ, como Líder — Protesto contra a insólita agressão sofrida ontem, pela Justiça brasileira, representada no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

1.2.5 — Requerimentos

Nºs 340 e 341/85, de autoria do Sr. Senador Fábio Lucena, solicitando as transcrições nos Anais do Senado Federal do Editorial intitulado "Em Defesa do Congresso", publicado pelo Jornal do Congresso Nacional e do artigo "Imprensa do Sul defende Apocalipse", de autoria do jornalista Ari Cunha, publicada na edição de hoje do *Correio Braziliense*.

1.2.6 — Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 96/85, que cria a Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 96/85, lido anteriormente.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 160/85, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "Direita dá sinais de que está viva", do jornalista Tarcísio Holanda, publicado no *Correio Braziliense*, edição de 24 de junho de 1985. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 18/85 (nº 4.337/84, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 228/81, que autoriza o Ministério da Educação e Cultura a disciplinar a obrigatoriedade de reprodução pelas Editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade de obras em caracteres braille; e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 158/83, que regula a utilização e a liberação da conta vinculada do FGTS, para a construção e aquisição de casa própria. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 20/84, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MILTON CABRAL, como Líder — Análises sobre a importância das usinas nucleares como fontes alternativas de energia. Esclarecimentos prestados pelo Ministro Leônidas Gonçalves, a respeito de notícias veiculadas na Imprensa relacionadas com a construção pelo Brasil de artefatos nucleares.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Críticas ao tabelamento do preço da carne bovina. Altos preços dos produtos alimentícios.

1.3.2 — Fala da Presidência

Nota à Nação de repúdio por matéria publicada no *Jornal de Brasília*, visando denegrir a imagem do Congresso Nacional, e de providências a serem adotadas pela Mesa para enfatizar os reais serviços que o Congresso e os Srs. Congressistas prestam ao Brasil.

1.3.3 — Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Conclusão do discurso iniciado na presente sessão.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 36/84-Complementar, de autoria de S. Exª Comentários alusivos à nota lida pelo Presidente do Senado Federal, na presente sessão.

SENADOR AMÉRICO DE SOUZA — Recentes medidas adotadas na área econômica pelo Ministro Dilson Funaro.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Conclusão do V Encontro dos Trabalhadores nas Empresas Estatais, realizado recentemente em Brasília.

SENADOR HERÁCLITO ROLLEMBERG — Instalação da Comissão Prévia da Constituinte.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Documento apresentado no Encontro Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, pelo Presidente da Associação Médica de Mato Grosso, intitulado "A Questão Social dos Projetos de Desenvolvimento".

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Sinopse dos trabalhos apresentados ontem pelos Srs. Parlamentares no Congresso Nacional.

SENADOR JOÃO CALMON — Greve das fundações universitárias.

1.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

2 — ATA DA 162ª SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Parecer encaminhado à Mesa

2.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 255/85, de autoria da Comissão Diretora, que altera a estrutura da Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.

2.2.3 — Projeto de Decreto Legislativo nº 29/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre dotação financeira ao Fundo Assistencial do Instituto de Previdência dos Congressistas—IPC.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 345/85, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando

ao Senado cópias das atas das sessões em que foram tomadas decisões aplicando sanções aos responsáveis que relaciona, bem como a discriminação dos recursos providos no período de 18 de junho a 8 de agosto de 1985.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 45/82, que institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo" a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano. **Aprovado.** À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 174/80, dispondo sobre o funcionamento das clínicas que menciona. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 95/82, que veda a fabricação de veículos automotores de passageiros, com potência superior a 180 HP, que não sejam para consumo a álcool, e dá outras providências. **Discussão adiada** para sessão de 4 de outubro do corrente, nos termos do Requerimento nº 342/85, tendo usado da palavra o Sr. Milton Cabral.

2.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Virgílio Távora proferido na sessão de 4-9-85.

— Do Sr. Senador Martins Filho proferido na sessão de 4-9-85.

4 — ATA DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 161ª Sessão, em 5 de Setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Fragelli, Enéias Farias, João Lobo e Alberto Silva.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER

Nº 586, de 1985

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1985.

Relator: Senador Octávio Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1985, que modifica a redação do ar-

tigo 1º da Resolução nº 129, de dezembro de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió, Estado de Alagoas, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares americanos), destinada a financiar o programa de investimento daquela Prefeitura.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de setembro de 1985.
— José Ignácio Ferreira, Presidente — Octávio Cardoso, Relator — Jorge Kalume.

ANEXO AO PARECER Nº 586, DE 1985

Redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1985.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1985

Modifica a redação do artigo 1º da Resolução nº 129, de dezembro de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió, Estado de Alagoas, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares americanos), destinada a financiar o programa de investimentos daquela Prefeitura.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 129, de dezembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º — É a Prefeitura Municipal de Maceió, Estado de Alagoas, autorizada a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares americanos), ou o equivalente em outras moedas, de principal, sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinada a financiar o programa de investimentos daquela Prefeitura e a liquidar parte de compromissos externos existentes e vencidos em 1984."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER

Nº 587, de 1985

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Resolução nº 88, de 1985.

Relator: Senador Jorge Kalume

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 88, de 1985, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado de Goiás, a elevar em Cr\$ 152.711.060,00 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e onze mil e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Octávio Cardoso.

ANEXO AO PARECER Nº 587, DE 1985

Redação final do Projeto de Resolução nº 88, de 1985.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1985

Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 152.711.060 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e onze mil e sessenta cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 152.711.060 (cento e cinquenta e dois milhões setecentos e onze mil e sessenta cruzeiros), correspondente a 86.000 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.775,51, vigente em maio de 1982, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de galerias pluviais, meios-fios e sarjetas, construção de duas lavanderias públicas e modernização do sistema de coleta e tratamento de lixo, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER

Nº 588, de 1985

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Resolução nº 89, de 1985.

Relator: Senador Octávio Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 89, de 1985, que autoriza a Prefeitura Mu-

nicipal de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 5.197.659.784 (cinco bilhões, cento e noventa e sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Octávio Cardoso, Relator — Jorge Kalume.

ANEXO AO PARECER Nº 588, DE 1985

Redação final do Projeto de Resolução nº 89, de 1985.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1985

Autoriza a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 5.197.659.784 (cinco bilhões, cento e noventa e sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 5.197.659.784 (cinco bilhões, cento e noventa e sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros), correspondente a 392.138 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 13.254,67, vigente em julho de 1984, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à execução do Programa CURA, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER

Nº 589, de 1985

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Resolução nº 90, de 1985.

Relator: Senador Jorge Kalume

A comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 90, de 1985, que autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus, Estado do Amazonas, a elevar em Cr\$ 1.335.608.228 (um bilhão, trezentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e vinte e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala de Reuniões da Comissão, em 5 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Jorge Kalume — Relator — Octávio Cardoso.

ANEXO AO PARECER Nº 589, DE 1985

Redação final do Projeto de Resolução nº 90, de 1985.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1985.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus, Estado do Amazonas, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.335.608.228 (um bilhão, trezentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e vinte e oito cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Manaus, Estado do Amazonas, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.335.608.228 (um bilhão, trezentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e vinte e oito cruzeiros), equivalente a 161.198,46 ORTN, considerado o va-

lor nominal da ORTN de Cr\$ 8.285,49, vigente em fevereiro de 1984, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção e equipamento do Pronto-Socorro Municipal, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER

Nº 590, de 1985

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1985.

Relator: Senador Jorge Kalume

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1985, que autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 6.812.900,380 (seis bilhões, oitocentos e doze milhões, novecentos mil, trezentos e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Octávio Cardoso.

ANEXO AO PARECER Nº 590, DE 1985

Redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1985.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1985

Autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 6.812.900.380 (seis bilhões, oitocentos e doze milhões, novecentos mil, trezentos e oitenta cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.812.900,380 (seis bilhões, oitocentos e doze milhões, novecentos mil, trezentos e oitenta cruzeiros), correspondente a 514.000 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 13.254,67, vigente em julho de 1984, junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à execução de obras do Projeto CURA, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER

Nº 591, de 1985

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1983 (nº 20/83, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Octávio Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1983 (nº 29/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974, concluído em Londres, a 17 de fevereiro de 1978.

Sala de Reuniões da Comissão, em 5 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Octávio Cardoso, Relator — Jorge Kalume.

ANEXO AO PARECER Nº 591, DE 1985

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1983 (nº 29/83, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1985

Aprova o texto do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974, concluído em Londres, a 17 de fevereiro de 1978.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de 1988, relativo à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974, concluído em Londres, a 17 de fevereiro de 1978, com a ressalva de que o Brasil se compromete a implementar o Protocolo dentro do prazo de três anos, a contar da data de sua entrada em vigor.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECERES

Nºs 592 e 593, de 1985

PARECER Nº 592, DE 1985

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 15, de 1985 (nº 25, de 17-1-85, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que "seja o Governo do Estado de Alagoas autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.834.526,659 (um bilhão, oitocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros)".

Relator: Senador Albano Franco

Com a Mensagem nº 15/85, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal, pleito do Governo do Estado de Alagoas, que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

Características da operação:

A) — Valor: Cr\$ 1.834.526.659 (correspondente a 113.455,22 ORTN de Cr\$ 16.169, 61 em set./84);

B) — Prazos:

- 1 — de carência: 12 meses;
- 2 — de amortização: 48 meses;

C) — Encargos:

- 1 — juros de 6% a.a.;
- 2 — correção monetária: 60% do índice de variação das ORTN;

D — Garantia: Quotas do Fundo de Participação dos Estados — FPE;

E — Destinação dos recursos: Aquisição de equipamentos para a Polícia Militar.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se pelo encaminhamento do pedido nos termos do parecer do Banco Central do Brasil, que concluiu que a assunção de tal compromisso não deverá acarretar àquele Estado maiores pressões na execução orçamentária de seus futuros exercícios.

Segundo o Parecer apresentado pela Caixa Econômica Federal, a operação sob exame é viável, técnica, econômica e financeiramente.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1985

Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 1.834.526.659 (um bilhão, oitocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Alagoas, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de

1976, do Senado Federal, autorizado a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 1.834.526.659 (um bilhão, oitocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros), correspondente a 113.455,22 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 16.169,61, vigente em setembro de 1984, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à aquisição de equipamentos para a Polícia Militar, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1985. — João Castelo, Presidente — Albano Franco, Relator — Carlos Lyra — José Lins — Cid Sampaio — Severo Gomes — Alexandre Costa.

PARECER Nº 593, DE 1985

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 93, de 1985, da Comissão de Economia, que "autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 1.834.526.659 (um bilhão, oitocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

Relator: Senador Luiz Cavalcante

O presente projeto de resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 15 (25/85, na origem), do Senhor Presidente da República, autoriza o Estado de Alagoas a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 1.834.526.659 (um bilhão, oitocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros), destinado à aquisição de equipamento para a Polícia Militar.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, também do Senado Federal.

Assim, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável no que tange aos aspectos constitucionais, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 4 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Luiz Cavalcante, Relator — Nivaldo Machado — Martins Filho — Henrique Santillo — Helvídio Nunes — Jutahy Magalhães — Hélio Gneiros.

PARECERES

Nºs 594 e 595, de 1985

PARECER Nº 594, DE 1985

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 20, de 1985 (nº 30/85, na origem), "do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.446.857.420 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e vinte cruzeiros)".

Relator: Senador Mário Maia

Com a Mensagem nº 20/85, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal pleito do Governo do Estado de Rondônia, que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

"Características da Operação:

A — Valor: Cr\$ 2.446.857.420 (correspondente a 136.948,42 ORTNs de Cr\$ 17.867, em outubro/84);

B — Prazos:

- 1 — de carência: 2 anos,
- 2 — de amortização: 10 anos;

C — Encargos:

- 1 — juros: 6% a.a. trimestralmente,
- 2 — correção monetária: 70% do índice de variação da ORTN;
- D — Garantia: Vinculação das parcelas do ICM;
- E — Destinação dos recursos: Implantação da penitenciária Agro-Industrial do Estado de Rondônia."

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se pelo encaminhamento do pedido, nos termos do parecer do Banco Central do Brasil, que concluiu que "mesmo depois da realização da operação sob exame, o endividamento consolidado interno (intra + extralimite) do Estado ficará contido nos limites fixados pelos itens I, II e III do art. 2º da Resolução nº 62/75".

A Secretaria de Planejamento da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação que a Caixa Econômica Federal considera viável sob o ponto de vista técnico, econômico e financeiro.

Desse modo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94, DE 1985

Autoriza o Governo do Estado de Rondônia a elevar em Cr\$ 2.446.857.420 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Rondônia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de onze de outubro de mil novecentos e setenta e seis, do Senado Federal, autorizado a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 2.446.857.420 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte cruzeiros) correspondente a 136.948,42 ORTNs de Cr\$ 17.867 vigente em outubro/84, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de Penitenciária Agro-Industrial do Estado de Rondônia, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1985. — João Castelo, Presidente — Mário Maia, Relator — Fábio Lucena — Cid Sampaio — Alexandre Costa — José Lins — Henrique Santillo — Lenoir Vargas.

PARECER Nº 595, DE 1985

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 94, de 1985, da Comissão de Economia, que "autoriza o Governo do Estado de Rondônia a elevar em Cr\$ 2.446.857.420 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

Relator: Senador Fábio Lucena

O presente projeto de resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 20/85, do Senhor Presidente da República, autoriza o Governo do Estado de Rondônia a contratar uma operação de crédito, no valor de Cr\$ 2.446.857.420 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, destinada a financiar a implantação da Penitenciária Agro-Industrial daquele Estado.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2º da Resolução nº 93, de 11-10-76, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pela Resolução nº 62/75, também do Senado Federal, visto que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

O processo está instruído com todos os documentos que o habilitam a conhecer perfeitamente a operação, os recursos para satisfazer os compromissos e a sua finali-

dade, bem como a Lei Estadual nº 9, de 5-12-83, autorizadora do pleito sob exame.

Ante o exposto, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 4 de setembro de 1985 — José Ignácio Ferreira, Presidente — Fábio Lucena, Relator — Alfredo Campos — Luiz Cavalcante — Octávio Cardoso — Hélio Gueiros — Martins Filho — Helvídio Nunes — Jutahy Magalhães — Nivaldo Machado.

PARECERES Nºs 596 e 597, de 1985

PARECER Nº 596, DE 1985

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 18, de 1985 (nº 28/85, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Se-

Prazo	Série	Juros		Correção Monetária (1)	Modalidades (2)	Numeração dos Certificados
		Taxa	Periodicidade de Pagamento			
5 anos	C	13%a.a.	semestral	mensal	P-NE	010.716 a 040.000

(1) = idêntica à das Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável (ORTN)

(2) = P = ao portador
NE = nominativa-endossável

c) cronograma de colocação e vencimentos:

Emissão	Vencimento	Quantidade
JAN/85	JAN/90	1.400.000
FEV/85	FEV/90	1.400.000
MAR/85	MAR/90	1.400.000
ABR/85	ABR/90	1.400.000
MAI/85	MAI/90	1.400.000
JUN/85	JUN/90	1.387.536
JUL/85	JUL/90	1.400.000
AGO/85	AGO/90	1.400.000
SET/85	SET/90	563.739
Total		11.751.275

d) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos do item VII da Resolução nº 565, de 20-9-79, deste Banco Central.

e) autorização legislativa: Decreto-lei nº 22, de 15-3-75.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se pelo encaminhamento do pedido, levando em conta parecer favorável do Banco Central, o qual ressalta a necessidade de autorização específica do Senado Federal para a realização da referida emissão, uma vez que, antes mesmo da realização da emissão, o endividamento consolidado interno do Estado do Rio de Janeiro já ultrapassa o limite que lhe foi fixado, pelo item III do artigo 2º da Resolução nº 62/75 do Senado Federal, para o exercício presente. O referido documento aponta também o fato de que a margem de poupança real do aludido Estado para o ano em curso (Cr\$ 509.714,7 milhões) mostra-se superior ao maior dispêndio (Cr\$ 435.498,2 milhões) que a sua dívida consolidada interna (intralimite + extralimite) apresentará após a realização da emissão e colocação dos títulos propostos, daí o voto favorável do Diretor da Área Bancária do Banco Central do Brasil.

Ante o exposto, acolhemos a Mensagem nos termos do seguinte:

nado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda para que seja "autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, em Cr\$ 171.802.465.372 (cento e setenta e um bilhões, oitocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

Relator: Senador Álvaro Dias

Com a Mensagem nº 18, de 1985, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal pleito do Governo do Estado do Rio de Janeiro que objetiva registrar uma emissão de Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — Tipo Reajustável, nas seguintes condições:

a) quantidade: 11.751.275 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — Tipo Reajustável (ORTRJ), equivalentes ao valor nominal reajustado para o mês de agosto/84 (Cr\$ 14.619,90) a Cr\$ 171.802.465.372.

b) Características dos títulos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 95, DE 1985

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 171.802.465.372 (cento e setenta e um bilhões, oitocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar temporariamente o parâmetro III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pela de nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de um emissão de 11.751.275 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — Tipo Reajustável (ORTRJ), equivalente a Cr\$ 171.802.465.372 (cento e setenta e um bilhões, oitocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois cruzeiros), considerado o valor nominal do título de Cr\$ 14.619,90, vigente em agosto de 1984, destinada ao giro de parte da dívida consolidada interna intralimite mobiliária, vencível no exercício de 1985, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1985. — Lenoir Vargas, Presidente — Álvaro Dias, Relator — José Lins — Severo Gomes — Carlos Lyra — Amaral Furlan

PARECER Nº 597, DE 1985

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 95, de 1985, da Comissão de Economia que "autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, em Cr\$ 171.802.465.372, o montante de sua dívida consolidada interna".

Relator: Senador Nelson Carneiro:

A Comissão de Constituição e Justiça converteu em diligência, a meu requerimento, "a Mensagem nº 018, de 1985, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, em Cr\$ 171.802.465.372 o montante de sua dívida consolidada interna", a fim de que fosse junta prova de autorização legislativa.

O Governo do Estado, por ofício de 9 de agosto último, fez juntar ao processo a Lei nº 812, de 20 de de-

zembro de 1984 que, ao estimar a receita e fixar a despesa do Estado para o exercício corrente, autoriza a realização de operações de crédito no País e no Exterior, até o limite de Cr\$ 2.793.004.000.000 (art. 9º).

Em face da referida documentação, meu voto é pela aprovação do Projeto de Resolução da douda Comissão de Economia.

Sala das Comissões, em 4 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Helvídio Nunes — Alfredo Campos — Luiz Cavalcante — Octávio Cardoso — Hélio Gueiros — Martins Filho — Nivaldo Machado — Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 1985 (Complementar)

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, concedendo o direito de saque do Fundo PIS-PASEP a todos os participantes casados, mesmo que o casamento tenha sido realizado anteriormente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, o seguinte § 4º:

“§ 4º O direito à disponibilidade das importâncias creditadas na conta individual, em virtude de casamento, estende-se a todo participante casado, mesmo que o matrimônio tenha sido contraído antes da instituição do PIS-PASEP.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Quando se editou a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, cujo art. 4º, § 1º prevê a disponibilidade das contas individuais do Fundo PIS-PASEP em caso de casamento do participante, entendeu-se, inicialmente, que tal faculdade somente era permitida aos que convolassem núpcias após a data de vigência do referido diploma, ou seja, após 1º de julho de 1976 (data em que a unificação do PIS-PASEP passou a vigorar).

Todavia, interpretação mais favorável aos participantes, havida no próprio âmbito da administração do PIS-PASEP e consubstanciada em orientação normativa, acabou por permitir o saque também aos que se haviam casado antes, a partir da própria instituição do Fundo.

Isto, de qualquer maneira, acabou por resultar em medida até certo ponto discriminatória, pois participantes casados antes de 1º de julho de 1976, mas após 11 de setembro de 1975, puderam movimentar livremente suas contas individuais do Fundo, enquanto que outros, cujos casamentos ocorreram antes ainda da citada data, não o puderam fazer.

Cuida o nosso projeto, portanto, de ampliar o alcance da medida ao seu limite máximo, não discriminatório, que é o de permitir o saque do Fundo PIS-PASEP a todos quantos tenham contraído matrimônio, mesmo que antes da instituição do Fundo.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1985. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR

Nº 26, DE 11 DE SETEMBRO DE 1975

Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Art. 4º As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP são inalienáveis.

veis, impenhoráveis e, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria a transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

§ 2º Será facultada, no final de cada exercício financeiro posterior ao da abertura da conta individual, a retirada das parcelas correspondentes aos créditos de que tratam as alíneas b e c do art. 3º.

§ 3º Aos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será facultado, ao final de cada exercício financeiro, retirada complementar que permita perfazer valor igual ao do salário mínimo regional mensal vigente, respeitadas as disponibilidades de suas contas individuais.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que veda a aquisição de títulos de empresas estatais ou outras que gozem de favor ou incentivo fiscal às autoridades e nas condições que especifica.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso: Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mais como uma homenagem, lerei o projeto de resolução que cria a Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira. E repito, mais como uma homenagem às pessoas que me estimularam a fazê-lo, que são os engenheiros Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno, os construtores de Goiânia e animadores da transferência da Capital. Nesta homenagem, incluo também o estimado Dr. José Guimarães de Lima, que foi Procurador do Distrito Federal.

O projeto é vazado nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1985

Cria Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira.

Senador Jorge Kalume.

Art. 1º Os arts. 73 e 78 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 73.

20) de Desenvolvimento da Civilização Brasileira (CCB).

Art. 78.

19) de Desenvolvimento da Civilização Brasileira, — (...).

Art. 2º A Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira compete opinar sobre:

I — proposições que tratem de assuntos referentes à civilização brasileira;

II — políticas relativas à implantação, consolidação e desenvolvimento da civilização brasileira;

III — planejamento e execução de planos, programas e outras iniciativas envolvendo, entre outros: formação, aperfeiçoamento e fixação de recursos humanos qualificados no sistema de ensino e administração públicos, notadamente nas faixas de expansão da ocupação do território nacional; fixação de currículos de formação escolar em todos os graus; promoções de natureza cultural do âmbito da União; integração de minorias; correção de distorções político-administrativas e sócio-econômicas;

IV — atos internacionais concernentes às atribuições da Comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A dimensão pioneira do espírito brasileiro, que penetrou corajosamente no interior do território nacional, exprime vertente característica da especificidade de um tipo de convivência humana que, por ter assumido contornos próprios em nossa latitude, convencionou-se chamar de civilização brasileira.

Entende-se aqui, por civilização brasileira, o conjunto de realizações concretas, recolhido ao longo da História do Brasil, que determinam a índole política, sócio-cultural e econômica da organização institucional do País e o seu processo dinâmico de contínua recriação.

Na atribuição de prioridades ao planejamento do progresso e do desenvolvimento nacionais, frequentemente tem prevalecido critérios unilaterais, no mais das vezes do ponto de vista exclusivamente econômico. A integração da cidadania, contudo, com dificuldade pode ser compatível com uma compartimentação da vida social, e institucional submetida ao império isolado de um ou outro aspecto. Deve-se, por conseguinte, buscar uma linha política de orientação e de ação que contribua para a harmonização produtora e dignificante dos cidadãos brasileiros com o contexto espaço-temporal da terra e da cultura do Brasil.

O que nos compete agora, neste momento de transição do País, em que se articulam os componentes da grande re-institucionalização política da Nação, na preparação, no acompanhamento e, ulteriormente, na execução dos trabalhos e preceitos da Assembleia Nacional Constituinte, a serem consubstanciados na futura Carta Magna, é contribuir, de modo substancial, para que o cidadão brasileiro comum seja instrumentado com uma visão e um discurso realistas e convincentes sobre o próprio Brasil, de forma a dar-lhe motivação e capacitação para atuar da forma mais premente e eficaz na transformação de nossa sociedade. Esta perspectiva, para ser eficiente, deve ser não só tributária da maior objetividade, como também amplamente participativa e engajada na conciliação da multiplicidade de interesses que, legitimamente, perpassa a Nação.

Ao Poder Legislativo cabe, sem sombra de dúvida, assumir a excelsa missão de integrar, com altivez de espírito, a riqueza histórico-cultural da vida pública e política dos cidadãos.

Com efeito, não é de hoje que vasta bibliografia se tem acumulado para interpretar, ensaística, histórica, sociológica, econômica e antropológicamente o Brasil e os brasileiros. Lembremo-nos dos contributos pioneiros de ensaístas como Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Capistrano de Abreu e tantos outros.

Sintomaticamente, é o século XX, o do assentamento do caudal formador da nacionalidade brasileira, que vê o incremento galopante destes estudos. Já é tempo, pois,

que o Poder Legislativo, especialmente o Senado Federal, faça eco a este reclamo e o encare como componente metacrítico do processo de institucionalizar as formas de relação sócio-política no Estado e na Nação.

O clamor por esta estabilização das etapas vencidas no caminho da construção de nossa identidade nacional já vem de épocas anteriores. De Gregório de Matos por Vieira, Frei Caneca e Abreu e Lima, chegamos a expoentes como Varnhagen, Mauá, Rio Branco. Como não perceber a acuidade de um Pandiá Calógeras, de um Eduardo Prado, de um Câmara Cascudo? Como não registrar os ricos esboços brasilianistas de um Ayres da Mata Machado, de um Sílvio de Abreu, de um Sérgio Milliet? Como não absorver as lições de um Caio Prado Jr.? Como não sentir os efeitos de um Fernando de Azevedo, de um Oswaldo de Andrade, de um Roberto Simonsen? Enfim, não é possível desfalcar a missão responsável do legislador, como função do Estado, da opulência desta cultura, ornada ainda de muitíssimos outros nomes, cuja lista tornaria infinda esta breve justificação.

Trazer para o íntimo do Poder Legislativo, não apenas de forma dispersa e esporádica, mas de maneira crítica e sistemática, o estudo das formações econômico-sociais e a análise das formas que elas assumiram no Brasil, o estudo comparativo das configurações histórico-culturais que se registraram no nosso hemisfério, o exame do modo pelo qual se conformaram a sociedade e a cultura brasileira, assim como a análise das formas de estratificação social empiricamente detectáveis no Brasil e das estruturas de poder que lhes correspondem e, por fim, o exame crítico das construções culturais e ideológicas através das quais se vem elaborando a consciência nacional, é tarefa que transcende, em muito, o episódico e que exige sistemática e duração. Parece-me que somente o campo de uma Comissão permanente, com as correspondentes atribuições, poderá dispor dos prazos de tempo e da largueza de horizontes para enfocar os trabalhos constituintes e a revisão legislativa permanente desde um adequado ponto de referência: o de integração valorativa do potencial humano do País e o da legislação não conflitante e conscientemente hierarquizada.

É de se lembrar que Brasília foi idealizada para o objetivo precípuo de constituir pólo de Desenvolvimento da Civilização Brasileira, conforme o ideário contido na Justificação do Projeto nº 1.772 de 1960 da Câmara dos Deputados, subscrito por 40 representantes de todos os partidos de então, projeto encampado pelo Decreto nº 49.873, do grande estadista Juscelino Kubitschek, é que reza:

“Logo depois de terem concluído a construção de Goiânia, os Engenheiros Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno iniciaram um movimento pela transferência da capital federal para o planalto goiano que pode ser considerado o ponto de partida da arrancada que culminou na construção de Brasília.”

O Senado, por sua especificidade de representação da vontade deste povo, cuja alma se quer respeitar e fomentar, pode e deve contribuir no sentido indicado.

Propõe-se, assim, a criação de uma Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira, que identifique e indique a legislação relevante e oportuna para a consolidação da estrutura institucional e o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, execução e avaliação da ação do Estado brasileiro neste setor.

Espero, portanto, que a presente proposição venha a merecer o indispensável apoio dos eminentes Senhores Senadores, a fim de que possa o Senado Federal, destarte, contribuir, decisivamente, para consolidar o processo dinâmico da civilização brasileira.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró, como Líder do PDS.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Seria imperdoável a omissão, de nossa parte, não consignar desta tribuna, Sr. Presidente, formal e veemente protesto contra a insólita agressão que sofreu, ontem, a

Justiça brasileira, representada no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Não sei até que ponto essa agressão, caracterizada por uma violência incrível, conforme descrevem os jornais de São Paulo, marcada pelo desrespeito; não sei até que ponto esse episódio dramático e negro da vida política brasileira se insere num amplo contexto, em que se procura aluir as bases das nossas instituições republicanas. Mas, jamais aconteceu num tribunal do País o que houve, ontem, no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo em que, ao anúncio da decisão soberana, majestática do colegiado que a proferiu, se derrama sobre o plenário do Tribunal uma chuva de ovos que precede à agressão física aos juízes daquela Corte.

A Folha de S. Paulo, com invulgar autoridade de um jornal que durante longos anos ocupou a trincheira avançada da luta pela liberdade, pela organização sindical do País, o que lhe confere condições morais para dizer sobre o fato e comentá-lo, relata com estas palavras, Sr. Presidente, o que aconteceu em São Paulo.

"Um atentado às decisões soberanas da Justiça, ainda mais com os degradantes pormenores de que se revestiu, é algo que parece ultrapassar a própria delinquência, raiando os limites da sedição."

O Sr. Virgílio Távora — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO BADARÓ — Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Se realmente não merecessem toda a nossa fé os órgãos que publicaram os detalhes do incidente, custaria muitíssimo acreditarmos que isso tivesse acontecido. Neste País, nos tempos do maior arbítrio — e já vem de longe, no tempo do Estado Novo, no período que se seguiu à Revolução de 1930, quando realmente houve uma subversão completa da ordem instituída — nunca, jamais, em tempo algum, se ouviu falar na agressão de todos os membros de um Tribunal por uma parte inconformada. E o que mais nos admira, Sr. Presidente, e o que mais nos admira, nosso caro Líder, o que mais nos admira, Srs. Senadores, foi a "pressa" com que aqueles responsáveis pela manutenção da ordem acorrem para preservar aquilo que temos de mais caro neste País: a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Senador Murilo Badaró, para que V. Ex^a tenha a oportunidade de continuar o seu pronunciamento, consulto o Plenário da possibilidade de prorrogarmos a Hora do Expediente. (Pausa.)

Havendo aquiescência, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, custa crer e, por mais que minha memória se esforce, não consigo identificar, nos últimos 30 anos, no Brasil, algo parecido: agressão a um Tribunal de Justiça, a quem por tradição, por respeito à Lei, pela própria majestade dos símbolos do Direito que respondem pelo equilíbrio social, tenha sido vítima de um ato como este; ato de barbárie ou de barbárie, como muitos querem, não importa a acentuação. A Folha de S. Paulo classifica de intimidação totalitária para forçar a justiça a se esmorecer para ceder terreno ao arbítrio inconsequente e ao aventureirismo de uns poucos.

Eu estou convencido, Sr. Presidente — e creio que a Casa inteira — de que esse não é um ato praticado pela maioria dos trabalhadores brasileiros. A maioria dos trabalhadores brasileiros, que hoje, para felicidade nossa e para fortalecimento da democracia brasileira, se organiza para o exercício livre de um verdadeiro sindicalismo, é incapaz da prática de gestos e de atos como este.

Mas é esta mesma minoria que recentemente, em São Paulo, transformou o escritório de uma fábrica em cárcere privado para exercer a forma mais ilegal, mais desumana e mais cruel de constrangimento, terá sido a mesma inspiradora deste ato de vandalismo contra o Tribunal Regional do Trabalho.

Sr. Presidente, o fato denota uma grave enfermidade na sociedade brasileira, enfermidade esta que só se corrige, só se erradica através da prática constante do verdadeiro regime democrático, do exercício do livre sindicalismo, sem a intervenção do Governo, sem a figura do pelego sindical de qualquer matiz e, principalmente, pelo

respeito às normas de direito que são o suporte maior de toda a sociedade livre.

Durante longos anos, neste País, disseminou-se a crença — exatamente para possibilitar a prática de ações como esta — de que a lei derivada do arbítrio não merece respeito, ou até de que a lei derivada do poder constituinte originário das revoluções não devesse merecer respeito. Mas, no instante em que vivemos o Estado de Direito democrático, nos esforçando todos, Sr. Presidente, sem exceção, para construir instituições democráticas sólidas, que sejam capazes de dar estrutura, lastro e suporte a uma sociedade que passa por um processo vertiginoso de modernidade e de transformação, que é a sociedade brasileira, se não formos capazes de respeitar as normas legais, se não formos capazes de resguardar as decisões soberanas da Justiça, então, Sr. Presidente, a sociedade não tem mais a quem recorrer: nós vamos substituir a força do Direito pelo direito da força. É a subversão implantada no País, é a desordem, é o caos; desordem e caos, cujo império significa o falecimento completo da liberdade.

Ofereço, Sr. Presidente, este registro, a que agrego o meu protesto, e creio que o protesto de toda a Casa, o protesto de todos os que têm uma mínima consciência da importância dos valores jurídicos. Não poderia passar sem um reparo este fato, que enodou as tradições de civilidade do povo paulista, que macula as tradições de civismo do povo paulista, que finalmente, Sr. Presidente, não engrandece os sindicalistas de São Paulo, os operários de São Paulo cujo destino, ontem e hoje, foi sempre o de trabalhar pela grandeza do País. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Alexandre Costa — Cesar Cals — Carlos Lyra — Heráclito Rollemberg — Amaral Peixoto — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

O Sr. Milton Cabral — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de quorum, sugiro a V. Ex^a acione as campanhas para que ganhemos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Senador Milton Cabral, registra-se a presença na Casa de 44 Srs. Senadores. Aguardaria o momento oportuno para, no momento da deliberação, proceder à verificação de quorum e a chamada dos Srs. Senadores a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 340, de 1985

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requiro a transcrição, nos Anais do Senado, do Editorial intitulado "Em Defesa do Congresso", publicado pelo Jornal do Congresso Nacional, nº 4, anexo.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1985. — Fábio Lucena.

REQUERIMENTO Nº 341, de 1985

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requiro a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "Imprensa do Sul defende Apocalipse", de autoria do jornalista Ari Cunha, publicado na edição de hoje no Correio Braziliense, anexo.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1985. — Fábio Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — De acordo com o art. 233, § 1º do Regimento Interno, os requerimentos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, de 1985

Cria a Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 73 e 78 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 73.

20) de Desenvolvimento da Civilização Brasileira (CCB).

Art. 78.

19 de Desenvolvimento da Civilização Brasileira, — (...)."

Art. 2º A Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira compete opinar sobre:

I — proposições que tratem de assuntos referente à civilização brasileira;

II — Políticas relativas à implantação, consolidação e desenvolvimento da civilização brasileira;

III — planejamento e execução de planos, programas e outras iniciativas envolvendo, entre outros: formação, aperfeiçoamento e fixação de recursos humanos qualificados no sistema de ensino e administração públicos, notadamente nas faixas de expansão da ocupação do território nacional; fixação de currículos de formação escolar em todos os graus; promoções de natureza cultural do âmbito da União; integração de minorias; correção de distorções político-administrativas e sócio-econômicas.

IV — atos internacionais concernentes às atribuições da Comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A dimensão pioneira do espírito brasileiro, que penetrou corajosamente no interior do território nacional, exprime vertente característica da especificidade de um tipo de convivência humana que, por ter assumido contornos próprios em nossa latitude, convencionou-se chamar de civilização brasileira.

Entende-se aqui, por civilização brasileira, o conjunto de realizações concretas, recolhido ao longo da história do Brasil, que determinam a índole política, sócio-cultural e econômica da organização institucional do país e o seu processo dinâmico de contínua recriação.

Na atribuição de prioridades ao planejamento do progresso e do desenvolvimento nacionais, freqüentemente tem prevalecido critérios unilaterais, no mais das vezes do ponto de vista exclusivamente econômico. A integração da cidadania, contudo, com dificuldade pode ser compatível com uma compartimentação da vida social, e institucional submetida ao império isolado de um ou outro aspecto. Deve-se, por conseguinte, buscar uma linha política de orientação e de ação que contribua para a harmonização produtora e dignificante dos cidadãos brasileiros com o contexto espaço-temporal da terra e da cultura do Brasil.

O que nos compete agora, neste momento de transição do País, em que se articulam os componentes da grande reinstitucionalização política da nação, na preparação, no acompanhamento e, ulteriormente, na execução dos trabalhos e preceitos da Assembleia Nacional Constituinte, a serem consubstanciados na futura Carta Magna, é contribuir, de modo substancial, para que o cidadão brasileiro comum seja instrumentado com uma visão e um discurso realistas e convincentes sobre o próprio Brasil, de forma a dar-lhe motivação e capacitação para atuar da forma mais premente e eficaz na transformação de nossa sociedade. Esta perspectiva, para ser eficiente, deve ser não só tributária da maior objetividade, como também amplamente participativa e engajada na conciliação da multiplicidade de interesses que, legitimamente, perpassa a Nação.

Ao Poder Legislativo cabe, sem sombra de dúvida, assumir a excelsa missão de integrar, com altivez de espírito,

to, a riqueza histórico-cultural da vida pública e política dos cidadãos.

Com efeito, não é de hoje que vasta bibliografia se tem acumulado para interpretar, ensaística, histórica, sociológica, econômica e antropologicamente o Brasil e os brasileiros. Lembremos-nos dos contributos pioneiros de ensaístas como Euclides da Cunha, Sílvia Romero e Capistrano de Abreu e tantos outros.

Sintomaticamente, é o século XX o do assentamento do caudal formador da nacionalidade brasileira, que vê o incremento galopante destes estudos. Já é tempo, pois, que o Poder Legislativo, especialmente o Senado Federal, faça eco a este reclamo e o encare como componente metacrítico do processo de institucionalizar as formas de relação sócio-política no Estado e na nação.

O clamor por esta estabilização das etapas vencidas no caminho da construção de nossa identidade nacional já vem de épocas anteriores. De Gregório de Matos por Vieira, Frei Caneca e Abreu e Lima, chegamos a expoentes como Varnhagen, Mauá, Rio Branco. Como não perceber a acuidade de um Pandiá Cológeras, de um Eduardo Prado, de um Câmara Cascudo? Como não registrar os ricos esboços brasilianistas de um Ayres de Mota Machado, de um Sílvia de Abreu, de um Sérgio Milliet? Como não absorver as lições de um Caio Prado Jr.? Como não sentir os efeitos de um Fernando de Azevedo, de um Oswald de Andrade, de um Roberto Simonsen? Enfim, não é possível desfalecer a missão responsável do legislador, como função do Estado, da opulência desta cultura, ornada ainda de muitíssimos outros nomes, cuja lista tornaria infinda esta breve justificação.

Trazer para o íntimo do Poder Legislativo, não apenas de forma dispersa e esporádica, mas de maneira crítica e sistemática, o estudo das formações econômico-sociais e a análise das formas que elas assumiram no Brasil, o estudo comparativo das configurações histórico-culturais que se registraram no nosso hemisfério, o exame do modo pelo qual se conformaram a sociedade e a cultura brasileira, assim como a análise das formas de estratificação social empiricamente detectáveis no Brasil e das estruturas de poder que lhes correspondem e, por fim, o exame crítico das construções culturais e ideológicas através das quais se vem elaborando a consciência nacional, é tarefa que transcende, em muito, o episódico e que exige sistemática e duração. Parece-me que somente o campo de uma Comissão permanente, com as correspondentes atribuições, poderá dispor dos prazos de tempo e da largueza de horizontes para enfocar os trabalhos constituintes e a revisão legislativa permanente desde um adequado ponto de referência: o de integração valorativa do potencial humano do país e o da legislação não conflitante e conscientemente hierarquizada.

É de se lembrar que Brasília foi idealizada para o objetivo precípuo de constituir pólo de desenvolvimento da civilização brasileira, conforme o ideário contido na Justificação do Projeto nº 1.772, de 1960, da Câmara dos Deputados, subscritos por 40 representantes de todos os partidos de então, projeto encampado pelo Decreto nº 49.873, do grande estadista Juscelino Kubitschek, é que reza:

"Logo depois de terem concluído a construção de Goiânia, os Engenheiros Jerônimo e Aberlardo Coimbra Bueno iniciaram um movimento pela transferência da capital federal para o planalto goiano que pode ser considerado o ponto de partida da arrancada que culminou na construção de Brasília."

O Senado, por sua especificidade de representação da vontade deste povo, cuja alma se quer respeitar e fomentar, pode e deve contribuir no sentido indicado.

Propõe-se, assim, a criação de uma Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira, que identifique e indique a legislação relevante e oportuna para a consolidação da estrutura institucional e o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, execução e avaliação da ação do Estado brasileiro neste setor.

Espero, portanto, que a presente proposição venha a merecer o indispensável apoio dos eminentes Senhores Senadores, a fim de que possa o Senado Federal, destarte, contribuir, decisivamente, para consolidar o processo dinâmico da civilização brasileira.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1985. — Jorge Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — O projeto lido, após publicado e distribuído em avulsos, ficará sobre a mesa pelo prazo de 3 (três) sessões a fim de receber emendas, após o que será despachado às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1982, e Projetos de Lei do Senado nºs 174, de 1980, e 95, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 160, de 1985, de autoria do Senador Fábio Lucena, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do Artigo intitulado "direita dá sinais de que está viva", do jornalista Tarcísio Holanda, publicado no *Correio Braziliense*, edição de 24 de junho de 1985.

Sendo evidente a falta de **quorum** para deliberação, a Presidência suspenderá a sessão por 10 minutos, fazendo soar as campainhas, a fim de convocar os Srs. Senadores ao Plenário.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 38 minutos e reaberta às 15 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente a falta de **quorum** para deliberação, fica adiada a votação do Requerimento nº 160/85.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Item 2:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1985 (nº 4.337/84, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina e dá outras providências, tendo **PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 526 e 527, de 1985, das Comissões:

- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária de 3 de setembro, do corrente ano, tendo sido aprovada em primeiro turno.

Em discussão o projeto em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Item 3:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1981, de autoria do Senador Gastão Müller, que autoriza o Ministério da Educação e Cultura a disciplinar a obrigatoriedade de reprodução pelas Editoras de todo o país, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braille; e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cargos, tendo

PARECERES, sob nºs 334 e 335, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes; e
- de Educação e Cultura, favorável.

Discussão do projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1983, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que regula a utilização e a liberação da conta vinculada do FGTS, para a construção e aquisição de casa própria, tendo

PARECERES, sob nºs 652 e 653, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade, Juridicidade e, no mérito, favorável; e
- de Economia, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CE.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão Ordinária de 8 de agosto do corrente ano, tendo a sua discussão adiada a requerimento do Senador Gastão Müller para a presente sessão.

Discussão do projeto e da emenda em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro que, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo, tendo

PARECERES, sob nºs 597 e 598, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e
- de Legislação Social, favorável, com voto vencido dos Senadores Hélio Gueiros e Carlos Chiarelli.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão Ordinária de 8 de agosto do corrente ano, tendo a discussão adiada a requerimento do Senador Nelson Carneiro, para a presente sessão.

Discussão do projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral, como Líder do Partido da Frente Liberal.

O SR. MILTON CABRAL (PFL — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: O governo, através de seus Ministros da área econômica vem há algum tempo insistindo pela redução dos orçamentos de suas empresas e dentre essas se situa a NUCLEBRÁS. É precisamente o Programa Nuclear Brasileiro o objeto das minhas preocupações nessa tarde.

Encareço a atenção dos Srs. Senadores para alguns aspectos que julgo muito importantes, que persistem atualizados desde que a CPI do Acordo Nuclear com a Alemanha apresentou suas conclusões e recomendações no Projeto de Resolução nº 127, de 1982, aprovado por este Plenário em 1984.

No relatório da CPI ficou estabelecido como opinião do Legislativo, entre outras, as seguintes recomendações:

1 — "No planejamento da ação governamental, deverá ser considerado como de relevante interesse nacional o emprego extensivo dos usos pacíficos da energia nuclear."

5 — "A revisão da alguns atos decorrentes do Acordo Nuclear com a Alemanha mostra-se necessário para melhor definir e ajustar ao interesse brasileiro os Acordos de Acionistas."

6 — "A Nuclebrás, ao assumir a responsabilidade pela transferência de tecnologia nuclear, aplicada à fabricação de reatores e ao ciclo de combustível,

deverá empenhar-se para concluir o referido processo ao final da construção da 4ª usina nucleoeletrônica."

11 — "Face à expectativa de retorno da inflação a níveis suportáveis nos próximos anos, e à necessidade de uma política de contenção dos investimentos, conciliando os suprimentos energéticos com segura disponibilidade de recursos financeiros, a ação governamental mais adequada seria transferir para 1985 as decisões sobre o cronograma das 4 (quatro) primeiras usinas nucleares do Acordo com a Alemanha."

18 — "Reservar, no orçamento do Programa Nuclear, pelo menos 5% para investimento em pesquisa (básica e aplicada) e desenvolvimento."

21 — "Especial atenção deverá ser dada ao pleno funcionamento da NUCLEP, a fim de consolidar o processo de desenvolvimento tecnológico na fabricação de reatores..." "complementada com a intensificação do índice de nacionalização da fabricação de turbogeradores".

22 — "Esta pretendida normalidade da NUCLEP deverá compor-se com as disponibilidades técnicas e de produção do sistema empresarial privado..."

Estamos em 1985. É chegada a hora da redefinição do Programa Nuclear, conforme solicitada em 1982, tendo ainda como justificativa duas razões adicionais: 1ª) a ação de um novo Governo, e ter o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, reconhecido a irreversibilidade do referido Programa, ao mesmo tempo proclamava a imperiosa necessidade de ajustá-la às reais condições financeiras que o País enfrenta; 2ª) Tendo os Ministros da Fazenda e do Planejamento, Dilson Funaro e João Sayad o propósito de reduzir os investimentos públicos, forçados que estão em combater o déficit orçamentário através de medidas eficazes.

O atual Governo, quando se organizou, partiu das propostas apresentadas pela COPAG — Comissão do Plano de Ação de Governo ao Presidente eleito Tancredo Neves, encampadas pelo seu sucessor o Presidente José Sarney. No que se refere ao Programa Nuclear, a COPAG não propôs o rompimento do Acordo com a Alemanha nem modificações que reduzissem o Programa Nuclear à inexpressividade, mas recomendou "ajustamentos com vistas a evitar a continuação de desperdícios verificados até agora, tanto em recursos humanos como em dinheiro." Em outras palavras, repetiu o que havia recomendado à CPI do Senado Federal, isto é, ajustar o Programa e o Acordo à real capacidade de investimento do País. Ressalvou a COPAG que, no caso da implantação do ciclo do combustível, haveria "doação orçamentária específica".

Discordei de algumas colocações da COPAG, embora julgando como boas outras idéias a respeito da reformulação do Programa Nuclear. Criar uma empresa geradora de eletricidade de fonte nuclear, à primeira vista, traria vantagens, porque surgiria daí uma empresa especializada na administração de centrais nucleares para atender a todas as rigorosas exigências de manutenção, segurança, armazenamento do lixo, desativação etc... Tendo a NUCLEN como subsidiária no campo de projeto e coordenação de engenharia, preparação de recursos humanos etc..., esta empresa geradora nucleoeletrônica, ao vender seus "Kws" ao preço paritário às hidroelétricas, seria certamente deficitária. O Governo teria de suportá-la com recursos orçamentários, ou obrigar as empresas distribuidoras a pagarem o custo real da energia fazendo diluí-lo pela média.

A desvantagem deste modelo onerar as finanças do setor elétrico é temporária e inevitável, a não ser que o Brasil renuncie à geração nucleoeletrônica. O que seria uma falta de visão, que as futuras gerações não perdoariam. Cedo ou mais tarde, inapelavelmente, o Brasil, como os demais países de economia industrial, terá de se abastecer da energia de fonte nuclear. É uma simples questão de tempo.

Nesse sentido, devo reportar-me às recentes tendências observadas nos Estados Unidos, Europa, Japão e União Soviética. Enfim, em todo o mundo industrial há

a retomada da construção de usinas nucleares, mesmo naquelas áreas que ainda dispõem de potencial hidroelétrico, como a União Soviética. Até 1990, 20% da geração de eletricidade nos Estados Unidos será de origem nuclear, enquanto era 13% em 1984.

Pelo fato dos projetos não serem claros quanto ao custo definitivo de uma central elétrica de fonte nuclear, e de que modificações tecnológicas podem vir a ser introduzidas, por isso mesmo os dados continuam a ser imprevisíveis. No Brasil não escapamos desta realidade universal. Angra I foi planejada para custar o Kw instalado US\$ 510, e finalmente ficou por quase US\$ 3.000, 6 vezes mais.

Entretanto não há muito o que divergir, se discutidos os problemas em termos sérios e realistas. Gerar eletricidade de usinas termoeletrônicas, seja a carvão ou petróleo, é mais caro, e de fonte solar para unidades de grande porte não existe uma tecnologia realmente competitiva, embora grandes avanços estejam acontecendo nesse sentido. Restam, portanto, os recursos hídricos, que têm limitada potencialidade. O urânio passou a ser, portanto, a grande alternativa pelo menos para os próximos 30 anos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil não poderá fugir da tendência mundial. Apesar da recessão econômica dos últimos anos, e da lenta recuperação que assistimos no presente ano, mesmo assim, o crescimento do consumo de eletricidade subiu de 12,1% nos últimos doze meses — isto é, de abril de 84 a abril de 85. Embora em boa parte esta alta taxa seja explicada pela substituição a derivados de petróleo, o consumo líquido passou a crescer 8% em média. O consumo do setor industrial no período foi de 18,4%, o residencial de 3,8% e o comercial de 4,1%.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MILTON CABRAL — Com muito prazer, Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Numa hora destas, estimaríamos nós que o plenário estivesse cheio para ouvir o discurso de V. Exª que nos aparece como um aviso. O povo brasileiro, latino-americano, adora os slogans, os modismos e os tabus. Agora, nós poderíamos nos colocar, como V. Exª bem está procurando fazer, na devida situação, o equacionamento da necessidade ou não da geração nuclear. Então o slogan é aquele: "O acordo nuclear foi um absurdo, foi uma megalomania do Governo Geisel". Isso aí todo mundo achou muito bonito explicar isso. Mas, nós que participamos desse acordo, queremos dar o aplauso a esta lúcida exposição que V. Exª está fazendo. Qual o País que conseguiria e qual a outra situação em que nós alcançaríamos uma transferência de tecnologia de todo ciclo do combustível? Qual o acordo que nós proporcionaria isto? Óbvio, não vamos defender o exagero do número de unidades geradoras. Mas, essa justamente era uma das pré-condições para o acordo. Agora já passou o tempo, dez anos, podemos falar bem à vontade a respeito. Eminentemente Senador, ou nuclear ou termelétrica, aí é o fulcro da nossa intervenção no seu discurso. Termelétrica convencional ou termelétrica nuclear, é necessária para uma complementação energética. Não há a menor dúvida, só mesmo quem não conhece nada de engenharia é que pode afirmar barbaridades, como ouvimos, tantas vezes, depois do acordo feito, de que se pode manter em termos econômicos um sistema baseado única e exclusivamente em hidroeletricidade, esquecendo-se da sazonalidade dos deflúvios hidrológicos. Parabenizamos V. Exª por, num momento desse, com toda serenidade, estar mostrando aquilo que, poderemos dizer, é curial, é evidente. Ninguém quer ver esta verdade, mas V. Exª com muito discernimento está no momento trazendo luz a este problema.

O SR. MILTON CABRAL — Eu agradeço a intervenção de V. Exª como sempre muito clara. Na realidade, o Brasil não pode fugir a essa determinação, porque, como eu estou observando aqui, houve um crescimento da energia elétrica acentuado, cuja média foi 12,1% nos últimos 12 meses, levando em conta que nós estamos no período de recessão econômica. Se houver reativação da economia, então a demanda naturalmente aumentará consideravelmente.

Esse consumo de 12%, que eu posso até admitir, como comentei antes, foi em grande parte pela substituição da

eletricidade e eu me lembro, perfeitamente, de quando nós fizemos o inquérito sobre o programa nuclear. Naquela ocasião, uma projeção de consumo de 7,3%, ao longo dos restantes anos deste século, fatalmente levaria, por volta do ano 2000 a 2005, a total esgotamento do potencial hidroelétrico brasileiro, no consumo médio de 7,3%. Ora, nós estamos com 12%. Por esta razão, reforçando a argumentação do Senador Virgílio Távora, que é um profundo conhecedor da matéria, algumas fontes idôneas já comentam a possibilidade de racionamento da energia elétrica para dentro de poucos meses. Esse é o retrato da conjuntura atual.

Uma verdade é inquestionável: se mantidos esses valores de crescimento do consumo, dentro de 20 anos o País verá esgotado o seu potencial de hidroeletricidade de exploração econômica, competitiva com a nucleoeletricidade, ou seja, o custo do quilowatt hidroelétrico instalado em torno do custo atual de 3 mil dólares. Porque vale aqui comentar que algumas personalidades do mundo científico, alguns porta-vozes da sociedade brasileira e ciência se opuseram com muita firmeza contra o programa nuclear. E sempre a base da argumentação desses cientistas era o de que o Brasil dispunha de um potencial hidroelétrico incalculável, inesgotável. E nunca se detiveram para essa análise simples, que é uma avaliação de consumo presente, uma projeção para o futuro e verificar se realmente existe esse potencial hidroelétrico sobretudo competitivo economicamente com outras fontes de energia, porque existe na Amazônia, por exemplo, alguns potenciais cujo custo do quilowatt instalado vai a 7 ou 8 mil dólares. Quer dizer, inteiramente inaproveitado.

Prosseguindo, Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A credibilidade da energia nuclear se estabiliza em toda a parte. Passados mais de 25 anos de uso intensivo de unidade de médio e grande porte, sem ter havido nenhum acidente fatal, conseqüente do mau funcionamento de reatores, o fato é que a energia nuclear será a solução das necessidades do País a partir da década 1990, e insubstituível a partir do ano 2000, por duas ou três décadas à frente, até entrar em produção as centrais tendo como fonte de calor a fusão nuclear.

São prazos de 15 a 30 anos e que nada significam na vida de uma Nação.

Quanto ao custo, hoje o maior obstáculo à disseminação da nucleoeletricidade, realmente tem se ampliado de forma impressionante e quase imprevisível.

Nos últimos 15 anos, ou seja, de 1970 para cá, quando o Brasil tinha iniciado a construção de sua primeira central, em 1972, Angra I, o tempo para projetar e dar partida a uma usina nuclear praticamente dobrou e o custo financeiro passou a ser três vezes mais.

Uma política reclamada para forçar a baixa de custo e encurtar prazos está na padronização dos equipamentos. No Brasil, não demorará muito, teremos de planejar uma usina padrão do tamanho de Angra I, de 500 a 600 megawatts, mesmo porque já se cogita, no país onde se prevê o maior apelo à energia nuclear, a preferência por unidades de porte médio de 400 a 600 megawatts, ao invés de 1.000 ou mais megawatts, a exemplo das unidades do desenho alemão de Angra II e III, que pareciam ser, há alguns anos atrás, as mais econômicas.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MILTON CABRAL — Com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Vejo com satisfação V. Exª trazer este assunto ao debate da Casa, porque foi um assunto que durante alguns anos chamou muito a atenção, não apenas do Congresso Nacional, como da sociedade brasileira, principalmente da sociedade científica. No início, V. Exª recorda-se muito bem, era quase um crime de lesa-Pátria alguém se manifestar contra o acordo nuclear, quando ele foi estabelecido, quando foi assinado. Ninguém podia ser contra, porque, se o fosse, estaria traíndo a Pátria. Posteriormente inverteu-se a situação. Passou a ser quase que um crime de lesa-Pátria alguém ser a favor do acordo nuclear. Veja V. Exª que a sociedade gosta muito de unir esse problema da energia nuclear à questão da bomba atômica, lembra-se logo de Hiroshima e Nagasaki, quando V. Exª bem disse em seu pronunciamento que, há 25 anos, existem usinas de energia nuclear em funcionamento e até hoje não se sabe de nenhum acidente que tenha ocorrido e trazido morte. Veja V. Exª que a discussão em torno do desconhecido é real-

mente difícil. V. Ex^a foi Relator da CPI da Energia Nuclear, junto ao Senador Itamar Franco, como Presidente. Lembro-me muito bem, porque participei da CPI também, de que, como V. Ex^a reafirmou, o problema das fontes conhecidas de energia para o futuro andavam na base de 200 mil MWs, eram as reservas do País, o potencial já dimensionado...

O SR. MILTON CABRAL — Não era o potencial líquido, era o potencial bruto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Exato. E também, como V. Ex^a bem disse, o "filé-mignon" já estava praticamente todo esgotado com Itaipu, Tucuruí, agora com Xingó e Itaparica. Essas grandes quedas estão esgotadas. Então, vamos ter transferência de energia a longas distâncias a um custo altíssimo e o aproveitamento da Bacia Amazônica, como V. Ex^a também falou, a um alto custo. Então, vejo que V. Ex^a está trazendo um assunto numa época que, talvez, possamos discutir sem emocionalismo.

O SR. MILTON CABRAL — É verdade!

O Sr. Jutahy Magalhães — Então, nós podemos ver a questão principal, que são os recursos econômicos do País, para a instalação de duas, de três ou de quatro usinas nucleares, porque há necessidade e todos nós devemos reconhecer. Também devemos saber que o tempo de maturação de uma usina dessas, do início do seu planejamento até o funcionamento da usina me parece que vai de um prazo de 8 a 10 anos. Desta maneira, precisamos tomar decisões hoje para termos os benefícios dessas decisões no final do século. E no final do século, nós não teremos mais reservas para utilização da energia hidráulica.

O SR. MILTON CABRAL - V. Ex^a tem toda razão, Senador Jutahy Magalhães, quando observa, entre outras coisas...

O SR. PRESIDENTE (João Lobo. Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^a está esgotado. A Presidência pediria que V. Ex^a não concedesse mais apartes e encerrasse o seu discurso.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, farei o possível para atender ao apelo de V. Ex^a.

Mas, dando prosseguimento na resposta ao oportuno e excelente aparte do Senador Jutahy Magalhães, eu acrescentaria ou reforçaria a sua argumentação de que realmente, em energia nuclear, nada se pensa e nada se faz com menos de 10 ou 15 anos de antecedência. A interrupção mesmo temporária ou totalmente, como muitos pregam, do programa nuclear provocaria consequências muito grandes que a Nação iria sentir dentro de pouco tempo.

Terminando um raciocínio que estava desenvolvendo há poucos instantes, eu pediria a atenção dos Srs. Senadores para concluir este período dizendo que o avanço tecnológico que está acontecendo na indústria de reatores e a tendência mundial pela preferência de unidades nucleoeletrônicas da ordem de 400 a 600 mw também se acrescenta o avanço das usinas a gás aquecido a alta temperatura (os HTGR), cujo desenvolvimento de sua tecnologia está mostrando ser uma usina altamente competitiva com o TWR, até então preferidos em todo o mundo.

Outra questão que sempre desperta muita curiosidade é quanto ao lixo nuclear. Hoje a tecnologia do tratamento e armazenamento de lixo tem avançado consideravelmente, empurrada pela necessidade de dar solução mais segura possível à crescente produção, ao redor de uma tonelada por usina de grande porte, tipo Angra II, em cada ano.

Na Europa, em 2 unidades situadas na França e na Inglaterra, em 1983, foram reprocessadas 2.000 t de lixo. Como sabemos, esse tratamento dá em retorno o Urânio, que serve para nova carga, o Plutônio (na forma de nitrato), a ser usado nas futuras usinas de reação rápida (fast breeders), e por fim o lixo nuclear, com 93% de radioatividade.

Este é tratado com ácido para formar compostos de vidro, blocos de borossilicatos, que são armazenados em container de aço inoxidável, até ser depositado em definitivo em lugar inacessível.

Peço desculpas por fazer referências a estas informações, mas isto ajuda a entender melhor o problema.

Reconheço como da maior importância que a opinião pública se conscientize do significado da energia de fonte nuclear para assegurar a autonomia energética, da nossa capacidade de suprir as futuras necessidades com toda a segurança para as populações, e da plena utilização dessa fonte energética para os diversos e amplos usos, inclusive na propulsão de grandes navios mercantes, e de unidades de defesa como os submarinos e porta-aviões, na produção de elevados volumes de vapor exigidos nas diversificadas explorações minerais e atendimento de intensivo consumo nos grandes distritos industriais.

É isto que a Alemanha já procura fazer com a utilização da energia nuclear.

O cancelamento de expressivo número de projetos, que observou-se na Europa e nos Estados Unidos, desde 1974, fez com que a indústria dessas regiões desenvolvesse atividades de projeto e manutenção, resultando, em consequência, uma extensão da vida útil das usinas, que de 25 passou para 30 a 40 anos. O uso intensivo do computador ajudou muito a essa reorientação.

Este é um dado muito interessante porque, quando o Brasil ingressou na era da energia nuclear, naquela ocasião, a média de vida das usinas andava em torno de 20 a 25 anos. Hoje, como estou aqui afirmando, já passou a ser de 30 a 40 anos.

Enquanto o vaso do reator e a reação nuclear não geram maiores complicações durante a operação da usina, os outros componentes (compreendendo a parte convencional complementar, como a geração de vapor superaquecido, a transferência de calor, e alimentação da turbina) mostram-se complexos e exigentes de novos desenhos e materiais. São tubulações, juntas, válvulas, bombas, etc..., de onde surgem a grande maioria dos problemas.

Foi exatamente aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que as indústrias de reatores, aquelas que perderam grande parte do mercado das grandes instalações, concentraram suas atenções para produzir melhores componentes. E a introdução desses melhores componentes resultou no prolongamento da vida útil das usinas.

Para esses componentes e materiais utilizados, foram desenvolvidos completos de integração computadorizados, e utilização de "robôs" capazes de simular, inspecionar e até desenhar peças, especificar materiais, limites de esforços de carga, etc... O que se fazia antes em meses e até em anos para prevenir falhas e acidentes, hoje, com essa metodologia da integração leva-se minutos. Os testes são frequentes e cobrem todas as partes da usina, de forma permanente e sistemática. Por isso, ao tempo de vida útil foram acrescidos quase 20 anos. Consequentemente, os regulamentos de manutenção foram consideravelmente modificados, daí a "performance" alcançada nos últimos anos pelo sistema de geração elétrica de fonte nuclear nos Estados Unidos e em outros países industriais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não devo estender-me em considerações de natureza técnica, ao abordar este importante tema. Isto é preocupação maior para os especialistas. O que me interessa é a visão macroeconômica relacionada com a disponibilidade de eletricidade e o domínio pelo Brasil de todas as etapas e aspectos do conhecimento tecnológico, ao mesmo tempo em que o povo brasileiro possa compreender a significação deste domínio.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — V. Ex^a já ultrapassou o seu tempo em mais de dez minutos. A Mesa gostaria que V. Ex^a encerrasse o seu discurso.

O SR. MILTRON CABRAL — Vou terminar, Sr. Presidente.

Cabe, ao final destes comentários, abordar essa tão surrada questão do Brasil pretender fabricar uma bomba atômica. Vimos nestes últimos dias pronunciamentos do Ministro do Exército colocando no devido lugar as referências que fez ao responder indagações sobre a possibilidade do Brasil ingressar no chamado "clube atômico".

O esclarecimento do Ministro Leônidas Gonçalves foi absolutamente correto. Não poderia dizer outra coisa quanto ao posicionamento brasileiro, que é tradicional. Em outras palavras, todo o esforço nacional volta-se para o pleno domínio do combustível nuclear e de suas pacíficas utilizações.

É mais do que evidente, e não se pode esconder, que os países que dominam completamente essa avançada tecnologia estão igualmente aptos a fabricar artefatos militares que dependam da fonte nuclear. É também evidente que este caminho não é inteligente. Não nos interessa, sob nenhum aspecto, construir uma dispendiosíssima linha específica de uso militar, porque passaríamos automaticamente a receber as atenções das nações atomizadas do Hemisfério Norte, com extraordinária capacidade destruidora em qualquer parte do Globo terrestre. Não vou aprofundar-me nessas considerações, apenas desejo deixar muito claro que toda a nossa política visa unicamente o campo pacífico. Não podemos, sob qualquer pretexto temporário, abandonar o trabalho iniciado em 1975. Já pagamos um altíssimo preço quando interrompemos o empenho patriótico do ilustre Almirante Álvaro Alberto.

Agora, em boa hora, o ilustre Ministro Aureliano Chaves cria uma Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro, sob a presidência do eminente professor José Israel Vargas. Espero que a política nuclear continue firmemente apoiada, embora ajustada à realidade da atual conjuntura econômica. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra, ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 7 de agosto do próximo passado, em razão dos boatos e, sobretudo, as incertezas que cercavam a comercialização do boi gordo e tendo-se em vista as notícias da ameaça de importação de carne bovina, que nós sabíamos que era para forçar a baixa dos preços internos, ocupei a atenção da Casa para demonstrar o descabimento daquela medida e o que ela representaria, em termos de tal importação, para os mais exaustos agropecuaristas nacionais.

Embora, Sr. Presidente, sabedor de que se tratava de mais um escapismo, de mais um vai-não-vai desta Nova República que, velha e irresponsavelmente não efetuou a estocagem governamental em tempo hábil, estocagem essa que foi aprovada pelo Conselho Monetário no Governo anterior e, em consequência, para transferir as suas irresponsabilidades para os ombros de alguém, que não fosse ele, o Governo, elegeu os pecuaristas.

Mas mesmo assim, eu fui informado de que só haveria intervenção ou mesmo importação de carne se os preços extrapolassem os limites do Índice Geral de Preços, isto é, preços nominais por arroba, acima de Cr\$121.000, isso em agosto, e Cr\$145.000, em setembro; e previsto atingirem Cr\$162.000 em outubro, que é o pico da entressafra, isso porque, como eu disse, eu pude apurar, pretendiam manter os preços nos níveis de 1983, corrigidos, vale repetir, a valores do Índice Geral de Preços do mês de julho de 1985.

Por outro lado, Sr. Presidente, naquela oportunidade, eu demonstrei — e o faço novamente, chamando a atenção dos Srs. Senadores, — para o fato de que, em 1980, uma arroba de boi rendeu ao pecuarista nacional US\$25.20, ou, em termos de ORTN, 2,34 ORTN, a partir de quando os preços foram sendo achatados até atingirem US\$8.35 e 1,12 ORTN e junho de 1985, quando o preço nominal por arroba foi de 47 mil cruzeiros. Pois bem, Sr. Presidente, como se depreende dos mencionados números, um processo de descapitalização de quase cinco anos em cima do produtor, levando o setor à quase falência total, não foi o bastante para atender os apetites insaciáveis dos tecnocratas de ontem e, agora, da Nova República. Precisavam os novos donos do Poder de um bode expiatório. Não podendo culpar o chuchu pela inflação mais uma vez avançaram na parte mais fraca da cerca, não admitindo nem mesmo os valores com que se comprometeram com base no Índice Geral de Preços, isto é, quando os preços atingiram o patamar de 130 mil cruzeiros por arroba nos últimos dias de agosto. Não tiveram dúvidas; lançaram mão do entulho autoritário, puseram em prática a famigerada Lei Delegada nº 4 para tabelar o preço da carne nos frigoríficos e no varejo. Tal e tamanha a inconsequência de tal tabelamento, digno

não de um Governo que se respeita ou que quer ser respeitado, mas tipo do negócio que se aplica aos critérios de preços dos camelôs, esses marreteiros de calçadas que vendem por aí mercadorias falsificadas ou, então, de um Governo que diabolicamente pretende levar a Nação à total desobediência civil, ao total desrespeito à ordem estabelecida.

E os exemplos estão aí Sr. Presidente: hoje mesmos nós tivemos notícias que os Juizes do Tribunal do Trabalho, em São Paulo foram agraciados com ovos atirados por grevistas, naturalmente grevistas profissionais, porque trabalhadores, Sr. Presidente, o homem que tem calo na mão, normalmente, tem respeito por si próprio porque tem vergonha na cara e não agride autoridades. Mas, por certo, trabalhadores que não têm calos na mão, e muito menos vergonha na cara, e trabalhadores entre aspas, são dados a esse tipo de agitação e de bagunça, como fizeram lá no Tribunal de São Paulo. E parece-me que, uma grande parte do Governo que aí está, busca diligentemente este estado de coisas. Daí por que essa tabela não me surpreendeu muito, Sr. Presidente. E tanto é verdadeira essa situação que o próprio Ministro declarou que a tabela tinha um único objetivo: o de trazer os interessados do setor para um acordo de cavalheiros. Ora Sr. Presidente, veja a falta de seriedade, um Ministro de Estado determinar que seja tabelado um produto, um produto que vem sacrificando sobremaneira os seus produtores, e este Ministro esvaído de certa autoridade moral teve que lançar mão desse expediente draconiano, lançar mão de uma tabela esdrúxula, iníqua, inconsequente, irresponsável, para fazer com que os produtores viessem ter com ele um entendimento para fazer mais um acordo de cavalheiros. E esses acordos de cavalheiros, Sr. Presidente, sabemos que têm sido uma constante nos últimos 20 anos, no Brasil. Acordo de cavalheiros onde o homem da roça entra com as costas, porque um tem que bater e outro tem que apanhar; e o homem da cidade, normalmente representado pelo Governo, entra com o porrete. Mas, Sr. Presidente, para melhor compreensão dessa inconsequência oficial, desse ato da Nova República, vale notar que após o alarido todo que se fez em torno da reforma agrária, e agora precisando criar antipatia, precisando orientar o ódio do homem angustiado da cidade, esse ódio que vem sendo gerado e fermentado até por atos do próprio Governo, acalentado por elementos de dentro do Governo, precisando orientar essa fúria que já começa a tomar conta da população urbana, precisavam colocar o pecuarista numa situação realmente difícil diante da opinião pública.

Sabemos, Sr. Presidente, que reforma agrária nenhuma será feita, porque só querem a bandeira do problema. Não querem resolver o problema coisa nenhuma! Querem agitação, querem intranquilizar, querem turbar aqueles que ainda ousam trabalhar e produzir neste País.

Mas, para agradar o povão, ou melhor, para embrulhar o povão, tinham que resolver o problema de fato. E tanto é, Sr. Presidente, que para justificar a fantasia, essa outra fantasia, da qual tínhamos notícia e que estava sendo alardeada aqui pelos arautos da Nova República — a queda da inflação — que qualquer leigo estava assistindo e que nada mais era que um represamento; era um esbulho que iria liquidar com algumas empresas estatais, talvez as únicas que não são lesivas ao contribuinte, como é o caso da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS e algumas outras que são imprescindíveis ao desenvolvimento brasileiro e que, de certa forma, essas coitadas dessas estatais que prestam efetivamente serviço ao País mas, que servem de capa e de camuflagem para as malandragens todas que se escondem nessas legítimas e autênticas estatais. Mas, de qualquer forma, elas estavam ameaçadas de quebrarem, em virtude de um contingenciamento malandro das suas tarifas. Logo, não houve mais como repressar a inflação e ela aí está a nível jamais registrado pela História Republicana.

Sr. Presidente, o tal tabelamento, como demonstram os fatos, mesmo revogado, prestou-se para os seus nefandos propósitos, isto é, intranquilizar o produtor, torná-lo mais inseguro e jogar os incautos consumidores contra os produtores rurais.

Vejamos, os efeitos do tal tabelamento e vejamos, especialmente, a falta de critério, sobretudo a ausência de sinceridade, a total má fé, eu diria mesmo, ou total incompetência dos autores da tabela. Se por má fé não deveriam permanecer no cargo, por incompetência, creio que é óbvio, também não deveriam permanecer. Mas a verdade é que fixaram o preço da carne para os frigoríficos a níveis que reduziam o preço do boi a menos de 100 mil cruzeiros, quer dizer, o primeiro acordo de cavalheiros já não valia mais, porque a tabela diz o contrário, diz que o boi tinha que ser vendido a menos de 100, porque, na realidade, os preços fixados não correspondiam sequer a 100 mil cruzeiros a arroba. Mas, ao mesmo tempo, para esnobar o burrismo, ou para escarnecer da inteligência nacional, o tal art. 3º da famigerada Portaria da SUNAB simplesmente eliminara a figura do distribuidor de carne aos varejistas, proibindo — diz a Portaria no § 3º — “o acréscimo de despesa de qualquer natureza sobre os preços constantes na nota fiscal emitida pelo matadouro-frigorífico, matadouro e Marchante!”

Ora, Sr. Presidente, se a mercadoria é tabelada, é óbvio que V. Exª ou qualquer empresário teria que emitir no preço de tabela.

Se o distribuidor não pode agregar qualquer despesa, inclusive diferença de ICM entre uma Unidade da Federação e outra, se não pode agregar nenhuma despesa ao refaturar a mercadoria, simplesmente eliminaram do setor a distribuição.

E qualquer ignorante, qualquer incompetente do Governo tem a obrigação de saber que é impossível a um pequeno açougueiro comprar uma carreta de carne. Logo, ele não pode atender ao varejista. Nem mesmo os grandes supermercados, Sr. Presidente, recebem, em uma só loja sua, mais do que 20 ou 30 peças de carne, ou seja, o equivalente a 5 ou 10 bois, no máximo, porque recebem carne diariamente.

Na verdade, Sr. Presidente, eles quebravam os varejistas com uma margem de lucro estabelecida na tabela, porque é absolutamente insuficiente para cobrir até mesmo os encargos tributários, conforme demonstro, em um quadro, que vou encaminhar junto a este pronunciamento.

E eles quebravam, de uma vez para sempre, os mais que combalidos frigoríficos, os quais sobrevivem, na sua grande maioria — e não há ninguém no Governo que ignore isso, Sr. Presidente — através do puro e simples não-recolhimento de impostos devidos.

Para tristeza nossa, este País já tem juízes — como é o caso do Estado de São Paulo — onde a Justiça concede mandato de segurança aos sonegadores, para não terem que recolher o ICM. Porque, em verdade, São Paulo pode se permitir a esse tipo de luxo. Já que eles são impedidos pelo Senado de fazer uma alíquota inferior àquela aqui votada, eles adotam os sistema de esmagar os pequenos Estados, através da pura e simples arrecadação, não cobrança, não fiscalização. Mas, na verdade, é que ali a prática já é do conhecimento de todos, ninguém, recolhe imposto e continua se tocando por aí.

Acontece, Sr. Presidente, que além desse tipo de fraude, há coisa pior, as constantes concordatas, que sabemos todos, sempre em cima do desgraçado do produtor rural. Fiz um trabalho, à época em que era Governo, e consegui sensibilizar nossas autoridades monetárias, no sentido de desobrigar o fazendeiro, o invernista, o criador, da responsabilidade do endosso da famosa nota promissória rural, para que se exigisse dos industriais do setor, administradores de cereais, especialmente da carne, que eles mesmos avaliassem os títulos, assumindo a total responsabilidade da liquidez, diante dos bancos, para exonerar os nossos pecuaristas dessas constantes concordatas que são, hoje, mais uma permanente no setor. Mas a verdade é que, de uma forma ou de outra, de quando em vez, quase numa constante, repito, lá vão os nossos invernistas, os nossos criadores se habilitando em concordatas, tal a insegurança oferecida pelos industriais da carne com aqueles que com eles negociam e lhe dão crédito.

Sr. Presidente, aqui nos quadros nós vamos ver que mesmo com o novo acordo de cavalheiros, acordo entre aspas, não terão condições de sobrevivência esses frigoríficos, tais e tamanhos os prejuízos previamente estabelecidos para cada boi abatido.

Aqui estão os prejuízos que o varejista teria, observada, mantida a tabela, e aqui estão os números e o estudo realístico — sabe V. Exª que sou um homem do setor, realmente conheço, pela vivência do dia-a-dia, o problema onde demonstro que, com esse acordo de cavalheiros, cada frigorífico vai ter um déficit, um prejuízo líquido de Cr\$ 104.881 por boi abatido.

Agora, V. Exªs não de indagar: por que concordaram os frigoríficos e os varejistas com esses preços, com esses prejuízos, se era um acordo de cavalheiros? A verdade é que todos estávamos tendo sobre o nosso pescoço a espada da SUNAB e a maioria, desgraçadamente, está naquela condição de tampar buracos, comprar a prazo de “a” para pagar a “b”, comprar amanhã de “b” para pagar a “c”. Ou, então, naquela figura do ciclista, se parar de pedalar cai. Não vai cair em cima do Governo, não vai cair em cima de nenhum tecnocrata. Quando cai é em cima do infeliz, do mais que sofrido pecuarista, porque, na medida em que vão estourando essas arapucas, essas verdadeiras armadilhas que são os tais frigoríficos do Brasil, hoje, invariavelmente ocorre prejuízo de dezenas, de centenas de pecuaristas.

A verdade é que o setor está, como eu disse, mais do que combalido.

Também, Sr. Presidente, os tecnocratas da Nova República, a exemplo dos anteriores, estão ultimando, estão como que dando um acabamento da falência total do setor da indústria de carne, no Brasil e, sem dúvida alguma, com o propósito já há muito acalentado, que seria a criação da tal CARNEBRÁS ou qualquer outro nome que venha a ter. O pior é que ela vai ser criada, afinal, contra os clamores de todos: os pecuaristas, porque já estão cansados de vender e não receber; o povo, cansado de pagar preços aparentemente elevados, nos picos da entressafra e, de modo especial. Neste ano, quando não se cuidou de fazer a estocagem com os recursos que foram colocados em disponibilidade pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda em oito de março deste ano.

A verdade é que a estatização entre nós chegou a níveis que todos nós, não tenho nenhum receio de proclamar como algo insuportável e cuja eficácia só pode ser retratada se comparada a outros absurdos, como é o caso do preço da alimentação nos últimos anos, graças, sem dúvida alguma, ao abandono, a total falta de apoio à produção, por parte de todos os nossos governantes; todos estão preocupados em cortejar e bajular os setores urbanos da economia, a área da cidade, a área que faz passeata, que faz greves, faz protestos, esquecidos de que, assim procedendo, estamos traçando e cavando a sepultura de todos nós.

Sr. Presidente, trago, também, alguns dados que retratam como temos sido descuidados no que diz respeito à alimentação neste País. A alimentação subiu tanto que só há, em todos os indicadores, um item comparável aos preços da alimentação, nos últimos sete anos: é a beleza do serviço público no Brasil. Segundo esses dados publicados pelo IBGE, partindo do número índice de 100, de 1977, chegamos em 1978, a alimentação com 158,6; 279,1 em 1979; 520, em 1980; 1.148 em 1981; 2.295 em 1982 e 7.515 em 1983.

Em contrapartida, vejamos V. Exªs, essa beleza de serviço público, prestado por essas “coisinhas engraçadas” que chamamos de estatais — repete — mas sempre acima do preço da alimentação, para ser superada só em 1983. Vejamos.

Em 1979, a alimentação subiu, num índice de 100, em 1977, para 279,1, e os serviços públicos subiram a 322,2; em 1980, quando a alimentação atingiu o patamar absurdo de 520,1, os serviços públicos atingiram 617,8; em 1981, quando a alimentação atingiu 1.148,0, os serviços públicos 1.329,0; em 1982, o índice de 2.295,0, para a alimentação e os serviços públicos, 2.607,0; e em 1983, os

serviços públicos atingiram 5.918,0 contra 7.515,0 da alimentação, como se vê no quadro abaixo:

BRASIL 1977 — 1983

Alimentação		Serviços Públicos	
1977	(índice 110)	1977	(índice 110)
1978	158,6	1978	157,8
1979	279,1	1979	322,2
1980	520,1	1980	617,8
1981	1.148,0	1981	1.329,0
1982	2.295,0	1982	2.607,0
1983	7.515,0	1983	5.918,0

Como se vê, no País "celeiro do mundo" as "eficientes" estatais que, até 1982, como eu disse, apresentavam índices de aumentos de preços nos seus serviços e produtos acima de todos os demais itens de economia até 1982, inclusive sobre a alimentação, finalmente, foi superada em 1983, quando os "Acordos de Cavalheiros", entre governo e produtores, nos levaram a "façanhas" de a alimentação alcançar o número índice de 7.515,0 sobre 1977, e os serviços públicos "modestamente", ao atingirem 5.918,0 sobre o índice 100, de 1977.

Sem ironias, Sr. Presidente, e estou até muito pesaro, mesmo porque a situação é grave, gravíssima, diríamos melhor, mas o certo é que, em que pesem os números indicarem uma elevação brutal no item alimentação, os resultados dos lucros nunca foram entregues aos produtores, sempre ficaram aqui nas cidades, com os banqueiros e com os atravessadores urbanos, para os quais nunca faltou ou faltará o apoio oficial e, por que não dizer, dos meios de comunicação, porque vivem eles comprometidos. Ainda no caso do "Vilão-Boi" ou "Vilão pecuarista", e que vem sendo "Manchete" nos últimos dias na quase totalidade nossa imprensa em geral, vejamos a série histórica dos preços nominais pagos, por arroba aos produtores, (preços médios) mês a mês, a partir de 1980, como também os mesmos valores corrigidos pela variação do I.G.P., a valores de julho de 1985, conforme demonstram os quadros nº 5 — 5-A e 5-B, que anexaremos adiante.

Senhor Presidente não vou cansar os Srs. Senadores com esses números. Portanto, encaminho à Taquígrafia, e me limito a alguns rápidos comentários sobre esses números. No preço médio do boi, nas várias regiões do Brasil, deu Cr\$ 1.053,70 por arroba, em janeiro de 1980. Esse é o preço dado por arroba de boi gordo ao produtor. Hoje, pelo I.G.P. de julho de 85, significaria Cr\$ 155.421,00. No entanto, em dezembro daquele ano, já se pagava Cr\$ 1.607,00 por arroba, o que já significava somente Cr\$ 119.732,00.

Atentem bem, Srs. Senadores. Em janeiro tivemos Cr\$ 155.421,00, e no final do ano Cr\$ 119.732,00. Em 1981 — e V. Ex^{as} poderão verificar, nessa série do mês, como é descapitalizado o agropecuarista, Sr. Presidente, em outras atividades, inclusive outra das estatais, são elas corrigidas trimestralmente, algumas mensalmente, e algumas até diariamente, parece-me. No entanto, no caso da pecuária, V. Ex^{as} vão constatar, aqui, a erosão permanente, que significa, no ciclo da comercialização do boi, que é chamado de ciclo da safra, que ele atinge a alguns picos, às vezes aproxima-se do preço que já obteve no pretérito, ou às vezes, até supera, eventualmente.

Mas isto quando não existe boi para vender. Quando a carne já não está mais na mão do criador, não está mais no lombo do boi, está nas mãos do atravessador, está nas mãos do especulador, ou então daquela apaniguado que consegue, com um jeitinho, junto à CACEX, fazer uma importação de carne, normalmente, sob a capa de *draw-back*, na realidade se constata depois, e se encontra essas carnes nos supermercados, roubando, assim, do pecuarista aquela oportunidade eminentemente sazonal de às vezes, vender um boi mais bem vendido no período da escassez. A verdade é que o roceiro só consegue vender bem vendido seu produto quando não há o que vender.

Mas aqui V. Ex^{as} vão constatar que, em janeiro de 1982, quando o boi atingia Cr\$ 2.354,00, em preço nominal, valor nominal pago àquela época, já correspondia só a Cr\$ 84.561,00, vale dizer, o equivalente à metade, aquilo que se recebia há dois anos atrás. Em 1983, em janeiro, com o preço nominal de Cr\$ 4.001,00 o preço médio, por arroba, aí sim, esses Cr\$ 4.000,00 corrigidos em I.G.P. de julho de 1985, só significavam Cr\$ 70.138,00 por arroba, ou seja, menos da metade. Aí ele reage e começa a subir e atinge Cr\$ 18.423,00 em dezembro, o que corresponde a Cr\$ 113.000,00.

Em 1984, também já em janeiro, como o mesmo preço nominal do mês de dezembro anterior — e V. Ex^{as} como homens experimentados sabem que é o período realmente de escassez — aí o preço já foi atingido, significando somente Cr\$ 103.124,00, quando em dezembro ele estava em Cr\$ 113.000,00. Mas o dinheiro foi erodido, e em janeiro já só recebia o mesmo valor nominal, significando Cr\$ 10.000,00 menos em arroba.

Em maio, com o preço nominal de Cr\$ 21.141,00 ele na realidade estava recebendo o equivalente a Cr\$ 80.844,00, chegando em dezembro a Cr\$ 53.016,00, o que corrigido, chegou, de fato, a receber Cr\$ 1.640,00 em arroba, o que vale dizer Cr\$ 50.000,00 menos do que cinco anos antes.

Em janeiro de 1985, ele caiu para Cr\$ 52.562,00. Mas, aí, já é o equivalente só a Cr\$ 88.000,00.

Em maio, recebendo Cr\$ 52.500,00 em realidade, o produtor só estava recebendo 40% daquilo que ele recebia em 1980. Ou seja, Cr\$ 61.666,00 por arroba. Em julho, recebendo Cr\$ 90.000,00 por arroba, que representavam, como sabemos, menos de 60% daquilo que recebera cinco anos antes.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Se Ex^a me permite, nobre Senador Benedito Ferreira, eu interromperia, por poucos minutos, o pronunciamento de V. Ex^a para ler uma nota da Presidência.

À NAÇÃO

A Mesa do Senado Federal, com a solidariedade de todas as lideranças políticas, vem manifestar sua mais veemente repulsa ao pernicioso e deprimente noticiário do "Jornal de Brasília", que publicou, na 1ª página de sua edição no dia 5 de setembro, maliciosa fotografia com o único propósito de macular e denegrir a imagem do Senado.

Referida publicação, que se insere no processo de injustificada e insidiosa campanha contra o Congresso Nacional e seus membros, rebaixou aquele jornal da Capital da República em níveis incompatíveis com a dignidade de uma Imprensa responsável e livre.

Repudiando essa campanha deletéria que procura atingir a respeitabilidade de uma Instituição fundamental ao regime democrático, a Mesa Diretora comunica que o Presidente do Congresso Nacional convocará os meios de radiodifusão de imagem e som para, em horário especial, enfatizar, pelas palavras do Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os reais serviços que o Congresso e os Congressistas prestam ao Brasil. E principalmente para alertar a Nação sobre os graves danos que campanha tão amesquinhadora pode causar às instituições nacionais e à renascente democracia brasileira.

É a nota da presidência desta Casa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Continua com a palavra o nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, pediria permissão de V. Ex^a para congratular-me com a Mesa do Senado, pela energia com que está encarando esse lamentável comportamento que, sem dúvida alguma, é setorial, Sr. Presidente, mas desserve, sem dúvida alguma, ao regime democrático.

Sr. Presidente, retomo as minhas mal alinhavadas palavras, para demonstrar, aos meus pares, que se não bastassem os dados e os números até aqui trazidos, no bojo do nosso trabalho, o quanto se tem sacrificado a agropecuária em favor da economia urbana e conseqüentemente em desfavor dos legítimos interesses nacionais.

Vejamos, Sr. Presidente, mais alguma coisa que vai nos mostrar o porquê da estagnação e até mesmo o retrocesso que se vem verificando na economia rural a partir de 60, especialmente e de modo particular, a partir de 1980.

Já demonstramos, aqui, Sr. Presidente, que em 60 a agricultura era aquinhoadada, participava com 30% da renda bruta nacional, enquanto o setor de intermediação financeira participava com pouco mais de 3% na renda bruta nacional. Em 1980, a agropecuária só atingia 13,82%, e os bancos que em 60 tinham um pouco mais de 3%, já em 80 mais que duplicavam a sua participação na renda bruta nacional, atingindo 6,42%. Em 1981, a agropecuária já estava reduzida a 13,49% e os bancos acrescentam para 7,68%. Em 1982 sofria a agropecuária mais uma brutal redução, caindo para 11,64%; vale dizer pouco mais de 1/3 daquilo que se obtinha há 22 anos, e os bancos já atingiam, novamente, o patamar de 7,11%.

Temos, então, Sr. Presidente, que no País celeiro do mundo, em 22 anos, a agropecuária empregando treze milhões de pessoas diretamente, em quase seis milhões de propriedades rurais, passou a gerar a metade da renda do menos da metade, como os números indicam, que obtinha nos idos de 1960, e os banqueiros com quinze mil agências e mais ou menos setecentos mil funcionários, quase que triplicaram as suas participações na renda bruta nacional; crescendo, como eu disse e é bom que se repita, de 3% em 1960, para 7,68% da renda bruta nacional, em 1981.

Sr. Presidente, nos quadros 6 e 7, que também encaminho à publicação, temos a evolução das pessoas ocupadas no trabalho nas atividades urbanas e rurais nos anos de 1981 e 1983; ali retratam-se as respectivas funções e rendimentos. De um total de 45.465.410 pessoas em 1981, chegamos, em 1983, com 48.466.500, o que correspondeu a um incremento de 6,2% sobre o ano anterior; no entanto, a agropecuária que antes absorvia, em 1981, 29,25%, chegou a 1983 já reduzida para 27,06%.

Dos 13.299.839 ocupados na agropecuária em 1981, 4.874.250 eram empregados, significando 36,65%. Já em 1983, o número é reduzido para 3.150.300, significando tão-somente 24,02%. Sr. Presidente, este é o ponto para o qual chamo a atenção dos Srs. Senadores, porque ele realmente é nevrálgico. Os que trabalham por conta própria, em 1981, que eram 4.047.000, representavam 30,43% sobre o total. Em 1983 esses 4 milhões caíram para 1.095.300, significando só 8,35%. Os 461.672 empregados, existentes na área rural em 1981, representavam 3,47% sobre a massa total. Mas, já em 1983, o número de empregados atinge 1.502.400 e 11,46% sobre o total da massa ocupada na agropecuária. Os não remunerados cresceram de 3 milhões 915 mil para 4 milhões 507 mil de 1981, para 1983.

Na área urbana a mobilidade verificada no período foi menos acentuada, em que pese o seu incremento superior a 2.200.000 no número de pessoas ocupadas e ligeiros aumentos por percentuais nos números dos que trabalham por conta própria e nos dos empregados e a conseqüente diminuição no percentual de empregados.

Na participação da renda total, tendo em vista a redução acentuada no número de pessoas na agropecuária, em relação a 1981, em 1983 observa-se uma ligeira melhoria para o setor rural, mesmo considerando-se o índice ligeiramente menor sobre o total dos rendimentos.

Quanto à mobilidade de uma faixa salarial para outra no setor rural as mutações não foram de maior relevo.

No entanto na área urbana a mobilidade foi amplamente vertical, ou seja reduziu-se de 16,84% para 12,27%, a faixa de até 0,5 SM como também foi reduzida de 18,09% para 14,27% a faixa de até 1 SM, enquanto a faixa acima de 2 SM evoluiu de 22,16% para 27,60%, a faixa de 5 SM subiu de 25,42% para 29,19% verificando-se uma queda nas faixas de até 10 e de mais de 10 SM, respectivamente, 9,54% para 9,07% e de 5,50% para 5,20%.

Como se vê, Sr. Presidente, na agropecuária mesmo com o incremento de 3,47% para 11,46% no número de empregados não se registrou uma verticalização nas rendas do pessoal ocupado como também constatamos uma menor participação do setor na massa global dos

rendimentos, logo, fica mais uma vez demonstrado que os lucros obtidos com a estúpida elevação do custo dos alimentos, não está ficando com o produtor e por esta razão continuam vindo engrossar as nossas favelas, e o que eles vêm fazer aqui, Sr. Presidente, senão em busca do lucro, em busca da remuneração que a cidade, impetentemente, lhes nega, lucro e remuneração para sustentá-la à sombra de todos os benefícios, de todos os favores governamentais, obtidos também e sobretudo com o suor daqueles que trabalham na agropecuária e que nada têm recebido, lamentavelmente, dos nossos governantes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR BENEDITO FERREIRA EM SEU DISCURSO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 7 de agosto passado, em razão dos boatos e incertezas que cercavam a comercialização do boi gordo, tendo-se notícias da ameaça de importação de carne bovina, para forçar a baixa nos preços internos, ocupei a atuação da Casa para demonstrar o descabimento da medida e o que representaria tal importação para os mais que exaustos agropecuaristas nacionais.

Embora sabedor de que se tratava de mais um "escapismo" da "Nova República" que velhaca e irresponsavelmente não efetuou a estocagem governamental, aprovado pelo Conselho Monetário, no Governo anterior, e, em consequência, para transferir as suas irresponsabilidades para os ombros dos pecuaristas, mesmo assim, fui informado de que, só haveria intervenção ou mesmo importação de carne, caso os preços extrapolassem os limites do IGP, isto é, preços nominais por arroba acima de Cr\$ 121.000 em agosto e Cr\$ 145.000 em setembro atingindo Cr\$ 162.000 em outubro (pico da entressafra), isto porque, segundo pude apurar, pretendiam manter os preços dos níveis de 1983, corrigidos a valores do IGP do mês de julho de 1985.

Por outro lado demonstrei, conforme faço novamente com o quadro anexo, que, em 1980 uma arroba de boi rendeu ao pecuarista US\$ 25,20 ou 2,34 ORTN, apartir de quando os preços foram sendo achatados, até atingirem US\$ 8,35 e 1,12 ORTN em julho de 1985 quando o preço nominal por arroba foi de Cr\$ 47.000.

Pois bem, Sr. Presidente, como se depreende do mencionado quadro, o processo de descapitalização de quase 5 anos, em cima do produtor, levando o setor a quase falência total, não foi o bastante para atender os apetites insaciáveis dos Tecnocratas da "Nova-República". Precisavam os novos donos do poder de um bode expiatório, não podendo culpar o "chuchu" pela inflação, mas uma vez, avançaram na "parte mais fraca de cerca", não admitindo nem mesmo os valores com que se comprometeram com base no IGP, isto é, quando os preços atingiram o patamar de Cr\$ 130.000 por arroba nos últimos dias de agosto, não tiveram dúvidas, lançaram mão do "entulho autoritário" puseram em prática a famigerada Lei Delegada nº 4, para tabelar o preço da carne nos Frigoríficos e no varejo.

Tal e tamanha a inconsequência do tal tabelamento, digno não de um Governo que se respeita, mas o tipo do negócio que se aplica aos critérios e preços dos "camelôs" ou "marreteiros de calçadas" no comércio de produtos falsificados ou então de um governo que, diaboliamente, pretende levar a nação a total desobediência civil, ao total desrespeito a ordem estabelecida.

E, tanto é verdadeira esta situação que o próprio Ministro declarou que, a tabela tinha o objetivo de trazer os interessados do setor, para o "acordo de cavalheiros", isto é, o ato, oficial, o tabelamento não passou de mais uma bem engendrada chantagem para prejudicar o produtor.

Para melhor compreensão da inconsequência oficial da "Nova-República", Sr. Presidente, vale notar, que, após o alarido todo que se fez em torno da Reforma Agrária, a qual se verá, não será efetivada, vez que, conforme já afirmamos, só pretendem e querem somente agitar a "Bandeira" para agradar o povo e nunca resolver o problema de fato, tanto é que para justificar a "fan-

tasia" da queda da inflação, a qual foi simplesmente repressada, como demonstraram os fatos, com o tabelamento, mesmo revogado, conseguiram para os seus nefandos propósitos jogar os consumidores incautos contra os produtores rurais.

Mas vejamos, Sr. Presidente, os efeitos reais do tabelamento governamental e vejamos especialmente, a falta de critério, a ausência de sinceridade, a total má fé, ou total incompetência dos autores da tabela: Preliminarmente, fixaram o preço da carne para os frigoríficos em níveis que reduziam o preço do boi a menos de Cr\$ 100.000 por arroba e ao mesmo tempo no artigo 3º da Portaria da SUNAB, eliminaram a figura do distribuidor da carne aos varejistas, proibindo o "acréscimo de despesas de qualquer natureza sobre os preços constantes da nota fiscal emitida pelo Matadouro-frigorífico, Matadouro e Marchante."

Quebravam os varejistas com a margem de lucros estabelecidas na tabela, porque absolutamente insuficientes para cobrirem, até mesmo os encargos tributários conforme quadro anexo.

Quebravam os mais que combalidos frigoríficos, os quais, sobrevivem, na sua grande maioria, através do puro simples não recolhimento dos impostos devidos, e de constantes concordatas, veremos nos quadros a seguir, mesmo com o novo "acordo de cavalheiros" não terão condições de sobrevivência, tais tamanhos os prejuízos previamente estabelecidos para cada boi abatido.

RESULTADOS OBTIDOS PELOS VAREJISTAS NA COMERCIALIZAÇÃO DA CARNE BOVINA

1ª Hipótese

Preços pagos aos Frigoríficos nos preços fixados no

Acordo de Cavalheiros

Valores obtidos na comercialização, idem 3.002.308

Lucro bruto Cr\$ 596.418

19,86% sobre as vendas

2ª Hipótese

Pagando os preços fixados na tabela revogada 2.330.245

Valores obtidos aos preços tabelados 2.715.821

Lucro Bruto — (385.576)

14,20% sobre as vendas

Subprodutos no abate de 1 boi de 16 arrobas, vendidos pelos frigoríficos diretamente às Indústrias em S. P. especializados do setor.

	Unit.	Total
1 Couro salgado 30 Kg.	5.000	150.000
15 Kg. Farinha de carne	1.000	15.000
20 Kg. Sebo	4.500	90.000
1,5 Kg. Cascos e Chifres	500	750
1,3 maços de tripas salgadas	4.500	5.850
1 peça Bechiga	945	945
1 Kg. Passarinha p/ ração canina	1.500	1.500
0,6 Kg. Popila p/ ração	850	510
00,5 Kg. Biles concentrada	20.000	1.000
		265.555

Custos para o Frigorífico de Goiânia, sobre 1 boi de 16 arrobas (240 kg.).

Abatido e colocado no varejista em São Paulo:

16 Arrobas	120.000	1.920.000
Frete boi vivo (faz. — frigoríficos)		76.500
Frete carne, víscera e subprodutos até S. P.		72.000
ICM sobre o valor da venda		
12% sobre Cr\$ 2.671.445		320.573
PIS + Finsocial 125%		33.393
Funrural 2,5% sobre Boi vivo		48.000
Despesas com vendas 1%		26.715
Custo Industrial		100.000
Desp Financeiras sobre vendas		
30 dias Deduzido 25 dias obtido no valor do boi vivo		107.145
		2.704.326
Despesas com distribuição direta		72.000
aos varejistas Cr\$ 300 x 240 kg.		2.776.326

RECEITA PARA O FIGORÍFICO DE 1 BOI DE 16 ARROBAS

	(240 kg) P/Kg.	
115,20 kg. Traseiro	11.000	1.267.200
91,2 kg. Dianteiro	8.000	729.600
31,20 kg. Agulha	7.000	218.400
2,40 kg. Cupim	10.000	24.000
4,00 kg. Fígado	10.000	40.000
1,25 kg. Coração	5.000	6.250
1,00 peça Língua	8.000	8.000
2,00 kg. Pulmão	3.800	7.600
3,50 kg. Bucho	4.500	15.750
1,2 kg. Rabo	13.000	15.600
0,70 kg. Rins	3.800	2.660
0,70 kg. Nervo	3.800	2.110
1,00 kg. Passarinha	1.500	1.500
1,50 kg. Pacu	8.000	12.000
1,00 kg. Fraldinha	8.000	8.000
2,00 kg. Sangria	4.500	13.000
4,50 kg. C. Industrial	6.500	29.250
15,00 kg. Farinha	1.000	15.000
20,00 kg. Sebo	4.500	90.000
30,00 kg. Couro	5.000	150.000
1,50 kg. Casco e Chifre	500	750
0,90 peça bexiga	1.050	945
1,3 maço de tripas	4.500	5.850
0,74 kg. lombinho	8.000	5.920
0,5 kg. Biles	2.000	1.000
0,60 kg. Papila	850	510
		2.671.445
		Prejuízo (déficit) 104.881
		2.776.326

Aqui estão os quadros e os números que desmascaram o tabelamento e os propósitos da Nova República na solução dos problemas do abastecimento de carne bovina.

No quadro nº 2, temos os 2 resultados estabelecidos para o varejista, nos preços da tabela da SUNAB, para compra e venda, resultava-lhe um lucro de Cr\$ 385.576 ou 14,20% sobre uma venda de Cr\$ 2.715.321 e nos preços atualmente praticados com base no "acordo de cavalheiros" resulta-lhes Cr\$ 596.418 ou 19,86%, sobre a venda de Cr\$ 3.002.308, resultando os montantes de carne e vísceras de 1 boi de 16 arrobas, isto sem levarmos em conta as quebras de peso decorrentes da desossa e retalhamento da carne; vale repetir em ambos os casos, a margem de lucro bruto não cobrem os encargos tributários do varejista.

Nos quadros 3 e 4 temos, receita e despesas de 1 frigorífico de Goiânia para o abate e comercialização de 1

boi de 16 arrobas, comprado a Cr\$ 120.000, onde constamos um custo de Cr\$ 2.776.326, e uma receita de Cr\$ 2.671.445, significando um prejuízo nominal de Cr\$ 104.881 por boi abatido.

Há que se perguntar, Sr. Presidente, por que concordaram os frigoríficos e os varejistas com tais absurdos, quando são mais que palpáveis os seus prejuízos?

Duas hipóteses, Sr. Presidente:

A primeira é que o setor está tão combatido, tão descapitalizado, e trabalhando na base do "tampar buracos" comprando a prazo de "A" para pagar o que deve ao fornecedor "B", vale dizer estão como bicicleta, "se parar de pedalar cai", ou então não recolherão os impostos e finalmente porque, em realidade neste País a nossa gente está levada a crer que, os atos governamentais não devem ou não precisam ser considerados como coisa séria. Mas uma coisa é séria e certa Sr. Presidente, os tecnocratas da Nova República estão ultimando a falência total do setor para a criação de mais uma estatal, a "Carne-bras", ou que nome qualquer que venha a ter, e o que é pior, será finalmente criada ante os clamores de todos, produtores e consumidores, para desgraça geral da Nação.

A estatização entre nós, Sr. Presidente, chegou a níveis que todos entendem e proclamam como insuportáveis e, cuja eficácia só pode ser retratada se comparada a outros

absurdos, como é o caso dos preços da alimentação nos últimos anos graças ao abandono, a total falta de apoio à produção por parte de todos os nossos governantes, todos preocupados em cortejar e bajular os setores urbanos da economia.

Vejamos, pois o crescimento dos índices de preços da alimentação e dos serviços públicos prestados pelas nossas "eficientes" Empresas Estatais.

BRASIL 1977 — 1983

Alimentação		Serviços Públicos	
1977	(índice 11)	1977	(índice 100)
1978	158,6	1978	157,8
1979	279,1	1979	322,2
1980	520,1	1980	617,8
1981	1.148,0	1981	1.329,0
1982	2.295,0	1982	2.607,0
1983	7.515,0	1983	5.918,0

Como se vê, no País "Celeiro do Mundo" as "eficientes" estatais que, até 1982, apresentavam índices de aumentos de preços nos seus serviços e produtos acima de todos os demais itens de economia, inclusive sobre a alimentação, finalmente, foi superada em 1983, quando os "Acordos de Cavalheiros" entre Governo e produtores, nos levaram a "fassanha" da alimentação alcançar o número índice de 7.515 sobre o índice de 1977, e os serviços públicos "modestamente" ao atingirem 5.918,0 sobre o índice 100 de 1977.

Sem ironias, Sr. Presidente, mesmo porque a situação é grave, gravíssima diríamos melhor, mas o certo é que, em que pesem os números indicarem uma elevação brutal no item alimentação, os resultados, os lucros nunca foram entregues aos produtores, sempre ficaram com os banqueiros e com os atravessadores urbanos, para os quais, nunca faltou ou faltará o apoio oficial e dos meios de comunicação com eles comprometidos. Ainda no caso do "Vilão-Boi" ou "Vilão pecuarista" e que nem sendo "Manchete" na quase totalidade nossa imprensa em geral, vejamos a série histórica dos preços nominais pagos, por arroba aos produtores, (preços médios) mês a mês a partir de 1980, como também, os mesmos valores corrigidos pela variação do F.S.P. a valores de julho de 1985, vejamos os quadros nº 5 — 5A e 5B.

PREÇO CORRIGIDO PELO IGP DA ARROBA DE GADO PARA JUL./85 PERÍODO 1980/JUN. 85

0600

Ano	Mês	I.G.P.	Preço nominal médio pago 10 produtor p/ arroba	Preço corrigido arroba/IGP para jul./85
1980	Jan.	300,60	1.053,70	155.421
	Fev.	312,23	1.015,30	144.179
	Mar.	339,90	1.016,70	132.625
	Abr.	353,00	1.055,79	132.613
	Mai.	375,50	1.099,70	130.025
	Jun.	397,50	1.142,70	127.461
	Jul.	431,10	1.302,09	133.920
	Ago.	460,90	1.388,20	133.545
	Set.	485,30	1.474,21	134.689
	Out.	522,20	1.671,30	141.906
	Nov.	561,90	1.707,50	134.736
	Dez.	595,10	1.607,00	119.732
1981	Jan.	634,00	1.652,10	115.539
	Fev.	687,80	1.623,40	104.652
	Mar.	738,40	1.651,80	99.186
	Abr.	778,00	1.669,20	98.944
	Mai.	827,10	1.637,60	87.788
	Jun.	864,00	1.533,30	78.686
	Jul.	907,90	1.753,00	85.610
	Ago.	969,00	1.969,00	90.096
	Set.	1.018,10	2.314,00	100.776
	Out.	1.062,40	2.499,70	104.324
	Nov.	1.118,80	2.520,50	99.889
	Dez.	1.161,30	2.366,00	90.334
1982	Jan.	1.234,3	2.354	84.561
	Fev.	1.318,9	2.289	76.951
	Mar.	1.414,2	2.281	71.515
	Abr.	1.490,0	2.420	72.013
	Mai.	1.581,2	2.510	70.383
	Jun.	1.707,5	2.855	74.136
	Jul.	1.811,0	3.623	88.702
	Ago.	1.916,0	3.815	88.284
	Set.	1.986,1	4.058	90.593
	Out.	2.081,1	3.870	82.452
	Nov.	2.185,2	3.844	77.997
	Dez.	2.319,4	3.903	74.612

1983	Jan.	2.529,3	4.001	70.138
	Fev.	2.674,1	4.277	70.916
	Mar.	2.965,8	4.908	73.375
	Abr.	3.238,6	6.285	86.046
	Mai.	3.455,7	6.374	81.782
	Jun.	3.880,7	6.553	74.871
	Jul.	4.396,5	8.135	82.041
	Ago.	4.841,1	10.155	93.008
	Set.	5.460,4	14.391	116.856
	Out.	6.184,6	16.087	115.331
	Nov.	6.706,3	16.925	111.900
	Dez.	7.213,2	18.423	113.244
1984	Jan.	7.921,1	18.423	103.124
	Fev.	8.892,1	18.691	93.199
	Mar.	9.777,0	19.676	89.231
	Abr.	10.651,1	20.022	83.348
	Mai.	11.594,7	21.141	80.844
	Jun.	12.667,2	26.291	92.026
	Jul.	13.974,3	28.500	90.427
	Ago.	15.458,7	32.739	93.902
	Set.	17.083,3	38.101	98.889
	Out.	19.232,2	46.036	106.179
	Nov.	21.131,6	52.792	110.769
	Dez.	23.357,1	53.016	100.640
1985	Jan.	26.308,6	52.562	88.584
	Fev.	29.982,1	51.716	76.480
	Mar.	32.665,2	50.645	68.744
	Abr.	35.022,4	51.530	65.237
	Mai.	37.742,1	52.500	61.676
	Jun.	40.709,1	63.000	68.617
	Jul.	44.338,7	90.000	90.000

Como se vê, Sr. Presidente, os Cr\$ 1.053.70 recebidos em janeiro de 1980, pelo produtor por uma arroba de boi gordo, corrigidos pelo IGP., significariam hoje, Cr\$ 155.421,

No entanto, em dezembro daquele ano, os Cr\$ 1.607.00 recebidos por arroba já significaram somente Cr\$ 119.732.

Em 1981 em janeiro, com o preço nominal de Cr\$ 1.652.10 que significariam hoje Cr\$ 115.539, já atingiam

somente Cr\$ 2.366.00 em dezembro do mesmo ano de 1981, ou seja, Cr\$ 90.334 por arroba.

Em 1982, em janeiro, Cr\$ 2.354.00, correspondendo a somente Cr\$ 84.561, caindo em maio para Cr\$ 2.510, significando Cr\$ 70.383.

Em 1983, janeiro, preço nominal Cr\$ 4.001.00 p/ arroba mas significando somente Cr\$ 70.138 para lentamente atingir Cr\$ 18.423 ou Cr\$ 113.244.00 em dezembro.

Em 1984, em janeiro, com o mesmo preço nominal do mês de dezembro anterior mas já significando, somente,

Cr\$ 103.124 em maio de 1984, com o preço nominal de Cr\$ 21.141 correspondendo a somente Cr\$ 80.844, chegando em dezembro a Cr\$ 53.016, o que corrigido chegou a Cr\$ 100.640 p/ arroba.

Em janeiro de 1985, cai para Cr\$ 52.562 equivalentes a Cr\$ 88.584. E em maio recebendo Cr\$ 52.500 nominais o que, em realidade, o produtor só estava recebendo 40% do que recebia em 1980, ou seja, Cr\$ 61.676 p/ arroba; em julho já recebendo Cr\$ 90.000, o que em realidade significou menos de 60% do que recebera 5 anos antes.

PESSOAS OCUPADAS - 1981

BRASIL	45.465.410 - 100%	Emp. agrícolas.....	4.874.250	emp. urbanos.....	24.330.765
Pessoal ocupado		Por conta própria...	4.047.917	P/conta própria..	6.262.321
Atividades agrícolas.....	13.299.837 - 29,25%	Empregadores.....	461.672	Empregadores.....	977.706
Atividades urbanas.....	32.165.573 - 70,25%	Não remunerados.....	3.915.998	Não remunerados..	594.785

RENDIMENTOS 'OU SALÁRIOS PERCEBIDOS (AGRICULTURA)

TOTAL GERAL	Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Sem rendimentos	Sem
13.299.837	2.022.088	3.001.853	2.765.778	1.162.196	240.663	125.439	3.915.021	65.822
100%	15,2%	22,6%	20,8%	8,8%	1,8%	0,9%	29,4%	0,5%

RENDIMENTOS OU SALÁRIOS PERCEBIDOS (URBANOS)

TOTAL GERAL	Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Sem rendimentos	Sem
32.165.573	3.947.424	4.592.650	8.877.232	9.389.029	2.918.600	1.672.621	646.058	121.959
100%	12,3%	14,3%	27,6%	29,2%	9,0%	5,2%	2,0%	0,4%

PARTICIPAÇÃO (%) NA RENDA

Urbanos - c/ 70,75% da mão-de-obra - recebe 86,47%
 Agrícolas - c/ 29,25% da mão-de-obra - recebe 13,53%

PESSOAS OCUPADAS - 1983 (EM 1.000 PESSOAS)

BRASIL	48.466,5	100%
ATIVIDADES AGRÍCOLAS	13.115,2	27,06%
ATIVIDADES URBANAS	35.351,3	72,94%
EMPREGADOS AGRÍCOLAS	3.150,3	
CONTA PRÓPRIA	1.502,4	
NÃO REMUNERADOS	4.507,4	
EMPREGADOS URBANOS	26.548,8	
CONTA PRÓPRIA	6.999,6	
EMPREGADORES	1.095,9	
NÃO REMUNERADOS	707,0	

TOTAL GERAL	RENDIMENTOS OU SALÁRIOS PERCEBIDOS (AGRICULTURA)							
	ATÉ 1/2 SM	MAIS DE 1/2 A 1-SM	MAIS DE 1 A 2-SM	MAIS DE 2 A 5-SM	MAIS DE 5 A 10-SM	MAIS DE 10 - SM	SEM REMD.	SEM DECL.
13.115,2	1.687,8	3.220,5	2.660,2	1.096,2	294,5	167,0	3.920,9	68,0
100%	12,87%	24,55%	20,28%	8,36%	2,25%	0,13%	29,90%	

RENDIMENTOS OU SALÁRIOS PERCEBIDOS (URBANOS)

35.351,3	5.952,7	6.394,4	7.833,8	8.987,1	3.374,6	1.946,6	772,2	131,2
100%	16,84%	18,09%	22,16%	25,42%	9,54%	5,50%	2,18%	0,37%

PARTICIPAÇÃO % NA RENDA

Urbanos c/ 72,94% da mão-de-obra recebe 86,65%
 Agropecuária c/ 27,06% da mão-de-obra recebe 13,35%

Não bastassem, Sr. Presidente, os dados e números até aqui alinhavados, para demonstrar o quanto se tem sacrificado a agropecuária em favor da economia urbana, vejamos o porquê da estagnação e até mesmo o retrocesso que se vem verificando na economia rural a partir de 1960 e especialmente após 1980.

Já demonstramos aqui, Sr. Presidente, que em 1960 a agricultura era aquinhoadada, participava com 30% de renda bruta nacional enquanto o setor financeiro participava com pouco mais de 3% na renda bruta nacional, e, em 1980, a agropecuária só atingia 13,82% e os bancos já duplicavam a sua participação na renda bruta nacional, atingindo 6,42%.

Em 1981, a agropecuária estava reduzida a 13,49% e os bancos cresciam para 7,68%. Em 1982 sofria mais uma brutal redução, caindo para 11,64% e os bancos atingiam 7,011%. Temos então que, no país "celeiro do mundo", em 22 anos a agropecuária empregando treze milhões de pessoas em quase seis milhões de propriedades rurais, passou a gerar, a metade da renda que obtinha em 1960, e os banqueiros com 15 mil agências e 700 mil funcionários quase que triplicaram as suas participações na renda bruta nacional, crescendo de 3% em 1960 para 7,68% em 1981.

Nos quadros nºs 6 e 7, temos a evolução das pessoas ocupadas no trabalho nas atividades urbanas e rurais, nos anos de 1981 e 1983, as suas respectivas funções e rendimentos. De um total de 45.465.410 em 1981, chegamos a 1983 com 48.466.500, o que correspondeu a um incremento de 6,2% sobre o ano anterior. No entanto a agropecuária que absorvia 29,25% do total em 1981, chega a 1983 somente com 27,06%.

Dos 13.299.837 ocupados na agropecuária, em 1981, 4.874.250 eram empregados significando 36,65%; já em 1983, o número é reduzido para 3.150.300 significando tão somente 24,02%. Os que trabalhavam por conta própria em 1981, que eram 4.047.917, e representando 30,43% sobre o total, atingem 1983 com 1.095.300 e significando somente 8,35%.

Os 461.672 empregadores existentes em 1981 e que representavam 3,47% atingem 1.502.400 e 11,46% respectivamente em 1983.

Os não-remunerados crescem de 3.915.998 para 4.507.400, de 1981 para 1983 e significando 2,945 e 34,37% respectivamente.

Na área urbana a mobilidade verificada no período foi menos acentuada, em que pese o seu incremento que foi superior a 2.200.000 no número de pessoas ocupadas,

constata-se ligeiros aumentos nos percentuais dos que trabalham por conta própria e nos dos empregadores e a consequente diminuição no percentual de empregados.

Na participação da renda total, tendo em vista a redução acentuada no número de pessoas na agropecuária em relação a 1981, em 1983 observa-se uma ligeira melhora para o setor rural, mesmo considerando-se o índice ligeiramente menor sobre o total dos rendimentos.

Quanto a mobilidade de uma faixa salarial para outra no setor rural as mutações não foram de maior relevo.

No entanto na área urbana a mobilidade foi amplamente vertical, ou seja reduziu-se de 16,84% para 12,27%, a faixa de até 0,5 SM como também foi reduzida de 18,09% para 14,27% a faixa de até 1 SM, enquanto a faixa acima de 2 SM evoluiu de 22,16% para 27,60%, a faixa de 5 SM subiu de 25,42% para 29,19% verificando-se uma queda nas faixas de até 10 e de mais de 10 SM, respectivamente, 9,54% para 9,07% e de 5,50% para 5,20%.

Como se ve, Sr. Presidente, na agropecuária mesmo com o incremento de 3,47% para 11,46% no número de empregadores não se registou uma verticalização nas rendas do pessoal ocupado como também constatamos uma menor participação do setor na massa global dos

rendimentos, logo, fica mais uma vez demonstrado, que os lucros obtidos com a estúpida elevação do custo dos alimentos, não está ficando com o produtor e por esta razão continuam vindo engrossar as nossas favelas, vêm em busca do lucro, da remuneração que a cidade não lhes dá para sustentá-la a sombra de todos os benefícios governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, por cessão do nobre Senador João Lobo.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vou deixar para o final o comentário da nota que o Sr. Presidente do Senado leu há pouco. Antes, gostaria de solicitar de V. Ex^a que colocasse na Ordem do Dia o Projeto Complementar de 1984, de nossa autoria, que recebeu o nº 36, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias a comercialização do leite *in natura* e que diz o seguinte:

Art. 1º Ficam isentas do ICM as operações de comercialização de leite *in natura* para consumo público em todo o País.

Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação."

Sr. Presidente, recebi, no dia 28 de agosto, da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, o seguinte ofício, que passo a ler, e peço a atenção dos Srs. Senadores para a importância em se aprovar esse projeto, isentando o leite *in natura* do Imposto de Circulação de Mercadorias.

O ofício diz o seguinte:

"Como deve ser do conhecimento de V. Ex^a, o leite *in natura* é subsidiado nos países mais desenvolvidos. No Brasil, além de não ser subsidiado, o leite ainda é tributado como se fora um produto de consumo qualquer.

Entretanto, Estados brasileiros isentam o leite de consumo do Imposto de Circulação de Mercadorias, exceto Minas Gerais, a maior bacia leiteira do País inclusive a minha própria região, a região da Zona da Mata mineira.

"Essa tributação implica em vários inconvenientes, a maioria deles de indelével repercussão social."

Ainda há pouco, Sr. Presidente, ouvimos, na palavra do Senador Benedito Ferreira, que mostrou o crescimento do custo de alimentação neste País, o qual se não me engano, atingiu, em 1983, tomando-se o índice 100, como o fez S. Ex^a, a mais de 7 mil e tantos por cento. Não é verdade, Senador Benedito Ferreira? Foram os números de V. Ex^a!

O Sr. Benedito Ferreira — Conseguiu superar os custos operacionais das nossas estatais, o que é quase inacreditável!

O SR. ITAMAR FRANCO — Veja então V. Ex^a, a importância da isenção desse imposto. Continuo lendo o ofício, Sr. Presidente.

"Assim, quem paga o tributo é o consumidor final. A preços atuais, o ICM representa um acréscimo de 128 cruzeiros, no preço do leite *in natura* vendido à população.

Acresce que o imposto incide apenas sobre o leite pasteurizado, e empacotado. Veja-se o exemplo de Belo Horizonte, onde o leite de consumo é comercializado, dentro dessas características.

Parte do leite produzido em Minas — e aí é interessante, Srs. Senadores — é exportado e consumido em São Paulo, a preços mais baratos, exatamente por estar isento do ICM daquele Estado. Ou seja, os paulistas pagam, pelo litro de leite produzido aqui, 128 cruzeiros a menos que nós, mineiros."

São Paulo, até nisso, mais uma vez, é beneficiado.

Consideramos que o imposto é necessário, e sem ele o estado não faz obras e não atende às suas finalidades básicas, o ICM sobre o leite de consumo, porém, não representa parcela significativa para os cofres públicos. Sua retirada evitaria sonegação por parte de empresas que industrializam produtos derivados do leite, onde o ICM incide e deve continuar, através de notas emitidas, como se se tratasse de leite de consumo, sonegando 8,5% do valor a ser arrecadado.

E continua a organização das cooperativas do Estado de Minas Gerais, dizendo o seguinte:

"A retirada do ICM do leite vai ajudar a população que terá o produto a preços mais baratos e vai ajudar ao Estado, eliminando a sonegação e aumentando a arrecadação.

Certo de que V. Ex^a se incorporará à nossa campanha, que tem o apoio da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais e através da Associação da Campanha Educativa do Leite e da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais."

Portanto, Sr. Presidente, essa é a razão pela qual solicitamos a V. Ex^a, mais uma vez, a colocação na Ordem do Dia desse projeto que vai isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias a comercialização do leite *in natura*.

Sr. Presidente, agora, apenas para comentar o parágrafo final da nota lida pelo ilustre Presidente, Senador José Fragelli, que diz o seguinte:

"Repudiando essa campanha deletéria que procura atingir a respeitabilidade de uma instituição fundamental ao regime democrático, a Mesa Diretora comunica que o Presidente do Congresso Nacional convocará os meios de radiodifusão de imagem e som para, em horário especial, enfatizar, pelas palavras do Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os reais serviços que o Congresso e os Congressistas prestam ao Brasil, e principalmente para alertar a Nação sobre os graves danos que uma campanha tão amesquinadora pode causar às instituições nacionais e à renascente democracia brasileira."

Veja, Sr. Presidente e Srs. Senadores, finalmente o Presidente do Congresso Nacional vai convocar os meios de radiodifusão de imagem e som para, em horário especial, enfatizar, pelas suas palavras, os reais serviços que o Congresso Nacional vem prestando ao longo dos tempos.

Creio, Senador Fábio Lucena, que a fala de V. Ex^a, portanto, não se perdeu no vazio, quando, há poucos dias, reclamava com veemência essa atitude dos Presidentes não só do Senado como da Câmara dos Deputados.

O importante, Sr. Presidente, é que o Congresso Nacional, num regime que caminha para a sua normalidade institucional, que esperamos realmente aconteça, o controle dos meios de radiodifusão e os de som e imagem passem ao controle do Legislativo, não permitindo, apenas, ao Executivo a sua deliberação. Nesse sentido, há uma emenda à Constituição, apresentada.

É esse controle democrático que o Congresso precisa assumir, mas o Parlamento para deliberar esse controle precisa exercer, também, a sua indispensável plenitude.

Veja, Senador Fábio Lucena, vejamos Srs. Senadores, que, ainda ontem, na Comissão de Relações Exteriores, ao ser interpelado o Ministro das Relações Exteriores, nós pensávamos que estávamos na Velha República, quando S. Ex^a informou que não poderia dizer à uma Comissão qual a opinião da Chancelaria em relação ao relacionamento com Cuba, porquanto ele já havia transmitido ao Senhor Presidente da República e estava sob julgamento do Conselho de Segurança Nacional. Ora, o se assunto exigisse sigilo, se o assunto fosse secreto, o Sr. Chanceler poderia pedir a suspensão dos trabalhos e discutir com a Comissão de Relações Exteriores os proble-

mas que ele já havia e já apresentou ao Senhor Presidente da República.

Portanto, é preciso que o Congresso busque, afirmar-se realmente, não só através de notas que são importantes. O repúdio a essa campanha que se faz hoje, não só contra os Senadores e contra os Deputados, mas contra a instituição.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Itamar Franco?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira — Eu não tenho porque dissentir de V. Ex^a, até porque V. Ex^a tem sido, nesta Casa, antes e sobretudo um exemplo de dignidade, de dedicação ao trabalho. Logo, V. Ex^a está mais do que revestido de autoridade para, realmente, fazer esse tipo de reclamação e as colocações que vem desenvolvendo. Mas queria chamar a atenção de V. Ex^a e até rebuscando uma conversa minha com o Senador Fábio Lucena na Comissão de Justiça quando falava com S. Ex^a do imperativo que paira sobre nós e que realmente daria substância, seria, talvez, a maior prerrogativa do Congresso Nacional depois de Lei Mauro Benevides, lei complementar que levou o nome do nosso ex-colega e muito querido Senador Mauro Benevides que estabeleceu e criou o controle que estava adormecido na Constituição desde 67, o controle e a fiscalização das finanças públicas através do Senado Federal. Mas a verdade é que fizemos como que um aleijado ao regulamentar o art. 45, impossibilitados que estamos, eu pelo menos considero-me impossibilitado de fazê-lo, de regulamentar o art. 64, que é aquele que estabelece os parâmetros, os dispêndios com custeio de pessoal. Seria, realmente, a grande arma para acabar com o empreguismo, porque, nobre Senador Itamar Franco, não tenho dúvidas de que esse jornalista, esse fotógrafo que fez essa campanha insidiosa, é o mesmo cidadão que, há poucos dias, quando ainda naquele processo de cada um sentar e ocupar a sua cadeira para votação, brinquei com meu colega de bancada, o Senador Mauro Borges, para, se fosse necessário, coisa absurda que não seria necessário nunca, colocar S. Ex^a em brios, para ele votar uma matéria de interesse do Estado de Goiás. Mas, à guisa de brincar com S. Ex^a eu disse alto e bom som para que todo o Plenário escutasse, "Mauro, é matéria de Goiás, venha sentar na sua cadeira, porque senão eu me sento e voto no seu lugar". Ora, quem conhece a geografia do Senado sabe que caminhei e sentei na minha cadeira e S. Ex^a, logo a seguir, veio e tomou o seu lugar, e aí iniciou-se o processo de votação. Mas esse cafajeste, esse pseudo-repórter, esse pseudojornalista fotográfico, mais que depressa, sorratamente, fotografou-me e, no outro dia, saiu nas primeiras páginas desse dito jornal, *Jornal de Brasília*, que, lamentavelmente, é de um Deputado Federal, até meu conterrâneo, meu companheiro de Partido, o ilustre Deputado Jaime Câmara. E, no entanto, veja V. Ex^a como, realmente, as coisas andam mal: o jornal é de um Deputado Federal, de um Congressista. Mas esse jornalista talvez não seja um dos beneficiários de um emprego aqui no Senado, ou tentou obter um emprego aqui e não conseguiu, porque parece que esse rapaz é movido por um ódio contra a instituição. Se V. Ex^a teve oportunidade de ver hoje, na primeira página do *Jornal de Brasília*, o deboche, a malícia de uma fotografia, arquitetada, diabolicamente tirada de um ângulo para ridicularizar o Senado. Porque, realmente, Brasília está virando, sem dúvida alguma, cidade do ridículo, pois, a pretexto de liberalidade, está virando libertinagem. Armaram uma espécie de circo, aqui em plena Praça dos Três Poderes. É uma palhaçada consentir isso que fizeram ali, mas foi o Senado quem consentiu essa palhaçada? Não, mas é o Senado quem está pagando. É o Senado, porque é o poder desarmado, é o Senado porque não dá emprego; é o Senado porque não dá matéria paga para a imprensa; ou é o Senado que não pôde agradar esse frustrado, rotulado de jornalista, que aqui frequenta e que deveria ter sido descredenciado naquele dia. Descredenciado, não pelo que ele atingiu o Senador Benedito Ferreira, mas pelo que ele atingiu a instituição, porque maliciosamente, numa manchete — V. Ex^a não estava presente e talvez não se lembre do episódio com detalhes — na primeira página, ele colocou que o Senado, não o Senador, mas o Senado estava praticando o voto do pianista ou coisa semelhante.

te. Logo, achincalhando com a instituição. Eu, muito magoado, sem dúvida nenhuma, à hora exata da fotografia fui advertido pelos colegas da Bancada do Rio Grande do Sul. Tentou-se uma providência, mas ele, o velhaco, disse que não tinha filme na máquina, que era só um flash, que tinha sido à guisa de brincadeira que ele tinha feito aquilo. Mas, no dia seguinte, apareceu na primeira página, em letras garrafais a nota e a manchete, repito, depreciando o Senado da República. Por tudo isso, Senador Itamar Franco, acho que realmente o Senado precisa, como a Câmara dos Deputados o Congresso Nacional, de um modo geral, vindicar e buscar melhores condições de trabalho, mas prerrogativas. Temos que convir que há algumas delas contidas no texto da Constituição, dormindo há 18 anos, e aguardando uma providência nossa. Solicito a V. Ex^a que é, realmente, um dos que mais trabalham e, antes de tudo, um homem de formação dos números, um homem de formação matemática, que busque na sua experiência, sobretudo na sua inteligência, os mecanismos e os meios de regulamentar no art. 64, para disciplinarmos a acabarmos com essa vergonha do empreguismo com o dinheiro público, cujos déficits estão hoje sendo acusados, e verdadeiramente responsáveis pelo índice de inflação que aí está. Porque, quando o Governo fala em abaixar juros, V. Ex^a sabe que isso é simplesmente uma balela, pois maior captador de dinheiro no mercado, a preços mais que inflacionários são, sem dúvida alguma, as LTN e as ORTN emitidas pelo Governo. E para que esse dinheiro, senão para cobrir o déficit público e a enorme carga tributária, a insuportável carga tributária que está hoje pesando sobre os ombros dos que trabalham e produzem, a cada instante, e está sendo ameaçada de ser ampliada, porque ela não é capaz de atender ao empreguismo feito com o suor do contribuinte brasileiro. Desculpe-me por ter-me alongado tanto, mas eu precisava colocar diante de V. Ex^a, diante de sua inteligência, essa minha preocupação que, sei, modesta, mas grande, na medida da proporção em que V. Ex^a se debruça sobre ela. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, nobre Senador, e recorro-me do episódio que viveu e sua atitude em seguida, comunicando à Presidência da Mesa o que se passava.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. Luiz Cavalcante — Nobre colega, eu queria aproveitar este ensejo para ratificar a minha posição em relação a esse problema entre a imprensa e a instituição parlamentar. A meu ver, Senador Itamar Franco e eminentes colegas, a meu ver, as críticas que a imprensa tem feito ao Congresso e, mais particularmente, as fotos de plenários vazios, nas primeiras páginas dos jornais, a meu ver, tudo isso vem dando resultados altamente positivos. Agora, ao invés de 5 ou 6 parlamentares, nas sessões conjuntas do Congresso, vêm-se 50, 60 e mesmo mais. Também, em termos qualitativos, os resultados são igualmente positivos, como bem demonstra a sessão extraordinária de ontem, dia 4, do Senado. Votava-se, aqui, as indicações de novos Ministros para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal Militar. Pois bem, em duas votações sucessivas, o painel eletrônico registrou a presença de 34 Senadores, apenas um a menos do quorum regimental. Só com a chegada, depois, do Senador Alberto Silva, ocorreram outras duas votações que sacramentaram as indicações, com o quorum mínimo exigido. Em passado recente, eminentes colegas, o painel eletrônico, nesse episódio de ontem, teria acusado votos em número suficientes, logo na primeira votação. Disse Jesus Cristo que não é o que vem para nós, mas o que sai de nós que torna o homem puro. Parafraseando Jesus Cristo, eu diria: não é o que vem para o Congresso, mas o que sai do Congresso que torna bom ou mau o Congresso aos olhos da Nação. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Luiz Cavalcante, nós respeitamos a opinião de V. Ex^a. Primeiro, como democrata, devo fazê-lo; segundo, V. Ex^a é um homem assíduo, um homem trabalhador.

Veja, Senador Luiz Cavalcante, que, ao longo dos anos que estou nesta Casa, tenho defendido aqui a presença dos Srs. Parlamentares em Brasília; tenho defendido que um homem eleito, para exercer o mandato fede-

ral, deva fazê-lo na Capital da República. E para isso que nós temos deputados estaduais, vereadores, prefeitos, e sempre me revoltei naquele sentido de se fazer Brasília apenas uma frequência das terças ou quintas-feiras.

Mas, na verdade, Senador Luiz Cavalcante, é que não se pode confundir a maioria que trabalha com a pequena minoria que, às vezes, não comparece, por esse ou por aquele motivo.

E por que essa campanha se reveste, Senador Luiz Cavalcante, no nosso entender, perigosa? Nós estamos saindo de um regime autoritário, de um regime de arbítrio, em que poucas lideranças foram renovadas neste País. E é possível que, com essa campanha, as novas gerações, aquelas que vão um dia nos substituir aqui, entendam que o Congresso Nacional é desnecessário.

Se V. Ex^a, hoje, fizer uma pesquisa perante a opinião pública, em relação a essa campanha, haverá de verificar que o Congresso Nacional apresenta uma imagem bastante distorcida. A verdade, Senador Luiz Cavalcante, é que também nós não estamos assumindo com as nossas responsabilidades — V. Ex^a chegava ao plenário, quando eu comentava o episódio que se passou ontem, na Comissão de Relações Exteriores. Os ventos da Nova República, por exemplo, não chegaram, quando um Chanceler se nega a dizer à Comissão de Relações Exteriores qual a documentação que ele apresentou ao Senhor Presidente da República que está sendo examinada pelo Conselho de Segurança Nacional. Se ele entendesse, como eu disse, há pouco, que era uma documentação sigilosa, que, ao expressar a sua opinião, ele poderia estar quebrando qualquer aspecto relativo ao sigilo, ele poderia fazê-lo, e deveria fazê-lo confidencialmente.

Por que o Congresso Nacional é menor que o Conselho de Segurança Nacional? Mas a imprensa, Senador Luiz Cavalcante, a isto não registra; a isto ela não faz menção. Ela não fez menção, por exemplo, a um dos mais importantes decretos legislativos baixados pelo Senhor Senador José Fragelli, que obriga, agora, que qualquer complemento de acordo que se venha a assinar em relação ao Brasil/Alemanha, no campo nuclear, seja submetido ao Congresso Nacional. Ela pouco deu importância, Senador Luiz Cavalcante, ao projeto de nossa autoria, aprovado por unanimidade por esta Casa, e que está agora a ser examinado pela Câmara dos Deputados, que vai obrigar o Executivo a enviar ao Parlamento todos os acordos internacionais para que não mais aconteça o que tem ocorrido neste País, que está se endividando através de decretos-leis. Desde 1974, pelo Decreto-lei nº 1.312, o Brasil, — e V. Ex^a sabe tão bem quanto eu, ou até mais, porque tem debatido o problema do endividamento externo aqui — desde a época do Presidente Geisel, aproveitando um decreto relativamente ao Departamento Nacional de Portos, Rios Navegáveis da época, hoje, a PORTOBÁS o Brasil foi se endividando. E, por incrível que pareça, já na Nova República, em abril deste ano, o Governo brasileiro, por decreto-lei, aumentava esse endividamento em mais de 40%. Projeto, por exemplo, dessa importância, Sr. Presidente Alberto Silva, do decreto legislativo baixado pelo Senador José Fragelli não mereceu da imprensa nenhuma referência, ou, se mereceu, deve estar numa página policial qualquer. Não estamos discordando do Senador Luiz Cavalcante, porque defendemos, aqui, desde que chegamos, o exercício do mandato, aqui, em Brasília. Mas, o que não se pode é permitir que a Instituição, o Congresso Nacional, que tem resistido nas horas mais sérias deste País seja criticado dessa forma.

O Senador Luiz Cavalcante estava presente também quando nós chegamos em 1975, e foi testemunha, quando esse Congresso, teve Deputados cassados, em momentos difíceis. E recorro-me de três belíssimos discursos do, hoje, Consultor-Geral da República, Senador Paulo Brossard, quando, na sua primeira fala, nós ficamos pela madrugada afora, nas horas mortas, esperando a cassação do Senador que, ao assumir aquela tribuna, sempre dizia: "não sei se o meu mandato dura trinta segundos, se dura oito anos, ou quantos dias ele vai durar". Mas a história parlamentar registra a bravura de Deputados e Senadores nos momentos mais sérios que esta Nação viveu. Momentos mais sérios em que o arbítrio aí estava, cassando mandatos, dados pelo povo a Imprensa também sofria a censura naquela época, porque já se disse aqui que há uma verdadeira simbiose en-

tre o Poder Legislativo e a Imprensa. Quando se fecha o Congresso Nacional, quando se humilha o Congresso Nacional, quando se rebaixa a instituição, mais cedo ou mais tarde, é a Imprensa que vai sofrer as mesmas sanções de qualquer ditadura que venha se impor neste País.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Itamar Franco, esta campanha, a mais vil que certos donos de jornais estão promovendo contra o Congresso Nacional, tem um objetivo. É a Constituinte. Faz poucos dias, o *Jornal do Brasil*, em editorial disse que um Congresso como este deve ser substituído. Substituído! A verdade, nobre Senador, é que não nos querem, a maioria de nós outros, Deputados e Senadores, aqui, para os trabalhos da Constituinte, porque sabem que, com a presença de homens da inverguradura de Itamar Franco, que simboliza o Senado da República, na sua capacidade de defender os reais interesses brasileiros, eles não terão a Constituição que querem fabricar para proteger interesses de grupos, de grupelhos, de grei que sempre fez a lei para servir ao rei. Não são apenas rimas, nobre Senador Itamar Franco, é a pura realidade. Substituir o Congresso significa eleger uma Constituinte composta por sua esmagadora maioria pelos representantes de multinacionais. Temos representantes dos intermediadores entre o BNH e o desgraçado mutuário; pelos beneficiários reais do endividamento público, externo e interno; pelos que se locupletaram ao longo da ditadura, e com a ditadura enriqueceram e sintomático, Sr. Senador, nessa campanha perniciososa, é que ela esteja ocorrendo no exato momento em que os grandes corruptos deste País estão sendo levados ao Poder Judiciário, em consequência de Comissões Parlamentares de Inquérito que funcionaram dentro do Congresso Nacional e por iniciativa enérgica, porém dentro da lei, do Procurador-Geral da República. Isso é que é impressionante, nobre Senador, e o que mais impressiona ainda é que a imprensa ajudou o Congresso Nacional, na sua fase mais difícil de vida, a propagar todas estas denúncias que agora estão sendo apuradas dentro da Lei, dentro da Constituição, e pelo Poder competente que é o Judiciário. O Congresso Nacional é o poder civil desarmado nós sabemos disto. Mas o Judiciário também já foi atingido. A campanha não é apenas contra o Congresso Nacional, mas contra as instituições, porque estão começando a espalhar, pelo Correio, contra-cheques de oficiais gerais do Exército brasileiro, para tentar também atingir as Forças Armadas. É uma campanha contra as instituições nacionais. Quem está por detrás dessa campanha eu não sei, nobre Senador, não posso saber, porque não tenho poder de retrovisão, não tenho bola de cristal, não vivo em gabinete de certos e determinados donos de jornais, que estão fomentando, inclusive, como é o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, conflagrações internas, lançando os gaúchos contra os nordestinos, chamando os gaúchos de autores e promotores de panamás, comparando o termo gaúcho ao significado de panamá, de tramóia, de atividades ilícitas, imorais, indecentes. Esse mesmo jornal, *O Estado de S. Paulo*, centenário na defesa das liberdades públicas, o único jornal, em nosso País, que sofreu a pior das desgraças que pode ter sofrido a imprensa durante a ditadura de Getúlio Vargas, que deixou de computar, inclusive nos seus longos anos de existência, os quatro ou cinco anos em que esteve sob a intervenção da ditadura odienta de Getúlio Vargas, esse mesmo jornal, pela coluna de um dos seus mais eminentes jornalistas, o Jornalista Carlos Chagas, afirmou ontem que está em tramitação no Congresso Nacional "uma molecagem e uma safadeza" palavras do Jornalista Carlos Chagas, eminente por todos os títulos! Que molecagem e que safadeza estão tramitando no Congresso Nacional? Segundo o Jornalista Carlos Chagas a proposta de emenda à Constituição, de autoria do Deputado Manoel Costa, que trata da ampliação de prazos constitucionais para descompatibilização de Ministros de Estado, de Governadores, de Secretários de Estado e de outras autoridades. Confesso a V. Ex^a que sou contrário, votarei contra a emenda do Deputado Manuel Costa. Mas não é uma imoralidade, Sr. Senador, que está tramitando no Congresso Nacio-

nal. Não é uma indecência, como afirmou o Sr. Carlos Chagas, não! É uma proposta de emenda à Constituição, prerrogativa legítima, constitucional, de qualquer membro do Congresso Nacional, que terá a decisão definitiva por julgamento do Congresso. O Congresso acatará ou não essa proposta de emenda. Mas não se pode dizer, pelas páginas de um jornal, com a responsabilidade de **O Estado de S. Paulo**, jornal que forma opinião pública neste País, que forma e que informa, não se pode classificar uma proposta de emenda à Constituição de uma imoralidade, de uma indecência, ou coisas que tais. Sr. Senador, não sei aonde querem chegar com essa campanha insidiosa, infamante, caluniadora, injuriosa, difamatória, que atinge a honra subjetiva e objetiva não apenas dos membros da Instituição, mas da instituição no seu todo, esquecendo-se eles, Sr. Senador Itamar Franco, que no dia em que cair o Congresso Nacional, eles serão sufocados pelos escombros deste Poder. Não posso compreender, Sr. Senador, como uma emissora de televisão como a TV Globo, que foi aqui, por seu Diretor-Presidente, Dr. Roberto Marinho, homenageada no dia 6 de agosto, homenageada pelos reais serviços que presta à Nação brasileira, pelos avanços tecnológicos que conseguiu atingir no setor das telecomunicações, das transmissões de imagem e de som, sendo hoje, ao que parece, a terceira ou quarta emissora de televisão do mundo; não se pode entender que uma emissora com essa responsabilidade e com esse grau de audiência, que atinge cerca de 80 milhões de brasileiros, tenha colocado, na última segunda-feira, na boca de um humorista a palavra deputado como sinônimo de vagabundo. Pois isso aconteceu, Senador Itamar Franco. Aonde querem chegar? Não sei. Só sei que será muito tarde quando começarem a se arrepender, e espero que não chegue esse momento de arrependimento porque, se chegar, já estará muito tarde, porque tanto o Congresso Nacional quanto a imprensa, estarão simplesmente liquidados. Não se pode conceber, nobre Senador, que depois de quase duas décadas de arbítrio, em que o Congresso e a imprensa foram as instituições que mais sofreram, em que jornais como **O Estado de S. Paulo** tinham que publicar versos de Luís de Camões, tiveram que contratar os serviços de Luís de Camões em consequência da presença física da censura na redação e nas oficinas daquele e de quase todos os jornais do País. Não se pode conceber que tendo o Congresso Nacional, nessa dura fase de arbítrio, perdido pela cassação autoritária centenas de seus membros, não se pode conceber que tendo sido o Congresso o real irmão de sofrimento, de angústia, de amargura, da imprensa brasileira, não se pode entender como certos setores da imprensa, agora, teimem em pisotear o Senado da República.

Hoje, o **Jornal de Brasília** publica que o Senado decepcionou junto à Comissão de Relações Exteriores, durante depoimento do Sr. Ministro Olavo Setúbal. Mas não divulga, de propósito, que V. Ex.^a interpelou o Ministro e que o Ministro escondeu de V. Ex.^a, escondeu do Senado, escondeu da Nação inteira os tratos, as providências, ou coisas que tais estejam em andamento para o reatamento ou não das relações diplomáticas com a República de Cuba. Como se estivéssemos vivendo num regime e num momento em que o reatar de relações diplomáticas com qualquer país do mundo, ou o seu rompimento, como no caso se impõe com a República da África do Sul, seja tratado à sorrelfa, às escondidas, à socapa, em segredo de Estado ou de Governo, quando na realidade o de que se trata é de interesse público e, por conseguinte, não pode nem deve ser escondido do Congresso, como o foi, e muito menos da Nação brasileira que teve no Congresso, ontem, o veículo para que esse assunto fosse dela não escondido, simplesmente, mas puramente surrupiado.

Ora, Sr. Senador, parece-me que está faltando um chamamento ao bom senso. O Congresso pode não ser uma instituição perfeita, não o é o Executivo, não o é o Judiciário, somos instituições humanas, embora procuremos buscar a perfeição, sempre teremos de encontrar percalços, obstáculos, óbices que nos impedem de atingir a essa perfeição que está de nós sendo reclamada. Mas, ainda apelo, por meio do discurso lúcido, profundamente sábio que V. Ex.^a pronuncia no Senado, apelo ao bom senso, lembrando a esses donos de jornal que estão pisoteando o Congresso, que a guilhotina não distingue pescoços; para a lâmina de guilhotina do arbítrio não há ne-

nhuma diferença entre o pescoço do Congresso e o pescoço da Imprensa. Era o aparte que tinha a dar a V. Ex.^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Fábio Lucena, primeiramente, V. Ex.^a tem autoridade para dizer o que falou nesta intervenção. V. Ex.^a é homem assíduo a este Plenário, às comissões, homem de elevado espírito público, uma inteligência brilhante e que cumpre seu dever como representante do seu Estado, que deve, neste momento, estar honrado com a presença de V. Ex.^a aqui nesta Casa.

Mas veja, nobre Senador Fábio Lucena, que não só interpelei o Ministro, como na hora protestei, e a imprensa também não registrou, ao dizer que o Senado da República decepcionou. Ela não comentou nossa intervenção ao Sr. Ministro, quando dizíamos que nosso País não poderia, mesmo se o quisesse, a não ser quebrando os tratados que assinou, a não ser quebrando sua palavra nos fóruns internacionais, tentar fabricar a bomba atômica. Porque o Brasil assinou o chamado Tratado de Tlatelolco, no México, Brasil, ao admitir o acordo com a Alemanha no campo nuclear, assinou o Acordo Brasil-Alemanha com a Agência Internacional de Energia Atômica, que permite a esta agência verificar se o Brasil está ou não fabricando artefatos militares.

Interpelamos a S. Ex.^a, o Sr. Chanceler por que o Brasil não havia assinado o que foi aprovado, em dezembro de 1984, na Organização das Nações Unidas, contra a tortura, contra os atos desumanos, e que o Governo anterior não quis referendar.

Isso à imprensa não interessa revelar. V. Ex.^a lembra um fato importante, nobre Senador Fábio Lucena, é que estamos caminhando para a Constituinte. Constituinte que, evidentemente, defendo diferente, porque acho que o Presidente da República não deveria dar poderes a nós de 82, e a Deputados e Senadores, que serão eleitos em 1986. Mas essa é uma outra discussão.

A medida que V. Ex.^a falava, recordei o saudoso Senador Milton Campos, representante do meu Estado, quando S. Ex.^a lembrava, nobre Senador Fábio Lucena, já em 1882, numa conferência na Sorbonne, quando Renan dizia, àquela época, que "a Nação é uma alma, um princípio espiritual". E completava Milton Campos, dizendo que a "Constituição tem de espelhar a realidade nacional". É esta realidade nacional que vai ser mostrada por aqueles que serão eleitos para elaborar a nova Constituição brasileira.

É por isso que, neste momento, não podemos concordar *in totum* com o Senador Luiz Cavalcante, quando acha que apenas porque a imprensa está fustigando o Congresso Nacional, nos vamos aumentar o número de Senadores e Deputados presentes nesta Casa. Pelo contrário, queremos que a imprensa aponte as nossas falhas, ajude a melhorar o Congresso Nacional que está funcionando sob uma estrutura arcaica, Senador Fábio Lucena. Nos meus 10 anos de Casa, posso dizer que ainda não aplicamos totalmente a moderna administração pública. Já temos nos nossos gabinetes, aqui no plenário, o que o Congresso americano não tem no seu Senado, um terminal de computação, mas continuamos funcionando dentro da mesma sistemática de 30, 40 anos atrás. Isto sim, a imprensa pode e deve ajudar. O que ela não pode e não deve é naufragar esta instituição, no momento em que queremos que este País caminhe no seu processo democrático. Neste momento, como já dizia o poeta, nós já estamos vendo as luzes do terceiro milênio, e que este País há de ser a grande nação do século XXI, se ela for uma nação democrática. Mas ela só poderá ser Nação se caminhar democraticamente, se tiver um Congresso livre, um Congresso soberano. Por isso é que a instituição tem de ser forte; e à medida em que ela se fortaleça, não tenha dúvida, a imprensa brasileira se fortalecerá, e poderemos sair desta pobreza, da miséria absoluta, na qual hoje vivem 40 milhões de brasileiros. Senador Fábio Lucena, Sr. Presidente, dos países desenvolvidos, qual deles permitiria, através do seu Congresso Nacional, que 5% do seu Produto Interno Bruto fosse entregue para pagar juros do serviço da dívida. A Nação brasileira pagou, em 1972, 5% do seu Produto Interno Bruto, para amortizar não o capital, mas para pagar o serviço

da dívida. Continuamos sujeitos aos banqueiros internacionais.

Una-se a imprensa conosco, nesta voz, protestando exatamente contra isso, contra a ação das companhias multinacionais, controlando 90% da indústria farmacêutica.

Una-se a imprensa a nós, para gritarmos que não podemos concordar com as ações dos banqueiros internacionais nem com a ação dos nossos banqueiros, porque bastou o Ministro da Fazenda assumir, bastou se colocar no Banco Central um homem ligado aos banqueiros, e em 24 horas os juros caíram, Sr. Presidente.

Queremos assistir se esses grupos econômicos que estão comandando hoje a Nova República, Sr. Presidente, vão realmente implantar aquilo que estão prometendo. Isto a imprensa haverá de estampar. Junte-se a imprensa a nós, para que este Brasil, Sr. Presidente, possa realmente caminhar sempre democraticamente, numa ação nacionalista de governo, para que o Congresso Nacional possa realmente cumprir suas nobres e definidoras missões que lhe estão reservadas, e já foram exercitadas no passado e muito mais agora, quando o povo brasileiro dará a este País a nova Constituição.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Enéas Faria. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Américo de Souza.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A recente nomeação, para o Ministério da Fazenda, do empresário Dilon Funaro, não representa somente a mudança de homens ou de nomes, representa, em verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, mudança de rumo, para o qual a política econômica do Governo do eminente Presidente José Sarney haverá de seguir.

Já vimos que as idéias fixas não modificáveis, aquelas tendências que eram consideradas como intocáveis mudaram. Hoje, Sr. Presidente, já se vê uma medida tomada num dia e alterada no outro, pela prevalência do bom senso, pela prevalência do entendimento e pela preocupação do acerto. Vimos que o tabelamento da carne, o congelamento do seu preço, medida adotada acertadamente no momento em que o foi pelo Ministério da Fazenda, ouvindo o Conselho Monetário Nacional, e dias após foi retificada e alterado o seu *status quo*. Vimos, Sr. Presidente, que o tabelamento da carne, provocou, naqueles que a produzem, a compreensão de que não deviam se prevalecer de sua liberdade e acrescer seus preços, tornando proibitiva sua aquisição pela população brasileira.

Vieram eles ao governo e expuseram seus problemas. O governo, atento na defesa do interesse público, não só da população, mas também dos produtores — e aqui se entenda, população como consumidores — sentam-se à mesa, e ambos conversaram e acertaram a melhor medida que a economia reclamava.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Com muita honra, nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Américo de Souza, V. Ex.^a sabe do apreço e da estima pessoal que tenho por V. Ex.^a, tanto que pesadamente sou forçado a divergir de V. Ex.^a, quando diz que houve bom senso nesse chamado acordo de cavalheiros, que eu ainda há pouco analisava, lamentavelmente na ausência de V. Ex.^a, mostrando, através de dados e números, que houve uma

espécie de acordo como aquela anedota do indivíduo que, num jogo, disse para o outro que tinha quatro ases: Ah, então eu ganhei! Não! Que jogo você tem? Eu tenho dois revólveres 38, carregados... Então, foi você que ganhou! Isso foi o que o Ministro fez. A SEAP anunciou, no dia 7 de agosto, quando fiz aqui um pronunciamento a respeito do problema da possível importação de carne, e me foi assegurado que se a carne não ultrapasse os índices gerais de preços estabelecidos com base no preço de 1983 não de 1984, mas de 1983, veja bem V. Ex^a, não haveria intervenção do Governo no mercado, até porque o Governo, por razões que ele entendeu como justificáveis, não tinha feito o estoque regulador, não tinha comprado na entressafra, como sempre fez, para agora, no pico da escassez, quando V. Ex^a sabe que todas as pastagens ou foram queimadas pela geadas, ou a esta altura já estão queimadas pelo fogo, logo os bois estão murchando nas invernações, aquele que vende boi nesta época só o faz premido por necessidades urgentíssimas de resolver negócios, porque ninguém pode matar bois nesta época do ano, a não ser, como eu disse, por desespero ou por falta de dinheiro. Logo, não houve um acordo de cavalheiros, houve uma chantagem governamental que vai quebrar — provei isso aqui demonstrando, e poderei passar com muito prazer às mãos de V. Ex^a — os frigoríficos — não vão dar prejuízo ao Governo, não, — vão quebrar os pecuaristas que estão vendendo o boi a prazo aos frigoríficos, além de liquidar com os varejistas, porque os custos, as margens de comercialização do chamado acordo de cavalheiros, não permitem sequer que os varejistas cubram os encargos financeiros que terão de recolher aos cofres públicos como diferença do ICM, do PIS e do FINSOCIAL. Então, veja V. Ex^a que na realidade não houve acordo, houve pressão, houve coação naquilo que muitos dos correligionários do Governo chamam de entulho autoritário, e o mais hediondo deles é a famigerada lei delegada. O que é mais grave, sem nenhum critério, porque se estabeleceu no acordo anterior que se o boi não ultrapassasse, no mês de agosto, 121 mil cruzeiros por arroba, 135 em setembro e 162 em outubro, não haveria importação de carne e não haveria intervenção no mercado. Mas o que se fez? Simplesmente se baixou uma portaria, jogando o boi para menos de 100 mil cruzeiros a arroba. Vale dizer: o boi que deu 24 dólares por arroba em 1984, passou a dar menos de 15 dólares, por força dessa portaria. Agora, tudo que o fazendeiro compra é pago em dólares ou em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, inclusive os juros para o Banco do Brasil; é correção monetária plena mais 11%, é o juro mais barato que o Banco do Brasil oferece. Mas não permite sequer que ele corrija o preço do seu produto, não diria em ORTN, mas pelo menos no Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC; nem isso foi consentido. Pelo contrário, o preço estabelecido para o acordo de cavalheiros foi na base de "eu tenho dois revólveres carregados e você só tem quatro ases". Este é o acordo de cavalheiros e isso é aquilo que V. Ex^a generosamente chama de bom senso, não só generosamente mas por dever de ofício, porque V. Ex^a tem o dever e a obrigação de defender seus correligionários no Governo. É louvável que V. Ex^a tenha essa coragem. Na realidade, não houve acordo nenhum, nobre Senador Américo de Souza. V. Ex^a há de fazer justiça ao produtor rural brasileiro que está cada vez mais exausto, já se exauriu, não tem mais nada para dar. Dizia eu, ainda há pouco, que eles continuam vindo engrossar nossas cidades, fazendo-os inchar, crescendo nossas favelas. E ele vem fazer o que na cidade, Senador Américo de Souza? Vem em busca do lucro que permanentemente a cidade lhe nega, embora os custos de alimentação no Brasil já tenha atingido as raízes do absurdo; já conseguiu, veja V. Ex^a — eu demonstrei isso aqui — superar até os preços criminosos produzidos pelas tais estatais do Brasil, pelo empreguismo e malversação do dinheiro público, aplicado através da estatização do Brasil. É coisa difícil de se acreditar, mas é verdade. O preço da alimentação conseguiu superar, no Brasil, os custos das tais estatais brasileiras. Não obstante isso, V. Ex^a verifica que quem ganhou um salário mínimo no ano passado, com os benefícios das leis trabalhistas, teve muito maior renda, cerca de 30% a mais, do que aquele que plantou um alqueire de soja, que era

cantado em prosa e verso como o grão, como a atividade agrícola que mais e melhor remunerava no Brasil. Então, veja V. Ex^a, o desgraçado do maranhense que planta arroz, por exemplo, qual a situação desse homem hoje, Senador Américo de Souza, se a soja resultou nisso, como demonstrei exaustivamente aqui neste plenário. Quanto ao caso da carne, gostaria de contar com a preciosa e honrosa atenção de V. Ex^a, para os quadros e para os números; para os índices, aplicando o Índice Geral de Preços, publicado pela *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, e que V. Ex^a honrar-me-á com sua atenção, lendo deste nosso modesto trabalho que hoje produzimos aqui, no Senado, V. Ex^a vai ver que realmente falece razão a V. Ex^a que diz que houve bom senso, como falece autoridade ao Governo para chamar o que foi feito, agora na pecuária de corte, de acordo de cavalheiros. Acordo de cavalheiros, Senador Américo de Souza, é como eu disse: alguém tem que apanhar e alguém tem que bater, só que o roceiro, invariavelmente, entra com as costas e o Governo brasileiro continua entrando com o porrete. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Nobre Senador Benedito Ferreira, o elevado e profundo conhecimento de V. Ex^a sobre a matéria, seria de porte a inibir o autor, ao discutir com V. Ex^a. Entretanto, digo a V. Ex^a que a minha presena na tribuna não representa apenas um dever de ofício, para colocar na devida ordem os atos do Governo, por terem sido, possivelmente, interpretados diferentemente do seu objetivo. Dizíamos, Sr. Senador, que essa atitude do Governo em reformular as suas decisões trazia uma nova maneira de dirigir a Nação, aquela de que as decisões de Governo não mais seriam consideradas como palavras do rei que não voltam atrás. Certamente que a volta atrás da decisão anterior, se não encontrar o caminho, o leito natural do seu objetivo, com certeza, nobre Senador, o Governo não terá nenhum pejo de reformular essa outra decisão.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a que eu faça uma ligeira observação?

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Assim que conclua o meu raciocínio, concederei o aparte a V. Ex^a.

Mas, Sr. Presidente, refiro-me a que essa alteração de agora teve um outro mérito que foi aquele de impedir a importação de produtos que temos em casa para atender à população, talvez não no volume desejado para fazer os preços correntes mais acessíveis às populações, mas de modo a impedir que os nossos dólares angariados custosamente pela exportação de produtos outros, pudessem ser exportados, para que trouxéssemos a carne para o sustento do nosso povo. E há ainda um outro ponto muito importante: é a não-intervenção no mercado da carne pelo Governo; defendemos ardorosamente a iniciativa privada, onde o Governo só deve intervir para beneficiar, não só a instituição da iniciativa privada, como a própria população. Sempre que possível, o Governo não deve intervir na economia privada.

E aí está um outro ponto que destacamos: a volta do Governo aos seus gabinetes, deixando que o preço da carne se tornasse também uma questão de mercado.

E se, Srs. Senadores, estamos, hoje, atravessando essa situação de escassez de carne — escassez relativa — é porque o Governo que antecedeu ao atual não teve a preocupação — e, nisso, creio concordar o Senador Benedito Ferreira — de refazer o estoque reguladores das entressafras. Não teve a preocupação que muitos outros governos — e até o anterior em outros anos — haviam tido, para que se mantivessem os estoques reguladores, comprando na safra, ao invés de permitir a sua exportação, como o fez anteriormente.

Ouço com prazer o Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Quero fazer duas colocações a V. Ex^a, Senador Américo de Souza. Primeiro, tenho que conceder ao Ministro o benefício de uma má interpretação da imprensa, porque isso tem ocorrido com muita frequência. Mas a imprensa noticiou — e não foi desmentido — palavras, entre aspas, como proferidas por S. Ex^a, de que o tabelamento teve o único propósito de trazer o pessoal do setor à mesa de negociação. Veja

V. Ex^a que, realmente, não sei se pela minha formação de homem do interior, prezo muito o princípio da autoridade, Senador Américo de Souza, acho que o Governo não pode se permitir a esse tipo de deboche, praticar um ato que intranquilizou e agitou todo o País, criou uma celeuma tremenda, prejudicou os mais fracos, os mais combatidos, porque, forçados a vender, venderam sob a égide da tabela publicada, mas ainda não em vigor, e, afinal, essa tabela não era para vigorar, mas era para valer, era uma brincadeira. Bem, esse é um aspecto. Agora, quanto ao Governo anterior, gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a porque vejo que V. Ex^a, realmente, como um homem de bem, está, infelizmente, mal informado. O Ministro Delfim Netto, no dia 8 de março, assinou um voto, que foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, aprovando a estocagem e liberando os recursos para 50 mil toneladas de carne e a estocagem — que era uma velha reivindicação dos produtores — do boi em pé para 400 mil bois. Só que o Banco do Brasil, com a Nova República, não recebeu um centavo para a estocagem do boi vivo, e a COBAL só veio a comprar 10 mil toneladas de carne em junho, quando o dinheiro foi liberado em 8 de março! Então, temos que relevar que houve a doença do saudoso Presidente Tancredo Neves, a mudança de Governo, essa posição de substituto eventual, na qual o Presidente Sarney teve que ficar por longos dias, mas veja Senador, que foi somente em junho que foram compradas 10 mil toneladas de carne, quer dizer, já em plena escassez, em pleno fim de safra, mas poder-se-ia ter comprado mais. A verdade é que foram compradas somente dez mil toneladas de carne; com vinte mil que havia de estoques anteriores, a COBAL, este ano, só compareceu no mercado, supletivamente. E o que é pior — reclamei isso aqui no Senado — atendendo politicamente às cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, vale dizer, só são contribuintes de impostos, só são brasileiros, o Governo Federal só tem obrigações com essas três cidades, o resto do Brasil inexistente. O Maranhão de V. Ex^a nunca foi contemplado com carne do estoque regulador; o Piauí foi apenas uma vez, durante todos esses anos, em que se faz estoque regulador de carne no Brasil; e não tenho notícia de nenhum outro Estado do Nordeste que recebesse carne do estoque regulador. Belém recebeu uma só vez, durante esses anos todos. Logo, o chamado estoque regulador, além de significar um ônus tremendo para o contribuinte brasileiro, tem-se prestado para cortejar o povão — e não é nem o povão, digamos a verdade, aqueles poucos que frequentam os supermercados, porque, afinal, a carne só é vendida através dos grandes supermercados. E sabe, V. Ex^a, que o trabalhador, que o operário não tem sequer roupas para frequentar os grandes e luxuosos supermercados do Brasil. De sorte que nem o pessoal da periferia, desses grandes centros, é beneficiado com essa carne estocada. Mas, de qualquer maneira, foi feito, novamente, este ano, foram liberados recursos e, lamentavelmente, de cinquenta mil toneladas foi reduzido para dez mil e dos quatrocentos mil bois, nenhum, Ex^a, foi financiado pelo Banco do Brasil, de acordo com o voto do Conselho Monetário Nacional. Eram essas as observações, e vejo que V. Ex^a, por não ser conhecedor e não tem obrigação nenhuma, porque não é do ramo, e nem o seu Estado é realmente produtor de pecuária, mas, eu pediria a V. Ex^a, mais uma vez, que examinasse, com a sua experiência, com a sua tarimba, esses dados e números que eu trouxe hoje e já foram proferidos aqui, para que V. Ex^a pudesse se assenhorear melhor da realidade do problema da carne no Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Nobre Senador Benedito Ferreira, eu faria apenas um adendo ao aparte de V. Ex^a para dizer que o estoque regulador de entressafra que deve ocorrer em carne, em boi abatido, na época da safra, quando ele gordo está e colocado nos frigoríficos para poder atender na época própria, é uma coisa bem diferente de estoque de boi vivo. Portanto, 400 mil bois, que devem pesar "x" quilos na época da safra, quando gordos eles estão, certamente não devem pesar a mesma coisa, na entressafra, quando esqueléticos e vierem a se tornar.

Mas dizia eu, Sr. Presidente, apenas para concluir, que essa mudança de mentalidade ocorrida no Ministério da Fazenda, chefiada pelo Ministro Dilson Funaro, vem nos trazer a tranqüilidade e a esperança de que o Governo, neste setor, haverá de caminhar, com certeza, com passos muito mais firmes, porquanto a infabilidade deixou de existir.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em recente encontro, realizado na segunda quinzena de agosto, nesta Capital, os Trabalhadores nas Empresas Estatais, que representam, certamente, um dos grupos mais esclarecidos dos meios sindicais, significando, também, um dos setores mais ligados ao nosso desenvolvimento econômico, fizeram importantes declarações políticas, econômicas e laborais, ressaltando, inicialmente:

“A sociedade brasileira não suporta mais a situação de arrocho a que vem sendo submetida há tantos anos. Os trabalhadores que representam a parcela mais conseqüente dessa sociedade, reclamam urgentes mudanças políticas para que a conjuntura nacional reflita os anseios e os interesses da Nação brasileira.”

Depois de afirmar que a Assembléia Nacional Constituinte é a única saída para a solução dos problemas institucionais do País, sustentam a necessidade da imediata mudança na política econômica, com a revisão dos compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional, negociada a dívida externa com respeito a nossa soberania, estabelecida, desde logo, uma moratória de cinco anos.

Prosseguindo, salientam os Trabalhadores de Empresas Estatais:

“Impõe-se a alteração de atual política salarial substituindo-se por uma legislação que atenda aos interesses dos trabalhadores, contemplando as suas propostas básicas que são INPC integral para todos os empregados, reajustes trimestrais, aumentos reais de salário e reposição salarial, para compensar as perdas salariais decorrentes da legislação em vigor.”

Essa reivindicação já foi aceita pelos dois candidatos à Presidência da República, sendo certo que procurarão evitar “o enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores”, bem como superarão a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, reconhecido o direito de sindicalização de todos os trabalhadores.

Afirmaram, aqueles trabalhadores, nesse importante congresso, que “a defesa das estatais é a defesa da soberania nacional” e que “os trabalhadores levarão essa defesa às últimas conseqüências”, colocando-se em posição “intransigentemente contrária à privatização e defendendo sua nacionalização e democratização”.

Trata-se de reivindicações legítimas, maduramente expressas. Por isso mesmo hipotecamos nossa solidariedade a essas moções e postulações do V Encontro Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Rollemberg.

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A instalação da comissão prévia da Constituinte é um fato auspicioso para o Brasil e para os brasileiros. É a arancada para o mais amplo debate em torno das questões mais relevantes do País, para as quais será preciso uma legislação superior atualizada, adequada à realidade econômica e ao estágio social da Nação.

O Brasil reclama um texto constitucional moderno e acima de tudo sincero em seus propósitos, para ser a norma jurídica respeitável, de onde fluirá o reordenamento

legal do País. O amontoado de leis, a irrealidade de muitos dos enunciados, fazem do Brasil um País sem ordenamentos jurídicos, sem Constituição, a mercê do humor dos governantes.

A evolução da sociedade brasileira neste século não está restrita ao progresso econômico do Centro-Sul, nem ao crescimento dos núcleos urbanos que plantaram País afora as grandes cidades. O Povo brasileiro, neste século, deixou de pensar pelos livros dos franceses e dos alemães, passando a formar o seu próprio repertório cultural, identificador do seu perfil.

No contexto da evolução cultural brasileira a sociedade avançou mais que as leis que a regula. O fosso entre o escopo jurídico do Estado e a vontade explícita da Nação é cada vez maior, principalmente quando o País tem de percorrer instantes revolucionários que impõem nova ordem, como ocorreu em 1930, em 1945, em 1964.

Vivemos novamente o tempo da reconstrução nacional, agora sob a influência dos ideários da Nova República, levados ao povo da memorável campanha que aliançou a classe política para a transição democrática, para a desmilitarização do regime. Um tempo fértil, porque comprometido com os mais legítimos anseios da Nação. Instante rico, porque respaldado pelo povo motivado para a convivência civilizada da democracia.

Em fins do século passado, quando foi proclamada a República e instituída a nova ordem jurídica do Brasil, o pensamento liberal dos nossos constituintes legou ao País um regime apoiado no federalismo, pelo qual a Pátria era, como dizia Rui Barbosa, a família amplificada, a união fazia convergir os Estados e estes os Municípios, dando a idéia de um só concerto de bases sociais que unidas pela língua, pela História, mas também pelas carências e pelos anseios, serviam de modelo na América Latina e animavam, internamente, a criança no futuro venturoso para todos os brasileiros, tanto aqueles que até então viviam na corte, na capital brasileira, quanto aos que habitavam os mais distantes e desprovidos municípios do País.

No entanto, tantos foram os desvios e tantas as claudicações que o federalismo ficou apenas no papel. O Brasil perdia a essência da conquista liberal da República, para expor a fratura da sua realidade triste apontando os ricos e desenvolvidos no Sul, e os pobres e atrasados no Norte e no Nordeste, separando e estigmatizando porções da população brasileira.

O Nordeste é hoje um caso triste de penúria, economicamente pouco ativo, com cerca de 35 milhões de necessitados, e atrasado com relação as demais regiões brasileiras. O não cumprimento do preceito federalista da nossa primeira constituição republicana responde, seguramente, pelo desequilíbrio que dividiu o Brasil em dois grandes pedaços e onde convivem em partes igualmente distintas da sociedade nacional.

O município foi a grande vítima. Empobrecido e deixado só em suas carências, o município emoldurou a lei mas dela não se beneficia, ao contrário, se dá até exaurir a sua capacidade produtiva, resiste até seu povo não mais suportar o sofrimento e as privações, enquanto aguarda que novamente o texto da lei maior do País consagre, efetive e definitivamente, o regime federal.

No curso do tempo vários organismos lutaram para soerguer os municípios, mobilizando as comunidades, as lideranças, as associações e mantendo quase a conta e risco uma atividade fortalecedora da vida municipal. O efeito de todos os trabalhos está aí, mostrando na força da base nacional que vem dos municípios, dando à união, mais uma vez, a oportunidade de legislar sincera e decididamente em favor da retomada do federalismo que a futura constituinte ensaja.

A Associação Brasileira de Municípios — ABM — que honrosamente presido, tem procurado manter a chama municipalista acesa, revigorando através do preparo dos dirigentes municipais para os embates que a questão tem suscitado em todo o País. E agora, quando o Brasil vive a véspera de uma Nova Assembléia Nacional Constituinte a ABM firma a sua palavra de participação, organiza os condutos da colaboração que os municípios, pelos seus líderes, podem dar ao texto da nossa lei maior.

Entendo que o município, em toda a sua abrangência, é matéria prioritária da constituinte, não apenas para fa-

zer remeter ao espírito do federalismo brasileiro, mas também por conter, no seu âmbito e universo, a própria questão nacional. Os municípios estão preparados para o debate e para o esclarecimento de suas necessidades. É preciso que o País esteja disposto a assimilar o município e introduzi-lo, de novo, no corpo da Lei Magna Nacional.

A Comissão dos 50 notáveis não contempla, lamentavelmente, as organizações brasileiras de municipalismo. Mas longe de representar um desestímulo, entendendo-se que todas as comissões são mesmo incompletas e perdem, na medida em que a própria Nação é mobilizada, as características salvadoras de que são inicialmente revestidas. A ABM como organismo municipalista continua fervorosamente organizada em defesa do município como núcleo do poder local, como fonte do poder maior que se irradia no estado e dá sustento à união.

Os municípios vão falar e querem ser ouvidos e considerados, para que o produto da inteligência legisladora da Assembléia Nacional Constituinte reproduza as tendências e os anseios dos municípios, como fundado escopo da organização nacional através da Nova Constituinte brasileira. A ABM já movimentou os dirigentes municipais do país, propondo organizar uma Assembléia Nacional Municipalista, para atuar dentro e fora do Congresso Nacional, levando e promovendo as teses que nutrem o municipalismo brasileiro e que explicitam, com clareza, as competências e as responsabilidades das diversas esferas do poder.

A ABM está em campanha permanente em favor do município e da sua consideração adequada e justa pela Assembléia Nacional Constituinte, é esta informação que trago ao plenário desta Casa, exortando os eminentes Senadores da República, a que mantenham o compromisso federalista oriundo das lei republicanas, devolvendo aos municípios o lastro legal e a autonomia da sua composição, como primeira célula da organização nacional.

O Brasil reencontra, neste momento da sua história, o seu caminho para reordenar a moldura política e legal que será a face constitucional com a qual o país ingressará no futuro, animado pela proclamação de uma nova e duradoura república. Chegou a hora da Nova Ordem Econômica, Jurídica e Social, chegou a hora do município ser colocado no seu verdadeiro lugar, para dar início ao esforço nacional do desenvolvimento com o que o Brasil vencerá os desafios e as crises e fará a felicidade do seu povo.

Vamos à constituinte, vamos com os municípios, vamos com a justiça democrática da participação municipal no organismo da federação.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faz poucos dias em Cuiabá, realizou-se o Encontro Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Naquela oportunidade o Dr. José Pedro Rodrigues, Presidente da Associação Médica de Mato Grosso, proferiu uma brilhante conferência que se intitulou: “A Questão Social dos Projetos de Desenvolvimento”.

Nesse brilhante trabalho, o Dr. José Pedro, analisou com precisão e brilhante discernimento, os problemas nacionais indo até ao âmago da problemática nacional.

Trata-se de um documento preciso que deve ser preservado. Daí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ter eu que ler a conferência para que conste dos Anais desta Casa.

Eis o que diz o Dr. José Pedro:

A QUESTÃO SOCIAL DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Ao se tentar analisar a questão social de uma determinada região, deve-se ter em conta alguns parâmetros em função dos quais essa análise possa ser entendida de forma clara.

Primeiramente é forçoso que se realce de plano a importância do fato social; onde ele passa e por que ele se

passa. O ator da cena social é o homem, em função de tudo o mais se processa.

O homem é, a essência, a razão e o fim de todo o envolver da humanidade. De forma positiva o homem se afirma sendo, e o SER é que define e marca o caminho e a caminhada, não o TER. Para KARL MARX — “O homem deixa de SER e manifestar sua vida na medida em que passa a TER e sua vida se torna mais alienada.”

Dessa forma Marx nos remete à questão da individualidade, a afirmação do homem em si próprio e que levou Emmanuel Mounier a definir em seu livro “O Personalismo”, a forma de andar a vida, criando um estilo próprio, original de viver, sem copiar o modelo de outrem, porém incorporando o que de positivo outros modelos pudessem oferecer.

A partir do indivíduo, que tem o seu TELOS, ou seja a sua meta e sua finalidade como ser humano, representado, em última análise, como sua filosofia de vida, podemos esboçar o TELOS de sua espécie, ou seja, a finalidade da espécie humana no mundo.

“O homem aspira realizar-se plenamente, busca a vida rica, a sua felicidade individual. Esta, dentro de uma concepção humanista, inclui além da satisfação das necessidades de sobrevivência (alimento, abrigo, sexo) a atenção a outras aspirações humanas como: saúde, educação, recreação, estética, aceitação social, satisfação no trabalho, segurança, conforto físico. Este conjunto substancia a Felicidade Plena” (Chaves-1978). Neste instante emerge do raciocínio a questão do bem comum, posto que, “o bem comum assume um sentido social correspondente ao máximo de bem-estar coletivo que o Estado pode assegurar a uma sociedade nacional”. (Arinos-1982). Para Aristóteles, na sua “Política”, voltamos à concepção social do bem comum que ele define como “a ação do Estado pela qual cada um, segundo sua condição, pode viver em bem-estar”.

Dentro desta visão percebemos a identidade entre a finalidade do ser humano no mundo e o exercício da política, qual seja a de buscar o bem-estar geral, que do ponto de vista filosófico é a felicidade e do ponto de vista político é o bem comum. Sendo o bem comum o objetivo final da política, o Estado necessariamente tende a buscá-lo” (Bobbio — 1982).

O exercício da política, que Max Weber chama de luta pela posse ou pela repartição do Poder, é que define o caminho que levará à composição desse Poder e à prática da justiça social, ou seja, a distribuição igualitária do bem comum, de uma outra forma, à distribuição da renda e seus benefícios.

No Estado autoritário o Poder é definido e definido pelas armas, dispensando a prática da disputa democrática e da alternância, permitindo o processo de usurpação e de elitimidade, que ocorreu no Brasil até há pouco, com todas as funestas consequências que tão bem conhecemos. Com a dispensa dos políticos na disputa pelo Poder, o papel desempenhado por eles era o de emoldurar a tela onde se desenrolava a cena do arbítrio, da corrupção e do engodo. Especialmente a cena da violência cultural que deformou o significado de tantas palavras e o sentido de tantos gestos, criando mesmo um duplo significado à uma mesma palavra, bem ao gosto de George Orwell no seu “1984”.

Dessa marginalização dos políticos originou-se também, em muitos deles, um condicionamento em não assumir posições claras e concretas, estabelecendo o “murismo” permanente, a perpétua indefinição. Levando com isso à omissão consciente da qual resultaram práticas extremamente nocivas ao povo e à Nação Brasileira.

Criou-se a idéia de que o Estado Nacional era uma empresa que tinha de crescer a qualquer custo. Proibiu-se a definição de que éramos nação subdesenvolvida para assumirmos uma fantasia de pompa e circunstância de Potência Emergente, mesmo sabendo que o Homem/Brasil que vestia essa fantasia era desnutrido, esqualido, desempregado e doente.

Foram criados os projetos de desenvolvimento que, em sua grande maioria, trouxeram apenas o bem-estar das empresas, enquanto instituições jurídicas, mas praticamente nada de positivo aos homens da região onde esses projetos eram instalados.

Instituiu-se uma legislação sanitária que percebia o homem unicamente como instrumento de produção, que tão logo ficasse doente, deveria, imediatamente, ser colocado numa “oficina de reparos” a fim de retornar à linha de produção.

Batemos o recorde mundial de acidentes do trabalho, não porque tivéssemos os piores trabalhadores, mas por que eles precisavam trabalhar mais tempo para sustentar a sua família com a mesma cesta alimentar que cada vez mais custava mais caro. O recurso das horas-extras levou o operário brasileiro à estafa física e mental; o sono e o cansaço advindos daí, o empurrava ao acidente, promovendo mutilações e mortes em número exagerado.

Isto foi muito bem demonstrado pelo DIEESE que verificou que “em 1970 um operário dispndia 103 horas de trabalho e gastava 43% do salário mínimo para comprar a ração mínima necessária para uma pessoa; em 1979, segundo o DIEESE, ele trabalhava 144 horas e consumia 60% do seu salário.”

Os índices divulgados pelo Ministério do Trabalho, com relação aos acidentes de trabalho, são conflitantes: ao mesmo tempo em que os “acidentes de trabalho” diminuíram em 24%, de 1976 para cá, ocorreu um acréscimo de 19% no número de mortes entre 1975 e 1979, além de assustador aumento de aproximadamente 80% nos casos de invalidez permanente. (Garrafa-1983)”.

A ideologia contida na legislação brasileira dos últimos 20 anos era realçada na prática social e na legitimação do autoritarismo contido em suas letras, que eram consensualmente aceitos, na grande maioria das vezes por pura omissão, pela sociedade em decorrência da alienação de forma permanente, durante os anos negros da repressão cultural, onde só se lia o que o Ministério da Justiça entendesse ser bom para o povo brasileiro, mas que na realidade só era ótimo para o Regime na medida em que se constituía uma sociedade amorfa, incolor e inodora, fácil de ser manejada, como se fôssemos todos muare guiados por cabrestantes.

Um exemplo terrível foi a lei dos defensivos agrícolas, que felizmente não foi aprovada, apesar de ter sido revestida de uma roupagem democrática que já se estabeleceu uma discussão nacional. O Ministério da Saúde, por pressões do Governo, aceitou negar a sua própria razão de ser na medida em que estabeleceu níveis de adoecimento, ou seja, níveis de intoxicação humana e de alimentos até um ponto onde o trabalhador ainda pudesse se agüentar em pé e continuar trabalhando. Conseguimos informações de técnicos do Ministério, segundo os quais, o Ministro da época fora obrigada a “engolir” aquele anteprojeto, por ser de interesse de pessoas influentes à sua aprovação.

Senhores, a análise dos projetos de desenvolvimento sob o ponto de vista social, nos últimos anos, no Brasil permite perceber de forma cristalina que, na sua grande maioria, esses projetos tentam usar o povo em benefício das empresas.

Não somos, de forma alguma, contra qualquer empresa, ao contrário, sabemos que elas são os instrumentos de progresso e de justiça social, mas é preciso aclarar, de forma contundente até, que o que importa para um povo, para um região e mesmo para a Nação é que o produto final da ação empresarial seja o bem estar coletivo. Não se pode admitir que o povo seja sacrificado e violentado em seus direitos fundamentais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos que todo homem tem direito à saúde e ao trabalho e é da responsabilidade do Governo a manutenção desses direitos. Também não se pode simplesmente esperar que o Governo presenteie o povo com o que lhe pertence por direito, pois esta foi a imagem repassada nos últimos tempos, e de que todas as conquistas democráticas e sociais aconteceram graças à bondade dos Governantes.

Retomando a questão dos projetos de desenvolvimento se torna preciso lembrar que, em Mato Grosso como em toda região Centro-Oeste, a abertura de frentes de desenvolvimento, especialmente em áreas pioneiras e com população migrante, traz um risco muito grande e que precisa ser considerado com muito cuidado, visto que o deslocamento de populações adaptadas a um determinado ecossistema, ao se descolar para outro, com

características diversas, torna-se extramamente vulneráveis a toda sorte de agressões do meio.

Essas migrações trouxeram o aparecimento de doenças até então inexistentes, como é o caso da esquistossomose em Goiás e a Doença de Chagas em áreas onde não havia casos autóctones.

“A intensificação da mobilização populacional para a Amazônia, assim como no interior da região, tem provocado um grande aumento na transmissão da Malária. Os dados epidemiológicos da Amazonia Legal, referentes aos últimos cinco anos (1978/83) mostram uma grande elevação do número de casos, que chegaram a duplicar no período (Tabela I).

As áreas com maior concentração de casos correspondem às que apresentam maior crescimento demográfico decorrente de processo migratório. (Tabela II). Em 1982, seis microrregiões da Amazônia Legal totalizavam mais de cem mil casos, sem incluir milhares de outros que foram registrados em outras partes da Amazônia e em estado situados fora dessa região.

Nessas regiões, a Malária vem produzindo forte impacto sócio-econômico, comprometendo a saúde e a produtividade de milhares de trabalhadores rurais, colonizadores e garimpeiros conforme dados apresentados a seguir, referentes a 1982. A grande maioria dos casos é registrada em populações instáveis, há pouco tempo implantadas na região. Muito colonos deixaram de se fixar à terra após repetidos acessos da doença.

— No norte mato-grossense, registraram-se 1850 casos em garimpeiros do Peixoto de Azevedo, enquanto que, em dois projetos de colonização (Braço Sul e Terra Nova), foram detectados 4.700 casos.

— Os projetos de colonização mostraram a maior incidência de Malária em Rondônia. Ariquemes, Colorado, Jarú, Marechal Dutra e Ouro Preto apresentaram 24.600 casos.

— Uma análise da informação obtida em 1982, nas regiões de maior transmissão de Malária no Estado do Pará, reunidos os dados epidemiológicos por grupo de localidade, segundo sua principal característica (colonização, fazenda, assentamento humano ao longo de rodovias, garimpo, etc.) concluiu que a Malária atingiu proporções elevadas em todos esses grupos e que tem um ponto em comum: são áreas de ocupação recente ou então influenciadas por elas.

Febre Amarela

Esta doença infecciosa aguda pode aparecer, sob a forma de surtos epidêmicos, na área onde a mesma é endêmica (Amazônia Legal), se a população não for convenientemente vacinada. Este risco decorre da rápida ocupação do Norte e do Centro-Oeste por milhares de indivíduos que se instalam em áreas de florestas e se expõem à picada do mosquito transmissor (Marques — 1983).

Pelo exposto podemos perceber a importância dos projetos de desenvolvimento, que são atrativos importantes para o deslocamento de grupos sociais de um determinado ponto afim de buscar melhores condições de trabalho nesses projetos.

É necessário que o governo sinta a necessidade de assegurar condições condignas para o assentamento desses migrantes em regiões onde incidência de endemias se exacerbam com as migrações. Seria útil para todos os participantes desses projetos que entendessem as causas fundamentais das migrações, que além de fatores pessoais, humanos, existem causas estruturais que obrigam as migrações. Em muito casos os migrantes que se deslocaram de cidades menores para centros urbanos mais avançados, causam uma desestruturação no mercado de trabalho, obrigando operários com melhores qualificações profissionais a se deslocarem para centros mais desenvolvidos. É uma migração forçando outra, fenômeno que ocorre no cotidiano.

Entre outros fatores que são causas de distorção em projetos de desenvolvimento, um dos mais importantes, é a visão que o responsável por sua implementação tem do projeto e de sua finalidade real. Este fator pode levar mudanças de ótica e de trajeto de tal forma que o projeto pode perder sua identidade.

Um exemplo concreto deste fenômeno é o BNH, que foi criado para dar habitação de baixo custo à população

de baixa renda. Entretanto o enfoque que hoje se percebe na filosofia do BNH é a de dar lucros às empreiteiras do setor, que cada vez constroem casas de pior qualidade a preços semelhantes aos do setor privado. A oficialização da propina que pode até ser chamada de Lei dos 10%, já que nenhum investimento oficial, em qualquer setor, não será implementado sem que a "autoridade" do setor receba os 10, 20 ou 30% à título de não se sabe o quê, aumentando assustadoramente o custo da obra, que será fatalmente repassada sob a forma de imposto, ou sob qualquer outra forma ao consumidor, quando a obra não é feita com material de péssima qualidade.

Os aspectos, abordados neste tema, constituem leves pinceladas numa tela gigantesca do panorama nacional, onde uns poucos usufruem do quase tudo em detrimento de tantos que nada possuem.

A Nova República não pode ser apenas figura de retórica. Ela deve representar uma mudança real, não apenas de homens, mas, principalmente, uma transformação na consciência dos homens.

É necessário que as Prefeituras pobres de Mato Grosso se unam em programas conjuntos, contratando assessores de alto nível para prestar serviços a vários municípios ao mesmo tempo, diminuindo acentuadamente os custos desses serviços. Isto vale, inclusive, para aquisição, de equipamentos que podem atender a sua ou mais Prefeituras próximas uma das outras.

São formas de se promover o desenvolvimento com poucos recursos e com técnicas mais simplificadas e adequadas à cada região.

O grande passo que devemos dar é, antes de qualquer coisa, resgatar a moral administrativa, sem a qual os projetos de desenvolvimento, por mais perfeitos que sejam, acabam por penalizar o homem na sua individualidade e à sociedade como um todo.

Cuiabá — agosto de 1985 — **José Pedro Rodrigues Gonçalves.**

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não desejo tornar hábito a apresentação do resumo do que ocorreu na Câmara e no Senado, no dia anterior. Esta é a terceira vez que apresento estas relações.

A razão pela qual dei-me a este trabalho foi simplesmente de fazer a constatação do que já afirmei neste plenário: o que se passa no plenário e nas comissões não merece, por parte dos meios de comunicação de massa, qualquer atenção.

Dentro do direito de opção destes órgãos, os trabalhos de ontem, no Congresso, praticamente não mereceram qualquer comentário. É como se nada tivesse ocorrido nos plenários. No entanto, sete Senadores discursaram e houve um debate muito importante sobre a política econômica do atual governo, debate este provocado pelo eminente Senador Virgílio Távora, e do qual participaram vários Senhores Senadores, dos diversos partidos, com assento nesta Casa. Hoje, nós jornais de maior circulação, nada foi noticiado sobre o assunto.

Desta maneira, Senhor Presidente, é natural que ouçamos, nos programas de rádio e TV, comentários que dão os Senhores Congressistas como exemplo dos que ganham sem trabalhar. É uma caricatura, muito injusta, dos parlamentares. Em toda a coletividade existem os que cumprem mais, ou menos, com suas obrigações. O que não é justo é a Instituição, como um todo, ser condenada por qualquer falha individual. O Congresso, como instituição, não deveria ser apresentado à opinião pública como uma instituição falida. Isto é um desserviço à causa da democracia. Da mesma forma que não podemos condenar a imprensa como um todo, em razão de qualquer abuso ou descumprimento do dever por parte de qualquer jornalista, por mais importante que seja, o Congresso, como um todo, não pode ser considerado pela opinião pública como um ônus muito pesado à sociedade.

Ontem, Srs. Senadores, no plenário do Senado, usaram da palavra os Senadores Roberto Saturnino, Virgílio Távora, Lomanto Júnior, Carlos Chiarelli, Nelson Carneiro e Fábio Lucena, e eu tive a oportunidade de apresentar a relação dos trabalhos ocorridos nas duas Casas do Congresso, no dia anterior.

Reuniram-se as Comissões de Serviço Público, de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores — para ouvir a palestra do Ministro Olavo Setubal — e a CPI da Previdência, para tomar o depoimento do Dr. Thomaz Camanho Neto.

Na Câmara, falaram os Deputados constantes da relação anexa a este pronunciamento.

Mais uma vez repito que tudo isto ocorreu em um dia normal de trabalho. Não tenho a relação das Comissões que se reuniram na Câmara.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

De tudo isto que ocorreu no Congresso no dia de ontem, vimos hoje, na imprensa, alguns comentários sobre a presença do Ministro Olavo Setubal na Comissão de Relações Exteriores e sobre o depoimento controverso do Dr. Thomaz Camanho Neto, na CPI da Previdência.

Como o público poderá julgar, com pleno conhecimento de causa, o trabalho dos seus representantes?

Aqui encerro, Senhor Presidente, a prestação de contas que resolvi fazer nos últimos três dias. Fica, nos Anais do Senado, um pouco do muito que aqui se faz.

Um dia, talvez, algum estudioso, ou meramente interessado, venha a compulsar os nossos Anais e, ao se deparar com estes pronunciamentos despretenciosos, verifique que no Congresso o povo brasileiro estava representado por parlamentares com os mesmos defeitos e qualidades da média do povo brasileiro. Que tome nota, porém, de uma coisa: nenhum parlamentar, desde que conheço o trabalho dos congressistas brasileiros, jamais foi acusado de ter sido corrompido no exercício das suas funções. Os congressistas estão isentos deste pecado, mesmo fazendo parte de uma coletividade.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JUTAHY MAGALHÃES EM SEU DISCURSO:

DILSON FANCHIN — Reformulação no sistema de pesagem nas rodovias.

MARCONDES PEREIRA — Tabela de preços dos gêneros alimentícios. Contrabando de pedras preciosas para os Estados Unidos.

JOSÉ GENOINO — Influência de empresários e juristas na Nova República. Reivindicações dos previdenciários grevistas.

NILTON ALVES — Negativa, por posto da ECT do Bairro Partenon, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, de taxa de telegrama a lideranças partidárias no Congresso Nacional.

JORGE CURY — Reivindicações dos bancários.

MÁRIO LIMA — Greve dos trabalhadores no Pólo Petroquímico de Camaçari, Estado da Bahia.

HERMES ZANETI — Contratação irregular de professores em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

EVANDRO AYRES DE MOURA — Fortalecimento da rede bancária. Recursos para a pequena e média agropecuária nordestina.

JOSÉ TAVARES — Aproveitamento de projeto de lei em defesa do consumidor, de sua autoria, pelo Ministério da Desburocratização.

ARTHUR VIRGÍLIO NETO — "Carta Aberta" do orador ao Sr. José Ermírio de Moraes.

FRANCISCO DIAS — Panorama social brasileiro.

IRMA PASSONI — Política educacional. Greve dos alunos da Organização Santamarense de Ensino e Cultura.

GERALDO MELO — Campanha salarial dos trabalhadores na palha da cana no Estado de Pernambuco.

ANTÔNIO DIAS — Falecimento do engenheiro João Cataldo Pinto.

EDME TAVARES — Desempenho do Presidente José Sarney.

OSWALDO TREVISAN — Pauta de reivindicações dos bancários.

MÚCIO ATHAYDE — Administração José Aparecido, Brasília, Distrito Federal.

MENDES BOTELHO — Artigo "Constituinte, ou é autêntica ou é farsa", publicado no *Diário do Grande ABC*.

JORGE ARBAGE — Destinação de cinco por cento da renda líquida da Loteria Esportiva Federal e da Loto para as Santas Casas de Misericórdia e para assistência aos leprosos.

JUAREZ BERNARDES — Asfaltamento da estrada Uruaçu-Padre Bernardo, Estado de Goiás.

LÚCIA VIVEIROS — Igualdade de tratamento para a mulher ou companheira do trabalhador rural.

FRANCISCO AMARAL — Instituição do crédito educativo pela Caixa Econômica de São Paulo e outros conglomerados bancários.

NOSSER ALMEIDA — Apoio governamental para a reestruturação financeira do Banco da Amazônia S.A.

WAGNER LAGO — Agravamento da violência rural no Estado do Maranhão.

DARCY POZZA — Alteração do cálculo da correção monetária para remuneração dos depósitos em caderneta de poupança.

AMAURY MÜLLER — Nomeação de Álvaro Villas-Boas para a Presidência da FUNAI.

ESTEVAM GALVÃO — Desativação da Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes — COSIM.

BENEDITO MONTEIRO — Aprovação de requerimento sobre comparecimento do Ministro Ronaldo Costa Couto à Comissão do Interior.

ANTÔNIO MAZUREK — Conveniência de instalação de Faculdade de Odontologia em Cascavel, Estado do Paraná.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA — Regulamentação do pagamento de jeton aos Parlamentares.

GILSON DE BARROS — Possibilidade de funcionamento, sob regime de plantão, de agências e postos da ECT.

HUGO MARDINI — Assistência do FUNRURAL aos agricultores do Município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

CHAGAS VASCONCELOS — Falecimento do ex-Senador Ozires Pontes.

WILSON VAZ — Representação de Minas Gerais na Nova República.

SÉRGIO LOMBA — Aumento do índice da inflação no mês de agosto do corrente ano.

DÉLIO DOS SANTOS — Conveniência da construção de Centro Integrado de Educação Pública no Bairro da Tijúca, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

JAQUES D'ORNELLAS — Projeto RADAM.

ALBÉRICO CORDEIRO — Ameaça de fechamento da "Casa de Graciliano Ramos", Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

DJALMA BOM — Movimento paredista dos bancários.

WILMAR PALIS — Indecisão do Governo no combate aos especuladores. Segurança do trabalho na construção civil.

ALCIDES FRANCISCATO — Captura predatória de baleias em águas territoriais brasileiras.

CELSON BARROS — Conservação e asfaltamento de estradas no Estado do Piauí.

HAROLDO LIMA — Greve dos trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari, Estado da Bahia.

JOÃO BATISTA FAGUNDES — Isenção do pagamento de IPI e ICM para motoristas profissionais.

JOSÉ CAMARGO — Programa "Primeiro, a Criança", da LBA.

LÉO SIMÕES — Instalação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA — Liberação, pelo Governo Federal, de recursos para restauração da BR-232, trecho São Caetano — Pesqueira — Arcoverde, Estado de Pernambuco.

OSCAR ALVES — Redução do prazo para cobrança das contribuições devidas à Previdência Social.

PACHECO CHAVES — Crise no abastecimento alimentar no País.

RENATO CORDEIRO — Sugestões para reformulação da assistência médico-hospitalar da Previdência Social.

SIQUEIRA CAMPOS — Implantação de distritos industriais no norte do Estado de Goiás.

ROSEMBURGO ROMANO — Reflexões do orador sobre as comemorações do Dia da Pátria.

JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Prejuízos causados por chuva de granizo em Carmo do Parnaíba, Estado de Minas Gerais.

LEONIDAS RACHID — Implantação de usina metalúrgica em Porto Velho, Estado de Rondônia.

JOÃO HERRMANN — I Encontro de Secretários e Coordenadores de Cultura e Turismo do Estado de São Paulo.

OSVALDO MELO — Necrológico do Desembargador Edgard Maia Lassance Cunha. Greve branca dos Investigadores de Polícia do Estado do Pará.

ARTENIR WERNER — Obrigatoriedade de juntada às declarações de rendimentos dos comprovantes dos pagamentos a profissionais liberais cuja dedução ou abatimento for pleiteado.

BOCAYUVA CUNHA — Maior assistência do Governo Federal ao Estado do Rio de Janeiro.

INOCÊNCIO OLIVEIRA — Ação do Governo no combate à inflação.

VALMOR GAVARINA — Restabelecimento da linha ferroviária de passageiros entre Cianorte e Jacarezinho. Instituição do vale-transporte.

LÉLIO SOUZA — Competência plena para as Câmaras Municipais e as Assembléias Legislativas decidirem sobre a remuneração de seus membros.

MÁRCIO LACERDA — Financiamento para construção de habitações no Estado de Mato Grosso.

DASO COIMBRA — Instalação de feira de livros na Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal.

HORÁCIO ORTIZ — Isenção do IPI e do ICM na aquisição de automóveis a álcool por motoristas de táxi de São Paulo.

NELSON DO CARMO — Adoção de crianças brasileiras por estrangeiros.

DOMINGOS LEONELLI — Greve dos petroquímicos e químicos no Pólo de Camaçari, Estado da Bahia.

V — Grande Expediente

JORGE ARBAGE — Política econômica do Governo.

CELSO BARROS — Política econômica do Governo.

SÉRGIO FERRARA — Licenciamento do orador da Câmara dos Deputados para concorrer à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Problemática belo-horizontina.

VI — Ordem do Dia

EPITÁCIO CAFETEIRA, LEONIDAS RACHID, ABDIAS NASCIMENTO, FRANCISCO ROLLEMBERG, PAULO MARQUES, ANTONIO MAZUREK, DILSON FANCHIN, CÁSSIO GONÇALVES, FLÁVIO BIERRENCACH, VICENTE QUEIROZ, AIRTON SOARES, JOÃO HERCULINO, CESAR CALS NETO, ALTAIR CHAGAS, CARLOS VINAGRE, DORETO CAMPANARI, FRANCISCO AMARAL, LUIZ LEAL, PAULO ZARZUR, JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS, NELSON DO CARMO, MARCONDES PEREIRA, FRANCISCO DIAS, FLORICENO PAIXÃO, LÉLIO SOUZA, CARLOS VIRGÍLIO TÁVORA, PEDRO CORRÊA, ARNALDO MACIEL — Apresentação de proposições.

DJALMA BOM — Reclamação sobre demora na instalação da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

PRESIDENTE — Resposta à reclamação do Deputado Djalma Bom.

AIRTON SOARES — Comunicação, como Líder, sobre envio, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional, de Projeto de Lei dispondo acerca de Gratificação de Desempenho das Atividades Previdenciárias.

IRMA PASSONI (Retirado pela oradora para revisão.) — Comunicação, como Líder, sobre quadro sócio-econômico nacional.

HAROLDO LIMA — Comunicação, como Líder, sobre desencadeamento, com a instalação da Comissão de Estudos Constitucionais, da campanha pela Constituinte. Redefinição constitucional do papel das Forças Armadas.

SEBASTIÃO NERY — Comunicação, como Líder, sobre limitações impostas pelo TRE do Estado do Rio de Janeiro ao normal desenvolvimento da campanha eleitoral pela Prefeitura da Capital fluminense.

GASTONE RIGHI — Comunicação, como Líder, sobre inconsistência da política adotada pelo Ministro Dilson Funaro, da Fazenda.

SÉRGIO LOMBA — Comunicação, como Líder, sobre disciplinamento, pelo TRE do Estado do Rio de Janeiro, de gastos na campanha eleitoral para a Prefeitura da Capital do Estado.

ANTÔNIO DIAS — Comunicação, como Líder, sobre necessidade de apoio ministerial à nova administração da SUDEPE.

AIRTON SOARES — Comunicação, como Líder, sobre assassinato do Líder camponês Evanduir Pereira da Silva. Propósito do Governo de elucidar o crime.

HUGO MARDINI — Comunicação, como Líder, sobre comparecimento do Senador Roberto Campos ao Palácio do Planalto a convite do Presidente José Sarney.

JOSÉ THOMAZ NONÔ — Comunicação, como Líder, sobre razões informadoras do convite do Presidente José Sarney ao Senador Roberto Campos.

HUGO MARDINI — Comunicação, como Líder, sobre silêncio do PMDB quanto ao comparecimento do Senador Roberto Campos ao Palácio do Planalto. Postura do PFL em defesa da Nova República.

AIRTON SOARES — Comunicação, como Líder, sobre inexistência de convite do Presidente José Sarney ao Senador Roberto Campos.

AGNALDO TIMÓTEO — Questão de ordem sobre conveniência da exoneração do Ministro da Cultura.

JOACIL PEREIRA — Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 4.014-C, de 1984.

WILMAR PALIS — Questão de ordem sobre impossibilidade regimental de encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 4.014-C, de 1984.

PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem do Deputado Wilmar Palis.

DARCY PASSOS, RICARDO FIUZA, TARCÍSIO BURITI, JOSÉ GENOÍNO, LÉLIO SOUZA, GASTONE RIGHI — Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 4.014-C, de 1984.

HERMES ZANETI — Questão de ordem sobre restabelecimento do antigo sistema eletrônico de votação.

PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem do Deputado Hermes Zaneti.

ALBERTO GOLDMAN — Questão de ordem sobre ter o PCB representação na Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem do Deputado Alberto Goldman.

VALMOR GAVARINA — Questão de ordem sobre aceitação, pelo orador, do novo sistema eletrônico de votação em homenagem ao Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Casa.

PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem do Deputado Valmor Gavarina.

PRISCO VIANA — Questão de ordem sobre possibilidade de emissão de opinião na fase de encaminhamento de votação.

PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem do Deputado Prisco Viana.

PRESIDENTE — Esclarecimento ao Plenário sobre nova sistemática eletrônica de votação.

FREITAS NOBRE — Questão de ordem sobre inexistência de condições que assegurem a legitimidade da votação realizada pelo sistema eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem do Deputado Freitas Nobre.

PRESIDENTE — Esclarecimento ao Plenário sobre perfeito funcionamento do sistema eletrônico de votação.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA (Como Líder) — Destinação de Base de Lançamento construída pelo Ministério da Aeronáutica em Alcântara, Estado do Maranhão.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO (Como Líder) — Violência no meio rural. Reforma agrária.

HUGO MARDINI (Como Líder) — Política econômica do Governo.

ITURIVAL NASCIMENTO (Como Líder) — Herança deixada pelos Governos apoiados pelo PDS à Nova República.

1

PROJETO DE LEI Nº 4.014-C, DE 1984

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei nº 4.014-C, de 1984, que proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda; da Comissão de Agricultura e Política Rural, pela aprovação; e, do Relator designado pela Mesa, em substituição à Comissão de Finanças, pela aprovação. Pareceres às emendas de Plenário, dos Relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com subemendas; de Agricultura e Política Rural, pela aprovação da de nº 2 e rejeição da de nº 1; e, de Finanças, pela aprovação das de nºs 1 e 2. (do Sr. Gastone Righi.) — Relatores: Srs. Nilson Gibson, Cardoso Alves, Luiz Leal, Raymundo Ásfora e Jorge Vianna. Aprovados o projeto e a Emenda nº 2 de Plenário.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 266, DE 1984

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução nº 266, de 1984, que dispõe sobre a Assessoria legislativa. (Da Mesa.) — Relator: Sr. Fernando Lyra. Aprovado.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 341, DE 1985

Discussão única do Projeto de Resolução nº 341, de 1985, que autoriza o Senhor Deputado João Herculino a participar de missão cultural no exterior. (Da Mesa.) — Relator: Sr. Leur Lomanto. Aprovado.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 343, DE 1985

Discussão única do Projeto de Resolução nº 343, de 1985, que autoriza o Senhor Deputado Hélio Dantas a participar de missão cultural no exterior. (Da Mesa.) — Relator: Sr. Leur Lomanto. Aprovado.

5

PROJETO DE LEI Nº 4.215-A, DE 1984

Discussão única do Projeto de Lei nº 4.215-A, de 1984, que acrescenta dispositivo à Lei nº 4.504, de 30 de no-

vembro de 1964 — Estatuto da Terra —, com vistas à fixação de módulo de fracionamento rural específico para o Distrito Federal; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e da Comissão de Agricultura e Política Rural, pela aprovação. (Do Senado Federal.) — Relatores: Srs. Gomes da Silva e Renato Cordeiro. Adia a discussão por cinco sessões.

6

PROJETO DE LEI Nº 4.957-A, DE 1985

Discussão única do Projeto de Lei nº 4.957-A, de 1985, que fixa os valores da retribuição da Categoria Funcional de Fisioterapeuta, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, código NS-900, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas e voto em separado do Sr. Egídio Ferreira Lima; e, das Comissões de Serviço Público e de Finanças, pela aprovação, com adoção das emendas da Comissão de Constituição e Justiça. (Do Poder Executivo.) — Relatores: Srs. Nilson Gibson, Gomes da Silva e Bayma Júnior. Aprovados o projeto e as emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

7

PROJETO DE LEI Nº 4.959-A, DE 1985

Discussão única do Projeto de Lei nº 4.959-A, de 1985, que autoriza a reversão ao Estado de Mato Grosso do terreno que menciona; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Finanças, pela aprovação. (Do Poder Executivo.) — Relatores: Srs. Plínio Martins, Maçao Tadano e Fernando Magalhães. Aprovado.

VII — Designação da Ordem do Dia

VIII — Encerramento

Discurso do Deputado Ernani Sátiro, proferido no Grande Expediente da sessão ordinária de 05-08-85: Convocação de Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Proposta de Emenda à Constituição que altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 102 da Constituição Federal.

O SR. LEONIDAS RACHID — Projeto de lei que estabelece o aproveitamento, pelas Forças Armadas, em seus Quadros de Oficiais, das praças possuidoras de cursos superiores.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO — Indicação que sugere a manifestação da Comissão de Relações Exteriores sobre a oportunidade do reconhecimento diplomático, pelo Brasil, da SWAPO, designada pela Assembléia Geral das Nações Unidas como a única e autêntica representante do povo namibiano.

O SR. FRANCISCO ROLLLEMBERG — Projeto de lei que dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de caminhões por transportador autorizado.

O SR. PAULO MARQUES — Projeto de lei que altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para isentar a construção de tipo econômico da contribuição previdenciária.

O SR. ANTONIO MAZUREK — Projeto de lei que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.166, de 1971, para

redefinir a figura do pequeno produtor rural e retirá-lo do âmbito dos sindicatos das categorias profissionais.

O SR. DILSON FANCHIN — Projeto de lei que isenta da contribuição previdenciária a construção de tipo econômico, e determina outras providências.

O SR. CÁSSIO GONÇALVES — Requerimento de voto de congratulações à Fundação Logosófica de Belo Horizonte, pela passagem do cinquentenário de suas atividades no Brasil.

O SR. FLÁVIO BIERRENBACH — Projeto de lei que altera os arts. 882 e 883 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

O SR. VICENTE QUEIROZ — Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Paragominas, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O SR. AIRTON SOARES — Projeto de lei que institui a função de Instrutor de Pilotagem.

O SR. JOÃO HERCULINO — Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de João Pinheiro, Minas Gerais, e dá outras providências.

O SR. CESAR CALS NETO — Requerimento de inserção em ata desta Casa de voto de regozijo pelo transcurso do cinquentenário do Colégio 7 de Setembro, em Fortaleza.

O SR. ALTAIR CHAGAS — Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação aos arts. 17 e 217 da Constituição Federal.

O SR. CARLOS VIRGÍLIO TÁVORA — Projeto de Lei Complementar que acrescenta § ao art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, reduzindo a idade para a aposentadoria do pescador.

O SR. DORETO CAMPANARI — Projeto de Lei que revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, de modo a não permitir quaisquer descontos pelo fornecimento de moradia ao trabalhador rural.

O SR. FRANCISCO AMARAL — Projeto de Lei que dispõe sobre concursos para ingresso no serviço público.

O SR. LUIZ LEAL — Proposta de Emenda à Constituição que modifica o § 2º do art. 102.

O SR. PAULO ZARZUR — Projeto de Lei que concede aposentadoria após 25 anos de serviço aos trabalhadores na indústria química e de refrigeração.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Requerimento à Mesa sobre número de jornalistas contratados pela Câmara, vantagens e carga horária a que estão submetidos.

O SR. NELSON DO CARMO — Projeto de Lei que introduz alteração na sistemática de liquidação de entidade financeira (Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974), dispondo que, antes da decretação da intervenção, serão convocados os acionistas para recomposição do capital.

O SR. MARCONDES PEREIRA — Projeto de Lei que pune como contravenção penal o pichamento de bens do patrimônio público ou privado.

O SR. FRANCISCO DIAS — Projeto de Lei que cria o Fundo de Assistência à Educação Supletiva da Previdência Social, e determina outras providências.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Projeto de Lei que dispõe sobre a correção automática de salários.

O SR. LÉLIO SOUZA — Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação ao art. 14 e seu § único, da Constituição.

O SR. PEDRO CORRÊA — Projeto de Lei que extingue a taxa de aferição de medidas e instrumentos de medir cobrada pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), alterando o Decreto-lei nº 240, de 1967.

O SR. ARNALDO MACIEL — Projeto de Lei que revoga o art. 58 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais — para legalizar o jogo do bicho.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 416 de 1985), do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1982, de autoria do Senador Passos Pôrto, que institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo" a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.

2

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1980, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, dispondo sobre o funcionamento das clínicas que menciona, tendo

PARECERES, sob nºs 821 a 823, de 1982, das Comissões:

- De Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- De Legislação Social, favorável; e
- de Saúde, favorável.

3

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1982, de autoria do Senador Gastão Müller, que veda a fabricação de veículos automotores de passageiros, com potência superior a 180 HP, que não sejam para consumo a álcool, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 819 e 820, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Passos Pôrto; e
- de Economia, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

Ata da 162ª Sessão, em 5 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. João Lobo

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE PARECER

PARECER
Nº 598/85

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício "S" nº 30, de 1985 (Ofício nº 43/85-P/MC, de 12 de agosto de 1985, na origem), "do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo STF nos autos do Recurso Extraordinário nº 94.580-6, do Estado do Rio Grande do Sul, o qual declarou a inconstitucionalidade da letra "h", do item I, do art. 1º, da Lei nº 5.384, de 27-12-66, daquele Estado".

Relator: Senador Hélio Gueiros

Por Ofício de nº 43/85, de 12 de agosto de 1985, o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, encaminhou ao Senado Federal cópia das notas taquigráficas e do acórdão proferido por aquela alta Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 94.580-6, do Estado do Rio Grande do Sul, declarando a inconstitucionalidade da letra h, do item I, do art. 1º, da Lei nº 5.384, de 27 de dezembro de 1966, daquele Estado.

Cumpra ao Senado Federal, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, "suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal".

O dispositivo contestado faz incidir o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a ele relativos sobre o usucapião. Considerado constitucional na primeira instância, o dispositivo aprovado, longo e substan-

cioso voto do Ministro Moreira Alves, foi no sentido de que não pode subsistir tributação própria da transmissão, quando esta na verdade não ocorreu, tendo-se verificado uma hipótese de aquisição originária, além do que a legislação tributária não pode alterar definição, alcance e conteúdo dos institutos, conceitos e formas do direito privado.

Isto posto, com fulcro no item VI do art. 4º da Constituição, concluímos pelo seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97, DE 1985

Suspende a execução da letra "h", do item I, do art. 1º, da Lei nº 5.384, de 27 de dezembro de 1966, do Rio Grande do Sul, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Artigo único. Fica suspensa a execução da letra h, do item I, do art. 1º da Lei nº 5.384, do Rio Grande do Sul, declarada inconstitucional por decisão plena do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 94.580-6, a 30 de agosto de 1984.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1985. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Hélio Gueiros, Relator — Luiz Cavalcante — Henrique Santillo — Nivaldo Machado — Helvídio Nunes — Jutahy Magalhães — Alfredo Campos — Martins Filho.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a Mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº , de)

Grupo	Categorias Funcionais	Código	Referências de Vencimento ou Salário por Classe
Outras Atividades de	Bibliotecário	SF-NS-932	Classe Especial
Nível Superior			NS-22 a NS-25
			Classe C
			NS-17 a NS-21
			Classe B
			NS-12 a NS-16
			Classe A
			NS-5 a NS-11

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 1985

Altera a estrutura da Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.

Art. 1º A Categoria Funcional de Bibliotecário, Código SF-NS-932, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, a que se refere a Lei nº 6.908, de 24 de maio de 1981, fica alterada na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidas à conta do Orçamento da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando os seus efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1984.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A alteração proposta tem por objetivo dar à Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, tratamento idêntico ao já adotado em relação a outras Categorias Funcionais desta Casa, permitindo o acesso à última referência daquele Grupo, ou seja, NS-25.

Observe-se, por oportuno, que se trata, na hipótese de mera extensão aos servidores do Senado Federal de medida semelhante já adotada pelo Poder Executivo em relação a seus funcionários, sendo assim, tão-somente, aplicação do mandamento constitucional relativo à paridade de vencimentos.

Sala da Comissão Diretora, 24 de junho de 1985. — José Fragelli — Enéas Faria — João Lobo — Alberto Silva.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, de 1985

Dispõe sobre dotação financeira ao Fundo Assistencial do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será incluída na programação orçamentária anual das duas Casas do Congresso Nacional, consoante determina o art. 7º da Lei nº 7.266, de 4 de dezembro de 1984, dotação destinada ao Fundo Assistencial para complemento dos encargos com benefícios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.

Parágrafo único. A dotação prevista neste artigo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas previstas para o exercício, inclusive 1985, com pagamento de benefícios, sendo 30% (trinta por cento) no Orçamento da Câmara dos Deputados e 20% (vinte por cento) no Orçamento do Senado Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O objetivo do presente decreto legislativo é disciplinar a obrigação legal do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em destinar dotação para o Fundo Assistencial do IPC, consoante determina o art. 7º da Lei nº 7.266, de 4 de dezembro de 1984, que em consonância com o estabelecido no art. 53 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, assegura a contrapartida para cobertura das despesas com pagamento de benefícios para viúvas, companheiras, filhos e filhas de saudosos ex-congressistas, bem como auxílio-doença, auxílio-funeral e pecúlio, e ainda resguardar, com maior solidez, a sobrevivência do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.

Brasília, em 5 de setembro de 1985 — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.266,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 1984

Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, o valor das pensões, e dá outras providências.

Art. 7º Será incluída na programação financeira anual das duas Casas do Congresso Nacional dotação destinada ao Fundo Assistencial do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.

(As Comissões de Constituição e Justiça, Diretoria e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Através do Aviso nº 345, de 30 de agosto de 1985, o Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado cópias das atas das sessões em que foram tomadas decisões aplicando sanções aos responsáveis que relaciona, bem como a discriminação dos recursos providos no período de 18 de junho a 8 de agosto de 1985.

O expediente foi encaminhado, com ofício, à Comissão de Finanças, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 416, de 1985), do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1982, de autoria do Senador Passos Pôrto, que institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo",

a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada esta, a redação final é considerada definitivamente aprovada nos termos do art. 359, do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação aprovada

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1982, que institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo", a ser comemorado em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º É instituído o "Dia Nacional da Conservação do Solo", a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.

Art. 2º O Poder Executivo tomará as medidas necessárias à execução desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Item 2:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1980, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, dispondo sobre o funcionamento das clínicas que menciona, tendo

PARECERES, sob nºs 821 a 823, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável; e

— de Saúde, favorável.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, o projeto é dado como definitivamente aprovado nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 1980

Dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As clínicas especializadas em emagrecimento e no trato da obesidade deverão obter licença para funcionamento, junto ao Ministério da Saúde.

§ 1º A licença somente será concedida após a verificação, pela autoridade competente, do preenchimento de requisitos e condições mínimas que atestem a idoneidade e capacitação profissional para o exercício da atividade.

§ 2º A autorização para funcionamento, nos termos deste artigo, será temporária, obrigando-se o interessado a requerer nova licença, a cada três anos, sujeito à prévia fiscalização pela mesma autoridade.

Art. 2º Juntamente com a licença prevista no artigo anterior, será expedido Certificado de Aprovação para Publicidade, sem o qual as clínicas não poderão anunciar seus métodos de tratamento por quaisquer meios de comunicação ou divulgação.

Art. 3º A infringência das normas desta lei sujeitará o infrator à suspensão imediata das atividades, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, dentro de cento e vinte dias, especialmente no que se refere aos requisitos e condições mínimas de idoneidade e capacitação profissional, previstas no § 1º do artigo 2º.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1982, de autoria do Senador Gastão Müller, que veda a fabricação de veículos automotores de passageiros, com potência superior a 180 HP, que não sejam para consumo a álcool, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 819 e 820, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Passos Pôrto; e

— de Economia, favorável.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

O Sr. Milton Cabral — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral, para discutir o projeto.

O SR. MILTON CABRAL (PFL — PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Esse é um projeto aparentemente simpático mas, na minha opinião tem um erro a ser considerado.

"Veículos automotores de passageiros..." — os ônibus são veículos automotores de passageiros. Então, nós vamos determinar, por lei, que os ônibus sejam obrigados ao consumo de álcool, quando o Brasil tem uma frota enorme e todos são a diesel? Como é que podemos conciliar isso?

Tenho, para mim que esse projeto mereceria uma emenda, uma retificação, porque, da maneira como ele está redigido, poderia criar um problema sério e, além disso, na minha opinião, não seria um projeto que merecesse a consideração da Casa, porque vão dizer que o Senado não examinou o assunto, não o estudou. Queria, pelo menos, ressaltar a minha participação nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — V. Exª poderia pedir o adiamento da votação ou apresentar uma emenda ao projeto.

O SR. MILTON CABRAL — Seria um adiamento. Então, Sr. Presidente, encaminho à Mesa o requerimento solicitando o adiamento da discussão por 30 dias. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Sobre a Mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 342, de 1985

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1982, a fim de ser feita na sessão de 4 de outubro de 1985.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1985. — Milton Cabral.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — De acordo com a deliberação do Plenário a matéria sairá da Ordem do Dia para a ela retornar na data fixada.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando, para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 160, de 1985, de autoria do Senador Fábio Lucena, solicitando a

transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "Direita dá sinais de que está viva", do jornalista Tarcísio Holanda, publicado no *Correio Braziliense*, edição de 24 de junho de 1985.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1985 (nº 4.337/84, na casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 526 e 527, de 1985, das Comissões:

- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1981, de autoria do Senador Gastão Müller, que autoriza o Ministério da Educação e Cultura a disciplinar a obrigatoriedade de reprodução pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braille; e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos, tendo

PARECERES, sob nºs 334 e 335, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes; e
- de Educação e Cultura, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1983, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que regula a utilização e a liberação da conta vinculada do FGTS, para a construção e aquisição de casa própria, tendo

PARECERES, sob nºs 652 e 653, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável; e
- de Economia, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CE.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo, tendo

PARECERES, sob nºs 597 e 598, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Legislação Social, favorável, com voto vencido dos Senadores Hélio Gueiros e Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 4-9-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na primeira parte de nosso pronunciamento, tratamos de questões que tínhamos obrigação de percutir, embora não diretamente ligadas ao cerne da nossa apreciação, hoje, que será — é claro — o grande desafio econômico-financeiro em que se debate a Nação, desafio este que ela tem que enfrentar, desejamos nós ou não que tal suceda. Não mais será possível a política do *laissez-faire, laissez-passer*, como se isto resolvesse alguma coisa.

Mudou o responsável, pelo menos teoricamente, pela condução desta política, como era apontado o Sr. Ministro da Fazenda, claro que sob a supervisão vigilante de

Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Mas, se as palavras de S. Ex^a soavam mal a muitos daqueles que o combatiam e os atos, por sua vez, sofriam grande contradição, o que nós estamos vendo agora nas afirmativas feitas pelo seu sucessor? Realmente, foi a procura de um acordo com representantes do sistema financeiro para que fossem baixados os juros. Vamos ver se será feliz nisto.

O Sr. Roberto Saturnino — Esta iniciativa já foi tentada, nobre Senador...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas, vamos ver se ela será feliz. Nós estamos dando-lhes o crédito da dúvida, e vamos ver se eles serão exitosos. Mas, uma vez conseguido esse grande triunfo, que só aparece no otimismo dos dirigentes dessa política, por enquanto, que flor de declaração nós nos deparamos nos jornais! "É preciso combater de toda maneira o déficit público, que é o mal maior que está afligindo a nossa economia." Mas, quem é que afirmava isto, há poucos dias, senão o Ministro demissionário? Pelo amor de Deus, não era isto que S. Ex^a o Sr. Ministro Francisco Dornelles dizia? A não ser que estejamos sofrendo de amnésia, era isto.

O Sr. Roberto Saturnino — Era precisamente isto. E o que se diz é que S. Ex^a caiu em desgraça por ter afirmado isto com muita ênfase.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas isto daí é o que agora está sendo afirmado! S. Ex^a esqueceu de colocar uma palavra: "estrutural". S. Ex^a esqueceu do "estrutural". E permita-nos O Estado de S. Paulo de plagiar-lo na idéia, mas achamos que esquecimento lhe foi meio fatal...

Passando da ironia para a seriedade, assistimos já no início dessa nova gestão financeira, aquilo que há pouco transmitimos ao eminente Líder do PDT, quando de sua peroração aqui: que justamente começa haver o desencontro da teoria com a realidade. Diz o Sr. Ministro que seria necessário mais um corte de 5 trilhões nas estatais. As estatais pagam por muita coisa — sabe V. Ex^a que somos muito mais privatistas do que estatizantes — mas achamos que não se pode botar culpa sobre as estatais de algo que no momento elas estão inocentes.

Pois bem! Mas o que vejo dizer, como depoente oficial a esta Câmara na CPI das Estatais, o Secretário da SEST, justamente a Secretaria que cuida desse grande mundo que hoje são esses órgãos, seja de atividades diretamente ligadas ao Governo, seja do sistema produtivo, seja prestadores de serviço? Vem justamente dizer ontem, nesta Casa, que não pode cortar mais coisa nenhuma, e ainda fez essa concessão: "Se me mostrarem onde há o corte, prazerosamente fala-ei."

Estávamos nós admirando a desenvoltura desse jovem, mas ocupante de um cargo do segundo escalão, quando vemos declarações outras do Ministro Sayad, portanto, do mesmo nível do Ministro Funaro, afirmando a mesmíssima coisa: que não pode mais cortar as estatais. Então, realmente, o que dizíamos àquela época, dizíamos talvez com alguma razão, sem nenhuma paixão. Estas eram as primeiras palavras que queríamos dirigir, aqui, aos Srs. Senadores.

Vamos tratar com seriedade de um problema que, se não resolvido, vai nos levar todos à insolvência. Não vai ser apenas algo que ofenderá profundamente a popularidade de pessoas altamente situadas no poder, não vai ser algo que abalará o crédito dos conhecimentos econômicos de hoje dessa equipe que, galhardamente, dirige o destino econômico-financeiro desta Nação! Vai é agir sobre todos nós, indiferentemente.

Segundo susto que tomamos: este ano, já procuramos muito chegar a um acordo com a nobre Situação, vamos convir, com muito boa vontade, que o déficit fique, depois desses cortes, depois desse aumento, depois desse "empurrar com o estômago", sempre para diante de dívidas do Governo para serem saldadas num futuro, e o futuro do dia 31 de dezembro já se conta no ano de 1986. Vamos supor que este déficit fique da ordem, digamos — vamos ser muito, muito, otimistas — de 70 trilhões de cruzeiros.

Esses 70 trilhões de cruzeiros, como podem ser, no momento, cobertos? Aí nós nos socorriamos do eminente

te economista, Senador Roberto Saturnino, do eminente engenheiro, Senador Itamar Franco, porque a minha fraca inteligência ainda não está compreendendo como vai se zerar esse caso. E, muito mais, quando nos aparece — e nisso, primeiro vai o elogio — com transparência que é de receber realmente encômios, no Orçamento de 1986, um déficit declarado e não um déficit confirmado, de 211 trilhões de cruzeiros. Aqui foi-nos apresentado até — lamentavelmente, o Vice-Líder do PFL, não está presente — como uma grande vitória, que esse déficit, depois do reajustamento feito na Assessoria da Presidência da República, tinha passado para 151 trilhões — batemos-lhe palmas. Infelizmente, nos equivocamos: é 211 mesmo, pelo que vimos transcrito de documento oficial em todos os principais jornais da terra.

Então, claramente, vamos ter coragem de dizer que o déficit é tal; vamos aqui fazer, não como dizem algumas autoridades monetárias, que o Congresso vote emendas, porque sabem que não podemos votar isso, mas vamos, pelo menos, dar a nossa contribuição e dizer claramente, antes de chegar o fim do ano, ao Chefe do Poder Executivo, está certo, está errado, como pode se enfrentar essa situação. Mandar para cá e dizer que aqui fazemos emendas, é brincadeira, porque todos nós sabemos que não podemos fazer isso.

Então, vamos enfrentar: a inflação é dessa maneira, vamos examinar as formas comuns de combater a inflação e porque podemos nós, da Oposição, podem os Senhores, do Governo, ter idéias diferentes de S. Ex^as que estão lá em cima, naturalmente muito pressionadas pelo dia-a-dia, mesmo porque Economia, se tem um pouco de ciência, tem muito também de aritmética e de bom senso. Um economista que não tenha bom senso, ou que não obedeça bem as regras de aritmética, está ruim. Diziam que Einstein se danava, porque de vez em quando ele se enganava quando fazia as somas. Mas tinha um auxiliar que dizia: "Mestre, a sua concepção está linda, mas esta soma aqui está equivocada".

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Virgílio Távora, estou ouvindo com a atenção costumeira...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Espero que dê a contribuição que estamos pedindo.

O Sr. Hélio Gueiros — ... a exposição que V. Ex^a está fazendo sobre a situação econômico-financeira do País. Quero apenas dizer, nobre Senador Virgílio Távora, que V. Ex^a está apenas constatando uma situação. Então, não temos nada que discordar quando V. Ex^a considera calamitosa a situação econômico-financeira do País.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nós não falamos em calamidade, não! Achamos que nós devemos enfrentar — a nossa diferença está nisso — vamos enfrentar.

O Sr. Hélio Gueiros — Não tem diferença nenhuma! Agora, V. Ex^a fica dizendo que o déficit é de 70 trilhões, que o déficit previsto para o orçamento do ano que vem são de 200 trilhões, quer dizer, são fatos que o Governo é que está lhe fornecendo. E, se é ele que está lhe fornecendo estes dados, então não tem nada demais V. Ex^a querer advertir o Governo, quando é o Governo que está fornecendo esses dados, é o Governo que está lhe dizendo que o déficit é de 70 trilhões e que vai ser muito maior para o ano, e pode ir até a 300.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O Governo disse no início que o déficit era de 84, passou para 110 e ele fez aquela redução e nós estamos dando o crédito da dúvida. Estamos mostrando que numa situação dessas é preciso tomar medidas saneadoras. Aliás, poderíamos responder a V. Ex^a, mas não queremos tomar esta atitude negativista que existia de há muito quando as posições estavam invertidas. "Nós da Oposição não somos obrigados a apresentar soluções". Vamos apresentar, primeiro, o quadro.

O Sr. Hélio Gueiros — Mas os fatos são conhecidos, nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Ex^a está sabendo hoje que o Sr. Henry Philippe Reichstul disse ontem — mas V. Ex^a não é Deus para adivinhar — que não podia cortar mais esses 5 trilhões da estatal, como o Sr. Ministro da Fazenda estava dizendo no dia anterior, por coincidência, o Sr. Reichstul veio aqui depor. Não estamos querendo dizer que a culpa é do “seu” fulano ou do “seu” sicrano. Nós estamos mostrando é que alguns dos dados que estão sendo apresentados daqui a alguns dias já não serão bem aqueles 211, que foram aqui apresentados pelo seu colega Vice-Líder do PFL, como uma grande conquista, que haviam sido reduzidas para 150...

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex^a é engenheiro, nunca foi advogado. Mas, se fizesse um processo de concordata preventiva ou de falência, o devedor vem e apresenta que só estava devendo aquilo; aí se abre oportunidade para que os verdadeiros credores apresentem a realidade, e todo mundo sabe que o processo de concordata e de falência alcança números muito maiores do que aqueles revelados pelo devedor. De modo que, no caso brasileiro, é a mesma coisa: pode ser 70/100/200/300. Os fatos são os fatos. Hoje, o Governo encontrou 70; se amanhã encontrar 150, vai dizer que são 150. Apenas quero dizer a V. Ex^a que isso não é obra do atual Governo. O descalabro financeiro daqui a 3 ou 4 anos pode ser culpa do atual Governo; mas, no momento, é do Partido de V. Ex^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ex^a, não fale muito no passado, que o Presidente que está dirigindo o País justamente tomou muita parte no Governo passado. Vamos discutir o ato em si, porque nós aqui não apresentamos quem era culpado ou não.

O Sr. Hélio Gueiros — Mas, então, onde V. Ex^a quer chegar? V. Ex^a está procurando encontrar defeitos graves, pecados mortais, no fato de que hoje o Governo diz que o déficit é 70 e amanhã dizer que é 100. E não vejo nada de mais nisso, acho absolutamente irrelevante, porque os fatos são os fatos, a dívida é a dívida, o que for, será! Agora, se V. Ex^a quer descobrir quem é o culpado, eu pelo menos acho que foi o Governo passado, porque um Governo que vai preparar pela primeira vez o orçamento, como é o Governo da Nova República, não pode ser responsabilizado por coisa alguma.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O orçamento de 1986, ao que sabemos, é feito pelo atual Governo. Mas nós não estamos aqui criticando.

O Sr. Hélio Gueiros — Mas está refletindo uma situação preexistente.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O centro do nosso pronunciamento é procurar maneira de enfrentar a situação. Mas, preliminarmente, sem mostrar o quadro, é que achamos isso impossível.

O Sr. Hélio Gueiros — Só para concluir. Então, só tem uma opção: aumentar o imposto, reduzir a despesa e colocação de títulos. É por isso que o Governo diz que quem vai decidir é o Congresso Nacional. Ele diz quais são os caminhos. Agora, a classe política, refletindo a vontade da sociedade, vai fazer a sua opção: se quer apertar cinto, se não quer apertar cinto etc. Assim, é o órgão Congresso Nacional que vai decidir. Então, não tem nada demais quando o Governo diz que o Congresso Nacional é quem tem que escolher o caminho, porque através do Congresso Nacional é a própria sociedade brasileira quem está escolhendo o caminho.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sucede apenas que o Congresso Nacional pode discutir o assunto, mas não pode emendar, nem diminuindo despesas, nem aumentando receita. É para esta discussão que temos procurado trazer a V. Ex^as essas informações.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex^a permite?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não!

O Sr. Hélio Gueiros — Discordo de V. Ex^a quando diz que o Congresso não pode emendar o Orçamento. Acho que só estamos impedidos de aumentar despesas, mas outra coisa não estamos impedidos. Pode-se cortar despesas à vontade. O Congresso não tem a menor restrição

quanto a isso. Se o Congresso acha que esse déficit de 200 trilhões é escandaloso, não deve existir, só tem um jeito, ele aumenta a receita ou reduz a despesa. O Congresso pode fazer isso. Não há impedimento Constitucional.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não! Responderemos aos dois apartes ao mesmo tempo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Muito obrigado. Senador Virgílio Távora, acompanho sempre com o maior interesse os pronunciamentos de V. Ex^a sobre esse assunto, e não me atravessaria a entrar na questão técnica da discussão com V. Ex^a, ficaria quase que somente com o aspecto político. Vejo preocupado, porque estamos já no sexto mês da nova administração e ainda não temos uma linha de política econômica a ser seguida...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Senador Jutahy Magalhães, é justamente o que estamos tentando dizer aqui. Vamos falar claro. A política econômica seguida pelo eminente Ministro Francisco Dornelles praticamente não diferenciava em quase nada, a não ser em pequenos detalhes de procedimento, do que era no Governo passado. E a atual é, queiram ou não, podem rotular o nome que bem entenderem, exatamente a mesma coisa que Dornelles estava fazendo. Há procedimentos apenas ligeiramente diferentes de ação, mas no fundo uma e outra são políticas absolutamente iguais, monetaristas.

O Sr. Jutahy Magalhães — É exatamente isto que vejo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E não há Cristo no mundo que possa negar o fato. Podemos não ter eloquência para demonstrar, mas isto daí são números, são fatos. Podemos discutir conceitos, mas fatos, não.

O Sr. Jutahy Magalhães — Exatamente isto que estou tentando dizer. Não há uma linha econômica do Governo, o que vemos são discussões sobre monetarismo, estruturalismo, pagamento de juros, diminuição de juros, dívida interna, dívida externa. Tudo isto é discutido e sempre há choque dentro do Governo. Então, não há uma linha a ser seguida. E não adianta dizer que o responsável pela política econômica é o Senhor Presidente da República, isto todos nós sabemos. Pelos menos no regime presidencialista é admitido que isto seja uma verdade, mas tem que haver um executor e esse executor da política econômica tem que ter autoridade. Não é possível alguém abrir uma torneira aqui e um outro fechá-la mais adiante, ou vice-versa. O País não aguenta mais esse gradualismo permanente que nunca chega a uma solução. O País pode exigir uma definição gradualista para o combate à inflação, mas um gradualismo que vá diminuindo a inflação e não um gradualismo que aumente. Não um gradualismo de 5 a 6 anos, como estamos chegando até agora e estamos mantendo no patamar de 200% como uma grande vitória. É isto que acho que o País não aguenta mais. Tem que haver alguém responsável. O País não está mais disposto a aceitar erros. É necessário que alguém seja responsável. O que não é possível, Sr. Senador, como V. Ex^a mesmo está mostrando ao Plenário, é o Ministro da Fazenda num dia declarar que é preciso cortar verbas das estatais e, no dia seguinte, o responsável pelas estatais dizer que não pode cortar, e o Ministro do Planejamento dizer que não vai mais cortar. Então, isto não é democrático, Ex^a.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Roberto Saturnino — Nobre Senador Virgílio Távora, o Ministro assume e tabela a carne. Parece que foi a principal medida. Dois dias depois, S. Ex^a destabela a carne. Onde é que nós estamos?

O Sr. Jutahy Magalhães — Exato, no dia seguinte muda. Está faltando uma orientação e não é mais possível o Brasil aturar isto.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Virgílio Távora?

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Virgílio Távora, quero concluir dizendo, é preciso haver um responsável. Chame-se ele Funaro ou Sayad, chama-se como quiser, mas é preciso ter alguém responsável para se poder cobrar deste alguém a solução dos nossos problemas. O que não pode é o Brasil ficar mais um ano ou dois na base dos 200 ou 300% de inflação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Agradecemos o aparte de V. Ex^a e, com muito prazer, ouvimos o Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Eminentíssimo Senador Virgílio Távora, acho que não devemos nos apegar muito ao rótulo, ou aos nomes, ou aos carimbos que deverão ser postos nos administradores da coisa econômica deste País. Dizer a Escola Monetarista, a Escola Estruturalista, acho isso meio vago. Como diz o Senador Roberto Campos: “se realmente existem monetaristas neste País, eles praticam uma seita ultrasecreta, porque esse procedimento deixa muito a desejar à linha monetarista pura.” São Palavras do Senador Roberto Campos, pelo menos, uma das grandes autoridades econômicas deste País. Agora, quando V. Ex^a diz que o Ministro Francisco Dornelles fez a mesmíssima coisa, teve as mesmas atitudes e o mesmo procedimento do Ministro Delfim Netto e do Ministro Galvêas, acho que V. Ex^a está deixando de considerar os resultados que o Ministro Dornelles apresentou durante o seu período e o resultado que o Ministro Delfim apresentou também nos seus últimos períodos. Vimos o Ministro Dornelles com a simplicidade do ovo de Colombo, apenas botando o ovo em pé, fazer com que essa inflação baixasse para sete, sete e poucos por cento. O Ministro Dornelles e a equipe deste Governo contiveram os aumentos dos derivados de petróleo durante quatro meses ou mais. Não sei que mágica foi que se praticou neste País. Antes, não era possível passar 15 dias ou 1 mês sem aumentar os derivados de petróleo, mas foi possível neste Governo. O Ministério das Minas e Energia deixou de aumentar os combustíveis durante quatro, cinco meses consecutivos. E quando houve um aumento o fez parcimoniosamente.

O Sr. Hélio Gueiros — E a PETROBRÁS teve o maior lucro na sua história.

O Sr. João Lobo — E a PETROBRÁS continua trabalhando com eficiência e com alta produtividade que caracteriza os seus trabalhos e a sua ação neste País. Então, chego a ficar em dúvida sobre se interessa muito o rótulo de monetarista, de estruturalista; se um estava fazendo a mesma coisa do outro ou não. Por que o Ministro Francisco Dornelles, com humildade, com simplicidade, com seriedade, conseguiu deixar essa inflação em 7%? Porque S. Ex^a conseguiu passar 4 meses sem aumentar os combustíveis líquidos e agora a coisa degingolou? Por que vai degingolar? Não vai. O novo Ministro da Fazenda, o Sr. Dilson Funaro, tem apenas 8, 10 dias de Ministério. É preciso dar tempo para S. Ex^a se sentar na cadeira. Entendo que a cobrança que V. Ex^a faz é justa. V. Ex^a é um homem de oposição e usa os termos e os argumentos da Oposição, como o faz o nobre Senador Jutahy Magalhães, mas é preciso que também tenhamos bom senso para esperar que as coisas se realizem.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Senador, V. Ex^a sabe o constrangimento que teríamos ao nos referir a resultados proporcionados pela administração Dornelles, porque S. Ex^a saiu do poder. Não somos daqueles que fazem críticas a quem deixa o poder. Mas, desde aquela época, fizemos-lhe restrições e sustentamos-las. Quando aqui apareceu a inflação de 7,3% e foi anunciado com toda ênfase que no outro mês iria a 5%, dissemos que era algo artificial, devido ao congelamento de preços que não estava sendo seguido por medidas correlatas e, como tal, isso iria estourar.

O Sr. João Lobo — O Governo anterior usou congelamento, usou tabelamento e tudo

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Agora V. Ex^a apresentar como um sucesso do combate à inflação as medidas tomadas... Nós tivemos no mês de agosto — e aí não vamos fazer injustiça ao Ministro Funaro, S. Ex^a tinha

assumido naquele momento, "parecemos" que era da administração anterior à dele — uma inflação recorde na História do Brasil; num mês recorde da História do Brasil, em doze meses, quer dizer, no ciclo de um ano.

Bem, não queríamos nos desviar da rota que traçamos, vamos, então estabelecer 14%...

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Que dúvida!

O Sr. Carlos Chiarelli — Eu acho que essa questão...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nós estávamos aqui, V. Ex^a chegou neste momento para encaminhar o seu aparte, querendo ver se vamos discutir as diferentes maneiras que tem de se enfrentar o problema hoje da inflação e do déficit, que não seja desta forma acadêmica, monetarista, que até o dia de hoje, por mais esforços que tenham sido feitos não deu resultado. É só isso!

O Sr. Carlos Chiarelli — V. Ex^a deu um aparte do aparte.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Justamente por uma questão de cavalheirismo.

O Sr. Carlos Chiarelli — Mas é que V. Ex^a se esquece de que eu acompanhava o seu brilhante raciocínio através dos mecanismos de divulgação à distância, pelo sistema eletrônico.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não temos nem esta honra, nem este prazer, nem esta felicidade.

O Sr. Carlos Chiarelli — Mas, ilustre Senador Virgílio Távora, há uma questão primordial. V. Ex^a disse que a inflação do mês do agosto foi a mais alta.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não! Vieram dar como uma das conquistas da mudança do primeiro período, que tinha sido baixada a inflação. Dizemos não, isso não pode ser argüido.

O Sr. Carlos Chiarelli — Eu não vou questionar V. Ex^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Falar que a inflação era mais alta ou mais baixa, não era o fulcro do nosso discurso.

O Sr. João Lobo — É uma consequência da administração.

O Sr. Carlos Chiarelli — Apenas pondero no sentido de que essa consideração de que aquele índice tenha sido mais elevado, acho extremamente questionável. A partir do momento em que neste País, por declaração expressa, franca e espontânea, das autoridades então responsáveis formalmente pela economia, se praticava a arte do expurgo, se adotava a alquimia dos números e se mudava os índices ao bel-prazer dos interesses momentâneos, sem qualquer tipo de transparência na fixação numérica, nós jamais, meu caro Senador, vamos ter a oportunidade de saber realmente quando foi a inflação mais alta. A ponto de, em função desse fato, termos tido demissões espontâneas, voluntárias, muito idôneas, até de diretores da Fundação IBGE, do Rio de Janeiro, que o Senador Roberto Saturnino conhece quem se demitiu, e se demitiu à época porque não aceitava as manipulações do Ministro-Chefe da SEPLAN, que mudava números, alterava índices, adulterava percentuais, numa trágica liturgia enganosa e enganadora da nossa população. Falar que essa inflação foi a mais alta, de certa forma, é cometer uma heresia. Algo só pode ser comparado a um valor similar ou análogo. Agora, se tem números questionáveis, discutíveis, porque são elementos caracterizadamente apresentados para o questionamento da opinião pública. Antes eram altos ou baixos, ao sabor daquela unilateralidade impositiva da prepotência do mago das finanças, que afinal...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Estamos quase batendo palmas pelo floreado da frase, embora negando toda a essência do conteúdo.

O Sr. Carlos Chiarelli — V. Ex^a sabe que é verdade e está com vontade de bater palmas ao conteúdo, ainda

que não o possa fazê-lo por dever de ofício. Essa é a questão fundamental.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Ex^a é conhecido aqui na Casa pela beleza da forma e pela inexistência do conteúdo de seus pronunciamentos.

O Sr. Carlos Chiarelli — Essa é a questão fundamental. Então, não vamos tomar esse dado referencial como algo valioso. Em segundo lugar, ilustre Senador, não vamos mais no processo comparativo e no mérito, vamos agora no processo de substância. Esse número que traduz uma inflação num índice elevado, e não estamos a ocultar este fato, traz dentro de si também a comprovação valiosa e fundamental, tantas vezes defendida nesta Casa, inclusive pelos estruturalistas, e se eles têm memória haverão de repetir que defendem também isto, traz consigo o crescimento do emprego continuado, semanalmente continuado, mensalmente aferido. Aumentou-se o índice do emprego nos últimos 6 meses no valor crescente que mensalmente é de 0.73. Nós sabemos e quem diz isso são os mais idôneos. Em segundo lugar, aumentou-se substancialmente em quase 14% o índice nacional de comercialização de produto. Estamos vendendo muito mais, e estamos vendendo muito mais por quê? Porque houve aumento real de salários, está-se comprando muito mais. O trabalhador está ganhando muito mais, está comprando mais, a loja está vendendo mais a indústria está produzindo mais e gerando mais empregos. Esta é a inflação que nós estamos enfrentando que pode ser questionada, meu caro Senador, mas, não tem nada a ver com a estável inflação do período anterior, a trágica, pífida e a cruel combinação da inflação galopante com a recessão trágica.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não é verdade.

O Sr. Carlos Chiarelli — Agora, a inflação aparece nos números, mas aparece o aumento de emprego, aparece a melhoria na situação do comércio; agora aumenta o poder aquisitivo. E nós tantas vezes dissemos que preferíamos, se não pudessemos o ótimo, que é o inimigo do bom, se tivéssemos de conviver com a inflação que começou com Pedro Álvares Cabral, que convivêssemos com uma inflação que nos desse aumento da taxa de ocupação, melhoria do emprego capacidade real de aquisição e poder de consumo. Veja, e V. Ex^a sabe bem, aumentou o mercado interno ao consumidor nos últimos 30 dias. Isso é bom, ou não? Aumentou a taxa de emprego. Isso é bom. Aumentou a capacidade de real de consumo. Isso é bom. Aumentou a produção industrial. Isso também é bom. O maior recorde nacional, 15.6%, foi o aumento da produção industrial brasileira. Então...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, V. Ex^a não tem nada que reclamar. Não deviam ter posto o Dr. Dornelles para fora.

O Sr. Carlos Chiarelli — Quero lembrar a V. Ex^a, como ensinava Montaigne, de que a bilha tem duas alças, depende do lado que nós a pegarmos. V. Ex^a está insistindo em pegar do lado errado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Isso do outro lado é conclusão de V. Ex^a que justamente deu um aparte sobre o secundário e não sobre o principal da oração. Justamente apareceu aqui inflação ante uma afirmativa de que tinha havido um sucesso extraordinário no combate à inflação, que não houve, PT. Pois bem, então vamos ao âmago da nossa questão. Como, a nosso ver, vai-se enfrentar, e isso o Governo bem tem dito que o farão, e isto as autoridades maiores que se empossam no Ministério dizem que o fará, mas nós não vimos fazer, mas dizem que sim. Então, nós fizemos uma pequena nota para, em sua função pudermos discutir algo com os Senhores.

A receita tradicional para abreviar o sacrifício do combate à inflação é a reversão das expectativas. E quando se reverte expectativas não vai-se conseguir grande coisa no combate à inflação. Desde que os agentes econômicos se convençam de que a inflação irá cair, todos os próprios reajustes salariais e de preços se desatrelam da inflação passada, sem que para isso se aumentem as taxas de desemprego. Estabelecida esta premissa, pode ser discutida ou não, passamos para diante.

Nós gostaríamos de dizer aos Srs. e aí é que começam as propostas, que, com ou sem controle, um complicador que existe quando quer-se utilizar qualquer política de controle à inflação, e por mais otimista que seja o eminente Senador pelo Rio Grande do Sul este controle tem que haver, todos nós sabemos, e a prova é que o Governo declara todo dia que vai fazer, é justamente esta justaposição — em termos econômicos, não é justaposição no sentido comum — dos contratos salariais e dos reajustes de preços. O fato de não serem sincronizados constitui o fulcro da questão. Das diversas soluções para que possa haver uma sincronização, isto é, que no dia em que — aí sim é que nos referíamos — quando se fizer um congelamento de preços, seja de salários, em tudo tenhamos a mesma referência de poder real aquisitivo por parte do trabalhador e suporte, pelo real por parte das tarifas e dos preços. Isto é, é preciso a referência de um dia. Não estamos "ensinando o Padre-Nosso a vigário", e quem diz isso são alguns dos principais hoje assessores da atual equipe dirigente da Fazenda Nacional.

Então, essa justaposição, isto é, preços e salários que se justapõem diferentemente, vai provocar, se congelados de repente, um agrave crise, a crise de que justamente aquele que foi reajustado em seus proventos ou aquele insumo básico que há mais tempo, como previsto tenha sido reajustado, fica em uma posição, em face do preço real, muitíssimo inferior àquele outro que tenha sido reajustado há poucos dias, do que, em economia, se convenção chamou o dia "D".

O Sr. João Lobo — V. Ex^a está dando uma aula.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Em função disso, vamos propor as diferentes formas aqui para discutir. Os Srs. não querem crítica, não querem sugestão, que diabo os Srs. querem?

O Sr. João Lobo — Não, queremos crítica, sim. A questão é que não podemos discutir nem criticar o que V. Ex^a está dizendo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Há diferentes formas. Para isto é que quando aplicamos a forma mais tradicional, disso fizemos a crítica, do congelamento de preço, e é o que este Governo não fez, o que o Governo passado também não fez, não levou em consideração justamente a necessidade de que todos os preços e todos os salários referenciados a uma determinada data. Agora, como fazer, depois? Os aumentos sucessivos é que diferenciam as diversas sugestões apresentadas por Bulhões, por Francisco Lopes e por Lara Resende e, se não nos enganamos, até um dos auxiliares maiores, hoje, da nove equipe, Pêrsio Aristas, se não nos enganamos, também.

O Sr. Carlos Chiarelli — Brilhante...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Brilhante, e cujo livro V. Ex^a deve ter lido, como lemos também — a coletânea da opinião dos mais diversos economistas sobre o assunto. Então, o estabelecimento à discussão se, realmente, esta premissa é ou não certa, serviria de base para discutirmos uma solução da "Ortnização" pelas médias, ou a solução apresentada pelo Professor Mário Henrique Simonsen, agora, à Fundação Getúlio Vargas. Algo, então, há que ser feito: ou segue este caminho, ou, então, vamos ter a coragem de enfrentar o sistema financeiro e fazer a desindexação, também, a partir de um dia desses, mas a indexação *tout court*, como a Argentina, ou, como Bulhões, que, também, tem uma sugestão a esse respeito. Não viemos, pois aqui, apenas para criticar não, nobre Senador João Lobo. Nós estamos apresentando sugestões e idéias que não são nossas, inclusive, são de pessoas de alto conhecimento econômico e que estão justamente hoje no leme trato da coisa econômica do País, da coisa financeira do País.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Até agora, essa parte foi expositiva. Vamos para adiante. Os Srs. não querem que critiquemos, não querem que demos sugestões, que diabo vocês querem, então, que vamos bater palmas aos que estão fazendo aí? Ora!

Ouvimos o aparte do nobre Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Virgílio Távora, ninguém vai defender o tabelamento como uma medida definitiva e completa para resolver o problema. É uma coisa emergencial. Porque, na corrida de preços no Brasil existem muitos fatores econômicos, mas existe muita sem-vergonhice. Há o problema psicológico.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Há pouco falávamos na reversão das expectativas. V. Ex.^a não prestou atenção?

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Virgílio Távora, considero indecente um anúncio de um banco colocar: Dê hoje 1 milhão de cruzeiros e receba daqui a um ano 5 milhões. Isso é indecente, é imoral, devia ser proibido, quer dizer, o banco não sabe ainda em quanto vai montar a inflação, mas está apostando numa inflação mais alta do que imagina o dono do dinheiro. E o banco não foi feito para perder dinheiro. Então, o que acontece? O banco vai fazer força para a inflação ser ainda maior do que aquela projetada. Então verifica V. Ex.^a que o tabelamento, o congelamento não é uma medida eficaz totalmete. Mas é necessária, da mesma maneira, como se V. Ex.^a tivesse um problema qualquer de saúde — que Deus me livre disso — e a sua temperatura chegasse a 41 graus, V. Ex.^a ia ter um tratamento de emergência, o médico não ia saber, não queria saber o que teria causado a sua febre de 40, 41 graus; ele ia dar logo remédio para baixar essa febre, fosse como fosse.

O Sr. João Lobo — Um antitérmico.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex.^a é pai, é avô, tem netos, e sabe que o médico nem conversa: Olha, se passar de 39 graus, aplique esse analgésico é antitérmico. Depois de que se aplica o analgésico e o antitérmico é que o médico vai tentar descobrir a causa daquilo. No problema financeiro no Brasil, é a mesma coisa: nós temos que apelar para esse pronto-socorro, para essa terapêutica de emergência. Vamos deixar a descoberta das causas e o melhor tratamento para um tempo quando a situação ficar um pouco melhor. Mas deixar a coisa desenfreada, para acontecer o que tem de acontecer, V. Ex.^a me desculpe, mas não concordo. Embora ache que esse problema de congelamento seja uma medida emergencial e passageira e não permanente e definitiva.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador, permita-me dizer que, antes de dar o analgésico, veja se tem alergia, porque pode causar um efeito miserável. (Risos.)

O Sr. Roberto Saturnino — Nobre Senador, permite um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Antes de dar o aparte a V. Ex.^a...

O Sr. Roberto Saturnino — Não, é só uma observação, não chega nem a ser um aparte. É só para lembrar que ao tempo em que o PMDB era Oposição, o médico que eles consideravam o mais competente era o Sr. Celso Furtado. Aí o PMDB foi para o poder e mandou o médico lá para Bruxelas. Disse: "Olha, fica lá, não dê palpite, deixa a gente resolver aqui com o pessoal do BRADESCO, com o pessoal aí da máquina bancária do País, e pronto".

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Maria da Conceição Tavares ficou lá no seu tamboretezinho...

O Sr. Roberto Saturnino — E estamos aí assistindo a este espetáculo lamentável que é o PMDB no poder negando tudo o que dizia enquanto estava na Oposição. É isso que nós, enfim, lamentamos e com muito desgosto, realmente com muito desgosto, é o que temos a observar.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Senador, vê V. Ex.^a que não estamos nem querendo entrar nessas contradições. Era só lermos algumas declarações de eminentes membros do PMDB. Estamos é mostrando que, justamente, logicamente, houve o congelamento. Então, mostramos, pela lógica, que o congelamento, para dar certo, tinha que ter medidas correlatas. Então, estamos errados?

O Sr. João Lobo — É verdade.

O Sr. Hélio Gueiros — Está certo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ótimo! Derrubo todos esses assessores aí porque vão levar os Ministros — se eles são assessores, são as pessoas que os Ministros ouvem — a errar de novo.

Mas eu não estou dizendo algo que saiu da cacholinha de Virgílio, não.

O Sr. João Lobo — É uma pena que não seja, porque da cachola do Senador Virgílio saem coisas preciosas.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E onde estão esses homens hoje? Onde é que estão estes homens hoje? Então, vamos dar um pouco, pelo menos, de seriedade ao nosso raciocínio. Não estamos aqui querendo culpar A, B, ou C, mas mostrar claramente o que é que dissemos: houve justamente esse congelamento, está certo, mas faltaram-lhe as medidas complementares. E todos os...

O Sr. João Lobo — Estão sendo adotadas as medidas fiscais correlatas.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Um instante! E todos os autores das diferentes formulações para um combate efetivo à inflação que citamos aqui, todos eles partiam do mesmo pressuposto, e vários deles estão hoje no Governo, isto é, referência a um dia, preços e salários ficariam sincronizados com reajustes maiores ou menores, conforme a diferença que mediava entre o último reajuste deles e o dia "D". Isso varia de um para outro autor. Mas, tinha que haver um termo de referência, e em função disto depois se dariam aumentos, já aí condicionados, cada qual à sua forma de combater a inflação, maiores, menores, que discutiremos daqui a dois minutos. Isto é o que dissemos. Então, a tese central que afirmamos aqui é que o congelamento puro e simples, que é a forma mais, digamos assim primária da gente chegar e enfrentar um problema desses, tinha de ser de certíssima duração...

O Sr. Roberto Saturnino — E já saturou!

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — ...Exato, saturada. Por quê? Penalizava absolutamente, absoluta e injustamente, de maneira diversa, os diferentes setores da sociedade, e os diferentes setores, seja trabalhadores, seja os setores produtivos. Foi afirmado, não vemos porque está-se fazendo uma celeuma em torno de algo que parece que é até elementar.

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não.

O Sr. Carlos Chiarelli — Realmente, penso que ouvi quase toda a manifestação de V. Ex.^a, mas pode ser, tenho muito cuidado nas afirmativas, que eu não tenha, num determinado momento, por prejuízo meu, ouvido alguns parágrafos das orações...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas as notas taquigráficas estão aí e não deixam mentir.

O Sr. Carlos Chiarelli — Faço esta introdução para um rápido comentário. Porque como V. Ex.^a está realmente nos reafirmando que faz uma análise que não é uma crítica, que é apenas uma consideração global sobre uma realidade, fazendo um chamamento à reflexão, buscando alternativas, tenho a impressão que não ouvi, não sei se não percebi ou se V. Ex.^a ainda não chegou a este ponto nessa sua postura tão isenta, tão modeladamente isenta da análise do quadro, penso que V. Ex.^a não se referiu a um aspecto que me parece fundamental nessa questão da política financeira, da política econômica, que é o conjunto de medidas já adotadas e que vêm diariamente — quem sabe "diariamente" seja um pouco uma figura muito forçada — que vem quase que semanalmente determinando a queda nas taxas de juros. V. Ex.^a haverá de convir que esse fato está ocorrendo, V. Ex.^a haverá de convir que esse fato tem-se feito continuado. V. Ex.^a haverá de convir que tem sido feito de maneira crescente e que isso é um êxito em matéria de política econômica e que, sobretudo é um elemento fundamental em qualquer tipo de ação eficiente e eficaz no combate à inflação. E como V. Ex.^a nos diz, reiteradamente, que faz

uma análise abrangente, global, que não haveria de deixar de lado nenhum dos aspectos essenciais, e como esse é um dos aspectos essenciais, eu me desculpo se V. Ex.^a já fez este elogio antecipado ao êxito da ação governamental da maneira a viabilizar esta queda crescente na taxa de juros, e se não o fez eu apenas ajudo e refresco esta memória tão brilhante que V. Ex.^a sempre usa e de certa forma, simpaticamente, retiro da cachola do Virgílio, como foi dito, esse pensamento que certamente estará recondito para que se faça absoluta justiça com as autoridades.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Quanta gentileza da nobre ex-oposição, hoje situação!

Mas, eminente Senador, eminente representante do Rio Grande do Sul, os Srs. meteram na cabeça que o papel do Vice-líder da Oposição é só achar defeitos em tudo que é realizado. Há pouco, V. Ex.^a não estava aqui, quando elogiamos até uma providência, com 4 meses de tardança, mas Sua Exelência o Senhor Presidente da República, o Sr. Ministro Archer, disse eu isto *en passant*, naturalmente viram que estavam equivocados e corrigiram um decreto que era uma aberração completa que é o da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, como havia sido, e aqui rendemo-lhe homenagem, embora ainda discordando, dentro dos meus parcos conhecimentos jurídicos, não afirmamos o contrário, a nossa profissão É Engenharia, de que ainda, na minha cabeça, não se coadunava muito um conselho presidido pelo Presidente da República estar subordinado ao Ministro, mas em todo caso esse era um detalhe ao tempo em que se consentavam pelo menos, aqueles erros básicos...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Lembro a V. Ex.^a que tem apenas mais 2 minutos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Senador, nunca negamos, e já dissemos aqui, e não é que V. Ex.^a não compareça muito aqui, ao plenário, mas vá ficando lá de dentro, ouvindo sempre, quando falamos, pois pelo menos nunca negamos que um dos pontos positivos desse combate, que é feito ao setor financeiro é a queda dos juros ser continuado. Mas o que está matando o aumento da dívida pública não são só os juros; realmente, os juros crescem-na, mas é a correção monetária na dívida interna, o busilis.

Nós estávamos afirmando, então, que temos de decidir; não adianta e gostaríamos que ficasse registrado nos Anais desta Casa — e acreditamos que faça, talvez, até, e vamos repetir mais uma vez — o crédito da esperança, não resta dúvida de que talvez até esses auxiliares de S. Ex.^{as}, os Srs. Ministros, essa equipe nova, os faça enveredar por um desses caminhos de combate à chamada inflação inercial — não somos inercialista — mas existe, eminente Senador, pelo amor de Deus, não venha negar que existe a inflação inercial.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Fazendo soar a campanha) — Nobre Senador, já entramos nos descontos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Só mais um minutinho, Presidente, que já terminaremos, com a boa vontade de V. Ex.^a

Então, vamos dar o crédito da dúvida, que eles ou decidam fazer a desindexação violenta. *tout court*, ou então adotem uma dessas fórmulas que não são nossas, são suas; e da próxima vez que a bondade de um colega e a magnanimidade do Sr. Presidente permitir, examinemos cada uma dessas fórmulas que não são novidades, V. Ex.^{as} encontram-nas publicações as mais diversas. Agora, o que não é possível é com um déficit que está, e não vamos discutir quem é culpado, não vamos discutir se até agora não conseguiram diminuir esse déficit, mas vamos discutir realmente o que não pode ser contestado: um déficit, que este ano chegará a 70,80 trilhões de cruzeiros, e que ano que vem se apresenta com mais 211 trilhões e para seu combate adotemos o mesmo sistema, com pequenas variantes de comportamento, que governos passados tiveram em situações diferentes.

Sr. Presidente, protestando continuar da próxima vez, com a brilhante intervenção de tão eminentes pares, deixamos aqui expressa a nossa confiança, pelo menos

como crítica, crítica vamos dizer, de um engenheiro. E o que engenheiro entende de economia, dirão? Se ele lida com economia há 12 anos, Sr. Presidente, alguma noção, pelos menos, deve ter. E a noção que possuímos de economia nos diz que algo precisa ser mudado na condução do setor no momento, no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARTINS FILHO NA SESSÃO DE 4-9-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MARTINS FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Nem só de desgraças se faz o Nordeste!

Veze há, embora raras, que brotam alegrias de fontes insuspeitadas como um neblineiro em pleno estio.

Vivo um desses tempos!

Chegou-me ao gabinete, inesperadamente, um conterrâneo ilustre, amigo de longa data, trazendo, na malota, mil surpresas.

É o José Luiz Silva, o querido Padre Zê Luiz, nordestino de Natal, itinerante e afoito que, qual Pai Abraão, vai armando suas tendas aqui e acolá, ora em São Paulo, ora no Rio, ora na Europa ou no Oriente Médio levando a fê abrasadora que sofre por sua terra e pelas coisas de sua terra, tendo por púlpito a pena e por congregação seus leitores do mundo.

Padre Zê Luiz assumiu um mandacaru pela cruz e nos gemidos da viola nordestina interpreta sua missa cotidiana.

José Luiz passa, hoje, por Brasília falando de repentista e de constituinte; termos entre si, tão díspares e desconjugados, que assumem na visão desse filósofo da caatinga, os contornos de um binômio perfeito. Promove, agora, um congresso de repentistas em Natal-RN, para debater a constituinte e estes poetas do povo saem dos porões do folclore para adentrarem, impávidos, a sala-de-visitas da cultura pátria, engajando-se na realidade brasileira.

Como pano de fundo desse espetáculo cívico, cultural e sobretudo popular, no sentido mais legítimo deste termo, está o "Almanaque da Constituinte" onde se discute Tancredo Neves (inteligente ou sabido?), onde literatura de cordel não é de cordão, mas de cordel mesmo, cognata de cordial, por ser de cor/cordis, do coração. Fala até de Nordeste, capital São Paulo, onde todos os nordestinos são baianos, pelo tamanho que a Bahia tem.

Essas coisas todas alegam o coração da gente e por isso as reparto com meus nobres colegas desta Casa e, para tudo constar, peço transcrever nos Anais "o Almanaque da Constituinte", como notação histórica desta quadra tão rica que o Brasil está vivendo. Obrigado! (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARTINS FILHO EM SEU DISCURSO:

**ALMANAQUE DA CONSTITUINTE
SUBSÍDIOS PARA OS DESAFIOS
DOS POETAS REPENTISTAS DO
NORDESTE, REUNIDOS EM NATAL E
SÃO PAULO NOS MESES DE SETEMBRO
E OUTUBRO DE 1985, PARA
DEBATEREM A CONSTITUINTE**

Em 1973, reuni em São Paulo, 36 repentistas espalhados, naquele tempo, entre os dois milhões de nordestinos do Brás, São Miguel Paulista, Itaquera, Carapicuíba, Perus, Mooca, Pinheiros, Bela Vista, Santo Amaro, Socorro, Pirapórinha.

Nas minhas aulas da Faculdade de Filosofia de Santana, eles, os repentistas, estavam sempre presentes. Numa delas, escutei Diniz Vitorino:

"Dois milhões de brasileiro
Do Nordeste do País,
Fortes, destros e viris,
Labutam anos inteiros,
Fortalecendo os celeiros,

Do vasto império sulino,
Unidos num só destino,
Na mesma boa vontade,
Imagine esta cidade,
Sem o braço nordestino!"

No Rio Grande do Norte, nos anos de 1974, 1976, 1978 e 1981, tive a felicidade de organizar com eles, "repentistas", encontros para debater os problemas sócio-políticos do Nordeste. Num deles (O Brasil está sendo violado), terminei na Polícia Federal para explicar os versos de Apolônio, de Mossoró. Cantando, ele dizia que um dia o povo seria resposta.

Com o advento da Nova República, vim novamente para o Sul. E no eixo Rio/São Paulo, me deparei com os repentistas. Para ser franco, senti certa revolta quando os vi transformados em objetos de curiosidade. O repentista tem que ser um agente de transformação social.

Num verso de Azulão, entoado na Feira de São Cristóvão, eu escutei:

"Esta notícia espalhou-se
Desde o sertão ao agreste,
Por isso o Rio está cheio
De cantadores da peste,
Assassinando a cantiga,
Envergonhando o Nordeste."

O repentista é tão engajado como Ferreira Gullar, Thiago de Melo ou Affonso Romano de Sant'Anna. E quando eu falo em repentista, eu não falo em mercadores do verso, urbanizados e elitizados, com sotaque rural, brincando com a simplicidade do povo. Eu falo dos verdadeiros poetas, comprometidos com o destino de sua gente, capazes de transpor para o verso, as interrogações e angústias do seu povo. Graças a eles, a consciência ingênua é substituída pela consciência crítica.

Desta vez, estaremos todos nós em Natal, debatendo a Constituinte. Será a prévia de um grande encontro de repentistas que será realizado em São Paulo, na segunda quinzena de outubro. São Paulo, hoje de quase quatro milhões de nordestinos. Por isso, o tema será: Nordeste, Capital São Paulo. Discutindo a Constituinte.

Quando a Nação pode escolher as formas de vida e as regras de convivência social, estabelecendo governo, regime político e econômico, cria o Estado. Se isto é feito pela maioria da vontade do seu povo, o Estado se chama democrático. E se todos aceitam e respeitam as leis estabelecidas, aí então existe o estado de direito.

Muitos teóricos sonharam até com a eliminação do Estado. Há milênios, Platão e Sócrates ousaram desafirmá-lo, corrigidos depois pela lucidez de Aristóteles. Mais perto de nós, Marx e Lenine embalarão o mesmo sonho. Stálim deu cartão vermelho aos dois e a Rússia está aí como está: o Estado, sobretudo o Estado.

Mas, vamos falar da gente. Do Brasil de agora, que possui uma excelente oportunidade para criar o seu Estado de Direito. Através de uma nova Constituição, a Nação vai constituir, de novo, suas formas de vida de uma maneira bem nossa, pois raríssima a nação teve a chance de conseguir mudanças reais através de meios pacíficos. Isto é tão raro que muitos juristas não compreendem, nem aceitam, a convocação de Assembleias Nacionais Constituintes sem revolução, sem ruptura com a ordem política anterior.

* * *

Há 21 anos estamos à espera de uma Constituinte. Constituinte que poderia ter sido convocada após a provisoriedade prometida em 1964. Mas, antes tarde do que nunca. E no próximo ano, teremos uma nova Constituição para reconstruir a ordem jurídica, econômica e social. Para desconstruir os vícios que contaminaram a vida nacional nestes 21 anos de sufoco e desalento.

Repete-se muito que nossa Constituição é uma concha de retalhos. Não existe comparação mais verdadeira.

Quando a gente sabe que a Constituição norte-americana promulgada em 1787 deu certo até hoje; pensar que nesses 200 anos ela recebeu apenas 26 emendas, a gente compreende a praticidade do povo americano. E veja que sua Constituição originalmente tinha apenas sete artigos.

Tudo isto é para dizer que o povo brasileiro está se cansando de tantos artigos e mais artigos para, no final, dizer tão pouco.

A nossa primeira Constituição republicana (1891) teve oitenta e cinco artigos e doze disposições transitórias.

A Constituição de 1934, cento e oitenta e sete artigos. E a Constituição de 1946, vinte e dois artigos e trinta e seis disposições transitórias. A atual tem, nada mais nada menos, do que duzentos e dezessete artigos. Até aí tudo bem, se tudo correspondesse à realidade. O nosso Direito assegura ao trabalhador, por exemplo, salário mínimo. "capaz de satisfazer as suas necessidades normais e as de sua família", a "integração na vida e no desenvolvimento da empresa com participação nos lucros" "seguro-desemprego" (Artigo 164, I, V, XV).

Nada disto aconteceu. E porque não aconteceu, o País está aí chorando o seu infortúnio, consciente da riqueza ilícita de muitos e da pobreza também ilícita da maioria.

Hoje todos nós, brasileiros, somos desafiados pela própria História. Vamos deixar que passe esta oportunidade sem a nossa participação, sem uma proposta nossa, discutida por nós?

Os repentistas do Nordeste, reunidos em Natal e em São Paulo, nos meses de setembro e outubro, preferem caminhar na frente. Reclamar só não adianta mais.

Depois da Constituinte, se as coisas mudarem, fomos co-responsáveis da mudança. Se não participamos e nada for modificado, a culpa foi também nossa. Não adianta reclamar depois.

Aí está, portanto, parte de nossa parte. Estas perguntas e respostas poderão ajudá-lo na construção do edifício, que todos nós teremos que construir: Uma Constituinte Livre, Democrática, feita por todos nós.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1985. — José Luiz Silva.

O que é Constituinte?

É a mobilização do povo para definir as regras básicas da convivência nacional.

Como isto se processa?

Pela escolha de representantes desse povo mobilizado, que produzirão um documento instituidor das normas da convivência referida.

E como se chama este documento?

Este documento se chama Constituição, e o conjunto dos representantes que a elaboram se chama Assembleia Nacional Constituinte.

Quais os critérios para que uma Constituinte seja autêntica?

Para que ela seja autêntica, ela terá que ser livre, democrática e soberana. Livre porque feita sem coações; democrática porque não é um trabalho de um grupo apenas, mas de todo o povo; soberana porque, acima dela, nenhum poder.

Quantas Constituintes já existiram no Brasil?

Quatro Constituintes. Duas no Império (1823 e 1891), e duas na República (1934 e 1946).

E quantas Constituições?

O Brasil, desde que se libertou do domínio português, já teve oito Constituições, mas apenas três delas foram feitas por Constituinte.

E o mais grave, em nenhuma delas houve participação do povo.

Como se processou a Constituinte de 1823?

A 3 de junho de 1823, sete meses após a Independência, Dom Pedro I abre as sessões da Constituinte, com um discurso condenando, entre outras coisas, as "mordomias reais". Depois de meio ano de trabalhos legislativos, Dom Pedro I manda prender os deputados e dissolve a Constituinte.

A Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, estabelecia um governo "monárquico e hereditário". O Imperador era "inviolável e sagrado"; escolhia os senadores, convocava a Assembleia Geral, perdoava ou moderava as apenas, concedia anistia, nomeava ministros e bispos, dirigia a política externa, as Forças Armadas, tudo.

A Câmara era temporária. O Senado, vitalício. Para ser eleito, era preciso não ser trabalhador.

E a Constituição de 1891?

A República foi decretada de forma inesperada. A 3 de dezembro, o Marechal Deodoro nomeia uma comissão

especial para elaborar o projeto da Constituição. Depois de muitas acusações de fraudes contra Deodoro, em 1891 se demite o primeiro Gabinete Republicano. A 24 de fevereiro, a Constituição é promulgada. Em dezembro, Deodoro tenta dissolver o Congresso e convoca uma nova Constituição para 3 de maio de 1892. Adoece no dia 20 e, no dia 23, entrega o poder ao Vice. Floriano Peixoto, seu rival, por sinal.

A Constituição promulgada pelo Congresso Constituinte de 1891, estabeleceu a República Federativa, sob o regime presidencialista, com 20 Estados e mais um Distrito Federal a ser demarcado no Planalto Central.

E a Constituição de 1934?

Getúlio Vargas assumiu o poder no final de outubro de 1930 "como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo". Depois de marchas e contra-marchas, sobretudo em São Paulo, marcadas pela Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932, Getúlio preparou um Código Eleitoral novo incorporado ao eleitorado as mulheres e os maiores de 18 anos. A 10 de novembro de 1937, a Constituinte se instala. A 16 de julho de 1934 promulga a nova Constituição. E a 17, eleger Getúlio por via indireta.

E a Constituição de 1937?

A Constituição de 1934 já previa que o presidente da República poderia suspender os direitos individuais durante o Estado de Sítio. Para isso, criou o Conselho Superior de Segurança Nacional.

A Constituição de 1937 é o resultado das crises advindas pelas insurreições em Natal, Recife e Rio de Janeiro, em 1935, e as reações fascistas, em 1937. A falsa descoberta de um Plano Cohen (plano traçado no exterior para a "implantação do comunismo no Brasil") foi o pretexto final. A 10 de novembro, o Brasil amanhecia com nova Constituição, "polaca", decretada por Getúlio, que fecha o Congresso e estabelece a ditadura com o nome de Estado Novo. A nova Constituição foi redigida por Francisco Campos.

E a Constituição de 1946?

A vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra Mundial foi a responsável pela queda de Getúlio que em meados de 1945, ele mesmo, já esboçava passos de abertura política, permitindo a formação de partidos, concedendo anistia e marcando eleições para dezembro. Preparava também uma legislação anti-truste, conhecida como Lei Malalaia. Mas foi tarde. Em 29 de outubro de 1945, um golpe o derruba. Mesmo assim, Getúlio preferiu-se compor com generais e golpistas, e apóia Dutra para a Presidência.

A Constituição de 1946 estabelece a independência dos Poderes, instaura a autonomia dos Estados e os direitos individuais. É restabelecido o direito de greve, e a organização sindical regulada por lei.

A Assembleia Nacional Constituinte, que a elaborou, foi até hoje, em toda a história do Brasil, a Constituinte que teve a maior participação das correntes populares e nacionalistas. Entretanto, seu traço foi predominantemente conservador.

E a Constituição de 1967?

Os militares que depuseram Goulart em 1964 tinham a pretensão de realizar um curto período "de saneamento e reorganização" da vida política do País. O Ato Institucional que editaram a 9 de abril, não tinha número, pois julgavam que seria o único. O seu objetivo era eleger o novo presidente da República, através do Congresso. O Ato permitia ao presidente legislar sobre qualquer matéria, enviando ao Congresso, com um prazo de 30 dias de apreciação em cada Câmara, a partir do qual os projetos seriam considerados aprovados. Era a instituição do processo do "decurso de prazo".

Com base nesse Ato, Castello Branco impôs um conjunto de leis repressivas. Depois dele lá vêm outros. Atos: I, II, III e IV. O AI-4 convocava o débil Congresso para aprovar a Constituição, que se caracterizava pela centralização do poder manifestada por decretos com força de lei.

E a Constituição de 1969?

1968 foi o ano do protesto. O País acreditava que poderia voltar à normalidade democrática. A passeata de 100 mil pessoas realizada no Rio de Janeiro teve um grande significado: era o país todo que não suportava mais. O próprio Congresso se rebela, recusando-se a aprovar o pedido de licença do Governo para processar o deputado federal Márcio Moreira Alves, autor de um discurso considerado ofensivo às Forças Armadas.

A 13 de dezembro, o Governo Costa e Silva edita o Ato Institucional nº 05, que praticamente suspendia a Constituição. O Ato permitia ao presidente fechar o Congresso e legislar sem reservas; reabrir cassações, demissões, confiscos e demais punições sumárias sem possibilidade de apreciação judicial.

Costa e Silva suspende o Congresso, cassa parlamentares e governa por decretos e atos institucionais. Depois dele, vem a Junta Militar que resolve outorgar uma Constituição nova. Baixa a Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969, que reformula a Constituição de 1967. É a Constituição do terror. A continuação do AI-05 e os demais atos posteriormente baixados de forma acintosa e denunciadora.

E a Constituição de 1979?

A Emenda Constitucional nº 11, de 17 de dezembro de 1978, que entrou em vigor a 1º de janeiro de 1979, estabeleceu (Art. 81) que o presidente da República podia "determinar medidas de emergência e decretar o Estado de Sítio e o Estado de Emergência". O Estado de Sítio deveria ser submetido à aprovação do Congresso em 05 dias. O de Emergência, bastaria a aprovação do Conselho Constitucional. Os Atos Institucionais como o AI-05, conflitantes com a Constituição, foram revogados. Propriamente dito, não foi uma Constituição, mas uma alteração, uma reforma que se poderia chamar, por isso mesmo, a Constituição da Abertura.

A partir de 1973, antecipando-se em parte às pressões pela redemocratização, logo ao tomar posse, o Presidente Geisel anunciava: "Uma distensão política lenta, gradual e segura". Era uma luz que apareceria lá no final do túnel, apesar do plantel de poderes de arbítrio concedidos ao presidente da República.

De 1979 para cá, o Brasil mudou alguma coisa?

Começa a mudar. Em agosto de 1982, o Jornal do Brasil fez um balanço das leis aprovadas desde janeiro de 1979: dos 6.400 projetos apresentados pelos parlamentares, nenhum foi convertido em lei; dos 390 apresentados pelo Executivo, apenas um — o que vetou as sublegendas para as eleições de governadores — foi rejeitado.

Depois de Figueiredo, porém, as coisas começaram a mudar. Porque o povo não suportava mais. Daí os grandes comícios pelas diretas, a eleição de Tancredo pelo Colégio Eleitoral, a eleição dos prefeitos das capitais e áreas de segurança, a formação de novos partidos, inclusive o comunista.

O Presidente José Sarney mandou emenda ao Congresso convocando a Constituinte para 01 de fevereiro de 1987. Afinal, quem convoca uma Constituinte?

A Constituinte é realizada para constituir o governo numa fase de transição, quando temporariamente ele deixa de existir. No caso do Brasil, o governo constituído existe. Mas, foi esta a fórmula encontrada. Embora que não seja esta a maneira mais correta constitucionalmente falando. Há um governo constituído, e que vai continuar com a Constituinte. Afinal, o Brasil é assim. Nada, politicamente, foi realizado ao pé-da-letra. Tivemos 21 anos de ditadura com um Congresso limitado, mas funcionando. Vimos o povo nas ruas gritando pelas eleições diretas e elegendo indiretamente Tancredo Neves. Nós somos assim.

Qual a importância de 1986 no destino político do Brasil?

A eleição dos prefeitos das capitais este ano, os debates na televisão mostrando quem é quem na realidade política brasileira, a criação de pequenos partidos com direito a coligações, o aparecimento de grupos de deba-

tes, nomeadamente as Comunidades Eclesiais de Base, estão dando ao povo possibilidades novas na escolha de seus representantes para a Assembleia Nacional Constituinte.

A NOVA REPÚBLICA VESTIU UMA ROUPA NOVA, MAS NÃO TOMOU BANHO

(Mário Paulino, agricultor no Vale do Açu-RN)

Estes três artigos não foram escritos por acaso. Eles têm um compromisso com a purificação (tomar banho) do País.

Alguns dos seus temas serão debatidos e transformados em versos pelos repentistas nordestinos que estarão reunidos em Natal e São Paulo, nos desafios sobre a Constituinte.

A Nova República chegou. Mas o que terá de diferenciá-la realmente do antigo regime é que as transformações agora não podem, nem devem vir por decreto. Elas terão que vir, discutidas e exigidas pelo povo. E quem mais genuíno para representá-lo e interpretá-lo do que os poetas repentistas?

Até aqui, eles haviam sido catalogados no estudo do folclore apenas. Essa fase acabou. Ou vai acabar.

Os repentistas nordestinos estão convencidos de que eles mesmos terão que ser o sujeito das transformações sociais e não o objeto. Daí se intitularem, agora, de repentistas engajados na realidade brasileira.

Também com eles o Brasil vai mudar. Para eles também. Porque até aqui, o Brasil havia mudado. Mas contra eles.

TANCREDO NEVES: INTELIGENTE OU SABIDO?

No meu livro "Apesar de Tudo", reservei um capítulo para analisar os *sabidos* e *inteligentes*, convividos na vida brasileira.

O *inteligente* é como grão. Se não morrer, será infeundo. A fecundidade do sabido é feita da cotidianidade dos seus sonhos.

O *inteligente* é aritmético. Consegue sobreviver. O *sabido* é geométrico. Quase sempre vive sobre.

O *inteligente* é polivalente na ordem do conhecimento. O *sabido* na ordem do aproveitamento.

O *inteligente* é grosseiro às vezes, mas humano, profundamente humano. O *sabido* se irrita mas é sempre fino. Fino e aderente. Sobre tudo ao Poder. E quando eu falo em poder, me refiro ao poder podendo. Feito de números. Sobre tudo de números.

O *inteligente* pode ser desligado. O *sabido*, nunca. O *inteligente* gosta de se encontrar com velhos amigos. O *sabido* prefere localizar novos. Se vão lhe dar dividendos.

O *inteligente* é simples. O *sabido* é complexo. Chegar a ele, às vezes, não é fácil.

O mundo é dos *sabidos*. A vida, dos *inteligentes*. Na sua intensidade.

A ambição do *inteligente* é limitada. Porque limitada, nem consegue ser ambição.

O *sabido* é sobretudo ambicioso, explicação maior do seu sucesso.

O *inteligente* poderá ser sábio. O *sabido*, jamais.

A fé do *inteligente* é escatológica. Do *sabido*, circunstancial.

O *inteligente* não consegue ser audaz, na intensidade do *sabido*. A ousadia é o oxigênio do *sabido*. É sua respiração normal.

O *inteligente* aguarda a morte como passagem; para o *sabido*, ela não é objeto de cogitações.

O *inteligente* gosta de biblioteca; o *sabido*, de computadores.

O *inteligente* sonha com Paris, escreve maravilhosamente sobre Paris, mas suas notas são escritas em Natal, Nova Friburgo ou Sorocaba.

O *sabido* dorme em Hong Kong, acorda em Chicago e janta em São Paulo.

O *inteligente* sorri. E no seu sorriso se esboça a silhueta da paz. O *sabido* ri. E ri gostosamente.

O *inteligente* tem saudades; o *sabido*, nostalgia.

O *inteligente* mergulha no silêncio; o *sabido* vira taciurno.

O *inteligente* fica só para estar com outros; o *sabido*, para libertar-se deles.

O *inteligente* cria, o *sabido* amplia.

O *inteligente* ilumina; o *sabido* ofusca.

O *inteligente* pensa em canteiro de flores; o *sabido*, em projetos de reflorestamento.

O antônimo de *inteligente* é burro, de *sabido* é besta; às vezes (quem sabe?) viram sinônimos.

SER, para o *inteligente*, é fundamental. Parecer, para o *sabido* é prioritário. E como vivemos no mundo das aparências, nele o *inteligente* não tem vez. A não ser que mude os seus critérios. Aí, então, aflora a crise do desencanto. É quando a mediocridade se entroniza, o supérfluo se instala, e a inteligência se rende. A não ser que o *inteligente* se chame Unamuno, reitor imortal. Por isso, ele foi magnífico. Do contrário, não teria sido reitor, mas feitor. *E de feitores o Brasil está cheio. Sabidos*, por sinal.

O *inteligente* compra livros; o *sabido*, ações. Para o *sabido*, as letras que realmente valem são letras de câmbio. *Inteligente* é quem trabalha para viver razoavelmente. *Sabido* é quem consegue que os outros trabalhem para que ele viva maravilhosamente.

O *inteligente* sua; o *sabido*, transpira.

O *inteligente* acordo cedo. Para ele, Deus ajuda a quem cedo madruga.

O *sabido* acordo tarde. Outros madrugam por ele.

Sem o *inteligente* o que seria do *sabido*?

* * *

Afinal, o que estas considerações têm a ver com Tancredo Neves? Tem. É que ele conseguiu ser síntese, e foi justamente sua capacidade de síntese que o tornou transitoriamente necessária como o foi João XXIII em relação à Igreja.

E quem me deu esta convicção? Os pronunciamentos políticos? A mobilização emocional do povo? Os poemas de Thiago de Melo e Ferreira Gullar na TV Globo? Os apelos de Dona Risoleta? As rezas, orações e promessas? Não. Fui buscar nos repentistas nordestinos a razão de ser da grandeza de Tancredo Neves. É que a Literatura de Cordel é natural e afoita. Quando feita sob encomenda, é uma mentira. O compromisso maior dos que a fazem é com a verdade.

Ninguém se engane. Os heróis fabricados e projetados, sobretudo pela televisão, nem sempre são os heróis do povo. Vejamos estes exemplos concretos: Pelé e Roberto Carlos. O povo sabe que Pelé é o jogador do século. Sabe que suas pernas conseguiram transformar os nossos sustos em abraços e felicidade nacional. Mas o povo também sabe que Pelé não tem nada a ver com ele (o povo). Pelé, ele mesmo quando fala dele, fala na terceira pessoa, como se ele, primeira pessoa (gente, negro, mineiro) não existisse mais. Por isso, os repentistas não se ocupam dele. A Literatura de Cordel se ocupa de heróis, e os seus heróis jamais se voltaram contra o povo.

Quando Pelé declarou que o povo brasileiro não sabia votar, e este mesmo povo acompanha os seus passos cíficos, não adianta transformá-lo em mito popular. Suas pernas foram. Ele, não.

Roberto Carlos é a mesma coisa. Não adianta proclamá-lo rei, nem refabricá-lo em especiais. Na sua música dedicada a Tia Amélia, ele lembra a sua juventude passada em Niterói. Recorda o seu sofrimento heróico e conclui: "Agora, Tia Amélia, eu moro num avião", mas não dá o endereço.

Roberto Carlos como Pelé, significam o resultado de um processo do qual o povo não participa. Folhetos de Cordel sobre eles? Nunca. Aos inimigos não se mandam flores.

O próprio Luiz Gonzaga não conseguiu arrancar da Literatura de Cordel as homenagens que parece merecer.

Os três (*do Futebol, do baiano e da jovem guarda*) foram sempre identificados com o Poder, justamente numa hora em que o povo era massacrado, humilhado, pisoteado e injuriado.

Um fato curioso: a fama de Luiz Gonzaga deve-se a uma mentira de Carlos Imperial. Tudo começou na década de 60. Até então, Luiz Gonzaga, sanfoneiro quase anônimo nos grandes centros, cantando nas feiras e forrós rurais, era sobretudo o intérprete de Humberto Teixeira.

Num programa de televisão, Carlos Imperial é vaiado estrondosamente. De repente, interpela o auditório e grita irritado: "No Brasil não se valoriza quem tem valor. Não vê Luiz Gonzaga? Vocês sabiam que os 'Beatles' vão gravar a 'Asa Branca'?"

No dia seguinte, Luiz Gonzaga ressuscitava. E haja especiais, contratos, entrevistas, circuitos universitários, e como nova marca passou a ser chamado Lua e, mais tarde, Gonzagão, para diferenciá-lo de Gonzaguinha.

A inteligência de Garrincha não foi além de suas pernas. Erasmo se bandeou para o rock. Humberto Teixeira partiu definitivamente.

Quando um dia se escrever o subterrâneo do sucesso musical, cultural e político de muitos, nele irá se encontrar também a história dos *inteligentes* e *sabidos*.

Tancredo Neves era diferente. Todos o sabiam conservador, mas sua seriedade pessoal e histórica não enganava ninguém. Atarraxado, sério quando necessário, pilhérico como forma de disfarce, Tancredo Neves até fisicamente era a própria configuração do povo.

Logo no início de sua campanha, antes de Fafá de Belém tomar conta das praças, os repentistas já sentiam que entre ele e Maluf não se precisava contar três vezes. "A violenta disputa de Maluf com Tancredo" é o título de um folheto de Gonçalo Ferreira da Silva, que assim conclui:

"Quem lê o nosso duelo
Do princípio até o fim
Se acaso não for Tancredo
Vai odiar o Salim
E torcer pelo Tancredo."

A feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, é a responsável desde o início da campanha de Tancredo Neves, pela divulgação do seu nome entre os nordestinos.

Num folheto de Azulão, intitulado "Tancredo é a solução", percebe-se a força dos seus argumentos.

"Para o Brasil libertar-se
Da fome e da inflação
Das multinacionais
Que sugam nossa Nação
E ficar tudo certinho
Existe só um caminho
Tancredo é a solução
Para um Brasil democrático
Que o povo tenha direito
De escolher seu presidente
No mais moderado pleito
De paz e democracia
Para essa garantia
Só Tancredo é que dá jeito.

Para expulsar agiota
Que nosso metal dissolve
Levando para seu país
É o Brasil não desenvolve
Leva brilhante, ouro e prata
Para o fim desta mamata
Só Tancredo é que resolve."

Existem dezenas de folhetos sobre a vitória de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Descrições apenas.

Apolônio Alves dos Santos preferiu mostrar os estragos mostrados por Figueiredo. O folheto do repentista paraibano: "A despedida do João e a vitória do Tancredo" reflete o sufoco insuportável que residia no sofrimento do povo:

"Jamais o povo esqueceu"
Esses anos de aflição
Do Governo Figueiredo
E a terrível inflação
A fome e o sacrifício
Que deixou para a Nação.

Deixou a população
Faminta e sacrificada
Sem proteção, sem emprego
Numa sorte indesejada
Muitos sem poder pagar
A sua casa alugada."

Mais do que a campanha e a não posse, foram a doença e a morte de Tancredo Neves o binômio criador nos repentistas da poesia nordestina. São dezenas de folhetos espalhados pelo Nordeste. Cantados, sofridos e decorados.

Pedro Bandeira, repentista de Juazeiro do Padre Cícero, escreve no folheto: "Tancredo Neves, o mártir da Nova República", verdadeira apologia do novo herói:

"O calvário de Tancredo
Durou 39 dias
De cortes e agulhadas
Gemidos e agonias
Lutando para viver
Sentindo o corpo morrer
Nas dores das cirurgias.

A todo o seu sofrimento
O Brasil testemunhou
Entre suspiros e ais
A Nação toda chorou.
É essa a voz de quem chora
O seu corpo foi embora
Mas o seu sonho ficou."

Sobre sua morte, há versos e mais versos. Impossível transcrevê-los todos. Manuel Moraes, Celestino Alves e José João de Santos, respectivamente, assim analisam sua morte:

"A 21 de abril
Um soluço, uma saudade
Tancredo de Almeida Neves
Passou para a Eternidade
Morreu no dia da morte
Do Mártir da liberdade."

"Sua doença foi santa
Pois fez a grande união
No seu leito mortuário
Congregou toda a Nação
O mundo inteiro rezou
Em uma só comunhão."

Às vinte e duas e trinta
De 21 de abril
Num domingo melancólico
A morte negra e sutil
Com as mãos frias e leves
Posou em Tancredo Neves
A esperança do Brasil."

Na missa de sétimo dia, no Rio de Janeiro, eu escutei na Cinelândia, estes versos de Raimundo Santa Helena:

"Lembra-vos de João Pessoa
Tiradentes, Juscelino
Não basta chorar os mortos
Rezar e tocar o sino.
Temos que ser verticais
Ou o povo nunca mais
Mudará o seu destino."

Tenho em mãos vários folhetos escrevendo toda a história de Tancredo. Almir Oliveira Gusmão usa metáforas gloriosas, e Elias de Carvalho é enfático como o próprio Tancredo Neves em relação à dívida externa.

Pedro Bandeira imagina um encontro de Tancredo com Padre Cícero. E consegue introduzir no diálogo a malícia de quem sempre soube encontrar saídas. Vejamos os versos dos três poetas:

"Apagou-se uma fogueira
De calor universal
Mas sua chama incandescente
Hoje brilha triunfal
E para nunca mais perdê-la
Vai nascer mais uma estrela
No símbolo nacional."

"Vamos pagar nossas contas
Usando um sistema novo
Que, tirar de quem não tem
Essa atitude eu não louvo
Dívida é paga com dinheiro
Não com a fome do povo."

Como ficou Delfim Neto
Na queda do seu império.
Tancredo disse: Esse homem
Comeu que só cimitério
Está por lá na moleza
Organizando a riqueza
Que arranhou no Ministério.

E os problemas da Capemi?
Da Delfim, da Sunamam?
Tancredo respondeu: Esses
Passaram tirando lá
Envergonharam nossa gente
São corrupções do presente
Lágrimas do nosso amanhã”.

Mas foi Manuel Morais, do Rio Grande do Norte, que conseguiu reproduzir nos seus versos a “*Verdadeira história da vida e morte de Tancredo Neves*”. Eu o vi cantando suas estrofes na Feira do Alecrim, em Natal. E a multidão soluçando. Vejamos alguns dos seus versos:

“Primeiros passos políticos
Ganhou para vereador
Deputado estadual,
Federal e senador
Em sua terra querida
Foi também governador.

Junto com Getúlio Vargas
Pelos direitos humanos
Foi Ministro da Justiça
Teve êxito nos seus planos
E chegou à Presidência
Com setenta e cinco anos.

Getúlio Dornelles Vargas
Nome vivo e imorredouro
Que antes da sua morte
Que causou, tristeza e choro
Presenteou a Tancredo
Sua caneta de ouro.

Quando a doença é de morte
Não há remédio que evite
O médico lhe operou
Pensando em apendicite
Porém depois constatou:
Era diverticulite.

Foram sete operações
Que Tancredo suportou
Atingindo seu pulmão
A sua pressão baixou
Seu estado de saúde
Cada vez se agravou

Veio um médico americano
Com aspectos positivos
E enquanto ele dormia
A força de sedativos
E oito aparelhos mecânicos
Que lhe consevavam vivo

Tiradentes faleceu
Com pura soberania
Tancredo Neves também
Faleceu no mesmo dia
Ficou sendo para o mundo
Herói da democracia.”

Quando eu lia todos estes versos dos repentistas nordestinos sobre vida, paixão e morte de Tancredo Neves, eu me lembrava de que certo dia, Jesus Cristo desafiando a arrogância dos escribas e fariseus, desabafava em forma de oração: “*Eu te agradeço, ó Pai, porque escondeste estas coisas aos grandes e revelaste aos pequenos*”.

Tancredo Neves era simples e foi justamente a sua simplicidade que o transformou em mito. Sua inteligência residia na sua maneira de ser simples. Nada nele era ensaiado. Se acertava quase sempre, é porque experiência que conduzia todas as suas respostas era feita sobretudo por uma caminhada cheia de decisões e recuos. Sentiu sem deslumbramentos o papel que a história lhe reservara. Os inteligentes não se perdem no emaranhado das honrarias.

Tancredo Neves: Inteligente ou Sabido? *Inteligente*. Através de todas as suas manifestações. *Sabido* no sentido de condutor de sabedoria, nocauteadora dos “sábidos”, sinônimo de esperteza.

LITERATURA DO CORAÇÃO

Nunca me convenci de que literatura de Cordel vem de *Cordão*, “cordéis”. Por causa dos folhetos pendurados. Nem real, nem literalmente, cordel vem de cordão.

Marcus Accioly, Alceu Mainard, Luiz Beltrão, Raimond Cantel, Antônio Marques, Joseph Luyten, Mário Souto-Maior, Orlando Tejo, que me perdoem, mas o significado de cordel é muito rico para reduzir-se a simples cordões pendurados nas barracas das feiras.

Eu sei que os dicionaristas Morais, Caldas Aulete, Cândido de Figueiredo, Laudilino Freire, Aurélio, todos eles assim o definem: “Farças de cordel, as expunham à venda nas ruas ou debaixo das arcadas e penduradas em cordel; por extensão, literatura popular de pouco merecimento”. (*Dicionário Contemporâneo — Caudas Aulete.*)

A própria Casa de Rui Barbosa prefere chamar: “Literatura Popular em Versos”. Para salvaguardar os que não escrevem os seus versos e não os expõem nas feiras, mas o fazem por transmissão oral através dos desafios e das emboladas.

Nada disto. Cordel é cordel mesmo. E não tem nada a ver com cordão. A palavra vem de Cordis, que em latim quer dizer Coração. Do coração e da mente (memória); por isso, o sabemos de cor (decorado). Assim como os franceses que também empregam a expressão “par cuer” vinda do coração e localizada na memória.

O homem brasileiro já foi definido por Buarque de Holanda “o homem cordial”. E o é. Se não o fosse, onde estariam os demolidores do nosso futuro, que enchem os nossos ouvidos de falsas esperanças? Cordial, como cordel, também vem de Cordis.

Tudo isto é para dizer que literatura de cordel é nominal e substancialmente a literatura do coração.

Da espontaneidade.

Que chega de repente.

Sem preocupação de palavras bonitas.

Sem gramática.

Sem crases.

Com gosto de terra. De gente. De aurora dourada.

Literatura sem esquemas. Sem escola.

Solta, Perdida no absoluto.

Comprometida com todos os espaços e todos os destinos.

Literatura que assume os pedidos dos cegos e o aboio dos vaqueiros.

Literatura que mistura cachaça com valentia.

Humilde. Afoita. Mendicante.

Assumindo um compromisso exclusivo. Com o coração.

Somente com ele. Por isso, Lampião, Antônio Silvino, Padre Cícero, Frei Damião, são misturados e decantados.

Todos eles foram portadores da grande coragem que tem o sobrenome de justiça.

Para a Literatura de Cordel, o sante o bandido são heróis deversificados.

É a força do espírito e do corpo.

A coragem enlouquecida,

criando ruturas dolorosas.

O Santo veio para dividir.

O bandido também.

Seus gestos são decantados porque são violentos.

Ambos não se conformam com a planície.

A riqueza espiritual, humana, histórica de que a literatura de Cordel é portadora ainda não foi escrita.

Há pedaços de informação.

Referências, quase sempre descontextuadas.

Sei que há gente tateando. Querendo. Escrevendo.

Dando notícias.

Mas o miolo. A substância. O tesouro escondido ainda não foram localizados.

Nem a riqueza dos versos, das rimas, da inspiração, do sofrimento, da procura foi enfocada na sua clareza.

Precisam ser acalentadas com o coração.

Somente com ele.

Do contrário, a Literatura de Cordel seria profunda.

Desnutrida.

Cambaleante.

Através dela seus portadores respiram.

Aproximam os espaços.

Voam. Choram. Crescem. Morrem. Ressuscitam.

Com ela, tudo é reaproximado e aceito.

Aí está Zé Limeira.

“Um dia Nossa Senhora

Se encontrou com Rui Barbosa

Tirara um dedo de prosa

Judas se enforcou na hora

Numa corda de cimento

Botou os filhos prá dentro

Foi pra barca de Noel

Viva a Princesa Izabel

Diz o Novo Testamento”.

Na Literatura de Cordel, a aldeia global vai mais além.

Assume as desproporções do tempo:

E, de repente, a “barca de Noel” vai circulando nos nossos rios.

Um dia, eu tenho certeza, os antropólogos, os parapsicólogos, os exegetas, os cabalistas, transformarão os folhetos de Cordel nos seus livros de cabeceira.

Foram eles que precederam o apocalipse de hoje no sabor de todas as calçadas.

Com eles, a noite se chamará dia e a besta possuirá tonalidade lírica.

O seu universo é múltiplo, misterioso, trivial.

O passado, o futuro, o futurível, o presente são companheiros do mesmo itinerário.

Fazem uma só comunidade de destino!

O tempo é pessoal.

Por isso, fala, chora, clama, morre.

Tudo porque é medido pelo homem. E pela terra também.

Os caminhos da literatura de Cordel são percorridos numa terra determinada.

Por um homem determinado.

Sem conhecê-lo, impossível assumi-lo.

Sem amá-lo, não haverá resposta.

Se é literatura do coração, os números, os cálculos, os métodos serão hóspedes.

Nunca da família.

Para o nordestino, a vinculação emocional com a terra o acompanha no itinerário de todas as aflições.

Por causa da terra o nordestino chora, canta, sofre e sorri.

Porque a terra é como as pessoas: precisa de carinho.

Para ele a terra tem marca de Deus.

Procedemos dela. Para ela, é que temos de ir.

E não foi da terra que Deus fez o primeiro homem, “à Sua imagem e semelhança”?

O homem nordestino é sobretudo universal. E sua universalidade é habitada de emboscadas, de assombração, de sonho, de atentados, de apelos, de gritos, de alarme, de ânsias, de ruptura, de buscas, de repouso, de oásis.

Para qualquer outra pessoa, uma mesa é uma mesa. Uma casa é uma casa. Para o nordestino, não. Cada objeto vale pelo que significa. É como se cada coisa possuísse marcas de sacralidade. Daí a irreversibilidade das atitudes tomadas. A fidelidade quase ilógica aos compromissos. O nordestino jamais entenderá seus pais num Abrigo de Velhos. Jamais aceitará seu irmão num Asilo de Loucos. Ele prefere vê-los em casa, sofrendo com eles, repartindo as aflições, acompanhando o aniquilamento. É um masoquismo doce-amargo, mistura de sofrimento e dever cumprido.

Rimando o Nordeste, sofre.

Porque o sofrimento é decorrente, ecológico, comunicante, comunicador, universal.

O animal sofre querendo descobrir a água entre pedras que já foram cachoeiras.

O homem sofre, enquanto olha o céu.
A vegetação sofre enquanto vai sumindo.
Se a chuva não vem, quem não parte morre.
Por isso o amor à água é pessoal, vivo.
No Nordeste, a água e a mulher são conquistadas
buscadas, queridas, sofridas.
Quando as duas não vêm, o homem deserta.
Um banho de chuva é tão emocionante como
uma aventura amorosa.
Quando há chuva e mulher, não existe pobreza.
Pobre é quem tem sede de água e de mulher.
No Nordeste, tudo é amado e querido.
Exaltado e aceito.
Daí o amor irresistível à terra, ao poço, ao cami-
nho para casa.
Quando chove, ele volta.
Para saborear a comida, o pilão da cozinha, a
dormida de rede.
O sonho da volta é sempre o oásis no anonimato
e na indiferença.
O gemido da rede. O ranger da cancela.
Uma adesão a tudo.
A própria morte, chega como passagem.
E porque é passagem, as "inceências" são feitas
de rimas.
Rimando a gente escuta uma mão estendida.
Rimando o ceguinho agradece a Deus a luz dos
nossos olhos.

Todo menino do Nordeste, teve uma história
amarrada nas coisas, nos gestos, nos animais.

Com eles fomos à feira, com eles sentimos a sen-
sação de sermos todos, criaturas de Deus.

Impossível o nordestino deixar de ser um homem
habitado, vinculado, repartido.

Jamais ele deixará de reconceituar tudo em
função do seu ontem.

Mesmo que seus interesses sejam diretamente li-
gados ao seu paraíso terrestre, ao seu carro, ao seu
iate, ou àquela mulher linda que ainda conseguirá
conquistar.

Para ele, levar a boiada é um canto prolongado e tris-
te. O aboio é uma espécie de cantochão, um gemido que
não termina mais.

A própria vaquejada é a festa apoteótica do seu coti-
diano feito de coragem e riscos. Ele não laça o boi. Pre-
fere derrubá-lo, para misturá-lo com a terra.

Quando em 1966, eu estava em Lisboa, bebendo vinho
verde e escutando fados na Adega do Mesquita, foi
anunciado um concurso entre os fregueses. A melhor
quadra sobre a Adega, daria direito a quinze noitadas. E
lá estavam portugueses e ultramarinos, fadistas e boê-
mios. Foi quando consegui me habitar do Nordeste e
acessar para os repentistas distantes. E sem perceber, saí
esta quadra quase psicografada:

"Eu conheço toda a Europa
Vi muita coisa bonita.
Mas nada como uma noite
Na Adega do Mesquita."

Claro que ganhei. E o vinho verde começou a ter sabor
de cachaça com caju. Tudo por causa da quadra.

E, por falar em quadra, quando em Paris, tive de fazer
uma consulta, o médico recomendou que antes da pri-
meira refeição (petit degener) tomasse um copo d'água.
Foi quando me lembrei que desde meus cinco anos, ma-
mãe me dizia a mesma coisa. Com uma diferença. A de-
terminação de minha mãe era nordestina e sonora:

"Jesus, Maria e José
Água em jejum, remédio é."

Experimentei em minha carne a sensação de ir e vol-
tar. De ter compreendido porque Lampião matava, mas
não deixava ninguém morrer sem vela. A morte para ele,
era também o caminho de volta.

Somente de longe, eu consegui perceber na sua totali-
dade, a importância de uma terra única, de um povo úni-
co, de um tipo único de manifestação.

Quando cheguei a Atenas, eu não me lembrei dos deus
do Olimpo. Eu me lembrei de Romano Elias da Paz,
lá de Pirpirituba, que me deu a história do Pávo Mistre-

rioso. Foi este o meu primeiro livro de leitura. Lía can-
tando. Num ritmo de Cantochão.

Na Grécia eu vi Aristóteles, Platão, Sócrates, nas cé-
dulas e nas ruínas. E tudo é quase ruína. Menos o que fi-
cou plantado no coração do povo.

Para o nordestino a terra tem alma. Tem viço. Tem
ânsia de procura. Na terra estão os corpos, os passos, o
calor. O caminho, as raízes. O poço, o rio, a volta.

No Sul, em São Paulo, por exemplo, como são conhe-
cidas as regiões? Quase sempre, foram as ferrovias que
lhes emprestavam os nomes: Mogiana, Alta Paulista,
Média Sorocabana. É a mão do homem que vai dando
sentido à terra. No Nordeste, a natureza é que determina
tudo: Zona da Mata, Sertão, Agreste. É o homem dentro
dela, assumindo tudo. Vibrando, gemendo, lutando. Di-
mensionado. Cíclico como a natureza.

Por isso o nordestino é frio, é quente, é rico, é pobre, é
violento, é terno, é alegre, é triste. Quando ele emigra,
emigra pensando na volta. E só emigra, se não conseguir
fazer as pazes com a natureza. E parte do último pau-de-
arara. Pelo mundo. Quixotescamente aguardando a hora
de voltar.

EM SÃO PAULO SOMOS TODOS BAIANOS

Os viadutos, o metrô, os edifícios de vidro, não conse-
guiram modificar a fisionomia humana do Nordeste que
reside em São Paulo. Suas festas de casamento se reali-
zam como se fossem nos alpendres das fazendas distan-
tes. Sua comida continua sendo nordestina, como nor-
destina é a música, seu círculo de amizades e sua fé.

O nordestino de São Paulo acredita na técnica, dela
participa com ela e com ele a cidade cresce. Mas não
aceita esta técnica desnortestizando o seu comporta-
mento. Jamais ele trocará uma vaquejada por uma parti-
da de golfe, mesmo que todos os americanos do mundo
dirijam suas fábricas.

Eu acredito que são os repentistas os responsáveis des-
sa resistência. São eles o sinal de todo um passado que
permanece nos forrós, nos programas de rádio e televi-
são, e nas manifestações sociais.

No Nordeste, os Estados existem. Um alagoano se di-
ferencia de um cearense. Um potiguar não fala a mesma
língua de um sergipano. Em São Paulo, não. Todos
são conterrâneos. Porque é pela terra que o nordestino é
medido.

Em São Paulo, o nordestino se depara com o Nordeste
justamente pela sua ausência. E de repente, cada conter-
râneo vai carregando nos seus olhos as estradas distan-
tes.

Eu vi no Estádio do Morumbi milhares de corintianos,
gritando, sofrendo. E todos eram morenos, mulatos, da
Silva, Ferreira, da Costa. E os da Silva vieram do Nor-
deste. Do Nordeste vieram todos os "zês" e "cíceros"
que habitam São Paulo. Do Nordeste, vieram os braços
que constroem São Paulo. Sem eles, nem o metrô, nem
os restaurantes, nem os edifícios, nem os hospitais, nem
os transportes conseguiriam sobreviver. Sem eles, as bo-
ates não teriam porteiro, nem haveria vigilantes para a
tranquilidade das noites. Sem os nordestinos, as mesas
não seriam servidas.

Foi em São Paulo, onde eu vi um folheto de Córdel
consumido como artigo de supermercado. Curioso. Nes-
ta época em que o vídeo tem o poder de "massagear" a
mente do povo, com estímulos culturais", numa cidade
de turcos, gregos, japoneses, italianos, portugueses, eu vi
o Nordeste fiel às suas raízes.

Em São Paulo eu vi o poeta e a viola cantando a soli-
dão da terra, sendo nada mais do que um pássaro. Como
as plantas e as aves, eu vi Zé Ferreira, Januário, Guriatã
de Coqueiro, José Aguiar, Venâncio, como uma vertente
do equilíbrio ecológico. Por eles, o Brás continua vivo,
carregando o Nordeste nas costas como se fosse uma
criança. Onde, em Recife, a gente ouve cantorias noite a
dentro? Em Maceió, ainda há desafio? Jamais fui con-
vidado para escutar repentistas nas noites de Natal. Somente
em São Paulo, a cantoria, o desafio, a saudade, são rota-
tivos.

Na Rua Paulo Afonso, a gente se depara com embola-
dores de côco, com repentistas saudosos, misturando re-
pente e cachaça. No Brás, se localiza a pensão de Dona

Biu. Lá, eu vi Jocy Batista e Sebastião do Rojão, contan-
do a história dos primeiros forrós de São Paulo.

No Brasil, só existem duas cidades intrinsecamente
nordestinas: Juazeiro do Padre Cícero e São Paulo. Em
Juazeiro, eu vi Pedro Bandeira e Geraldo Amâncio vi-
vendo de cantoria, eles e mais 38 companheiros, percor-
rendo fazendas, povoados, feiras e novenas. De dia, de
noite, de madrugada, todos eles respirando poesia como
se fosse oxigênio. Em São Paulo também. Quer ver
Otacílio Batista, Diniz Vitorino, Ivanildo Vila-Nova,
Moacir Laurentino, Sebastião da Silva, Severino Feito-
sa, Oliveira das Pánelas? É só ir a São Paulo.

Em São Paulo há folhetos sobre o metrô, misturados
com versos sobre Frei Damião, que se encontram nas sa-
las de quase quatro milhões de nordestinos, cheios de
frio e de saudade, aglomerados nos bairros nordestinos
de São Paulo, grudados uns aos outros, para não saírem
do Nordeste. É uma espécie de diáspora sem os vícios do
separatismo.

Em São Paulo, eu escutei repentistas no Brás, aboios
em Pirapicuíba, freqüentei forró em Santo Amaro. Por-
que São Paulo é assim. É nordestino, é também japonês,
é também alemão, é também coreano. São Paulo é a úni-
ca cidade brasileira verdadeiramente pluralista. Ela é
cosmopolita e caipira ao mesmo tempo. Ela é carrefour
do mundo e província incurável. Ainda faz programas de
auditório de televisão, como as estações de rádio o fa-
ziam na década de 50.

Em São Paulo, eu estive em Munique, numa cervejaria
de Moema, quebrei pratos nos restaurantes gregos. Em
São Paulo, eu vi Tóquio residindo no bairro da Liberda-
de, e as ruas de Beirute circulando nos balcões da Aveni-
da São João. Vi portugueses como se eu estivesse em Al-
fama, e italianos me lembrando a Calábria. Tão bom que
São Paulo fosse feminina, e se chamasse definitivamente
de paulicéia. Porque São Paulo consegue engravidar, so-
frer dores de parto, às vezes mãe, madrastra, mulher, fi-
lha, amante.

Sou grato aos cafés de São Paulo, à impaciência de
São Paulo, às lições de isolamento e de indiferença, à
ambição de sempre suplantar. Ao desejo insólito de
transmitir calor numa noite de garoa.

Em São Paulo, eu consegui me deparar com mãos vin-
das das entranhas da terra, construindo o metrô, porque
não conseguiram plantar nenhuma semente na terra que
ficou distante. Vi mãos judias, árabes, coreanas, hún-
garas, suecas. Mãos assinando papéis e devolvendo angús-
tias. E no meio delas mãos nordestinas habituadas a der-
rubar bois nas vaquejadas, agora retirando saudades no
bojo da viola.

Vi em São Paulo, mãos fazendo amor,

Fazendo brinde

Fazendo crime

Fazendo dor

Fazendo feto

Fazendo afeto

Mãos destruindo rosas

Mãos amputadas, estendidas, mendicantes, mãos

nordestinas fazendo São Paulo crescer,

Produzir,

Projetar-se para o terceiro Milênio.

Mãos gritando por um pedaço de espaço,

uma nesga de terra,

um pouco de caminho aberto, porque os grandes
caminhos, os fartos caminhos ficaram geralmente
com os outros.

Vi em São Paulo, luzes que não seguem iluminar, mú-
sicas que não deixam eco, e olhos embaceados porque
presenciaram oscilações, recuos, ofertas, rugas por den-
tro, erosões na alma.

O caráter pioneiro de São Paulo é sua marca registra-
da. O que significa "Bandeirante" afinal?

Culturalmente, onde o Brasil deu o pontapé inicial
para que nós fôssemos nós mesmos? A Semana da Arte
Moderna é a grande referência.

Economicamente, industrialmente, empresarialmente,
agrícola, nem se fala.

Politicamente, todos nós sabemos. Tudo começou às
margens do Ipiranga.

Até religiosamente, que, antes de 64, deu o grito de alarme não foi o jornal **Brasil urgente?** E durante o regime militar não foram as Comunidades Eclesiais de Base a sentinela para denunciar as injustiças

São Paulo é uma cidade cíclica: fria, quente, mornã, gelada. A brisa do Nordeste em São Paulo se chama garoa. Irritante.

São Paulo tem um compromisso com o tempo. Só com o tempo. Não dá bolsas ao espaço. Por isso, o paulista lhe nega com facilidades qualquer informação de endereços. Jamais negará as horas.

Assisti em São Paulo, um edifício se queimando, se contorcendo em chamas. E corpos caindo.

A imagem do Joelma tomou conta do meu sofrimento. Hoje, eu continuo quase pensando que vivemos uma "síndrome do Joelma". Há cusparadas de fogo no edifício de todos nós. Uma multidão aguardando o nosso salto. Há sempre um braço que não alcança ninguém. Por isso, os olhos de São Paulo estão gemendo. E em cada freada de carro a gente sente o bafo da revolta.

Em São Paulo, a gente se depara com pessoas falando sozinhas, discutindo sozinhas, enquanto são acotoveladas pela multidão. Os loucos de São Paulo são vindos de sonhos construídos na areia, de erosões por dentro, de cheques cruzados, de caminhos cruzados, de falta de espaço para a alma.

Penso, às vezes, que São Paulo se torna humana porque desumana, natural porque estranha.

Pois bem. Foi esta cidade que o Nordeste escolheu para ser a capital de todos nós: piauienses, cearenses, potiguanos, paraibanos, alagoanos, sergipanos, pernambucanos, baianos. Sim, baianos todos nós. Assim rebatizados em São Paulo.

José Luiz Silva é formado em filosofia e teologia. Fez também cursos no Instituto Católico de Paris e na Abadia de Santo André em Bruges, na Bélgica. Estagiou em Israel, foi professor nas Faculdades de Comunicação de Santos e Filosofia de Santana, na capital paulista.

Jornalista, seus artigos em **O Poti**, marcaram um novo estilo na análise política do Rio Grande do Norte. **Frei Damião, Bilhete para o Cardeal, na Calçada do Café São Luiz, Apesar de Tudo**, são alguns dos seus livros: apreciados, lidos, esgotados.

Seu último livro **Já Somos Quatro Mil**, é um verdadeiro tratado sobre os padres que deixaram o ministério.

Suas pesquisas no terreno da cultura popular, o transformaram num verdadeiro pioneiro, quando consegue transformar os repentistas nordestinos em agentes de transformação social.

Agora, residente no Rio de Janeiro, pretende relocar o Nordeste sobretudo no eixo Brasília/São Paulo, lutando para tirar do nordestino a caricatura que os grandes centros urbanos conseguiram impingir.

ATA DA COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária.

3ª Reunião, realizada em 29 de maio de 1985.

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às dez horas, na Sala da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores César Cals, Presidente, Roberto Campos, Jutahy Magalhães, Severo Gomes, Relator, João Calmon, Milton Cabral, Alcides Saldanha e Cid Sampaio, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, "destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária".

Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador César Cals, declara abertos os trabalhos e convida o depoente Dr. Carlos Walter Marinho Campos, Diretor da PETROBRÁS, para tomar assento à Mesa.

O Sr. Presidente, sugere que as reuniões da Comissão, sejam transferidas para as terças-feiras, o que é aprovado pelos demais membros.

Em seguida o Sr. Presidente concede a palavra ao Dr. Carlos Walter Marinho Campos, que na qualidade de depoente, procede a leitura de sua exposição e logo após se coloca à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos.

Durante a fase interpelatória, usam da palavra os Srs. Senadores Cid Sampaio, Virgílio Távora, Roberto Campos e o Relator Severo Gomes.

Finalizando, o Sr. Presidente, Senador César Cals, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo a presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1985, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. CARLOS WALTER MARINHO CAMPOS, DIRETOR DA PETROBRÁS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador CÉSAR CALS
Relator: Senador SEVERO GOMES

(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Havendo número regimental dou por aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a gestão da sociedade de economia mista, na qual a União detém a maioria acionária.

Antes de começar o depoimento do Dr. Carlos Walter, eu gostaria de colocar em discussão, pela Comissão, a modificação de uma decisão tomada na reunião de instalação, que previa que nós iríamos fazer as reuniões da Comissão todas as quartas-feiras, mas parece-me que este é um dia que há muitas comissões, assim, a minha sugestão é que se pudesse fazer, daqui em diante, nas terças-feiras. Parece que quarta-feira há um congestionamento. Vocês estão de acordo?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ontem, realmente, houve a tentativa de fazer a Comissão de Fiscalização financeira, terça-feira de manhã, terça-feira de manhã tem a desculpa de que alguns ainda estão chegando, na sexta-feira alguns já saíram, mas quarta e quinta-feira infelizmente não dá. Porque, hoje mesmo, nós temos Comissão de Constituição e Justiça às 9 horas e 30 minutos, Comissão de Finanças às 10 horas, Comissão de Relações Exteriores às 11 horas, CPI aqui às 10 horas, temos às 15 horas Interpartidária, temos às 16 horas a do José Ignácio, não dá.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Então se estão de acordo com a terça-feira às 10 horas, 11 horas.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Vamos tentar o horário de 18 horas e 30 minutos para ver se funciona, porque de manhã é difícil congrega gente na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Vamos tentar 10 horas.

Então, se todos estão de acordo, passará a ser terça-feira, às 10 horas, em vez de quarta-feira às 10 horas.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Pela ordem, o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Apenas a título de informação, o depoimento do Presidente da PETROBRÁS está marcado para algum dia em particular?

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — A minha idéia é que na próxima semana nós vamos sugerir o Diretor

Carlos Santana, porque quanto a esse problema de compras e petróleo, suprimento e a parte de Br., é interessante o Senado conhecer e, depois, a outra seria daqui a duas semanas, seria o Presidente da PETROBRÁS, Hélio Beltrão. Como idéia.

Senador Jutahy Magalhães com a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vou encaminhar a V. Exª o requerimento de informações e peço que V. Exª, de acordo com as normas da Comissão Parlamentar de Inquérito, encaminhe ao Executivo.

Eu desejo que o Senado informe-se a nomeação de todas as sociedades de economia mista, nas quais a União detém a maioria acionária, identificação do vínculo à subordinação que cada uma delas mantém com o Ministério ou outros organismos estatais; para cada caso, precisam da participação acionária da União; Nomeação das empresas de cuja composição acionária a sociedade relacionada participe; níveis de participação das mesmas sociedades, administração das empresas e perfil descritivo e montante das dívidas internas e externas da sociedade de economia mista, nas quais a União detém a maioria acionária.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — O requerimento será encaminhado de acordo com o Regimento.

Vamos passar, então, à primeira parte da nossa reunião. Antes do depoimento, o Diretor Carlos Walter vai proferir o juramento.

Eu pediria aos Srs. Senadores que, durante a exposição, obtivessem-se de fazer interrupções, a não ser alguma coisa que seja esclarecedora do que foi dito, para que pudéssemos não tirar seqüência da exposição, e nós passaríamos às questões logo após a exposição. Vamos passar ao juramento.

O SR. CARLOS WALTER —

"Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sob quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a gestão da sociedade de economia mista, nas quais a União detenha maioria acionária."

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — O Diretor Carlos Walter Marinho Campos, da área de proteção e exploração de petróleo, já vem há seis anos desempenhando essas tarefas. Também está sob a sua responsabilidade, vamos dizer assim, os pareceres técnicos sobre a área de contratos de risco, de maneira que eu creio que nós teremos uma boa exposição, dado os profundos conhecimentos do Diretor Carlos Walter sobre as matérias que lhe são afetas. Com a palavra o Diretor Carlos Walter Marinho Campos.

O SR. CARLOS WALTER — Excelentíssimo Sr. Senador César Cals, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Senadores:

A busca de petróleo e gás natural no Brasil foi descrita por vários autores. Coube a um dos seus mais notáveis pioneiros, o Eng. Pedro de Moura, a Publicação do Livro "Em Busca do Petróleo Brasileiro" Publicado pela Fundação Gorceix, Ouro Preto, Minas Gerais, onde se poderá acompanhar as atividades de exploração de petróleo no Brasil desde o seu início, ainda nos tempos do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, fundado em 1907.

As últimas três décadas são as que mais poderão nos interessar porque as atividades da exploração de petróleo desenvolvidas nesse período foram decisivas para a conquista dos resultados que hoje descrevemos.

A PETROBRÁS iniciou o seu esforço para ampliar a produção de Petróleo no Brasil contratando o Geólogo Walter Link para implantar a sua equipe de exploração. Este técnico realizou com empenho esta missão, mas não foi bem sucedido quanto ao seu objetivo principal que era conseguir descobertas significativas de petróleo. No entanto, foi vitorioso quanto a dois importantíssimos aspectos para qualquer empresa que pretenda ter êxito na atividade de exploração do petróleo: trabalho e dedicação de seus quadros profissionais e o treinamento de geólogo e geofísicos competentes.

Não cabe discutir, nessa oportunidade, por que os resultados da equipe Link foram modestos, valendo apenas destacar duas sugestões dadas por seu chefe em 1961: explorar petróleo no mar e ir para o exterior. A PETROBRÁS foi definitivamente para o mar em 1968, e fundou a BRASPETRO em 1972.

Já em 1968, procurei demonstrar que a nossa principal província produtora de então, a Bacia do Recôncavo, embora reconhecida como da classe mais prolífera em potencial petrolífero, não mais poderia suportar acréscimo substancial de produção, em face do avançado estágio exploratório em que se encontrava. O estudo que permitiu tal diagnóstico, foi realizado sob minha orientação em 1968 pelos técnicos, L.P. Vieira e G. Weyler. Era pois necessário procurar outras áreas que atendessem a esta necessidade, essas áreas estão sob as águas oceânicas.

A busca de petróleo no mar, além do continuado esforço no continente, teve fases de grandes expectativas favoráveis, principalmente com a descoberta do Campo de Guariacema, quando do segundo poço pioneiro perfurado no mar, e fases de apreensões, mas nunca de desânimo. Outros campos foram descobertos sem contudo marcar a descoberta de uma província petrolífera notável. Finalmente, em 1974, descobriram-se os primeiros fortes indícios de petróleo na Bacia de Campos com a perfuração do poço I-RJS-7 e o primeiro campo comercial de petróleo, com a perfuração do poço I-RJS-9, descobridor do Campo de Garoupa. Estava descoberta a segunda grande província petrolífera brasileira, que permitiu alcançar os níveis de produção atuais.

Como manter estes volumes de produção por um período longo ou mesmo aumentá-los significativamente? a resposta é: encontrando uma nova província produtora de petróleo.

Tal província, se existe, deve estar naquelas regiões que se convencionou chamar de **Fronteiras Exploratórias**, seja pelas suas situações geográficas remotas — caso da Amazônia, ou pelas eventuais dificuldades tecnológicas em produzir as reservas que nelas venham a ser descobertas. Neste último caso, encontram-se as regiões da plataforma continental das águas profundas, situadas em lâminas d'água entre 400 e 1.000 metros.

Uma parcela substancial do esforço exploratório da PETROBRÁS tem sido aplicada ultimamente nas áreas de "Fronteiras", em busca de volumes de hidrocarbonetos em quantidades que assegurem o futuro da produção nacional de petróleo e gás natural nos níveis almejados.

Talvez estejamos, no momento, ingressando numa terceira etapa importante da história do Petróleo no Brasil, com os recentes resultados obtidos em águas profundas da Bacia de Campos.

A fig. 1 indica a evolução das diversas classes de volume que se consideram na avaliação de recursos petrolíferos, todas definidas no Código de Reservas da Companhia.

O volume provado refere-se ao volume de petróleo *in situ*, do qual se recupera apenas uma parcela variável, com a tecnologia disponível e com as condições econômicas. Há grande certeza (100%) de que esse volume esteja na subsuperfície.

O volume provável é aquele que para se transformar em provado depende de poços adicionais, trabalhos geofísicos complementares e outros estudos. Há menor grau de certeza quanto a sua existência na subsuperfície.

O volume possível é a parcela que tem possibilidade de existir na subsuperfície, caso ocorram certas condições geológicas ainda não comprovadas ou se possa contar com o uso de determinadas técnicas.

O volume provado multiplicado pelo fator de recuperação, número situado entre 0 e 1, da ordem de 0,2 a 0,6, fornece o volume recuperável. Subtraindo do volume recuperável o volume produzido, encontra-se a reserva, ou seja, o volume de petróleo efetivamente disponível na subsuperfície para produzir.

Essas definições são muito importantes, e nós vemos na imprensa sempre uma grande confusão entre o petróleo que está *in situ* na subsuperfície, o petróleo que realmente podemos recuperar. As descobertas sucessivas ocorridas, principalmente, na Bacia de Campos nos anos seguintes a 1974, permitiram elevar os volumes recuperá-

veis de petróleo no País, até 31 de dezembro de 84, aos seguintes níveis: $588 \times 10^6 \text{ m}^3$ ($3,7 \times 10^9$ barris) dos quais já foram produzidos ao longo do tempo $264 \times 10^6 \text{ m}^3$ ($1,65 \times 10^9$ barris). A contribuição da Bacia de Campos foi de $214 \times 10^6 \text{ m}^3$ ($1,35 \times 10^9$ barris) recuperáveis, dos quais já foram produzidos $35 \times 10^6 \text{ m}^3$ (219×10^6 barris). As reservas brasileiras registradas em 31-12-84 foram $324 \times 10^6 \text{ m}^3$ ($2,04 \times 10^9$ barris), incluídos aí $179 \times 10^6 \text{ m}^3$ ($1,126 \times 10^9$ barris) da Bacia de Campos. Em termos de gás natural os volumes recuperáveis do País alcançaram 114,5 bilhões de m^3 e as reservas 84 bilhões. Na Bacia de Campos esses números são, respectivamente, 32,6 e 29 bilhões de m^3 .

Devo esclarecer que esses relatórios de reservas são publicados semestralmente, por isso me refiro às reservas de 31 de dezembro de 84, agora, em junho vamos fazer um novo balanço de reservas e ver em que ponto estaremos.

Os Srs. podem ver pelos números que li, e mais tarde poderão ver pela transcrição, que essas reservas têm uma contribuição definitiva e decisiva já na Bacia de Campos.

Vamos falar agora rapidamente sobre os resultados exploratórios no período 80 e 84. Estou me referindo ao período 80/84, porque nós temos um plano quinquenal, e seria talvez muito longo, referir-me a toda história da produção da PETROBRÁS, mas esse período 80/84, nos dá muito bem um *flash* do que aconteceu nos últimos anos no que se refere à exploração, descobertas e produção de petróleo.

2 — Resultados Exploratórios do Período 1980-1984

A partir do primeiro choque do petróleo em 1973, agravado por outro em 1979, a ampliação da produção nacional de petróleo assumiu características de condição de sobrevivência, em 1979, a administração que se inaugurava estimulou as atividades de exploração e produção descentralizando-as e, para tanto, desmembrou o antigo Departamento de Exploração e Produção em três outros: Exploração, Perfuração e Produção. O primeiro tem a responsabilidade de localizar reservas, o terceiro de produzi-las racionalmente e, o segundo de abrir os poços com eficiência e economicidade, uma vez que é contemplado por elevada parcela dos investimentos globais da companhia, que atingiu cerca de 40% nos últimos anos.

Criou ainda uma Diretoria de Exploração, dando-lhe meios e autoridade para agir. Este foi o procedimento que fortaleceu e agilizou a atividade de exploração cujos resultados foram tão benéficos para a economia do País e que deverão continuar, caso prevaleça a filosofia que os possibilitou.

O Quadro I mostra a incorporação de volumes recuperáveis de óleo no quinquênio 1980-84, prevendo-se, para o ano de 1985, a propiciação de outros 40 milhões de m^3 , dos quais 8,3 milhões já se fizera em 31 de março.

Então, temos, nestes últimos cinco anos, as metas que foram estabelecidas e os resultados que foram obtidos em termos de incorporação de reservas, os dados estão em milhões de metros cúbicos. Nesse quinquênio nós incorporamos às reservas 206 milhões de metros cúbicos, sempre nos mantivemos acima do que nós imaginamos que fosse o mais provável de ocorrer como resultados dos trabalhos do ano.

É verdade que não será surpresa, ou não será incomum na indústria de petróleo, um ano ou outro registrar um resultado abaixo das previsões, porque as atividades de petróleo, são, como costume dizer, atividades de altos e baixos, de épocas de grandes resultados, e outras épocas de menores resultados.

Nós nos preocupamos muito seriamente, são com os resultados a médio e a longo prazo. O fato de num ano não haver resultados adequados, não significa que nos anos seguintes esses resultados não possam ocorrer.

A tabela 1 mostra a grande intensidade de levantamentos geográficos efetuados no mesmo período, principalmente, os sísmográficos. Nós verificamos que no período de 80, 84, os percentuais de trabalho nesse período em relação ao período total de levantamento sísmico da empresa de 100%, foi de 38, 35, e 36% enquanto, até 79, esse volume de trabalho se situou dentro daqueles

percentuais que indica a figura. A geofísica, sísmografia naturalmente é o índice mais importante para se medir atividades exploratórias, os outros índices também apresentam algumas características importantes quanto ao período 80, 84 mas não são levantamentos decisivos para a localização de jazidas de petróleo, ao contrário são levantamentos complementares e preliminares quando se faz prospecção numa área.

As figuras 2 e 3 mostram a evolução dos levantamentos sísmográficos nas bacias terrestres e aumento de sua produtividade.

Essa figura, aproveitando o que chamamos uma sessão sísmica para ilustração, mostra os levantamentos sísmicos em Kms por ano nas áreas terrestres. Também vemos a subida bastante acentuada que existiu no período 78 a 81; essa descida discreta é natural porque acumulada uma grande quantidade de dados, passa-se, às vezes, um certo período trabalhando menos no campo e fazendo interpretações de processamento de dados em primeiro lugar e depois interpretações nos escritórios. Não quero dizer que estejamos aí, numa rampa do desânimo, ao contrário, estamos febrilmente trabalhando sobre aqueles dados colhidos nos anos anteriores. Esse outro gráfico mostra a produtividade das equipes terrestres de 78 a 84, em termos de Kms obtidos no campo por equipe e por mês. Isso se deve, em grande parte, não só à administração que cuidou muito do assunto, mas também as grande progresso tecnológico ocorrido nesse tipo de trabalho nos últimos anos.

Outra tabela — Quilômetros tirados no campo por equipe e por mês. Em média, em 1984, há pouco tivemos 136 quilômetros por mês e por equipe sísmica.

Outro slide — Esse gráfico mostra, também, as atividades sísmicas no mar em termos de quilômetros por ano e, vemos aqui, em 1983, o que eu chamo de uma depressão profunda. Isso se explica, da mesma maneira, por um tempo em que nós estamos digerindo aquele volume enorme de dados, fazendo esse processamento com o máximo cuidado, para que se distinga bem os horizontes tigráficos como os indicados nessas reflexões, e reprocessando informações anteriores que, com o progresso dos programas de computadores, possibilitam-nos obter maiores resoluções das equipes sísmicas e, agora, já começamos novamente, em 1984, uma nova escalada para níveis mais altos de trabalho.

Os decréscimos, como eu já expliquei a sua razão em 1982.

O quadro 2 mostra a atividade de perfuração de poços de lavra, revelando um decréscimo, em 1984, quando é bom notar que a incorporação de volume foi superior a 1983. Aparentemente e, realmente, houve um pequeno decréscimo em termos de perfuração, tanto exploratória como exploratória em 1974.

Há um truismo, segundo o qual é perfurando que se descobre petróleo. Mas, às vezes, perfurando-se menos se descobre mais, porque perfuram-se prospectos melhores. As descobertas não guardam, rigorosamente, uma relação proporcional com a perfuração, embora tantos níveis de perfuração exploratória como os levantamentos sísmográficos sirvam para medir a intensidade da atividade de exploração.

Devemos perfurar muito, mas perfurar bem, racionalizando a utilização dos recursos que nos são colocados à disposição.

A figura 5 mostra a execução física da perfuração. E nós vemos aí, também, o período de 1980 a 1984, nas bacias terrestres, por exemplo, em poços exploratórios nós perfuramos, no período, 27% de todo o período, até 1979, perfuramos 2.502 poços, 100%, em terra.

Portanto, perfuramos 2.502 poços, em terra, até 1979. Destes perfuramos 704, 20% em terra, no período de 1980 a 1984. E, assim, no mar, também houve um percentual expressivo e, ainda, mais, o total desse percentual situou-se em 34%. Isso quer dizer que, no período 1980 a 1984, dos 3.420 poços exploratórios perfurados, 34% foram perfurados, ou seja, 1.167, no período de 1980 a 1984.

Com isso, eu quero ressaltar a grande atividade que tivemos nesse período.

As mesmas informações estão aí sobre os poços exploratórios, isto é, os poços de lavra, em mineração usual.

mente se usa a palavra lavra, em exploração de petróleo se usa a palavra exploração, que vem lá dos franceses mais ou menos numa adaptação numa diferença que vale notar, talvez.

A figura 5, que já falamos, resultados igualmente favoráveis no período 1980 a 1984 foram registrados na exploração de poços exploratórios, valendo observar o número relativamente reduzido de perfurados no mar. Grande número de poços, das plataformas fixas de bacia de Campos, ainda não foram perfurados. Além de serem os poços exploratórios ou de lavra, do mar, de produtividade mais elevada e em menor número, dada a fase inicial de drenagem das jazidas. Um campo, quando se torna mais velho, costuma-se furar poços dentro da malha, entre outros poços já perfurados, muitos poços por ingestão de água, muitos poços especiais. Então, é natural que, nesses campos do mar, onde a atividade ainda é relativamente recente, temos proporcionalmente número menor de poços. Essa é a explicação, não é que nós estejamos nos afastando das atividades do mar em relação à terra. Ao contrário, estamos nos aproximando cada vez mais e estimulando cada vez mais as atividades do mar.

A tabela 2 mostra, também, o grande destaque no período 1980 a 1984, na metragem dos poços, tanto exploratórios como de lavra. Esses percentuais mostram, os da coluna do meio, mostram no período de 1980 a 1984, que poços exploratórios e exploratórios, tivemos

percentagens significativas em termos do total feito em toda a história da metragem de perfuração obtida.

As figuras 6 e 7 e a tabela 3 mostram os acréscimos anuais e os volumes recuperáveis de óleo, ou seja, o que foi descoberto ano a ano e a evolução dessas reservas. Aqui, nós temos, acréscimos anuais no volume recuperável, temos uma previsão e uma realização e, no último ano de 1984, temos os exames técnicos de estatísticas e nós já temos dois níveis de previsão, uma mais pessimista e um mais otimista, e temos o realizado.

Outra figura. Aqui, nós temos a evolução das reservas de petróleo, no período 1978 até 1984. Esses números, depois, serão fornecidos, apenas estão mostrando que essas reservas estão a cima de 300 milhões de metros cúbicos, e depois serão fornecidos números reais de todos esses anos.

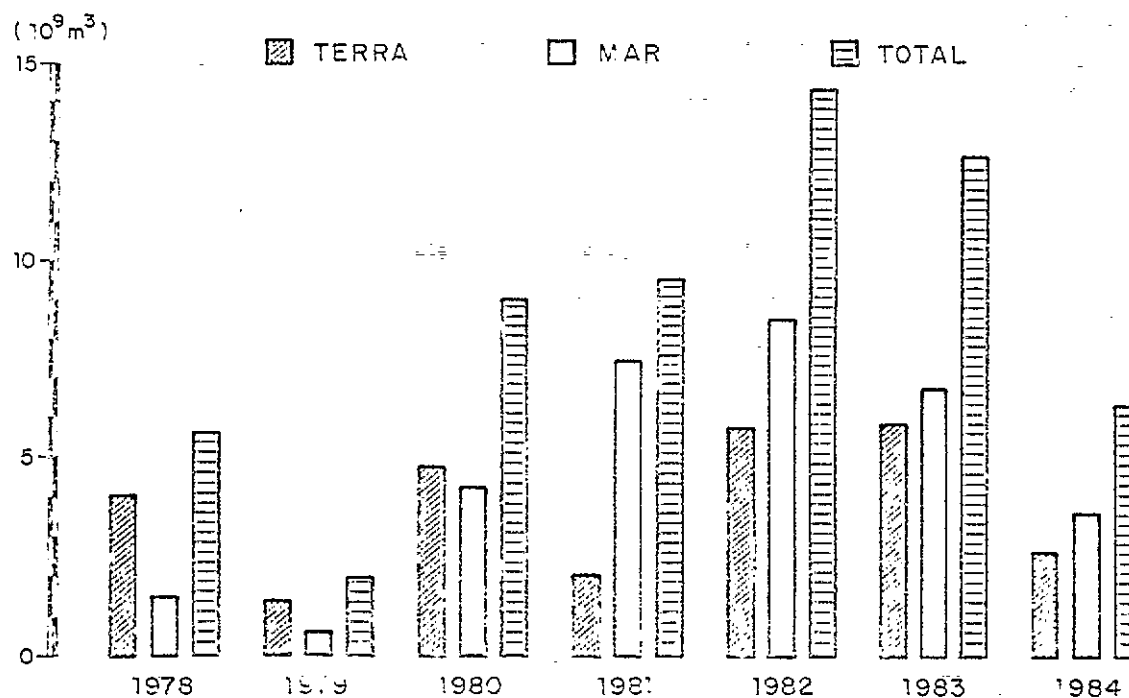
A figura seguinte, não me deterei na leitura dessa numerologia porque, afinal, nós temos período relativamente limitado mas, essas tabelas serão entregues aos Srs. Senadores que poderão examiná-las posteriormente.

Os volumes de óleos da PETROBRÁS, nós destacamos aí por área, Barreirinhas e todas as áreas e, depois, na plataforma continental, e temos os volumes a que me referi, provado e possível, os fatores de recuperação, o volume recuperável, a produção acumulada e as reservas. Tirando do volume recuperável a produção acumu-

lada nós temos as reservas. Fator, elemento de grande importância esse fator de recuperação. Observem os Srs. que, aumentando esse fator de recuperação, com novas tecnologias, com o esforço de recuperação secundária, recuperação terciária ou avançada, nós podemos, sem descobrir mais petróleo, aumentar muito o nosso volume de petróleo recuperado. Então, daí a luta que se trava na PETROBRÁS, para aplicação de métodos especiais de recuperação para que esse fator seja efetivamente aumentado.

Outra. Aqui nós temos — para o gás nós costumamos dizer na PETROBRÁS que nos últimos anos, o gás passou de sargento a general, porque temos, realmente, trabalhado muito para não só a descoberta de novas acumulações de gás mas para o aproveitamento efetivo das nossas reservas de gás natural. E, aqui, novamente, os acréscimos anuais no volume de gás recuperável, e o nosso resultado em 1984 não foi dos piores mas foi bem mais modesto do que nos anos anteriores. Mas, como eu chamei a atenção, antes, essas coisas também variam, às vezes, nesse ano de 1984 nós descobrimos mais óleo com gás associado e não descobrimos tantas jazidas de gás livre, como pode acontecer, também, que descobrimos uma boa jazida de gás, como foi o caso de Pilar, em Alagoas, mas ainda não deu tempo de perfurar os poços de delimitação e contabilizar como reservas. Então, essas oscilações são naturais.

ACRÉSCIMOS ANUAIS AO VOLUME DE GÁS RECUPERÁVEL

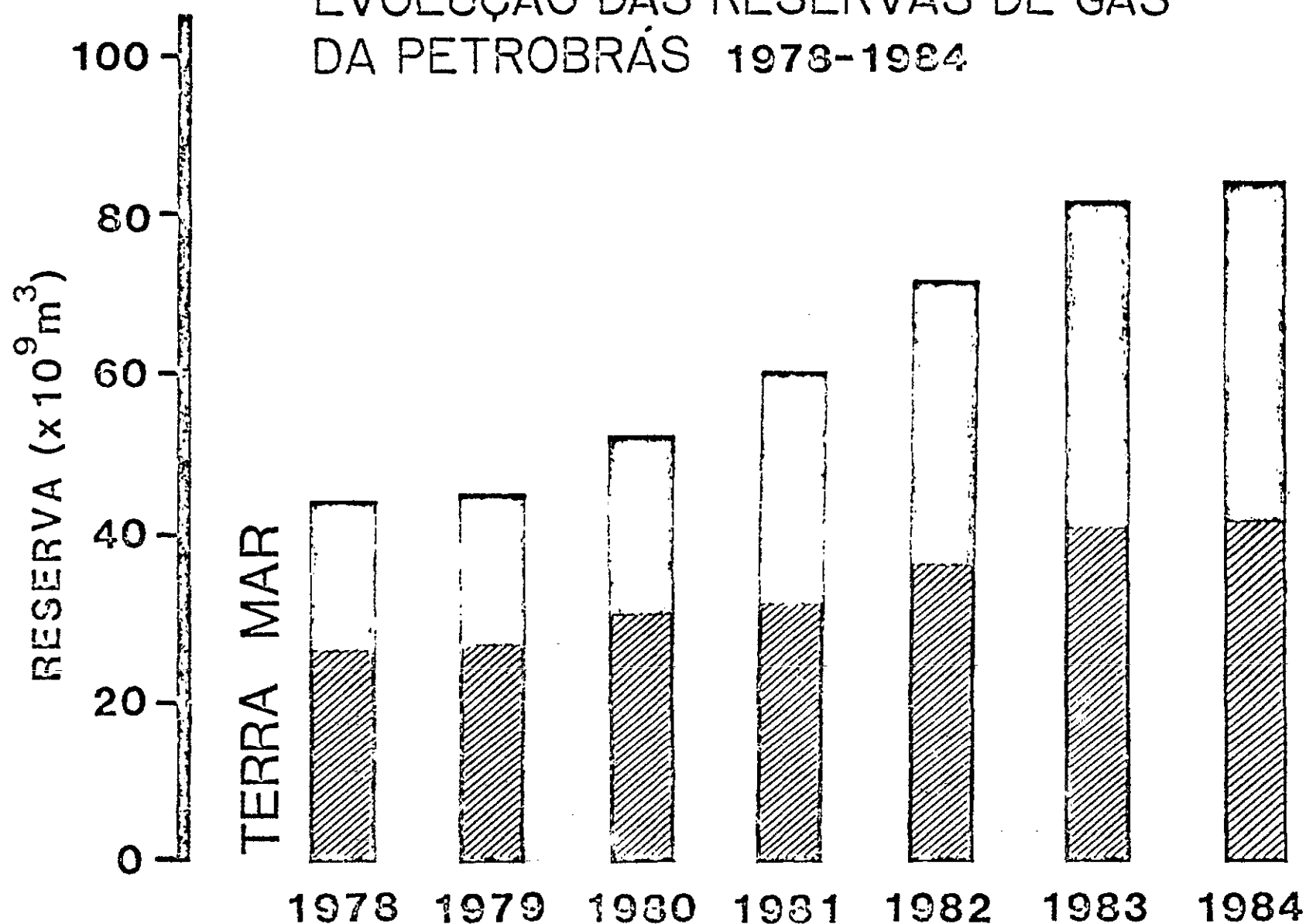


Outra figura. Aqui, a evolução das reservas de gás, no período 1978 a 1984, mostrando mar e terra. Também,

como eu disse, as tabelas aqui dão esses números apenas para dar uma idéia do crescimento relativo em 1984,

como eu disse, nós tivemos um resultado mais ou menos nivelado com 1983.

EVOLUÇÃO DAS RESERVAS DE GÁS DA PETROBRÁS 1978-1984



FONTE: DEPRO

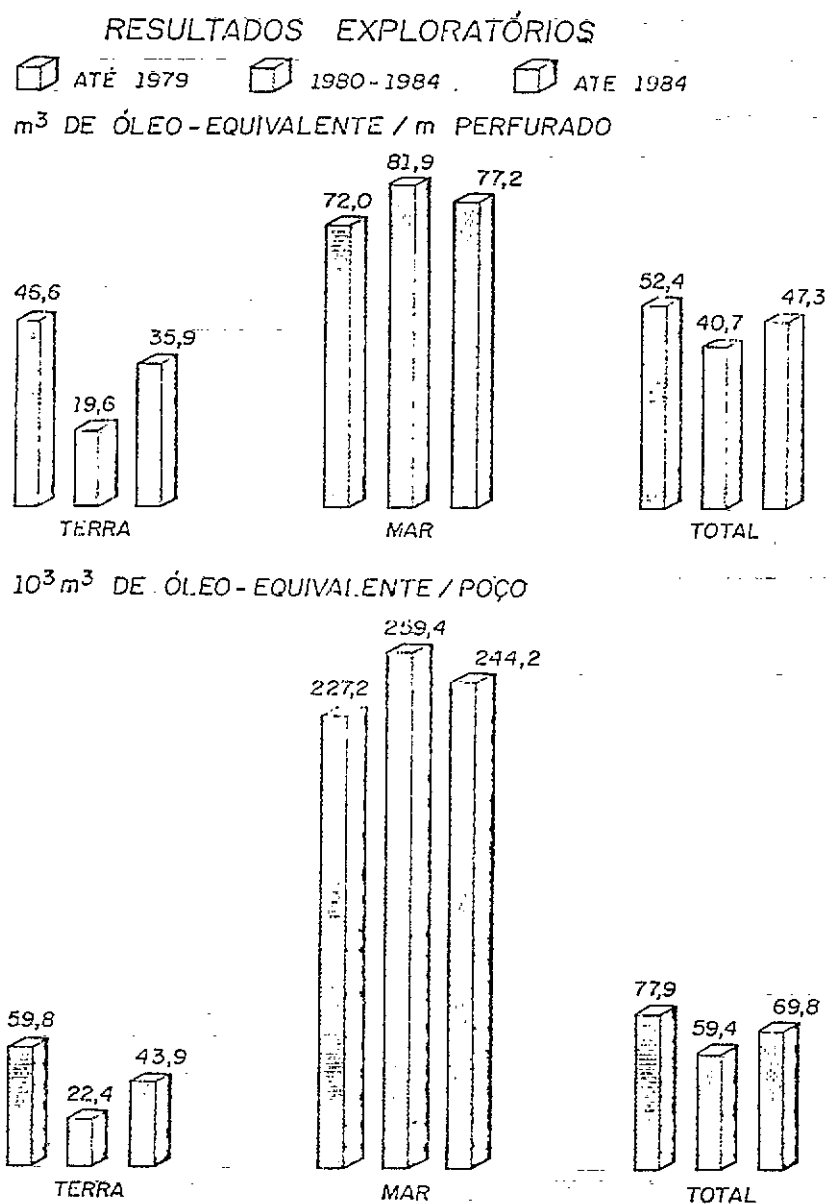
DEPEX-SUPIN

Para avaliar objetivamente o sucesso exploratório usa-se a quantidade de hidrocarbonetos (óleo e gás natural) descoberta por metro perfurado ou por poço perfurado. Eu prefiro muito mais esses índices porque eles, realmente, dão mais realidade.

Perfurando 100 poços pioneiros, eu fiz descoberta de petróleo em 10, então, tem uma taxa de sucesso em 10. Mas quando, às vezes, eu analiso esses 10 campos, o resultado não é tão bom em termos práticos, de volumes, que é o que interessa. Então, essa maneira de avaliar me-

lhor, porque eu falo em metros cúbicos, por metro perfurado, ou então eu falo em metros cúbicos por poço perfurado e aí estão os resultados destacando-se o período 80/84 e mostrando os valores que foram obtidos nestes períodos.

(Exibição da Transparência nº 10)



FONTE: DEPEX / SEPLAN

Como ressaltai antes, esses índices de sucesso são razoavelmente bons e permitiram que se elevasse a produção diária de petróleo de 188 mil barris/dia para 562 mil barris por dia, que é a média alcançada neste mês de maio. Devem, entretanto, ser mais altos para manter os níveis atuais de produção e ainda maiores se pretendermos que a produção atinja o nível de 1 milhão de barris por dia. Então, o que eu estou dizendo é que os resultados, em termos de descoberta de volumes recuperáveis,

foram considerados satisfatórios e nos permitiram elevar a produção em 78 mil barris por dia a 572 mil barris por dia, mas a produção mais elevada consome evidentemente mais reservas; então, nós temos que manter esse ritmo descoberto e acrescentar ainda mais esse ritmo de descoberta para que possamos realmente subir essa produção e, quem sabe, chegar a 1 milhão de barris por dia. Veremos alguma coisa sobre isso mais adiante. Esses resultados foram obtidos, em grande parte, devido às medidas,

como eu já relatei, tomadas em 1979. Em minha opinião, o aprimoramento da cultura profissional dos geólogos e geofísicos contribuiu e continuará contribuindo decisivamente para alcançar bons resultados.

A tabela 5 mostra o esforço da companhia em termos de treinamento de geológicos e geofísicos, e a tabela 6 a lotação do departamento de exploração.

(Exibição da Transparência nº 5)

QUANTITATIVOS DE GEÓLOGOS E GEOFÍSICOS DO DEPEX PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO

ANO	80	81	82	83	84	85	TOTAL
PROGRAMAS							
FORMAÇÃO	44	109	7	12	6	45	227
APERFEIÇOAMENTO	207	223	573	70	492	22	1697
CONCLAVES	10	6	65	11	46	-	141
PÓS-GRADUAÇÃO	-	7	5	12	3	23	50
EXTERIOR							
CONCLAVES	27	24	13	10	20	10	104
PÓS-GRADUAÇÃO	7	4	3	-	1	3	18

* PROGRAMADO

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOLOGIA E GEOFÍSICA NA COMPANHIA ATÉ 1985: 22 GEÓLOGOS E 22 GEOFÍSICOS

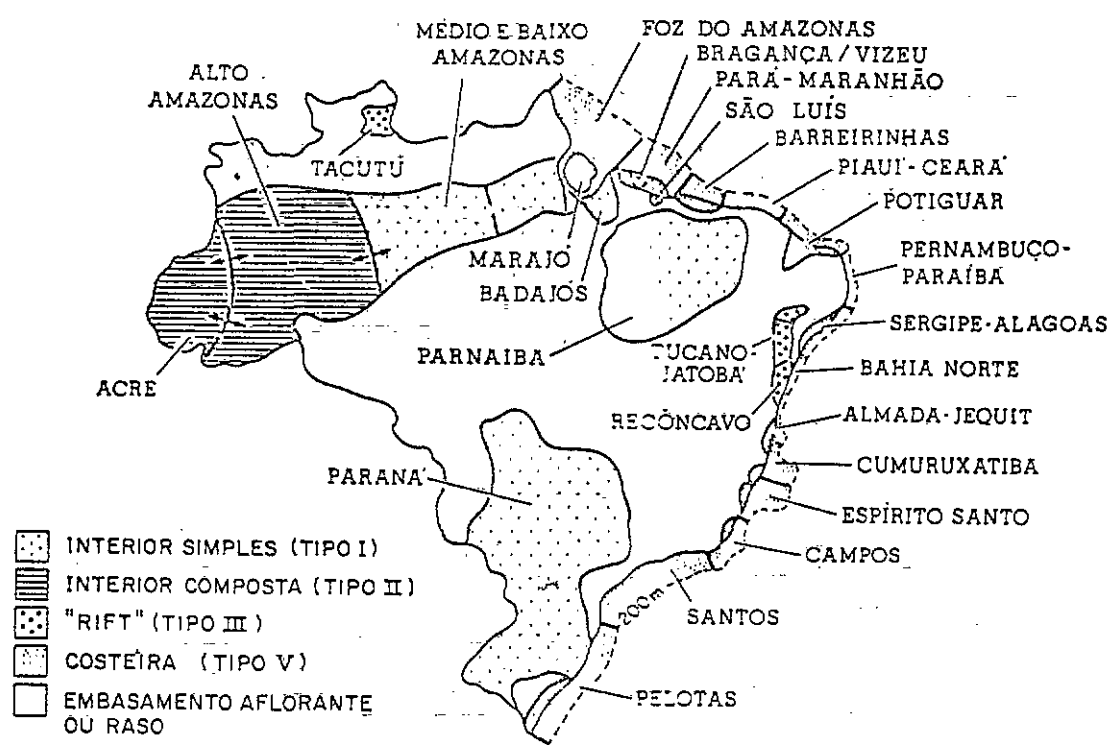
Nós já temos cursos na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Federal de Ouro Preto a esse nível do exterior, ainda com alguns professores naturalmente contratados, mas nós estamos preparando o corpo docente nacional, e vamos fazer cursos aqui no Brasil, se Deus quiser, a um nível de qualquer boa universidade americana, ou francesa, ou inglesa, e evitar naturalmente essa despesa com o envio de técnicos ao exterior, se bem que nunca se deve manter isolado completamente do

contato com o exterior, com as universidades do exterior, com a tecnologia do exterior. É um erro muito grave nos isolarmos do mundo exterior achando que somos multinacionalistas. Nós devemos sempre estar em contato com a tecnologia e com as universidades do exterior, mas se fôssemos treinar todos os nossos geólogos fora do Brasil ficaria evidentemente muito caro; assim, estamos criando cursos realmente bem formados, bem constituídos aqui em nosso País.

Vamos fazer uma síntese exploratória das bacias sedimentares brasileiras, um assunto que eu pretendo passar o mínimo possível e, mais tarde, os Srs. Senadores naturalmente poderão me solicitar informações mais detalhadas sobre qualquer área que eles estejam interessados. Ai nós temos um esquema das bacias sedimentares brasileiras.

(Exibição da Transparência nº 11)

BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS



No Alto Amazonas descobrimos um alinhamento de gás, que nós chamamos, no jargão, de tronding de gás. Esse tronding de gás está sendo desenvolvido e temos a esperança de provar ali cerca de 60 a 80 bilhões de m³ de gás o que, evidentemente, não é uma reserva espetacular, principalmente considerando a área geográfica, mas poderá ser-nos de valia no futuro para o nosso suprimento energético, e nós estamos continuando a avaliar a área e esse número que eu dei, de 80 bilhões de m³, é um número provisório evidentemente, pois nós estamos furando poços exploratórios, mas isso é mais uma avaliação geológica, mas é o que é mais provável. Caminhando em direção à leste, nós temos a Bacia do Médio Amazonas, e essa bacia, com o primeiro poço de Nova Olinda, descobriu o óleo, infelizmente em uma lente de areia de pequeno volume, que causou, na época, muita expectativa sendo o primeiro poço furado em uma área despoite do milhão de km².

Depois de grandes dificuldades tecnológicas com a geofísica principalmente, e também porque o vale amazônico é completamente coberto por aluviões quaternários da rede hidrográfica, só podemos chegar às rochas que nos interessam sob o ponto de vista de petróleo numa estreita faixa de afloramento nas margens norte e sul, nós temos já agora? Uma melhoria da geofísica, conseguido mapear algumas estruturas que possivelmente nos darão alguns resultados favoráveis, porém, ainda, é o maior problema de geofísica, um dos maiores e maior do que este só talvez na Bacia do Paraná, um dos maiores problemas de geofísica que nos apresenta à exploração no momento. Contudo já descobrimos uma pequena reserva de gás próxima a 45 Kms ao Sul de Manaus, na locação do Lago de Tucunará um poço que pode produzir modesta quantidade de 30 a 40 mil m³ de gás por dia. Mas esse é o começo, e espero que seja o começo de uma série de outras descobertas e, para isso, estamos trabalhando com muita intensidade.

Na Bacia do Médio Amazonas e dizemos que essa divisão também é muito geográfica, mais geográfica, às vezes, do que geológica. O Baixo Amazonas fica entre a região de Gurupá e Santarém, e o Médio Amazonas fica entre Santarém e a cidade de Codojós, aproximadamente. No Baixo Amazonas, como eu dizia estamos perfurando com duas sondas e duas equipes sísmicas e esperando também descobrir algumas reservas de gás natural e de petróleo, destacando-se o fato de que, na região do Tapajós, já foram furados vários poços com excelentes indícios de gás natural e de petróleo. Na minha opinião, não foi descoberto petróleo porque nunca se mapeou uma estrutura, porque a geofísica não permitia mais mapear, os resultados eram péssimos, medíocres, e essa é também uma região histórica pois, em 1925, pela primeira vez, iluminou-se um acampamento com gás natural da região e, infelizmente, esse gás natural ainda não progrediu em suas reservas a ponto de iluminar áreas mais substanciais mas, enfim, nós temos muita esperança que essa área dê resultados.

Na Bacia de Tacutu nós furamos dois poços exploratórios, e do outro lado também uma companhia canadense Homo Oly, na Guiana, furou dois poços. Eles encontraram indícios de petróleo, encontraram até mesmo algum petróleo mas não encontraram reservatório. A rocha reservatória era uma basalto saturado que não deu muito, não permitiu produção comercial, e nós perfuramos esses dois poços e fomos menos felizes do nosso lado. As nossas indicações foram de menor expressão e nós estamos, no momento, reestudando a área considerando-a não das de maiores prioridades que teríamos para trabalhar.

Prosseguindo, também ainda mais para leste, nós temos, na Foz do Amazonas, uma região onde nós já descobrimos um pequeno campo de gás chamado Piraema, com cerca de 5 bilhões de metros cúbicos de gás ou menos talvez menos do que isso. Mas nós temos duas estruturas lá, que eu estou aguardando uma sonda devidamente equipada, o que deve ocorrer em julho ou agosto, para furar mais dois poços pioneiros. Eu estou com muita esperança de agora acertar no gás na Foz do Amazonas em quantidades bem maiores. Esta sonda ainda não foi porque ela precisa de um equipamento especial no seu raiser para enfrentar as grandes correntes que exis-

tem na Foz do Rio Amazonas e que tantos problemas causaram em perfurações passadas.

Prosseguindo ainda mais, nós vamos agora descer a costa. Estamos na costa do Pará-Maranhão, aí nessa região estamos fazendo intensa exploração, mas os poços são profundos, com um espessa coluna de calcário. Perfuramos um poço Pará Submarino nº 11, que produziu 420 barris de petróleo e se esgotou. Nós estamos com equipe especial de geólogos selecionados, eu diria assim, a dedo, para reestudar a área e ver onde está esse óleo, o que nos falta evidentemente é reservatório. O calcário é fraturado, mas não tem condições de armazenar quantidades maiores de petróleo. Temos que achar uma área onde esse calcário seja poroso, tenha melhor características de porosidade ou existam reservatórios dormados por arenitos, de qualquer modo o esforço é intenso na área.

Prosseguindo ainda mais, temos a Bacia de Barreirinhas, na plataforma continental da Bacia de Barreirinhas, na costa do Maranhão, onde nós já fizemos trabalhos e plotórios, no momento estamos perfurando um poço chamado Maranhão 26. E em todas essas áreas, tanto na região do Marajó, como aqui na costa do Maranhão e também no médio Amazonas, nós temos grandes áreas sobre contratos de serviços com cláusulas de risco e, portanto, a intensidade de trabalho na área é bastante grande.

Vamos prosseguir, aqui na nossa velha Bacia do Maranhão, de 600 mil quilômetros quadrados, estamos fazendo uns trabalhos na região de Grajaú, Barra do Corda, não seria das coisas que eu estaria mais esperançoso, mas nós temos que insistir mais, pelo menos com mais esse projeto, devido a certos fatores geológicos observados.

Lembro-me de que, quando comecei a trabalhar, em 1953, na PETROBRÁS, li um relatório de um grande geólogo americano, dizendo que a Bacia do Maranhão seria o novo Texas brasileiro. Mas, infelizmente, até hoje, esses prognósticos não se verificaram. Às vezes, os geólogos no seu entusiasmo, fazem prognósticos que demoram muito tempo para se verificar.

Indo mais adiante, nós vamos passar aqui para o Ceará, na plataforma continental temos várias sub-bacias Acaraú, Icarai, Mundaú, mas infelizmente, até o momento, só conseguimos achar petróleo na Bacia do Mundaú, cujos volumes produzidos de reservas estão todos nesses quadros aqui. Qualquer um dos Srs. Senadores que quiserem esses números eu poderei dar, infelizmente, o tempo não permite que estejamos nos detendo muito nesses números.

Mas no Ceará, por exemplo, nós temos reservas hoje de 11 milhões de metros cúbicos de óleo, de petróleo e, de gás natural 5 bilhões de metros cúbicos. No momento, como eu já informei ao ilustre Presidente desta Comissão, Senador César Cals, estamos deslocando mais uma sonda do Ceará e, em seguida, daqui a um dois ou três meses, vamos colocar mais outra sonda para intensificar os trabalhos, uma vez que estamos construindo um gasoduto que vai levar o petróleo para a terra, processar esse petróleo, tirar os líquidos, os líquidos dos gases naturais e distribuir esse gás lá com os fornecedores, a parte comercial está tratando disso. E também, se possível, se houver gás sobrando, nós vamos levar um pouco para Fazenda Belém, que é um campo terrestre cuja recuperação do óleo, sendo um óleo altamente pesado e viscoso, está sendo recuperado com injeção de vapor. E talvez se use um pouco desse gás para fazer vapor porque talvez seja mais econômico fazer vapor com gás natural seco do que fazê-lo com óleo combustível. Mas isso é uma coisa também de se fazer cálculos econômicos, que o pessoal especializado está trabalhando nesse projeto.

Em seguida, nós passamos para a parte terrestre da Bacia Potiguar, onde nós temos tido um sucesso relativo, porque os volumes são modestos mas rapidamente nós desenvolvemos e obtivemos mais de 15 talvez, são 19 milhões de metros cúbicos de reservas, fora o que já produziu, naturalmente, são só reservas nessa área da Bacia Potiguar terra. Em produção, hoje, nós estamos, em terra, no Rio Grande do Norte, a sete mil e quatrocentos e sessenta e oito barris. É uma área de muito recente exploração de petróleo se bem que, no tempo do Conselho Nacional do Petróleo, no início da PETROBRÁS foram

perfurados dois poços, um em Areia Branca e outro parece, em Aracati não me lembro bem. E também temos aí trabalhando duas companhias nacionais, de contrato de risco, que é a Travassos e a Camargo Correia, recentemente na Chapada de Araripe, para explorar na Baixada de Araripe na bacia sedimentária de Araripe, nós quando fizemos contrato de risco com mais dois outros grupos, um liderado pela Andrade Gutierrez e o outro pela própria Travassos.

No mar nós temos, como campo principal, o Campo de Ubarana, e estamos produzindo também no Campo de Agulha que, no momento, por questões técnicas, não está produzindo mas poderá produzir, e temos lá três ou quatro sondas, penso que até mais de quatro, cinco sondas; tenho uma lista de distribuição dessa sonda, depois nós veremos, trabalhando na área. A produção de petróleo, no mar, está em dezessete mil e trezentos e tantos barris, dá um total, para o Rio Grande do Norte, de vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e oito barris.

A Costa Paraiba-Pernambuco não tem uma espessura sedimentar adequada e não tem merecido ainda um esforço exploratório maior que certos trabalhos de reconhecimento, vez por outra se fura um poço como se furou há pouco tempo; mas não está incluída entre as grandes prioridades nossas e nem das companhias internacionais, que nunca se interessaram por blocos nessa região. Isso não quer dizer que no futuro não se possa descobrir alguma coisa ali.

Prosseguindo, vamos para a Bacia de Sergipe e Alagoas, que é a segunda bacia produtora de petróleo em terra, e estamos evidentemente trabalhando em terra e em mar. Os números, também, estão aí disponíveis da produção atual, e das reservas no outro gráfico, são trinta e nove mil barris em terra e, no mar, mais treze mil com o total de cinquenta e três mil barris.

No Estado de Alagoas, ultimamente descobrimos gás em Pilar e estamos avaliando essa jazida de gás que pode dar aí até uns dez bilhões de metros cúbicos, o que vai ser muito interessante para o desenvolvimento da indústria petroquímica talvez, naquela região, sei que estão fazendo um pólo que começou a ser chamado de pólo álcool-químico, mas atualmente parece que existe uma idéia de usar esse gás na região e, se assim não for feito, também já existe gasoduto interligando essa área com Sergipe e Bahia. Temos aí as reservas de gás natural de Sergipe e Alagoas, em torno de 14 bilhões de metros cúbicos.

Vamos prosseguir com o Recôncavo. A Bacia do Recôncavo, como se sabe, é onde foi descoberto petróleo em 1939 e, até hoje, estamos descobrindo mais algum. Já é uma Bacia bastante explorada, mas na sua margem leste, principalmente devido ao avanço da tecnologia geofísica, que nos permitiu mapear uma estrutura abaixo de uma coluna espessa de rochas conglomeráticas, que antes absorviam toda a energia e não deixavam que os refletores das zonas objetivas ficassem bem claro nos registros sismográficos, hoje, com esses resultados, nós descobrimos vários campos da borda leste da Bacia do Recôncavo, campos esses que estão em desenvolvimento. Podemos ver o Recôncavo com as suas reservas de 63 milhões de metros cúbicos, e de gás natural de 19 bilhões de metros cúbicos. A produção do Recôncavo baiano ainda é hoje de 78 mil barris por dia, sendo que tem uma pequena produção, no mar que se refere ao Campo de D. João Mar, formando um total de 85 mil barris por dia.

No Espírito Santo, não conseguimos até hoje grandes coisas no mar, temos o Campo de Cação, cuja produção deve estar nos nossos registros, mas a produção principal é de terra, e é uma produção modesta mas, mesmo assim, ainda relativamente bastante expressiva, de 18 mil barris em terra, 3 mil barris no mar, apenas do Campo de Cação, um total de 21 mil barris. Também temos descoberto gás e tem um campo recente de gás de Fazenda Surua, onde temos já dois poços capazes de produzir 400 a 450 mil metros cúbicos por dia, esse campo poderá revelar uma reserva, tivemos que interromper a delimitação do campo devido às chuvas, não se podia entrar lá, mas agora já estamos retomando o trabalho, e esse campo de gás em terra, se chegar a produzir, vamos dizer assim, mais de um milhão de metros cúbicos por dia, já será de grande valia para consumidores que estão muito interes-

sados nesse gás, tanto em Vitória, como ao sul de Vitória.

Vamos passar rapidamente para a Bacia de Campos que, naturalmente, hoje é a Bacia de maior produção de petróleo no Brasil e que detém as maiores reservas de petróleo no Brasil. Na Bacia de Campos, como podem ver, temos, no mar, uma produção de 326 mil ou 327 mil metros cúbicos, e lá só tem mar mesmo, e 333 é LGN, isto foi em terra porque a LGN é tirada das plantas, do gás que vai para a terra, mas isto é um pouco inadequado, porque não é produção de terra, mas em todo caso, nós temos aí 333 mil barris, a produção da Bacia de Campos, média de abril de 1985. Mas nós estamos já a níveis superiores hoje, e nós temos as reservas que já estão em 207 milhões de metros cúbicos e isto vai a um bilhão e mais de um bilhão de barris, e gás natural de 28 bilhões de metros cúbicos. A Bacia de Campos, até agora, não se revelou muito gasífera, esse gás é todo associado, com uma razão gasódica de mais menos 70, isto é, cada metro cúbico de óleo produzido se produz 70 metros cúbicos de gás. Então, nós temos as reservas de 179 milhões de metros cúbicos e de 28 bilhões de barris. E fazendo um total de reservas de 323 milhões de metros cúbicos de óleo e 84 milhões de metros cúbicos de gás. Então, são esses os números das reservas da PETROBRÁS hoje.

Finalmente, vamos falar um pouquinho sobre a Bacia de Santos. Como se sabe, foi descoberto gás pela PECTEN que descobriu um campo que não está completamente delimitado, teria que furar pelo menos mais um poço, mas os volumes recuperáveis campo estão, o mínimo possível 5 a 6 bilhões de metros cúbicos o valor mais provável 8 bilhões de metros cúbicos, e o valor mais elevado 12 bilhões de metros cúbicos de gás. Esse campo deve ser delimitado e, provavelmente, deverá produzir para São Paulo, no futuro, no mínimo um milhão de metros cúbicos por dia, durante 15 anos. Pelo menos, são os dados que nós temos, agora. Ainda não acabamos de delimitar o campo, mas, temos a impressão de que pelo menos 8 bilhões de metros vão resultar deste campo a PETROBRÁS e a PECTEN têm vários blocos, nesta área, estamos trabalhando conjuntamente, até eu diria assim, nossos técnicos, reúnem, conversam, discutem os problemas e esperamos que a Bacia de Santos venha nos dar mais alegria do que tem dado, e nós temos consciência de a área geoeconômica é muito importante, e não podemos deixar nem um minuto de considerar e intensificar os trabalhos nesta área.

Para encerrar esta consideração sobre os campos brasileiros, vou falar um pouquinho sobre a Bacia do Paraná, que é uma Bacia parecida das mais difíceis de exploração, naturalmente já foi objeto de investigação muitas vezes, desde que o geólogo Hoide veio ao Brasil, no início deste século, avaliar as nossas reservas de carvão, também já fez comentários sobre as reservas de petróleo da Bacia do Paraná, e até hoje não conseguimos localizar campos de gás natural ou petróleo na Bacia do Paraná, e estamos reestudando toda a bacia com todos os dados disponíveis, provavelmente dentro das nossas prioridades poderemos voltar no fim deste ano, no ano que vem, para fazer mais algum trabalho de exploração, mais algumas perfurações na Bacia do Paraná.

Encerrando essa parte da síntese exploratória, eu gostaria de fazer algumas observações que entendo, esta Comissão ilustre, poderia estar interessada em ouvir.

O Brasil, como sabemos, apesar de ter uma área continental, possui um potencial em minério de ferro que não se compara com o de outras áreas continentais, dada a sua excepcional grandeza. Da mesma maneira, porém em sentido inverso, o seu potencial petrolífero é pequeno quando comparado com o de outras áreas continentais. Os recursos minerais não se distribuem uniformemente na crosta terrestre. Ao contrário, a sua distribuição é extremamente irregular, devido ao que ocorreu ao longo de milhões ou mesmo bilhões de anos. Os continentes foram soldados uns aos outros, ou fragmentados, devido as causas ainda não esclarecidas complementamente. A litosfera constituiu-se de placas que se agrupam ou se fragmentam como se estivessem dançando um balé em que os movimentos se medissem em poucos centímetros por ano. Hoje, a ciência já proporciona meios bastantes precisos para que se façam essas medidas. A África, ex-

ceto a sua porção Norte, constitui também uma área continental relativamente pobre em petróleo. A África do Sul, apesar do seu desenvolvimento tecnológico, praticamente não possui jazidas de petróleo, mas é um dos países mais ricos do mercado em ouro e diamantes.

A figura 12 ilustra a distribuidora irregular do petróleo no mundo e até mesmo na área restrita de uma bacia sedimentada. A distribuição de recursos petrolíferos obedece aproximadamente uma lei das distribuições estatísticas denominadas Lei Lognormal.

Temos aqui, e isso torna-se óbvio no mundo, a distribuição é bastante irregular concentrando o petróleo do mundo nos grandes polos de petróleo, como é o caso do Oriente Médio, do Caribe, e outras áreas. Também no País, vemos a Bacia de Campos, a Bacia do Recôncavo, Sergipe e Alagoas, dominarem o panorama dos volumes recuperáveis, ainda das reservas. Então, essa distribuição é, realmente, irregular, não há como se pensar que um país qualquer deve ter tanto petróleo como outro país, e se não tiver é porque o pessoal não está explorando petróleo corretamente. Ele realmente se distribui irregularmente no mundo. No Brasil tentamos iniciar a exploração de petróleo utilizando a **iniciativa privada**. Para nos certificarmos disso, basta ler o livro do eminente engenheiro Pedro de Moura que já mencionei aqui.

Conversando com o Geólogo norte-americano Weeks, este Geólogo tinha o apelido de Mr. Five Per Cent porque ele foi explorar petróleo na Austrália e descobriu grandes campos de petróleo e tinha **Five Per Cent**, cinco por cento, então ficou com o nome de Mr. Five Percent.

O Sr. Weeks já estava aqui no Brasil, na Revolução Constitucionalista de 32, em São Paulo, analisando as possibilidades petrolíferas da Bacia do Paraná. Conversando com ele, lembro-me bem, almoçando no restaurante da Mesbla, perguntei-lhe o que pensava sobre o potencial petrolífero daquela grande bacia sedimentar. Ele me respondeu: "Não achei grande coisa." Não quer dizer, com isso, que não seja grande coisa, mas só quero dizer que essas opiniões de homens como Weeks, que enriqueceram, tornaram-se multimilionários ganhando dinheiro descobrindo petróleo, não é para se desprezar e achar que, então, quem não descobriu petróleo na Bacia do Paraná não está trabalhando direito.

Tenho um documento aqui, mas que não vou tomar o tempo dos Srs. Senadores com ele, mas tenho o decreto que, em 1950, foi dado para explorar petróleo na Bacia do Araripe e tenho também um mapa que o concessionário já tinha o plano de lavra e também uma planta da refinaria que ele iria instalar. Isso em 1950. Portanto, a exploração de petróleo esteve aberta, durante muito tempo, para a iniciativa privada, evidentemente, todos nós sabemos disso.

Talvez, devido à falta de tradição para enfrentar empreendimentos de tal magnitude, envolvendo altíssimos riscos, não tenham estimulado os modestos capitais privados nacionais a investirem na exploração de petróleo no País, como aconteceu com esse nosso cavalheiro que tomou uma área na Bacia do Araripe, em Pernambuco.

Muitos preferem analisar a evolução das descobertas de petróleo no Brasil como se fosse unicamente dependente dos recursos disponíveis para a exploração, quando os aspectos de desenvolvimento tecnológico foram de excepcional importância.

As bacias sedimentares brasileiras, principalmente no Continente, apresentam dificuldades peculiares que apenas nos últimos anos estão sendo resolvidas. As bacias de idades paleozóicas são as mais antigas e com áreas de 3 mil Km², foram geologicamente mapeadas na superfície e, como disse já aqui, com grande dificuldades por causa da cobertura aluviana.

Até o primeiro choque do petróleo, não foi apenas o baixo preço do petróleo que deteve a marcha da exploração, mas principalmente, a dificuldade de resolver certos problemas de prospecção. Walter Link afirmava, em seu famoso relatório, muito comentado porém pouco lido, que, passada uma década, teríamos dados técnicos necessários ao mapeamento de estruturas geológicas nas bacias paleozóicas, capazes de conter petróleo. Foi otimista, pois somente agora, passados quase trinta anos, vinte e tantos anos, mesmo assim de maneira incompleta, alguns desses problemas foram resolvidos. Ainda

existem áreas, como aquelas incluídas no Médio Amazonas, onde continuamos enfrentando sérias dificuldades de ordem tecnológica e geofísica e estamos trabalhando lá, também, como já se sabe, um consórcio, pegaram inúmeros blocos e estamos trabalhando também tentando resolver esse problema do Médio Amazonas.

Lembro-me que foi por volta de 1958, como Chefe da exploração, que usei fotografias aéreas para fazer estudos da configuração da drenagem visando caracterizar as estruturas. Não obtive resultados.

Chegou a um ponto, lá na Região Amazônica, que não tinha mais para onde apelar. A sísmica não funcionava, nada funcionava. Então, fizemos mapas de drenagem e esperamos que as estruturas na superfície se manifestassem nas drenagens. Contratamos, fizemos convênio com a FAB, voamos, fizemos fotografias e fizemos esses mapas de drenagem que os americanos chamam de **cree-college**, fizemos uma **cree-college** lá, mas as estruturas, quando se perfurava, manifestavam, na superfície, mas na superfície não existiam.

No mar, iniciamos os trabalhos sísmográficos por volta de 1962, quando foi contratada a Geophis Service Incorporated para fazer os primeiros levantamentos do mar, mas os resultados eram um escândalo. Porque a tecnologia mundial não corrigia certos efeitos nocivos, como por exemplo a reverberação das ondas sísmicas no fundo do mar. Ainda a fonte de energia era o dinamite que, além de ser danoso ao meio ambiente, não produzia resultados satisfatórios.

A partir da década de 60, obtivemos progressos mais rápidos e várias descobertas foram registradas no mar. Afinal, em 1974, descobriu-se o Campo de Garoupa, na Bacia de Campos, em águas que, na época, nos pareceram extraordinariamente profundas, cento e vinte a cento e trinta metros. Hoje isso já, quando se fala, foram descobertas em cento e trinta metros, ótimo! Que águas boas! Muito bem!

A ênfase que se coloca, às vezes, na escassez de recursos não procede. O que faltava, na verdade, era tecnologia e, conseqüentemente, resultados. Sendo a exploração de petróleo uma atividade ação-resposta, pode estabelecer-se uma cadeia de causa e efeito, quando a ação não tem resposta a atividade, às vezes, tem que diminuir para procurar novas idéias, novos métodos etc.

Posso garantir, como responsável pela exploração de petróleo no Brasil, desde 1977, que jamais solicitei recursos que me fossem recusados.

Não temos muito a lamentar, pois o nosso petróleo vem aparecendo em volumes crescentes a tempo de amenizar os nossos problemas econômicos. As importações de petróleo poderão ter agravado as nossas dificuldades cambiais, porém, a situação seria ainda mais grave se tivéssemos na situação dos Estados Unidos que, por ser um país rico, não sofre muito, onde as reservas eram decrescentes quando ocorreram os choques de petróleo. O nosso caso foi inverso, as reservas eram crescentes.

Durante a década de 70, observou-se um acréscimo em nossas reservas de óleo, devido ao aprimoramento dos métodos de recuperação dos antigos campos e as descobertas nas bacias terrestres, mas, principalmente, em função do sucesso nas bacias marítimas, cujas perfurações tiveram início na década de 60.

Lembro-me que, em 67, fui transferido para o Rio de Janeiro e, em 68, o Conselho de Administração da PETROBRÁS determinava que queria que se começasse a perfurar no mar ainda aquele ano. Então contratamos a nossa primeira plataforma da ZAPATA Company que foi a Vinegarrom.

Com os investimentos para colocar em produção as jazidas descobertas como esses investimentos são maiores do que os exigidos na atividade de exploração propriamente dita, observa-se, a partir da segunda metade dos anos 70, um crescimento substancial nos investimentos da PETROBRÁS e, como resultado, um aumento gradativo nos volumes de petróleo produzido.

O quadro 4, relativo ao programa de atividades para o ano em curso, confirma essa afirmativa.

(Projeção)

Estou mostrando isso aqui o nosso, o programa de investimento da PETROBRÁS que não vou discutir em detalhe, mas está ali 10 trilhões de cruzeiros, estou destacando a exploração com 3 trilhões, ao desenvolvimento da produção com 5 trilhões e qualquer coisa, depois refi-

no, etc. Somando exploração e produção, já temos 8 trilhões de cruzeiros. Se verificarmos a perfuração dentro deste contexto exploração e desenvolvimento da produção, vamos ver que a perfuração vai significar uma parcela, talvez, 70% disso aí. Se pusermos a perfuração neste contexto total de poços, vai significar 40% desses 10 trilhões.

Na década de 70 estávamos, na realidade, preparando-nos para investir o equivalente a alguns bilhões de dólares no desenvolvimento da produção, principalmente na Bacia de Campos, em águas até 200 metros de profundidade e até agora até mil metros.

Gostaria de assinalar que no custo do barril produzido, assunto já abordado pelo Diretor Belotti, principalmente do barril produzido no mar, inclui-se uma parcela que muito contribuiu para o desenvolvimento do País — o custo da nacionalização.

Hoje temos uma indústria privada que fabrica equipamentos, além de firmas prestadoras de serviços, que nos envaidecem. Fabricamos quase tudo para a indústria do petróleo. Os índices de nacionalização, com pessimismo, estão acima de 80%. Fabricamos sondas de pequeno e grande porte, Villares, Virtes, Quipetrol, sonda para seis mil metros, não existe problema; equipamentos de produção e de exploração, equipamentos de laboratório, etc... Apenas não fabricamos alguns equipamentos especiais como sismógrafos devido às limitações do mercado.

Devemos anotar que a nacionalização de equipamentos e serviços que estamos fazendo na área de petróleo não implica no afastamento da tecnologia externa. As equipes de sismografia, por exemplo, apesar de serem nacionais, segundo a lei, envolvem sócios estrangeiros — segundo a lei eu digo porque é uma companhia constituída de nacional, de acordo com a lei, proporção de capital, tudo direitinho — e garantem atualização tecnológica e assistência técnica mais sofisticada. A nossa nacionalização não implica em fossilização. Exigimos que os técnicos nacionais conduzam os espetáculos, colocando-se à frente das operações, mas que não se tornem homens afastados da tecnologia internacional e das grandes fontes de desenvolvimento tecnológico do mundo. A transferência de tecnologia e a participação do elemento nacional nas atividades de exploração de lavras de petróleo sempre foram estimulados sem contudo afastar o contato dessa cultura alienígena. Se não nacionalizamos ainda certos equipamentos foi, naturalmente, devido à relação custo-benefício. E ainda mais, perdoem-me os ilustres membros desta CPI o meu entusiasmo, estamos constituindo uma plataforma de produção de petróleo para Elf-Aguitone, com um projeto preparado pela nossa equipe de engenharia. Estamos, também, operando numa de nossas plataformas semi-submersíveis de perfuração em Angola como operadores de um consórcio de várias empresas internacionais. Tudo isso não é feito para invadir as atividades da empresa privada, mas precisamente auxiliá-la a penetrar naqueles mercados do exterior.

Nós temos esperanças que com essa operação nossa de sonda em Angola, as companhias privadas nacionais possam, futuramente, oferecerem seus serviços de perfuração em países do exterior. É um risco, aliás, calculado que a PETROBRÁS corre em mandar uma equipe para o exterior, pois não tem grande experiência sendo primeira vez que fura o exterior. Mas é um risco que se destina a colocar o empresário nacional em condição de fazer o mesmo e oferecer o seu serviço no exterior.

A história da descoberta de petróleo no Mar do Norte apresenta características interessantes e que em muita vez são desconhecidas e que valem ser comparadas com a história exploratória da nossa plataforma continental. Em 1959, descobria-se o campo gigante de Groningen na Holanda, reserva de 2,3 trilhões de m³ um grande gigante, portanto. Esse campo situa-se na mesma bacia sedimentar do Mar do Norte e estende-se ao Continente Europeu. Alguns anos se passaram até que fossem descoberto alguns campos de gases em águas britânicas. E, finalmente, em 1969, foi descoberto o grande campo de Ecofisk, que realmente inaugurou o fairway do petróleo do Mar do Norte. O quadro 5, mostra a cronologia dessas descobertas, versus as descobertas ocorridas na plataforma continental brasileira. Certamente, houve descobertas no Mar do Norte de maior porte, mas poderemos tê-las futuramente no Brasil mesmo que sejam elas em águas profundas.

Os Srs. vejam a diferença que faz da produtividade uma bacia. A cronologia da descoberta do petróleo no Mar do Norte é 29 bilhões de barris. Começamos em 68, até 84, 1,7 bilhão de barris. Esses são volumes recuperáveis. Temos que ser realistas, os nossos campos, por melhores que sejam, não se comparam com os campos de uma grande província petrolífera, até agora. Não reconhecer isso é o óbvio. Agora, vamos ver mais adiante aonde nós iremos para igualarmos com o Mar do Norte ou pelo menos para chegar perto.

Seria útil, talvez, recordar que a descoberta do campo de Guaricema, em Srgipe, em águas de vinte metros na desembocadura do rio Vaza-Barris, foi objeto de discussões contra a sua economicidade. Não fabricávamos, naquela época, ao menos uma modesta tripoda de aço necessária ao desenvolvimento do campo. Nós o importamos bem como os serviços necessários a sua instalação, após decisão oportuna e esclarecida do Presidente Geisel, então Presidente da PETROBRÁS. Foi uma decisão sábia porque o desenvolvimento deste campo muito contribuiria para o nosso aprendizado no campo da produção de petróleo no mar, mesmo tratando de um pequeno campo que, afinal, já produziu 4,7 milhões de m³ restando ainda para produzir 2,3 milhões de m³. Na época, discutiu-se muito o desenvolvimento desse campo, achavam que ele era de pequeno porte e não tinha economicidade para ser descoberto. Então, o Presidente da PETROBRÁS, na época, disse: "Vamos desenvolver esse campo que pelo menos ganharemos muita experiência em trabalhar no mar". Isso foi feito e, finalmente, o campo, com sucessivas reavaliações, chegou a esse resultado magnífico de 4,7 milhões de m³ produzidos e ainda restando 2,3 milhões de m³.

O nosso entusiasmo cresceu com as novas descobertas que ocorreram até 1974, quando descobriu-se petróleo na Bacia de Campos. Como se poderá observar não ficamos esperando as crises de 1973, 79 mas estávamos ainda em fase de reconhecimento da nossa extensa plataforma continental. Vale observar que o prazo médio internacional decorrido, entre o início das atividades de exploração e as primeiras descobertas, é de 6 anos e, entre essas descobertas e a produção, de 3 anos. Esses são os prazos médios em águas relativamente rasas. Houve, com o advento de sistemas antecipados de produção, diminuição do prazo entre a descoberta e a produção. Reduzimos esse prazo para um ano e mesmo alguns meses utilizando sistemas antecipados de produção.

Não aguardamos 1973 para descobrir petróleo, mas as circunstâncias geológicas nos levaram à descoberta de petróleo na Bacia de Campos, em 1974. A explicação me parece simples; iniciamos a exploração no mar utilizando a orientação da extensão de perspectiva, isto é, prospectar áreas adjacentes daquelas onde já se conheciam jazidas de petróleo. A rigor, o primeiro poço pioneiro, perfurado na Bacia do Espírito Santo, seguiu orientação da analogia, havendo grandes domos de sal na área. No Espírito Santo, o primeiro poço foi perfurado no flanco de um domo, de sal, porque no Golfo do México tinha grandes domos de sal, então era uma área muito prospectável. Mas a nossa geofísica era de estado miserável, ainda. Então, nós erramos e entramos na massa do sal mil metros antes do previsto, e não houve condições de perfurar numa área complexa com péssimos dados de ofício. Eu determinei que a sonda se movesse para a foz do Vaza-Barris, porque nessa área eu podia combinar o princípio, a orientação da extensão que tinha petróleo em terra nas mesmas rochas que ocorria em maior profundidade do mar, que já produzia no campo Carmópolis e de outros campos, e o princípio da analogia. Porque a foz do Vaza-Barris podia ter sedimentação deltaga, os mesmos sistemas deposicionais que existiam na foz do rio Niger e que, naquela ocasião, eram objeto de grande admiração por todos.

Finalmente, descobrimos petróleo na foz do Vaza-Barris, não tinha nada a ver com a sedimentação deltaga, mas, de qualquer maneira, nós descobrimos petróleo por extensão. Depois, veio o Campo de Caioba e Campo de Camburi que são típicos da extensão, são os mesmos reservatórios, mesmo tipo de acumulação de terra.

Enfim, a orientação que se mostrou mais apropriada foi a da analogia, porque na Bacia de Campos não havia nenhuma produção terrestre que se pudesse usar o princípio da extensão. E os resultados, como nós sabemos, foram animadores, foram ótimos.

O conceito de auto-suficiência deve ficar bem esclarecido no caso brasileiro. Caso estivéssemos produzindo 1 milhão de barris hoje, seríamos auto-suficientes, mas, em um País com as oportunidades de desenvolvimento do Brasil, a auto-suficiência tem um significado muito maior. O Equador é auto-suficiente, mas o seu consumo de 85 mil barris por dia é muito pequeno. Continua a ser um país em desenvolvimento se não for subdesenvolvido. A Venezuela é auto-suficiente, o que não impede de estar entre os países em desenvolvimento. O Japão não é auto-suficiente, mas é a segunda potência industrial do mundo. Com a produção de 1 milhão de barris/dia seríamos auto-suficientes hoje, mas logo deixaríamos de sê-lo, pois nossas atuais reservas seriam exauridas rapidamente se não ocorressem novas descobertas.

Parece-me que o nosso objetivo deve ser descobrir o máximo de petróleo possível em território nacional e produzi-lo, como temos feito, observando as taxas de máxima eficiência. Devemos, portanto, ter a preocupação com relação reserva/produção e, por esse motivo, continuar buscando novas acumulações de grande porte para sustentação de altos níveis de produção.

A figura 13 mostra a evolução das reservas e o tempo necessário para que seja possível atingir a produção de 1 milhão de barris por dia. O requisito básico é que os volumes recuperáveis totais se elevem a 3 bilhões, 175 milhões de barris. Podemos, caso o ritmo das descobertas avance satisfatoriamente, atingir antecipadamente essas metas assinaladas para cada um dos eventos.

Fiz recentemente um estudo, baseado no modelo americano do grande geólogo King Rupert, no início da década de 60, que está sendo motivo de comentários, surgindo as seguintes perguntas: o Brasil pode produzir 500 mil barris por dia durante quanto tempo? Pode produzir 1 milhão durante quanto tempo?

Apesar do nosso histórico de produção ser limitado, tive que usar de certos artifícios para repetir o estudo de Rupert. As conclusões estão resumidas mais ou menos nessas figuras.

Durante mais de 10 anos, para produzir 1 milhão de barris, eu tenho que ter esses volumes recuperáveis totais, mais de 3 bilhões de m³. Para produzir 500 mil barris durante mais de 10 anos eu tenho que atingir 1,4 milhão de m³.

Vejam bem, isso é um exercício, um estudo para tentar responder, provisoriamente, duas perguntas que comumente são feitas. Não posso afirmar categoricamente que isto vai acontecer, mas esse método, inclusive, põe as datas em que esses eventos vão acontecer. Os eixos horizontais mostram as datas em que, provavelmente, esses eventos vão acontecer.

Agora, se faço descobertas de petróleo volumosas e produzo rapidamente essas descobertas e nas fases iniciais da produção, eu produzo, vamos dizer assim, na época em que os poços estão tendo maior produtividade, é claro que posso antecipar um pouco essas datas, mas o volume de petróleo é fixo e definido em cada campo na subsuperfície. Se produzir mais rápido no início, mesmo que seja dentro de práticas adequadas à produção, da taxa máxima de eficiência, é claro que vou antecipar os eventos não querendo dizer com isso que estamos dilapidando as jazidas de petróleo, ao contrário, estamos produzindo dentro das taxas, repito, de máxima eficiência.

Mas, é preciso atentar para esse tipo de perguntas que são comumente feitas: podemos atingir 1 milhão de barris? Podemos, desde que essas condições sejam satisfeitas, desde que os níveis de reservas sejam compatíveis com o nível de produção e, ainda mais, não existe no mundo nenhum país que produza mais de 1 milhão de barris de petróleo por dia que não tenha um volume recuperável total da ordem de 20 bilhões de barris, não existe, assim como não existe nenhum país do mundo que produza mais de 1 milhão de barris ou 1 milhão de barris que não tenha alguns campos gigantes.

Nós, na verdade, não temos nenhum campo gigante, porque os campos gigantes são considerados aqueles que têm volumes recuperáveis de mais de 500 milhões de barris, e o nosso maior é o Campo de Namorado, com 240 milhões de barris de volumes recuperáveis.

Aqui estão as listas desses países, os Srs. podem ver os países em torno de 1 milhão de barris de produção, além de ter vários campos gigantes, ainda têm uma relação reserva/produção superior a 10, e os dois únicos que têm reserva de produção inferior a 10 são os Estados Unidos

e o Reino Unido. O Reino Unido, tenho em meus documentos um relatório oficial de lá que posso mostrar ou dar a quem estiver interessado, já está extremamente preocupado, na verdade, com a queda de reserva do Mar do Norte, e estão marchando em direção às águas mais profundas, em direção às águas mais frias, em direção polar em busca de novas reservas de petróleo.

Penso que assim fica esclarecido, a imprensa tem dado notícias sobre isso e, a razão por que fiz este documento, fi-lo por essas duas perguntas: podemos nos manter acima de 500 mil barris por quanto tempo? Podemos chegar a 1 milhão de barris e será possível permanecer lá? Que reservas precisamos para permanecer lá mais de 10 anos?

Onde estarão estes campos gigantes que nós pretendemos descobrir? Provavelmente, não em águas até 200 metros, onde nós já perfuramos cerca de 600 poços pioneiros na plataforma continental brasileira, em águas de até 600 metros. Poderão estar, nunca se pode afirmar com certeza, nas águas até 200, 300 metros não existe campo gigante, mas, a amostragem feita com poços pioneiros já nos deram a suspeitar que, se estiver, estão muito bem escondidos.

Então, nós temos que chegar à esta conclusão que, provavelmente, não estarão até 200 metros, mas, como eu disse, essa amostragem atinge 600 poços e mostra que a estrutura geológica nas águas mais rasas não passa de 20 km² em área.

As estruturas de maior porte são conhecidas em águas além de 200 metros de profundidade, principalmente na Bacia de Campos, onde levantamentos sísmográficos preliminares já identificaram algumas delas sendo duas em início de avaliação.

Tem sido notícia de jornais. Furamos um poço que deu um resultado de mais de 10 mil barris por dia. O segundo poço já comprovou também a mesma coisa, mais vantajoso um pouco mais, não sei quanto porque os técnicos ainda não terminaram, no fim do último teste veio mau tempo, tivemos que suspender as operações, mas de qualquer forma será um poço para mais de 10 milhões, notando que esses dois poços de operação estão a mais de 6 km de distância, a área da anomalia que nós estamos tentando comprovar tem cerca de 160 km².

Então, realmente, se confirmar os prognósticos dos geofísicos e dos geólogos, que não posso garantir com absoluta certeza, nós podemos ter um campo de mais de 1 milhão de barris de volumes recuperáveis.

Acabamos de contratar um navio para furar poços de delimitação, nesse 305, e que poderá também ter uma área com produções dessa ordem de grandeza.

Infelizmente, não tão infelizmente assim, porque melhor isso do que nada, essa primeira descoberta a que me referi está em águas entre 600 e mil metros e, a outra, está em águas entre 300 e 500 metros.

Mas, existe aí um conceito de que em águas profundas não temos tecnologia, posso garantir aos Srs. que até 450 metros estão construindo uma plataforma contínua, nos Estados Unidos, para produzir em área de 450 metros e as soluções para águas mais profundas estão em marcha. A PETROBRÁS está associada a várias firmas de engenharia internacionais, participando de grupos que ela dá uma contribuição de tantos mil dólares e o resultado nós podemos usar e nós vamos, certamente, resolver esse problema de águas profundas com a tecnologia, com a produção.

O que mais nos preocupa não é a tecnologia, o que mais nos preocupa é a quantidade de petróleo conduzida na jazida e a economicidade da operação. Existindo grande quantidade de petróleo, nós teremos tecnologia eventualmente para desenvolver esses campos.

Para mostrar o significado de um campo desses, se tivermos uma plataforma que perfure 36 poços — estas plataformas furam poços desviados, produzindo 10 mil barris — garantiremos uma produção de 360 mil barris por dia que é mais do que todas as plataformas instaladas hoje na Bacia de Campos produzem, então, o investimento torna-se muito mais fácil quando as quantidades de petróleo são desse porte.

Nós temos nos preocupado também, nesses estudos, com as relações reserva/produção, porque essa relação reserva/produção não deve ser considerada de maneira, às vezes, simplista que se considera que, se dividindo as reservas pela produção de hoje, nós teremos o número de anos que teremos petróleo. Não é assim, o fenômeno da produção de petróleo é decrescente exponencialmente. A

produção de petróleo cai exponencialmente com esse volume exponencial negativo, o poço produz exuberantemente no fim e, depois, ele vai produzindo mais lentamente ao longo do tempo, acaba produzindo todo aquele petróleo que está apropriado nas reservas, mas ele produz mais lentamente ao longo do tempo.

Então, ao longo do tempo, eu tenho que continuar adicionando reservas para manter o mesmo nível de produção e pondo mais reserva ainda para aumentar esse nível de produção.

Agora, o que é importante nessa razão reserva/produção e está ali em linhas quebradas o comportamento da nossa razão reserva/produção, e com dois eventos importantíssimos, que foi a descoberta do Campo de Carmonópolis, em Sergipe, por volta de 1963, e a entrada em produção da bacia de Campos, que a razão da reserva/produção subiu e agora está voltando a próxima a 10, o que é importante nessa razão de reserva de produção é que, se os níveis de óleo nos reservatórios caírem abaixo de um certo valor, em relação ao que eu estou produzindo, o que vai acontecer? A minha produção se torna caótica e vários problemas tecnológicos aparecem. Por isso essa razão reserva/produção é importante, mas não é para dividir simplesmente o volume de reservas pela produção anual e achar que tem petróleo, se não descobrir mais nada nós temos petróleo por 10 anos, se não descobrir mais nada nós não temos petróleo talvez para mais dois anos, naqueles volumes porque a queda exponencial é negativa.

Bom, falarei agora sobre os contratos de risco.

Caso fosse interesse geral comprovar, acima de qualquer suspeita, que não houve artifícios no sentido de destinar, aos contratantes de risco, áreas onde a descoberta de petróleo fosse inviável, poder-se-ia ouvir os próprios contratistas. Estou certo de que a grande maioria não teria reclamações, pois após a assinatura de contratos, abrangendo cerca de 1,4 milhão de Km² de áreas sedimentares brasileiras, não faria sentido fazer colocações dessa natureza.

Se, depois de terem à disposição dos contratos de risco das nossas áreas sedimentadas, 1 milhão e 400 mil Km² de áreas, e sendo esses contratistas, tendo eles técnicos do mais alto nível, não faria sentido reclamar que só teriam acesso a áreas de péssima qualidade. Não, não é assim. É claro que eles gostariam de obter áreas de contratos de risco próximos à Bacia de Campos ou dentro dela, se possível, mas não foi essa a finalidade do contrato de risco. O contrato de risco veio para complementar, segundo eu entendo, a nossa atividade e, inclusive, a nossa experiência.

Mas as companhias internacionais de petróleo vieram também para o Brasil em busca do que eu chamo um **big play**, é tanto que se analisar a história do contrato de risco, no Brasil, começaram a explorar e a obter risco na Foz do Amazonas, onde, apesar de não terem sido descobertos grandes volumes de petróleo, existiam imensas estruturas nos registros sísmicos. Na Bacia, porque ter estrutura não é sinal, não é garantia, de ter o petróleo, tem que ter outros fatores. Então, foram para a Foz do Amazonas e foram para a Bacia de Santos, procurando o **big play** e, aí, foi onde iniciaram os seus trabalhos e lá pegaram inúmeros blocos para trabalhar, sem nenhum constrangimento da nossa parte, não havendo obtido resultado, então, procuraram se aproximar das áreas onde a PETROBRÁS havia obtido resultados práticos, e nada mais fizeram do que seguir a velha regra: Se você está procurando petróleo, faça-o próximo de área onde já viu algum.

O papel dessas companhias seria trazer-nos novas idéias e novos métodos de prospecção que permitissem encontrar petróleo onde a nossa capacidade de fazê-lo não fosse efetiva.

Acredito que poderemos explicar os resultados desfavoráveis obtidos com os contratos de risco, sem recorrer a possível má fé dos que os negociaram ou selecionaram os blocos para oferta. Eu mesmo sempre participei dessa seleção e não me acuso de ter selecionado ou oferecido, deliberadamente, blocos sem quaisquer perspectivas de descobertas. Estou certo de que se o fizesse as contratantes não os aceitariam porque todas se utilizam de técnicas altamente experientes.

O objetivo das empresas multinacionais de petróleo é descobrir campos de porte superior a 50 milhões de barris, associados a grandes estruturas mapeadas. Como se

verifica que a maioria de nossos campos não atinge esse nível, há menor interesse em investir nessas bacias.

Mesmo assim, esse interesse não é tão pequeno assim, porque hoje temos um considerável número de contratos em execução e ainda companhias interessadas em algumas áreas.

Devemos reconhecer que mesmo geólogos experientes não se familiarizam de imediato com as múltiplas facetas da geologia de um país como o nosso. Essa é uma tarefa que toma tempo e quanto a isso o Prof. W. Fisher, Diretor do Bureau of Economic Geology da Universidade do Texas e Presidente da Associação Americana de Geólogos de Petróleo, deu entrevista à imprensa brasileira em 1976, prevenindo as companhias internacionais neste sentido.

Esse professor já previa nessa época que não ia ser tão fácil assim chegar e mostrar onde estava o petróleo, de fato, foi o que aconteceu pelos motivos técnicos que eu acabo de explicar.

Para a descoberta de grandes acumulações de petróleo no território nacional sempre julguei os contratos de risco de importância secundária, porque as grandes acumulações se descobrem nas primeiras fases da exploração.

Eu estou querendo dizer que procurar petróleo, muitas vezes, é como tirar uma urna que tem bolas grandes e pequenas, bolas cheias e vazias, sem dúvida a equipe de exploração sendo competente as primeiras bolas que se tiram são as grandes, são os grandes campos. Daí essa minha observação.

A questão de maior importância eram as limitações tecnológicas existentes no início da década de 60, embora os nossos levantamentos sísmográficos fossem conduzidos pelas mesmas companhias que os conduziam nos Estados Unidos, ou em qualquer parte do mundo.

Mais tarde, com a decisão do Presidente Geisel de instituir os contratos de risco, em outubro de 1975, e com o desenvolvimento dos trabalhos das companhias internacionais de petróleo, observando as técnicas de interpretação adotadas, concluí que estávamos reciprocamente em boa companhia. Destacam-se, como consequência desse evento, os seguintes benefícios:

1. Livramo-nos da pecha de incompetentes. Na época de 1975 a 1979, os biólogos nacionais eram taxados de incompetentes, não se descobria petróleo porque a incompetência era total, inexorável, então, pelo menos, os contratos de risco nos livraram da pecha de incompetentes.

2. Obtivemos, sem custo, 147.000 Km de perfis sísmicos e informações completas proporcionadas pelos 127 poços perfurados. Também, perfis elétricos, amostras de rocha, relatórios técnicos e outros levantamentos foram incorporados ao nosso acervo;

3. Um pequeno campo de petróleo — 2 milhões de m³ no litoral sul da Bahia — pela sua que a economicidade para fins de contrato de risco já foi revertido à PETROBRÁS: e, também,

4. Um campo de gás na Bacia de Campos, cujo desenvolvimento estamos discutindo

Creio que a instituição dos contratos de risco veio a tempo de salvar os geólogos nacionais da execração pública por não proporcionarem a auto-suficiência de petróleo e não salvarem a economia nacional. Os geólogos japoneses e alemães são mais felizes, porque não deram autosuficiência aos seus países e continuaram prestigiados.

A constituição da Paulipetro poderá ter se apoiado ou não em razões políticas como comentam alguns. Quaisquer que sejam os motivos, a idéia encontrou suporte em profissionais mal informados sobre a prospecção de petróleo e nunca antes expostos a essa tarefa; além de alguns que deixaram a PETROBRÁS, por algum motivo e desejando talvez demonstrar o erro de deixá-los partir.

O fato é que a Paulipetro me deixava a impressão de uma próspera organização a serviço da Universidade. Os trabalhos de exploração eram conduzidos com enfoque fortemente acadêmico.

Infelizmente, não foi executado um trabalho de base para testar algumas idéias novas de maneira comedida. Uma das idéias novas era perfurar poços profundos para atingir o embasamento cristalino. Esse procedimento não encontra qualquer suporte na moderna exploração

de petróleo, a não ser sob o ponto de vista acadêmico, exceto se houver uma razão específica para justificá-lo.

Não conheço uma bacia sedimentar no mundo onde a descoberta de petróleo se iniciou em grandes profundidades. Conheço bacias que produzem de horizontes rasos e profundos ou apenas de horizontes rasos, digamos, até 2.500m.

Não se deve entrar em uma área já explorada antes com resultados negativos sem idéias novas. Parece-me que faltaram idéias novas à Paulipetro.

A Paulipetro teria pecado, também, por contratar várias sondas antes de efetuar um trabalho de pesquisa prévio. Dos 33 poços que perfurou 15 foram estratigráficos, como se a estratigrafia do pacote sedimentar da Bacia do Paraná não fosse já sobejamente conhecida pela PETROBRÁS; especialmente no que se refere à exploração de petróleo. Talvez não fosse conhecida ainda nos detalhes que uma investigação acadêmica requer, mas para a exploração de petróleo já eram sobejamente conhecidos.

Conclusão

A exploração de petróleo é uma atividade que requer, além de cultura profissional, a perseverança, a busca de novas idéias e a vontade férrea de acertar.

A maior limitação de um exploracionista de petróleo é a imaturidade que o leva a pensar que irá encontrar grandes acumulações, sem considerar, com profundidade e competência, os fatos geológicos.

Não seria ingenuidade, no entanto, dizer que as perspectivas de encontrar elevadas reservas de petróleo e gás natural existem, mesmo que estejam em águas profundas ou na selva amazônica.

Ao longo dos meus 32 anos de lutas, com sucessos e desapontamentos, tenho examinado fatos geológicos, promovido estudos dos múltiplos aspectos dos problemas de prospecção e formado uma equipe técnica de nível internacional. Estejam certos, ilustres senadores, de que não há ufanismo injustificado nessa afirmação.

O quadro que antevejo é de otimismo.

Estou confiante de que o atual governo nos dará apoio, colocando à disposição da PETROBRÁS os recursos necessários, bem como seguro estou de que estes recursos serão utilizados com racionalidade e eficácia.

Tenho fé na contribuição que a PETROBRÁS continuará dando para o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Antes de passarmos à fase de indagações, vamos fazer uma pausa de cinco minutos para um cafezinho.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Está reaberta a reunião. Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sampaio.

O SR. CID SAMPAIO — Pretendo me desculpar por não ter ouvido toda a exposição, porque, como Presidente em outra Comissão, só pude vir para esta no término dos trabalhos da outra.

Em todo caso, ouvi a parte final da exposição, que realmente vem nos trazer ou aumentar a preocupação com relação aos problemas do Petróleo. Eu ouvi, no final, V. S^a afirmar que 1 milhão e 400 mil Km² de área sedimentares tinham sido exploradas pelos contratos de risco. Eu gostaria de saber qual a área sedimentar total do Brasil que, pelas indicações e levantamentos, possibilitam o encontro, a descoberta de petróleo.

O SR. CARLOS WALTER — Nós temos uma área total de mais de 4 milhões de Km² de área sedimentar, mas queria ver se tínhamos os números aqui, que incluíssem as bacias terrestres e marítimas. Mas a plataforma continental tem cerca de 800 mil Km² e o restante 3 milhões e tantos Km² são as áreas terrestres, mais 800 mil Km² de bacias submarinas.

O SR. CID SAMPAIO — As áreas que já foram levantadas pelos contratos de risco foram de 1 milhão e 400 mil Km².

O SR. CARLOS WALTER — Não, o que eu disse, Senador, foi que os contratos, os vários blocos sucessi-

vos que foram examinados e objetos de contratos pelas companhias de contratos de risco, são da ordem de 1 milhão e 400 mil Km². Alguns desses contratos já se encerraram, outros estão vigentes mas o total envolvido, foi de 1 milhão e 400 mil Km².

O SR. CID SAMPAIO — Esse foi o total da área envolvida em contrato de risco.

O SR. CARLOS WALTER — Examinada pelas companhias e objeto de contratos assinados.

O SR. CID SAMPAIO — Esta foi examinada. Existe ainda área por examinar onde há possibilidade de encontrar petróleo pelos contratos de risco?

O SR. CARLOS WALTER — Existem áreas ainda abertas para o contrato de risco. Nós temos áreas que estão sendo objeto de exploração direta, que a PETROBRÁS está trabalhando, que, na verdade, significam em torno de 20% da área sedimentar total do país. Quando alguma companhia internacional se interessa por um bloco, nestas áreas, nós negociamos a área caso o departamento de exploração da PETROBRÁS, a exploração direta, não esteja executando os trabalhos nesta área.

O SR. CID SAMPAIO — Nas áreas que foram concedidas a empresas como capital de risco, a PETROBRÁS perfura também nela, vem perfurando, ou já perfurou?

O SR. CARLOS WALTER — Não há exploração simultânea, se a área está entregue para uma companhia sob contrato, nós não vamos fazer trabalhos lá. Fornecemos apenas um pacote de dados do que já foi feito, e eles continuam o trabalho daí por diante, fazendo novos levantamentos geofísicos e poços. Não há trabalho simultâneo. Mas, inúmeros blocos ou quase todos, eu diria, em que as companhias de contratos de risco atuam, já foram objetos de investigação da PETROBRÁS, já furamos alguns poços, e não tivemos sucesso, porque se tivéssemos tido nós teríamos campos de petróleo na área e não seria objeto de contratos de risco. E eles continuam o trabalho. Porque, Senador, a exploração de petróleo, naturalmente, é uma operação de reiteração, nós furamos, tivemos insucesso, mas alguma companhia de contrato de risco entende que aquela área não foi completamente investigada ou tem uma idéia nova sobre a interpretação ideológica da área, e pode pretender a área para tentar encontrar petróleo e assina um contrato, um ou vários blocos para continuar a exploração de petróleo naquela área que já foi objeto de exploração da PETROBRÁS. Do mesmo modo, uma área que as contratistas de risco já fizeram a sua tentativa, a PETROBRÁS poderá voltar, depois de findo o contrato por período contratual, e prosseguir.

O SR. CID SAMPAIO — Mas somente depois de liberado.

O SR. CARLOS WALTER — Exatamente, nobre Senador.

O SR. CID SAMPAIO — Uma outra pergunta que gostaria de fazer é sobre a diferença. V. S^a tem dados que permitam determinar a diferença de custos, entre as perfurações, esse custo há de se traduzir por barril de petróleo, porque de outra maneira seria muito difícil, não tinha maneira de se calcular, dos custos na plataforma marítima, e evidentemente os custos da plataforma continental variam com a profundidade, mas a PETROBRÁS deve ter uma medida dos custos que tem obtido da plataforma marítima, e a média dos custos que tem obtido na plataforma continental.

O SR. CARLOS WALTER — Nós temos esses números, eu pediria ao meu assessor, Dr. Hélio Falcão, que é o chefe da perfuração da PETROBRÁS, que desse essa informação em termos desses números. Posso lhe dizer que a perfuração no mar, exceto na selva Amazônica onde o apoio das sondas é feito por helicópteros como na área de Juruá, áreas distantes, certamente comparáveis com os custos na plataforma continental, mais nas outras áreas os custos da plataforma continental são mais elevados do que os de perfuração terrestre. Notando-se que pode parecer, a muitos, perfurar em á-

guas profundas os custos são excepcionalmente maiores. Não são. Esses poços que nós estamos perfurando em 800, 900 metros em lamina d'água, estamos gastando praticamente o mesmo tempo que gostaríamos para perfurar um poço em águas mais rasas, e talvez nós temos ainda apurado esses custos, porque esses poços são recentes, mas tenho a impressão de que, se são maiores, são pouco maiores porque os navios são especiais, e cobram uma taxa diária um pouco maior. Mas são custos um pouco superiores aos custos em águas mais rasas.

Eu pediria ao Superintendente de Perfuração da PETROBRÁS, Dr. Hélio Falcão, que nos desse esses custos.

O SR. HÉLIO FALCÃO — A nível de março de 1985, o custo médio de perfuração no mar, na PETROBRÁS, é de 877 dólares por metro, enquanto que o custo de...

O SR. CID SAMPAIO — o metro de...

O SR. HÉLIO FALCÃO — O metro perfurado. Enquanto que, na perfuração terrestre, esse custo é o equivalente a 270 dólares por metro, o que significa uma razão de 1 para 3.

O SR. CID SAMPAIO — Agora, qual é o valor médio que tem resultado por barril? A diferença, porque esses poços, embora a diferença por metro seja grande, o volume é muito maior, principalmente quando há investimentos, deve baratear. O Sr. tem valor médio por barril? A PETROBRÁS deve ter isso. O preço do valor médio do barril, extraído pela PETROBRÁS na plataforma marítima e na continental?

SR. CARLOS WALTER — Nós não temos aqui esses custos em termos valores, o custo do barril em mar e terra, porque esses custos, na verdade, são objeto do Departamento de Produção, nós só tratamos de exploração e perfuração e perfurações exploratórias. Esses custos seriam do Departamento de Produção.

O SR. CID SAMPAIO — Quer dizer que o Departamento de Produção não tem dados sobre os custos.

O SR. CARLOS WALTER — Veja bem, Senador, temos aqui quanto nos custa para perfurar, mas quanto custa para produzir o barril, e nesse custo do barril, evidentemente, está embutido numa parcela da perfuração, que é o que o Sr. está perguntando, tem...

O SR. CID SAMPAIO — E, depois, o custo também em função do volume, porque...

O SR. CARLOS WALTER — Sim.

O SR. CID SAMPAIO — Se o preço é por metro, um grande volume recuperado em função inclusive do volume de recuperação de uma produção diária.

O SR. CARLOS WALTER — O volume de recuperação é maior, em compensação também os investimentos no mar são maiores.

O SR. CID SAMPAIO — Agora, quanto representa, hoje, o percentual de produção na plataforma marítima e na continental do petróleo que está sendo extraído?

O SR. CARLOS WALTER — A plataforma marítima está, hoje, com mais de 60% da produção nacional.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Poderia o Sr. Walter passar a transparência, e eu pediria a atenção ao Senador Cid Sampaio, sobre esse assunto. A transparência sobre a produção atual de mar e terra, as reservas e, talvez possa ser isso, a produção.

O SR. HÉLIO FALCÃO — Hoje, a média diária no mar é de 386 mil contra 162 mil barris por dia.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Barris/dia não é?

O SR. HÉLIO FALCÃO — Barris/dia, 386 mil no mar e 163 em terra, num total de 549 mil.

Eu esclareceria, também, ao Senador Cid Sampaio o seguinte: o início eu apresentei ao Diretor Carlos Walter, que é o Diretor responsável pela exploração, a produção está com outra diretoria...

O SR. CID SAMPAIO — Eu ainda queria, então...

O SR. CARLOS WALTER — O Sr. me permite? Talvez essa próxima transparência lhe dê uma idéia. Mar versus terra. Nós temos aqui nessa figura mostrando, em terra, metros cúbicos descobertos, por metros perfurados, são 19,6 metros cúbicos. No mar, contra 82 metros cúbicos de petróleo, por metro perfurado, no mar.

O SR. CID SAMPAIO — Quantos metros de petróleo?

O SR. CARLOS WALTER — 82 ou 81,9. Eu quero lembrar aos Srs. Senadores que esses gráficos todos vão ser distribuídos para que possam examiná-los. Então vê V. Ex^a que a eficiência descoberta é 4 vezes maior.

O SR. CID SAMPAIO — Quer dizer, que em terra 19,6, e no mar 82.

O SR. CARLOS WALTER — É quatro vezes maior.

O SR. CID SAMPAIO — O gráfico de baixo refere-se à...

O SR. CARLOS WALTER — O de baixo é um outro índice que indica os metros cúbicos por poço perfurado. Cada poço que se perfurou descobriu 22 metros cúbicos em terra e 259 metros cúbicos no mar.

O SR. CID SAMPAIO — A diferença é muito grande. Mas, eu tenho uma última pergunta a fazer que se refere ao volume que foi localizado, no Brasil, pelos contratos de risco de petróleo, a colaboração que eles deram. Lamentavelmente, eu não assisti a toda conferência de V. S^a porque estava numa outra Comissão, não tive essa oportunidade.

O SR. CARLOS WALTER — Bom, não vou reler mas vou...

O SR. CID SAMPAIO — Se o Sr. já fez referência eu depois terei...

O SR. CARLOS WALTER — Já, mas eu vou só falar de memória. Os contratos de risco descobriram — infelizmente os resultados são modestos — cerca de 2 milhões de metros cúbicos de petróleo, na costa da Bahia. Mas esse volume foi considerado economicamente insuficiente em termos de contratos de risco. Então, a descoberta foi passada para a PETROBRÁS desenvolver. Dois milhões de metros cúbicos na costa sul da Bahia. Um campo que deve ter em torno de 8 bilhões de metros cúbicos de gás, na bacia de Santos. Campo esse que está em processo de avaliação e deverá entrar em desenvolvimento no futuro. Cerca de 8 bilhões de metros cúbicos de gás.

O SR. CID SAMPAIO — Foi descoberto por...

O SR. CARLOS WALTER — Pela TECA. Todas as duas descobertas foram pela TECA.

O SR. CID SAMPAIO — Agora, são eles que vão explorar ou a PETROBRÁS?

O SR. CARLOS WALTER — No caso do gás de Santos eles vão colocar o campo em produção.

O SR. CID SAMPAIO — Vão colocar em produção.

O SR. CARLOS WALTER — E nós vamos devolver, ao longo do tempo, os investimentos feitos em exploração e no desenvolvimento do campo, e eles vão ter uma remuneração de acordo com os contratos.

O SR. CID SAMPAIO — É o único?

O SR. CARLOS WALTER — Nós produzimos, a PETROBRÁS sempre vai produzir o campo, em qualquer circunstância.

O SR. CID SAMPAIO — Tem essas duas...

O SR. CARLOS WALTER — Agora, outras coisas que nós podemos mencionar é que, hoje, nós podemos dizer que os contratos de risco nos deixaram um acervo que vale 147 mil quilômetros de linhas sísmicas bem processadas, 126 a 127 poços de petróleo com toda a mestragem, perfis elétricos, testemunhos, relatórios técnicos que têm grande valia.

O SR. CID SAMPAIO — Eu agradeço as suas informações e o felicito pela exposição que, lamentavelmente, não tive a oportunidade de ouvir no seu total. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Fui mais do que o nosso colega, porque eu não ouvi nada da sua exposição, porque estava viajando e estou chegando agora.

Mas, eu me permiti fazer algumas indagações a V. S^a, sem antes louvar a iniciativa do Presidente e do Relator da Comissão e, justamente, trazer à baila os principais problemas que afetam as estatais, não só a PETROBRÁS como a outra por uma deformação imensa que existe, hoje, das idéias sobre a eficiência desses órgãos da administração indireta e, principalmente, sobre muitas vezes o exagero administrativo feito à base de uma não — fiscalização efetiva. É muito bom, está na época das transparências então vamos às transparências. Motivo, portanto, de satisfação, vendo que o esforço da Comissão não foi em vão.

Mas, Dr. Carlos Walter, há algo que V. S^a, com quatro palavras, já destruiu e que, justamente, nós gostaríamos de enfatizar e, portanto, ter o seu sim ou o seu não. Aritmética pura mostra que é uma balela o que afirmo de que nossa condição geológica de justamente termos muito maiores possibilidades em água, em *off shore*, do que em terra nos faz com que nós tenhamos uma situação de absoluta desvantagem em relação aos outros exploradores de petróleo. Se V. S^a diz que a relação de preço é aproximadamente de três para um e se a obtenção média de m³ é de um para quatro, na minha impressão, que perfurando no mar ainda é uma grande vantagem, sim ou não?

O SR. CARLOS WALTER — A perfuração no mar tem mostrado resultados, como ficou demonstrado nessa exposição, muito vantajosos sob o ponto de vista econômico, embora a perfuração no mar, como nós vimos, seja mais cara, mas, em compensação, os resultados têm sido muito mais favoráveis. E, também, uma questão de contingência, eu diria, porque nós, pelo menos no nosso julgamento, ou vamos para o mar ou não vamos para lugar nenhum, e então temos que ir para o mar. Então, temos que ir para o mar naturalmente procurando fazer as coisas dentro de parâmetros mais econômicos possíveis e, mesmo assim, ainda temos que ir para o mar e, como eu resaltei ao longo da minha palestra, que infelizmente o Sr. não pôde comparecer pois estava viajando, nós estamos talvez entrando em uma nova fase da nossa história de exploração de petróleo que é a descoberta de campos de grande porte e, infelizmente, em águas mais profundas. Mas eu tive a ocasião de observar que se eu tiver um conjunto de 36 poços, produzindo 10 mil barris cada um, eu terei uma produção superior à produção atual de toda a Bacia de Campos, de modo que a rentabilidade será muito maior.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Grandes profundidades, não sei se percutiu na sua conferência. Essas descobertas que estão sendo feitas na extensão da Bacia de Campos, 800 ou 900 metros de lâmina d'água, não foi o último poço?, dão já alguma idéia de que realmente estamos face a campos gigantes ou semigigantes ou apenas isso é porque me ufano do meu País?

O SR. CARLOS WALTER — Eu sou muito admirador de Afonso Celso, mas o meu eufanismo é muito limitado. Mas eu vou lhe explicar rapidamente. Essa descoberta, eu estou falando da descoberta de 840 metros dos dois poços que já furamos, é um motivo muito simples de nós estarmos perfurando um poço agora, nesse momento... (Fora do microfone)

...Essas duas acumulações todas elas podem ser de grande porte, e esse poço aqui é o primeiro poço perfurado com a capacidade estimada de 10.000 barris, e esse aqui está se revelando até um pouco melhor, eles estão em distância de mais de 6 km. Essa estrutura deve ter, segundo nós podemos ver pelas informações geofísicas, porque agora vamos furar uma série de poços para avaliar preto no branco, mas segundo as informações geofísicas

devemos ter uma área da ordem de 160 km² e, se isso ocorrer, com as espessuras que nós estamos obtendo, cerca de 60 metros de espessura líquida produtora, fazendo as contas com a avaliação preliminar, nós deveríamos ter mais de um bilhão de barris. Então, é o dobro do início da escala dos campos gigantes, como que são considerados gigantes quando têm volumes recuperáveis ou reservas iniciais da ordem de 500 bilhões de barris recuperáveis, a imprensa e nosso entusiasmo talvez nos levem a falar em 2 bilhões e quem dera que seja mesmo. Mas nós estamos aqui modestamente situados em um bilhão de barris por enquanto, e isso é um campo gigante, e esse também poderá chegar acima dos 500 milhões de barris se não chegar a 1 bilhão de barris, e nós temos, nessa faixa aqui, várias outras estruturas que nós vamos testar no futuro e, muito maior número de estruturas, temos além dos 1.000 metros mas, no momento, nós estamos querendo falar em além dos 1.000 metros. Vamos ficar aqui por enquanto, realisticamente nesta faixa aqui.

O SR. CID SAMPAIO — A reserva no Brasil já inclui esses poços?

O SR. CARLOS WALTER — Nós fazemos essa apropriação de reservas com o código da companhia quando se tem apenas um poço, nós só computamos a reserva em um raio de 800 m em torno do poço. Temos que furar um certo número de poços para, depois, entrar com reserva total do campo dentro de certas regras desse código de reserva. Portanto, essas reservas não estão incluídas e temos até algumas dúvidas se serão incluídas, uma vez que as águas profundas aqui no horizonte de 2 ou 3 anos não será possível estabelecer a produção, pois temos que ainda obter, definitivamente, a engenharia necessária para instalar plataforma nessa descoberta. Ao contrário, essa descoberta aqui existem áreas do possível campo que estão, como eu disse, em áreas mais rasas de que 450 metros e, para isso, já tem tecnologia, é uma questão simplesmente de economicidade, tem muito petróleo e justifica o investimento.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dr. Walter, V. S^a vai se esquecer que o Senador César Cals está a seu lado, pois achamos que o ponto alto da administração dele foi esse apoio que deu à PETROBRÁS.

Eu pergunto a V. S^a se realmente é sua convicção que com as reservas que possuímos com aquelas prováveis de obter face os resultados de perfuração até o dia de hoje, incluindo esses daí, nós poderíamos contar, até 93, com uma produção de um milhão de barris por dia sem exaustão das reservas?

O SR. CARLOS WALTER — Eu queria fazer uma observação que, nesse assunto de petróleo sem otimismo não se arranja nada. Baseado no estudo do eminente geólogo americano King Rupert que, em 1962, o Presidente Kennedy mandou fazer uma avaliação dos recursos energéticos americanos e, ele foi incumbido de fazer avaliação na área do petróleo.

Então ele usou o modelo logístico para fazer essa avaliação, e eu também usei o modelo logístico para fazer a avaliação no nosso caso, mas contudo não temos um histórico de produção suficiente para determinar os parâmetros dessa distribuição logística, dessa função logística, com a vista do histórico de produção, não, o que eu fiz foi fazer certas hipóteses. Então fiz a hipótese que nós tivéssemos seiscentos milhões de metros cúbicos de volume recuperado total, tudo se descobriu. Descobriu o que já produziu, volume recuperável total, o que foi descoberto e as reservas, o que foi produzido mais as reservas. E fiz várias hipóteses e, baseado nesse modelo, as minhas conclusões são de que este modelo está certo. Por que uma pergunta, essa pergunta o Sr. vai me desculpar tem que ser um pouquinho mais longa.

Uma pergunta que sempre me fazem. O Brasil vai produzir quinhentos mil barris de petróleo durante quantos anos? O Brasil chegará a um milhão de barris, e quando?

Então, usei esse trabalho, numa primeira aproximação, para tentar responder essas perguntas, e com os volumes recuperáveis atuais, evidentemente, nós não vamos demorar muito com os quinhentos mil barris. Mas é claro que isso está implícito, a imprensa em geral e mui-

tas pessoas, em particular, não entendem que nós não vamos parar de descobrir petróleo hoje, se essas reservas estacionarem aqui, mas ela não vai estacionar. Então isso é uma hipótese apenas para exercício, evidentemente, ela não se verificará e já está furada, com esses grandes campos que nós estamos descobrindo já ficou superada. Mas isso aqui foi um exercício. Seiscentos milhões de barris, que nós vimos ainda durante o trabalho nós temos quinhentos e oitenta e oito milhões hoje. Portanto, isso aqui é número arredondado, seiscentos milhões de barris de metros cúbicos.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — (fora do microfone.)

O SR. CARLOS WALTER — Não. Esse é o volume total descoberto, recuperável sempre, reserva mais o que já foi produzido.

Fizemos essa hipótese aqui, que me levou a dizer que, para mantermos acima de quinhentos mil barris, por dia, durante um período nada inferior a dez anos, nós devemos chegar a ter um bilhão, quatrocentos e vinte e cinco milhões de metros cúbicos de petróleo total, o que já foi produzido com o que já foi descoberto, e vamos ter que descobrir mais, é claro.

Depois fiz uma outra hipótese. Se os nossos volumes recuperáveis totais chegarem a três bilhões, cento e setenta e cinco milhões de metros cúbicos, nós podemos produzir um milhão de barris por um período superior a dez anos. Aqui estão as datas prováveis em que esses eventos vão acontecer, por exemplo, o ano de produção máxima será esse aqui. Isso aqui são incrementos anuais de produção expressos em bilhões de metros cúbicos por ano. Tenho, naturalmente, que fazer a conta de quanto significa isso em petróleo por dia. Mas esse aqui é o máximo que vou chegar. Nesses limites, mais ou menos, de 1988, 1982, 1990, segundo essas estimativas, se esse petróleo for descoberto a tempo, não ficarei mal com o Ministro.

Isso são exercícios para ver o que é necessário acontecer para que esses volumes de produção sejam atingidos. Isso não quer dizer que seja uma realidade inexorável, eu estou sendo um pouco claro, também, para...

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Qual é o volume atual no dia de hoje?

O SR. CARLOS WALTER — Vamos expor os gráficos aí.

Esses gráficos são essas tabelas. Aqui está o tempo, porém está muito pequeno, não dando para ler direito, só na tabela e a curva de incrementos anuais de produção — Incrementos anuais significam a quantidade descoberta e a quantidade produzida, a nível de produção, durante um ano. Se divido o que foi produzido durante um ano por 365 terei a produção diária. Se multiplico por 6,29, terei o número de barris, que é o mais comum falar em barris. Aqui, na hipótese dos mesmos volumes recuperados totais descobertos forem a três bilhões, cento e setenta e cinco milhões de metros cúbicos, terei essa curva aqui que passará à produção de um milhão de barris por dia, durante dez anos.

Uma outra hipótese mais modesta, um bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões, terei quinhentos mil barris por mais dez anos seria necessário que nós tivéssemos uma reserva de três milhões...

O SR. CID SAMPAIO — Para quinhentos mil barris por mais dez anos seria necessário que nós tivéssemos uma reserva de três milhões...

O SR. CARLOS WALTER — ... se eu tiver uma reserva de mais...

O SR. CID SAMPAIO — ... três milhões, cento e setenta e cinco...

O SR. CARLOS WALTER — ..., um bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões de metros cúbicos. Mas ele não tem reserva. É o volume recuperado total, que foi descoberto, recuperável, e o que já foi produzido mais as reservas.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Um esclarecimento que não notei, durante a palestra, e que pode ficar mais didático, é que, neste momento, nós temos dois bilhões de barris e, para um milhão de barris, por dia, nós temos que chegar a vinte bilhões de barris, sendo dois bilhões de barris em reserva...

O SR. CARLOS WALTER — Esses dados estão todos aqui.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Mas nós estamos aqui discutindo, depois essa palestra será lida de cabo a rabo.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — ... e os três bilhões de metros cúbicos, são vinte milhões de barris.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Como é a história, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Os três bilhões de metros cúbicos que se fala, precisa-se de um milhão de barris por dia, significa vinte bilhões de barris. No grosso modo, multiplica-se por 6,3...

O SR. CARLOS WALTER — Esses três bilhões são vinte milhões de barris. Vamos colocar aquele slide dos países.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — E hoje quantos são?

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Hoje são dois bilhões de barris de reserva. Dois vírgula zero quatro. Anotei dos gráficos. Dois bilhões de barris e para um milhão de barris por dia precisaria atingir vinte bilhões de barris.

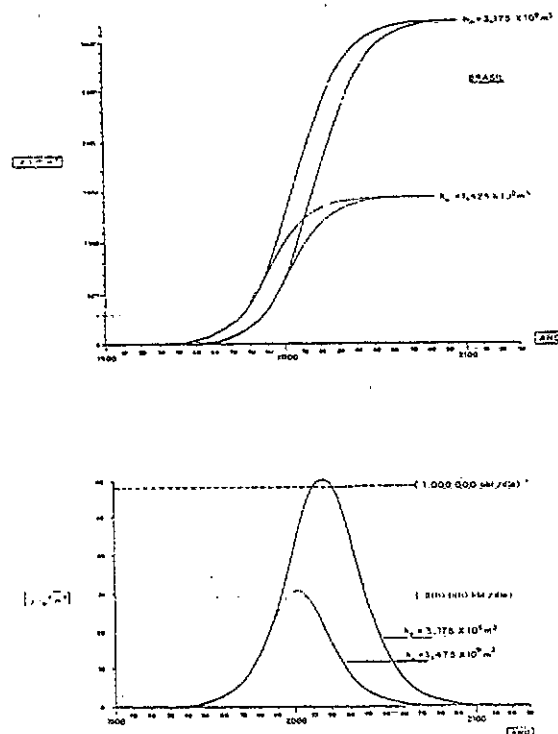


Figura 13: Simulação das curvas logísticas para as hipóteses de o volume recuperável nas bacias brasileiras ser acrescido em 147% ($1,425 \times 10^9 \text{ m}^3$) e 449% ($3,175 \times 10^9 \text{ m}^3$). Na parte inferior está a simulação dos incrementos de volumes produzidos nas hipóteses de se alcançar a produção de 500.000 e 1.000.000 de barris de óleo durante dez anos. A primeira hipótese seria atingida entre os anos 1996 e 2006, desde que o volume de óleo recuperável chegue a 1.425 milhões de metros cúbicos, e a segunda, no período entre 2011 e 2021, para 3.175 milhões de metros cúbicos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dez vezes o que está aí?

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Dez vezes o que está aí.

O SR. CARLOS WALTER — Esses números parece grandes, o Senador César Cals acabou de dizer que nós temos, hoje, pouco mais de dois bilhões, então, nós temos que ir a vinte bilhões. Agora eu vou fazer uma outra consideração. Eu citei um grande número de países e V. Ex^a observa, aqui estão os volumes recuperáveis totais tudo o que foi descoberto e produzido em volumes recuperáveis totais.

Aqui V. Ex^a vê, os países que produzem, nenhum país produz mais de um milhão de barris por dia, sem duas condições. Primeiro, ter alguns campos gigantes naquela definição que dei, campos com o volume recuperável maiores do que quinhentos milhões de barris. Segundo, sem ter um volume recuperável total da ordem de vinte bilhões de barris e com uma razão—reserva—produção nunca inferior a dez, exceto o Reino Unido, que já caminha, rapidamente, para as águas mais profundas e mais árticas do Mar do Norte, porque já sentem que a sua razão—reserva—produção está decrescendo e a razão—reserva—produção pode levar a dificuldades se decrescer muito, e nos Estados Unidos.

Então essa é a conclusão a que se pode chegar, nós temos que descobrir campos gigantes para poder atingir vinte bilhões de barris de volumes recuperáveis totais.

Onde estão esses campos gigantes? Aí vem o nosso “águas profundas” onde nós estamos vendo oportunidades para ter esses campos gigantes. Fora de águas profundas, como eu disse, até duzentos metros de água, no mar, nós já furamos seiscentos poços exploratórios. Não vou afirmar e nem poderia fazê-lo que não existem campos gigantes em águas mais rasas, porém, a amostragem estatística já feita vai deixando essa hipótese cada vez mais distante, uma vez que, até hoje, com maior campo de petróleo que existe em águas até duzentos metros, é o Campo do Namorado, com duzentos e quarenta milhões de barris, portanto, ainda não atinge a metade de um campo gigante. Vejam a Arábia Saudita com 23 campos, sendo eles gigantes, super gigantes e hiper gigantes os Estados Unidos, Rússia, etc.

Era o que queria transmitir, nós temos que fazer uma campanha de descobrir grandes volumes de petróleo. Porque não adianta ficar falando em produção de um milhão de barris. Podemos até chegar lá com um fenômeno episódico. Quando eu usei a palavra episódico, todo mundo ficou escandalizado, que eu estava dizendo que a produção atual é episódica, não é não, porque nós não vamos parar aqui com a nossa descoberta de petróleo. Mas se não descobrir esses volumes nós não teremos sustentação nas reservas e, então, fatalmente, nós poderemos chegar um dia a um milhão de barris e ser episódico mesmo. Era o que queria transmitir.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com a permissão do Senador Virgílio Távora, o Senador Roberto Campos quer falar sobre o assunto.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, em primeiro lugar, para cumprimentar o Dr. Walter pela sua exposição serena e objetiva, segundo me pareceu, despida de intrusões ideológicas, que geralmente abundam nas discussões da PETROBRÁS. Eu o admiro até porque ele não tem que ser visto apenas como um geólogo, não comanda apenas um time de geólogos, ele comanda também um time de ideólogos. A última demonstração da confusão de ideologia e geologia é o pronunciamento do Presidente da Associação de Engenheiros da PETROBRÁS, que, praticamente, vetou a conclusão de um contrato de risco, cuja assinatura já estava marcada, tendo-se deslocado do exterior parceiros contratantes, e a inexplicável fraqueza poderia ter exercido a ação disciplinar, pois o Presidente da PETROBRÁS se intimidou com a postura pseudo-nacionalista da Associação de Engenheiros e cancelou a assinatura do contrato de risco com a Chevroix. A argumentação era a mais bizarra possível e indica grande infiltração de ideologia pseudonacionalista da empresa. O que se alegou é que, estando a zona a ser contratada para risco adjacente a uma zona onde a PETROBRÁS estava trabalhando, afigurava-se haver um grau alto de probabilidade da existência de petróleo, e a inferência é que só se pode contratar por risco áreas de baixas probabilidades, aquelas adjacentes a áreas onde a PETROBRÁS enxerga mais probabilidade são vedadas a contratos de risco.

O que caberia no caso seria uma ação disciplinar punindo o funcionário por essa estranha idéia de que o Brasil só está interessado em ter petróleo se for mediante instrumentação da PETROBRÁS. Não é isso, o Brasil está interessado em ter petróleo e ter petróleo rapidamente, e, se possível, descobrindo campos gigantes, pela PETROBRÁS, ou por via de qualquer outro contratante, se impossível. Há uma nítida diferença entre os interesses nacionais e os interesses específicos de uma empresa que deseja auto-afirmar-se. É por isso que eu sempre apoiei a PETROBRÁS e sempre critiquei o monopólio. O monopólio causa essas perversões mentais, o monopolista quer se auto-afirmar e desenvolve apetites imperiais. Não vi ainda melhor colocação do problema do que aquela do saudoso Presidente Castello Branco: se a PETROBRÁS é eficiente não precisa de monopólio, se é ineficiente não o merece. A tragédia é que não se pode saber se ela é eficiente ou não, porque não há com que contrastar, dir-se-á os contratos de risco que provam que a PETROBRÁS é eficiente. É uma presunção até razoável. Se não fosse a própria PETROBRÁS administradora dos contratos de risco, escolhendo portanto para oferta, à licitação, as áreas de probabilidade média ou baixa. Quando, por distração, procura-se contratar uma área de melhor probabilidade, levanta-se a Associação dos Engenheiros para protestar, para eles não importa que o Brasil tenha petróleo rapidamente, é preciso que o Brasil só tenha petróleo através da PETROBRÁS. Esse episódio do cancelamento de um contrato, no momento da assinatura, torna viável a acusação formulada há tempos pelo General De Gaulle: *Le Brésil n'est pas encore un pays sérieux* — “O Brasil ainda não é um país sério”.

Mas, passemos a outros assuntos. Há poucos dias, tivemos aqui o Dr. Belotti que nos entreabriu a cortina para enxergarmos aquilo que eu chamo “o imposto secreto”. Na realidade, nós sabemos que por uma espécie de entendimento administrativo, desconhecido do Congresso, que é o único Poder capaz de votar tributos, adotou-se uma estrutura de preços tal que um dos seus componentes é um custo básico arbitrário de petróleo. Alguns dizem 30 dólares por barril, outros dizem 29 dólares por barril. É sabido que os preços internacionais têm baixado, deve ser da ordem de 27 e, se acrescidos do custo de transporte, chegariam a 28,5 ou coisa assim, inferiores ao custo hipotético adotado na fórmula de preços. Mas, o petróleo importado é hoje apenas 40% do total aproximadamente, o restante, 60%, é petróleo nacional, cujo custo arbitrado, pela PETROBRÁS, seria 13 dólares por barril, que, se acrescido de despesas operacionais mais royalties e outros itens não desvendados, chegaria a 20,50 dólares por barril. O consumidor, entre-

Países	Volume recuperável (10 ⁹ bbl)	Campos gigantes (unidades)	Produção média julho/84 (10 ³ bbl/dia)	Relação reserva/produção
Arábia Saudita	214,273	23	4.890	71,4
Estados Unidos	164,300	52	8.680	9,07
URSS	142,400	30	12.300	19,13
Kuwait	80,011		471	276,0
Ira	82,750	3	2.200	38,08
Venezuela	64,852	11	1.740	32,38
Irã	59,529	5	1.160	114,9
México	58,733	8	2.880	47,97
Abu Dhabi	37,496	10	784	54,88
Líbia	35,871	16	1.160	56,37
China	27,400	6	2.210	24,64
Nigéria	26,428	9	1.380	41,72
Indonésia	20,070	6	1.360	19,99
Canadá	18,240	10	1.400	13,07
Reino Unido	17,363	10	2.480	9,75
Argélia	15,913	4	615	28,11
Zona Norte	9,455	3	446	54,88
Noruega	9,048	4	658	42,45
Egito	6,461	6	748	15,27
Argentina	6,185	1	472	11,52
Índia	4,902	2	499	24,17
Oman	4,648	3	407	37,50
Malásia	3,998	2	413	23,08
Qatar	3,898	4	419	28,19
Austrália	3,517	2	476	12,45
Brasil (*)	3,635	0	475	11,7
Emrei	3,176	2	160	23,08
Dubai	2,859	2	323	-
Colômbia	2,786	1	164	9,57
Trinidad-Tobago	2,778	2	164	8,08

Tabela III - Relação dos países produtores de petróleo ordenados de acordo com seu volume recuperável total, indicando-se ainda o número de campos gigantes e a produção de óleo diária (Fontes: "International Petroleum Encyclopedia" vol. 17 - 1984; St. John, 1980; De Golyer & MacNaughton, 1983).

(*) (Dados atualizados a 31-12-84, mantendo-se a antiga posição no "Ranking". Calculando-se R/P com a reserva em 31-12-84 e a produção, na mesma data, extrapolada para o ano, a razão R/P cai para 10,5.

tanto, paga 29 ou 30 dólares por barril, há uma diferença de, no mínimo, 8,5 dólares por barril, que corresponde a um imposto secreto, que é desconhecido pelo Congresso, não foi nele votado e que não consta do orçamento. A quanto corresponde esse imposto secreto? Oito e meio dólares por barril, admitido o consumo anual de 1 milhão de barris, 365 dias no ano, daria qualquer coisa como 1 bilhão e 800 milhões de dólares, ou, à taxa de câmbio atual, mais de 9 trilhões de cruzeiros. Disse-nos o Dr. Walter, cuja competência técnica é respeitada aqui e no exterior, que os investimentos em exploração e desenvolvimento estão na altura de 8 trilhões e 400 milhões de cruzeiros. Qual a conclusão dos senhores? É que a PETROBRÁS não dedica um centavo do seu resultado operacional à pesquisa de petróleo. Tudo o que ela faz em matéria de pesquisa e exploração é um imposto secreto extraído do consumidor. Isso difere muito do que fazem outras empresas, como fazem as privadas, elas têm que extrair do preço competitivo do petróleo o suficiente para pagar royalties, que vão a 15 vezes royalties que a PETROBRÁS paga, e os custos de exploração de produção. Sempre me admirei da enorme folga de recursos da PETROBRÁS que a habilitava a invadir o campo da PETROQUÍMICA Superdimensional Refinarias, a Superdimensional frota de petroleiros. De onde vieram esses recursos? Agora sabemos. Não vêm provavelmente dos lucros operacionais da PETROBRÁS, vêm do imposto secreto. Ninguém deseja que a PETROBRÁS não invista, os dados que nos indicou o Dr. Walter Marinho indicam, pelo contrário, a necessidade de vastos investimentos, até a eventualidade do descobrimento de um ou mais campos gigantes. Queremos que a PATROBRÁS faça um programa de investimento. Mas, o meio normal não seria o imposto secreto extraído do consumidor, o meio normal seria submissão do seu orçamento plurianual de prospecção e exploração para apreciação pelos órgãos do Governo, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, e votação pelo Congresso, é absolutamente inconstitucional, senão, mesmo um delito de responsabilidade cobrar-se do consumidor o imposto secreto não votado pelo Congresso, e que dispensa a PETROBRÁS da obrigação de extrair do seu lucro operacional recursos para pesquisa e exploração, já que o recebimento do consumidor excede aquilo que a PETROBRÁS vem aplicando em pesquisa e desenvolvimento.

Por essas e outras razões é que, há muito tempo, cheguei à conclusão que nós devíamos modificar bastante o nosso panorama institucional de petróleo. E a esta Comissão a minha intenção seria propor três coisas. Primeiro, que a administração dos contratos de riscos se faça através de uma Comissão Interministerial. O Ministro da Fazenda, que tem sua atenção voltada para o problema de recursos cambiais e endividamento; o Ministro do Planejamento que deve exercer uma coordenação geral da economia; o Ministro das Minas e Energias, obviamente interessado no desenvolvimento da produção mineral; e o Ministro da Indústria e Comércio interessado em comércio exterior, com a assistência do Conselho Nacional de Petróleo. Estes, seriam os administradores dos contratos de risco, para evitar coisas dessa natureza, que uma associação de geólogos intimide o Presidente da PETROBRÁS para levá-lo a vetar um contrato porque este contrato de risco, se exerceria sobre uma área um pouco mais favorável.

Uma segunda recomendação que eu desejaria propor à Comissão, mais tarde, seria a extinção do imposto secreto e sua substituição por um imposto visível. O consumidor pagaria o custo real do petróleo e os demais itens de preço que compõe, a estrutura de preços, e a PETROBRÁS submeteria o seu orçamento de pesquisa e exploração para ser financiado, na forma normal, através de votação do Congresso.

A Nova República fala em transparência. Isso seria um método de atingir transparência. O que hoje temos é opacidade total nas contas do Conselho Nacional do Petróleo, assim como nas contas da PETROBRÁS.

A terceira recomendação, que aliás é objeto de inúmeros projetos aqui em tramitação, um chegou até a ser vetado, era aumentar os royalties dos Estados. Se as empresas privadas internacionais podem extrair do preço normalmente, praticado no mercado internacional, o suficiente para dar quinze vezes o royalty que a PETROBRÁS paga aos Estados e, ainda, ter recursos para a exploração e prospecção, sem nenhum auxílio governa-

mental, por que é que a PETROBRÁS não poderia aumentar os royalties dos Estados, que hoje estão embutidos, como sabemos, na estrutura de preços também não pagos através das receitas operacionais propriamente ditas? Fazem parte desta montagem da qual deflui um preço arbitrário de 20,5 dólares, cobrando-se do consumidor 29 ou 30 dólares por barril.

Novamente as minhas observações são inteiramente objetivas e gostaria de reafirmar o meu respeito ao Dr. Carlos Walter Marinho, de quem já ouvi uma exposição excelente da PETROBRÁS e que é uniformemente aceito como um orgulho do Brasil em matéria de tecnologia em petróleo.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Pediria ao Dr. Carlos Walter Marinho que recolhesse essas observações para comentá-las mais tarde.

Vamos voltar às indagações do Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, Dr. Carlos Walter Marinho, vamos chegar à seguinte conclusão: V. S.ª precisa, para chegar a um bilhão de barris por dia, multiplicar por 10 vezes as reservas hoje existentes? Isso? De dois para vinte.

O SR. CARLOS WALTER — Seis vezes. Temos hoje 3,7 bilhões em volumes recuperáveis totais.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Vamos nos acertar direitinho. Aqui já foi afirmado 3, 2, 3,7...

O SR. CARLOS WALTER — Não, dois é reserva, três virgula sete é o volume total que entra naquele ...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Passemos, então, para outra questão. É uma pena o eminente Senador Roberto Campos ter saído, porque vai percutir um pouco sobre o assunto que por S. Ex.ª foi aflorado.

Desses 877 dólares a que V. S.ª se referiu, quer dizer, o equivalente a dólar, quanto realmente é de moeda estrangeira e quanto é o gasto em moeda nacional? V. S.ª tem idéia? Para depois calcularmos quando ia sair a brincadeira.

O SR. CARLOS WALTER — Não sei se tenho aqui, mas vou dar-lhe uma idéia.

Isso é dólar equivalente por ser uma moeda constante, mas hoje nossas operações de perfuração são, praticamente, conduzidas em cruzeiros. Inclusive, temos alguns contratos, poucos agora, com companhias estrangeiras para perfuração propriamente dita.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E para apoio?

O SR. CARLOS WALTER — Só em casos especiais nós pagamos em dólar. Usualmente, pagamos em cruzeiro, às vezes usando a taxa cambial de convenção, às vezes não, mas sempre em cruzeiro.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pergunta-se, interrompendo V. S.ª, porque V. S.ª já deve ter reparado, pelo meu passado, que defendendo a sua empresa, mas o que sempre nos é alegado aqui é a parte embutida que tem de dólar na obtenção do petróleo off shore. V. S.ª, depois, se pudesse apresentar dados mais esclarecedores. Acho que um erro do Governo passado, do atual Governo e vai ser do futuro é justamente não botar as coisas em pratos limpos. Quando dizem que Manoel roubou, Manoel diz que não roubou e prova que não roubou; quando dizem que Manoel matou, diz que não matou e prova que não matou. Aqui é a mesma coisa.

O que está embutido em gastos, em divisas? Se V. S.ª puder nos transmitir agora a sua impressão, ótimo. Senão, depois quanto no gasto de obtenção de um barril de petróleo?

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Antes de passar a palavra ao Dr. Carlos Walter, quero dizer ao Senador Virgílio Távora que o Dr. Carlos Walter informou, na sua palestra, que, em matéria de investimento off-shore, 80% é o índice de nacionalização, na matéria de investimento. Na matéria de exploração...

O SR. CARLOS WALTER — Oitenta por cento no mínimo. Deve ser mais...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas V. S.ª poderia nos dar a média de quanto sai porque no fim o que gastaria a PETROBRÁS para ter em dólares, quer dizer, em

divisas, ter um barril extraído off-shore? Se V. S.ª não puder dar agora, daria depois.

A pergunta se justifica justamente para...

O SR. CARLOS WALTER — Os números exatos, evidentemente, eu tenho, inclusive, obrigação de mandar depois.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eu gostaria.

O SR. CARLOS WALTER — Os investimentos mais pesados, em dólares, que houve aí, foi o desenvolvimento da Bacia de Campos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Tudo isso V. S.ª faz na apropriação...

O SR. CARLOS WALTER — O Diretor Belotti, na sua exposição, aqui, afirmou que, para o desenvolvimento da Bacia de Campos, teríamos gasto o equivalente a 7 bilhões de dólares. Não foi? Eu não saberia dizer aqui quanto foi em dólares, mesmo. Só poderia dizer a V. Ex.ª o seguinte: esses projetos, das sete plataformas que foram instaladas na Bacia de Campos, foram feitos por companhias internacionais. Hoje não serão mais. Serão feitas pelo nosso grupo engenharia básica. Isso foi uma grande despesa, talvez em dólar. As plataformas que foram instaladas, com exceção de duas, talvez, na Bacia de Campos acho que apenas uma, foram feitas todas no Brasil.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Advogado do Diabo. Aumentando a lâmina d'água, ainda serão feitas essas plataformas cá no Brasil? Qual a idéia que V. S.ª tem? Ou teremos que nos socorrer de tecnologia e fornecimento de material de fora?

O SR. CARLOS WALTER — Posso lhe informar que, quanto aos projetos, eles serão feitos no Brasil. Um projeto desse pode custar 5 milhões, 6 milhões de dólares ou até mais.

Quanto à construção dessas plataformas para águas profundas, não sei, não sou especialista em engenharia, de construções metálicas, não poderia lhe dizer. Proque podem entrar aços especiais que deveriam ser importados. Todas essas plataformas feitas, com poucas exceções, foi utilizado o aço nacional. Os insumos todos foram nacionais, exceto parte de instrumentação foi muita coisa importada.

Então, nessas águas profundas, devido aos requerimentos de aços especiais e outros equipamentos especiais, não poderia agora lhe dizer assim quanto vai ser em dólar e quanto vai ser em cruzeiro. O que lhe prometo mandar mais tarde é no que já foi feito.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Exato.

O SR. CARLOS WALTER — Agora, quanto à perfuração, não sei se o Chefe de Exploração da PETROBRÁS, Dr. Hélio Falcão teria idéia desses 877 dólares quanto seria em dólar mesmo, dólar, dólar e dólar cruzeiro? Dólar equivalente.

O SR. HÉLIO FALCÃO — Para perfuração?

O SR. CARLOS WALTER — Esses 877 dólares por metro...

O SR. HÉLIO FALCÃO — O conteúdo de dólares, hoje, seria da ordem de 30%.

O SR. CARLOS WALTER — 30%. Você está falando devido às plataformas que nós ainda alugamos, não é?

O SR. HÉLIO FALCÃO — Exato. A todos os custos que nós tivemos em dólares.

O SR. CARLOS WALTER — Contratos de companhia de serviços...

O SR. HÉLIO FALCÃO — Equipamentos e ainda companhia de serviços.

O SR. CARLOS WALTER — Agora, Senador, tem coisas que nós pagamos em cruzeiros equivalentes, mas poderíamos ter ficado livre disso, por exemplo: barcos de apoio, nós estamos esperando que sejam construídos no Brasil, mas existem dificuldades de financiamento e nós ainda contratamos barcos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — É uma das perguntas. Não avance nisso não que estamos perguntando a V. S.ª

justamente por esses termos, para ter respostas ao que nos são dados, as perguntas que nos são solicitadas. Eu não sei, Sr. Presidente, se eu estou abusando aí da bondade da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Esteja à vontade.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — ...é justamente o que se pergunta tem que se responder ...

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Eu acho que a Comissão é para isto, é para investigar a gestão.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, 261 dólares, mas dólares mesmo, quer dizer, divisas. Nós não podíamos fazer um esforço maior, e aí vai entrar justamente toda essa parte que já foi ... o Sr. se lembra quando ainda há pouco lhe falamos sobre o apoio? Nós não poderíamos fazer um esforço maior para ir nos livrando dessa dependência, não? Porque, não sei se V. Ex^a sabe, nesta mesma sala nós assistimos sempre que os depoimentos, aí a CPI, de um caso menos agradável do que esse, da SUNAMAM, uníssono afirmam os estaleiros que uma das grandes dificuldades com que se defrontam é justamente a falta, inclusive pelas estatais, estatais leia-se PETROBRÁS, encomendas que lotassem mais suas carreiras. Então, não tem nada que ver com estaleiro, mas é uma pergunta que aflora. Naturalmente já foi feita algumas vezes. Talvez esse apoio não pudesse diminuir essa quantia que, V. S^a há de reconhecer, ainda está grande 261 dólares por metro. É, está grande!

O SR. CARLOS WALTER — Eu acho que sim e nós podemos diminuir esse problema, por exemplo, dos barcos de apoio, nós estamos com 20 ou 25 barcos encomendados à indústria nacional sem viabilização pelos estaleiros. A situação dos estaleiros...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ótimo! Conta isso direitinho.

O SR. CARLOS WALTER — V. Ex^a permite que peça ao meu Assistente? Doutor Falcão?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ótimo! Quem lhe afirmou justamente o contrário ... Se V. S^a está me afirmando assim, ótimo, é no sentido da informação que V. S^a dá.

O SR. CARLOS WALTER — Por favor Falcão me dê os números das nossas encomendas de barcos que estão aguardando construção.

O SR. HÉLIO FALCÃO — Estamos com 24 embarcações já contratadas pela PETROBRÁS e que dependem de construção, quer dizer, dependem de financiamento do BNDES com os estaleiros. Mas de parte da PETROBRÁS, os contratos que garantiam ou que permitem esses financiamentos já foram assinados.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então os estaleiros estavam com alguma razão e os Sr. também. Mas nessa parte, então, estamos bem entendido. É ao BNDES que está faltando dinheiro, não é? Só pode ser isso!

O SR. CARLOS WALTER — Eu suponho.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não há outros...

O SR. CID SAMPAIO — O Senador Virgílio Távora me permite?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O Senador Cid Sampaio me pediu uma garupazinha. À vontade.

O SR. CID SAMPAIO — O cálculo foi de 877 dólares por metro de perfuração na plataforma marítima. Eu pergunto: este valor é só para perfuração?

O SR. CARLOS WALTER — Perfuração.

O SR. CID SAMPAIO — A manutenção, o suporte, os navios, o alimento, nada disso está incluído?

O SR. CARLOS WALTER — Não. Quando fala perfuração é o custo global.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Assim eu entendi...

O SR. CARLOS WALTER — É sim.

O SR. CID SAMPAIO — É o custo? Era isso que eu queria esclarecer.

O SR. CARLOS WALTER — É o custo do metro. O custo do metro entra material de lama, apoio logístico, entra tudo.

O SR. CID SAMPAIO — Sim. Mas, isso ...

O SR. CARLOS WALTER — Se em algum item desse entrar dólar, já está lá.

O SR. CID SAMPAIO — No período de perfuração, não no período de exploração.

O SR. CARLOS WALTER — Não. No período para perfurar os poços que nós estamos nos referindo...

O SR. CID SAMPAIO — Só para perfurar?

O SR. CARLOS WALTER — ...a custos de perfuração.

O SR. CID SAMPAIO — Exclusivamente de perfuração.

O SR. CARLOS WALTER — Exclusivamente.

O SR. CID SAMPAIO — Era isso que eu queria esclarecer. Não está incluído o custo de manutenção. Quer dizer, e de operação? Não é o custo de operação do poço?

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Exploração.

O SR. CARLOS WALTER — Ah! exploração. Não inclui o custo de exploração. Esse é o custo para perfurar.

O SR. CID SAMPAIO — Só para perfurar. Muito obrigado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, agora, começa a parte da oposição cordial. Como é, então, que, numa necessidade tão grande dessa, está se sujeitando a PETROBRÁS a ter — claro não possuímos acesso às fontes temos que nos guiar pelo que comunica a imprensa, como afirmado por autoridade, — a esse prejuízo de 1,3 trilhão por mês se os Srs. estão precisando pelo que se está vendo aqui é muito dinheiro ainda para perfuração e para exploração.

O SR. CARLOS WALTER — Com relação a essa parte de prejuízo, essa parte econômica, o Diretor Belotti já deu os esclarecimentos aqui.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Que não satisfizeram em nadinha. Perdão, meu amigo, e foi registrado.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — E foi registrado.

O SR. CARLOS WALTER — Eu não tenho...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Que parece coisa de alucinado. Aonde não se pode bolir é nisso, não é?

O SR. CARLOS WALTER — O Doutor Cid Rodrigues, que é o Chefe da nossa Divisão Planejamento queria talvez tentar esclarecer.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Vamos ver se ele consegue essa maravilha? Vamos lá.

O SR. CID RODRIGUES — Senador Virgílio Távora, vou responder uma pergunta anterior de V. Ex^a, com relação à Bacia de Campos, e eu posso lhe passar um quadro que demonstra que a PETROBRÁS investiu até 31-12-84, o equivalente a 7,3 bilhões de dólares, sendo que apenas 2,2 bilhões foram dispendidos efetivamente em moeda estrangeira. E, também, para efeito de comparação...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — 30%, não é?

O SR. CID RODRIGUES — Exato. E para efeito de comparação, eu apresento aqui do lado o valor da produção obtida nessa mesma Bacia até 31-12-84, que foi certa de 7,2 bilhões de dólares. Ou seja, nós dispendemos em moeda estrangeira, efetivamente, 2,2 bilhões e obtivemos uma economia de divisas, também efetiva, de 7,2 bilhões de dólares.

Também para orientar não só o Senador Virgílio Távora nessa pergunta mas toda a Comissão, cabe fazer menção a alguns aspectos mencionados pelo Senador Roberto Campos, quando S. Ex^a afirma que a PETROBRÁS hoje recebe 30 dólares pelo petróleo nacional. Na verdade, é esse o preço que o consumidor paga a

uma taxa que está defasada, que está 80% da taxa efetiva. Então, efetivamente, a PETROBRÁS está recebendo em cruzeiros o equivalente a pouco mais de 23 dólares. Se nós deduzirmos os 2 dólares e 95 centavos, o equivalente em dólares que nós pagamos de royalties, e nós pagamos royalties, coisa que o Senador parece desconhecer ao dizer que a PETROBRÁS não paga royalties. Não, nós pagamos royalties, sempre pagamos royalties...

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Não é verdade. O Senador disse que pagava, apenas que as multinacionais pagavam quinze vezes mais.

O SR. CID RODRIGUES — E então, quer dizer, nós recebemos 23 dólares por todo o barril de petróleo consumido no Brasil. Essa receita da PETROBRÁS de 23 dólares por barril, cerca de 40% desse petróleo é pago a 30 dólares. Quando se fecha a conta no Banco Central se paga 30 dólares, contando o custo, o frete, o seguro.

Então, a receita, que sobra para remunerar os 60% da produção nacional, nós veremos que é inferior a 20 dólares, há uma diferença entre o que está na estrutura nominal de 30 dólares e o custo dito aqui de 20 dólares, essa diferença de 8 dólares e meio por barril, que mencionou o Senador Roberto Campos, ela não existe efetivamente, quer dizer, existe no momento em que a estrutura é feita, mas, gradativamente vai perdendo e, mesmo se fizermos as contas, nós vamos ver que a conta do Senador Roberto Campos não está correta, quer dizer, 8 dólares e meio por barril...

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — A conta foi do Dr. Paulo Belotti.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Um momentinho Dr. Cid, vou ajudá-lo um pouco, porque aqui o Dr. Paulo Belotti está contradizendo V. S^a.

O SR. CID RODRIGUES — De 8 dólares e meio, tenho certeza que o Dr. Paulo Belotti não fez essa conta.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Eu gostaria de dizer ao Dr. Cid que os esclarecimentos estão fugindo da indagação. Peço a V. S^a que pare com essa questão porque estamos fugindo do assunto específico. Mas, nós aceitamos elementos que venham por escrito.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, aqui não estamos como acusador, ao contrário, nesse pedaço, nós desejamos muito, cada vez mais, saber nossa posição. Portanto, aqui não há outra finalidade senão a verdade e, justamente, na brilhante exposição do Belotti, a parte que não ficou bem explícita foi exatamente essa, eu vou fazer um apelo ao Dr. Cid para que esclarecesse isso, porque é mesmo desagradável a gente estar aqui discutindo isso, um diz uma coisa outro diz outra, o que não leva a nada.

Finalmente, então, eu pergunto V. S^a: como tirar esse trilhão e 300, porque é o prejuízo que os Srs. têm aí, que como é no dia 20 de julho que vai ser, então vão pegar 2 meses e 2/3 o que nós dá, salvo engano de aritmética, 3 trilhões e 400 de prejuízo.

Nós não estamos precisando mais de perfurar, como é justamente na PETROBRÁS que vai fazer isso? O Sr. já pensou na pergunta, foi a crítica-pergunta, o mecanismo de compensação que o governo dê a isso, ele não está socorrendo tanto tamborete por aí afora? Capitaliza a PETROBRÁS naquilo que ela tomou de prejuízo. É uma sugestão.

Sr. Presidente, da minha parte considero-me satisfeito e, mais uma vez, lamento não ter ouvido a palestra do Dr. Walter mas, vou lê-la de cabo a rabo, e estamos a espera dos esclarecimentos que certamente serão convincentes do Dr. Cid.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com a palavra o Dr. Carlos Walter.

O SR. CARLOS WALTER — Mesmo correndo o perigo de ser considerado ignorante, prefiro não discutir esse assunto que é especialização da área financeira.

Em primeiro lugar, sendo o diretor mais eficaz da área de exploração, confesso que não vim aqui preparado para ter uma discussão à altura com V. Ex^a, mas, depois, os esclarecimentos serão dados.

Em segundo lugar, se V. Ex^a me permite, o Senador Roberto Campos falou em fraqueza do nosso Presidente,

eu queria dizer que os fatos não ocorreram exatamente assim.

É que, realmente, os membros da sociedade de engenheiros pleitearam do Presidente um exame dessa matéria e o Presidente passou o assunto para mim e, daí em diante, o Presidente confiou em mim, como seu diretor, e se afastou do problema, e eu reconciliei as partes e o contrato será assinado a semana que vem com a CHEVRAUX.

De modo que sinto que o Senador Roberto Campos não está mais presente, mas, queria apenas prestar esse esclarecimento para que não se pense que o Presidente da PETROBRÁS fez alguma coisa que se passasse como foi descrito. Eu resolvi o problema está resolvido e vamos assinar o contrato amanhã.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sabido que são as divergências que tenho com o Senador de Mato Grosso a esse respeito, em todo caso terei o prazer de transmitir a S. Ex^a a informação.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Diretor Carlos Walter, V. S^a nos traçou, hoje, aqui, um panorama da área de exploração da PETROBRÁS e que só faz aprofundarmos um conhecimento que, em grande parte, já era do conhecimento da opinião pública, o de um excelente desempenho que tem tido a PETROBRÁS em seu trabalho de exploração e produção de petróleo nestes últimos anos.

De qualquer maneira, há algumas questões que, no nosso entender, precisariam ser mais iluminadas.

V. S^a falou do menor interesse em investir em nossas bacias por parte de empresas contratantes de contratos de risco. Nós temos assistido, desde os primeiros contratos de riscos, mudanças especiais nas características desses contratos de risco, quer dizer, desde o período do Presidente Geisel, em que nós tínhamos contratos muito rígidos, até os últimos em que as áreas são mais amplas, essas empresas não assumem obrigação de explorar o petróleo de acordo com a conveniência do País e, também, não assumem o compromisso de perfuração, podem fazer outros modos de exame preliminar e durante um tempo bastante largo.

Isto aí, coloca-se à indagação, quer dizer, hoje a grande massa da área sedimentar brasileira está, vamos dizer, aberta aos contratos de risco, a PETROBRÁS na realidade tem uma parcela bem menor do que aquelas que estariam à disposição dessas empresas.

Se elas têm, vamos dizer, um menor interesse em investir, se até hoje têm mostrado uma incapacidade para encontrar petróleo, eu pergunto: primeiro, por que esse abrandamento nos contratos de risco quando, na verdade, estamos verificando, primeiro, a ineficiência dessas empresas e, segundo, estendendo cada vez mais áreas para o contrato de risco que, amanhã, poderia significar através desse abrandamento dos contratos uma cessão de áreas importantes para o nosso futuro.

Essa a primeira pergunta.

O SR. CARLOS WALTER — Senador Severo Gomes, a questão que falei, de menor interesse, tem um sentido relativo, porque as companhias contratantes que se apresentam para o contrato de risco estão em busca, como disse, devido à estrutura do contrato, em busca de acumulações de maior porte e poderiam despertar um interesse muito maior se elas, em suas primeiras tentativas, tivessem encontrado esses campos, porque tiveram uma ação que não foi correspondida e naturalmente, talvez o interesse continue sendo menor que seria se tivessem descoberto acumulações de maior porte.

Não queria dizer com isso, talvez me tenha feito entender mal, que não tenha havido interesse porque, recentemente, assinamos contrato com a Ford, na Bacia de Marajós, na Foz do Amazonas, e agora com a CHEVRAUX, 5 blocos e até mesmo as nossas companhias nacionais assinaram, parece que, 30 blocos na Bacia do Araripe, no Rio Grande do Norte.

O abrandamento, essa é uma compreensão de que explorar petróleo, num pequeno bloco confinado exatamente num pequeno bloco, é muito difícil de haver um julgamento, se convém investir mais ou não, antes de se fazer trabalhos de geofísica, porque as companhias contraditas não contam com as informações globais das ba-

cias que permitem um quadro geral das características da bacia sedimentar, elas contam com um bloco de 3 mil Km² no mar ou maior em terra, mas um bloco restrito.

Então ao longo do desenvolvimento dos contratos de risco elas pleitearam que tivessem o direito de fazer os levantamentos geofísicos e avaliarem se convinha investir em exploração ou não. Dessa maneira, os contratos, de uma certa época em diante, passaram a ter opção de perfuração após os levantamentos geofísicos, porque feitos esses levantamentos geofísicos, se não fossem detectadas nenhuma estrutura no bloco que conviesse ser perfurado, eu não sei se estaria certo dizendo que seria até uma perversidade obrigar o camarada a furar, para cumprir o contrato, sem nenhuma possibilidade de achar petróleo, já que o nosso intuito é achar petróleo, e nós estaríamos obrigando a furar um poço apenas por razões contratuais depois dos levantamentos geofísicos mostrarem que naquela área não existissem estruturas que merecessem qualquer outro investimento.

Isso foi o que nos orientou a dar uma opção ao fim dos trabalhos sísmicos e que talvez seja isso que tenha motivado do Senador a palavra abrandamento, mas este foi um dos abrandamentos.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Eu gostaria de dar um esclarecimento adicional ao Senador Severo Gomes, uma vez que a proposta de uma modificação nas diretrizes para a PETROBRÁS de contrato de risco foi feita pelo então Ministro das Minas e Energia que preside esta Comissão.

Na realidade, como disse o Dr. Carlos Walter, e para chegar a esta conclusão, o próprio Ministro ouviu diretamente todas as empresas que estavam em contrato de risco para saber por que e quais eram as dificuldades ou os obstáculos que estavam encontrando, e praticamente o obstáculo maior é que sendo dado a atuação num bloco e não numa bacia seria difícil tirar as conclusões sobre a decisão de perfurar ou não, porque às vezes as informações limitadas ao bloco não dariam para o estudo geológico ou o estudo sísmico mais completo. Então, as empresas pediram, esse foi o assunto mais importante, que tivessem direito a ter acesso, comprando naturalmente, às informações da bacia e não limitada ao bloco.

Essa foi a decisão mais importante que levou a um maior interesse das empresas.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Se V. Ex^a permite, embora V. Ex^a esteja na Presidência desta Comissão, eu teria também que pedir uma hora de esclarecimentos; quer dizer, nós vínhamos realizando contratos de risco dentro de um determinado padrão, V. Ex^a consulta as empresas e elas sugerem que terão maior interesse desde que possam entender essas áreas.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com o conhecimento.

O SR. SEVERO GOMES — Bom, elas têm o conhecimento, mas com a opção de depois para a perfuração, quer dizer, é evidente que será do interesse delas alargar o mais possível o seu domínio sobre a bacia sedimentar brasileira. Então, eu não discuto que isso aí seja do interesse dessas empresas, se V. Ex^a ouviu-as deve ter percebido que isso era interesse. O que se pergunta é se o interesse nacional está resguardado com esse abrandamento dos contratos de risco e com concessão de áreas crescentes e, possivelmente amanhã, termos contratos de risco cobrindo 80% da área sedimentar e a PETROBRÁS ficando com 20% da área sedimentar, levando em consideração que até agora elas têm mostrado, pelo menos, incapacidade de encontrar petróleo.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Carlos Walter Marinho Campos.

O SR. CARLOS WALTER — Falamos aqui em dois abrandamentos: o primeiro é dar acesso a dados regionais para que se fizesse uma interpretação mais geral da bacia e, o segundo é a opção para a perfuração ao fim de um certo tempo. Caso nós não tivéssemos feito, e a feitura disso e a aceitação desse abrandamento não resultou também em resultados notáveis, mas caso não tivéssemos feito isso, evidentemente, o interesse podia ser ainda menor e o interesse que está no contrato de risco admite, se é que o contrato de risco existe e é, vamos dizer assim, admitido pelos poderes constituídos, é porque nós queremos que seja descoberto petróleo no País, porque não fa-

zia sentido nenhum ter o contrato de risco e interpor todas as dificuldades possíveis para que isto não acontecesse. Agora, a qualidade das áreas dadas ao contrato de risco não é uma qualidade privilegiada. Na minha interpretação, como eu disse, o contrato de risco foi instituído para que viessem aqui trabalhar em áreas onde nós tivéssemos tido, no passado, grande dificuldades e os nossos resultados tivessem sido medíocres. Eu acho que isso, numa grande média, aconteceu. Por exemplo, esse contrato do médio Amazonas, uma área onde nós ainda continuamos com algumas dificuldades sérias, em termos de tecnologia geofísica, eles pegaram uma área maior mesmo assim eles terão, após a sísmica, de nos devolver a metade dessa área e, depois, sucessivamente, ir devolvendo áreas, mas em outras áreas que eram mais promissoras nós não — partindo desse princípio que vieram aqui para abrir novos horizontes — permitimos que entrassem, houve época em que queriam entrar na Bacia de Campos e propunham coisas artificiosas como se fossem microblocos entre campos sendo descobertos e coisas como essas, propuseram ir para águas profundas, e tanto as autoridades governamentais, porque não sou eu que decido, que não dou a palavra final dessas coisas, não permitira que isso fosse feito, e se tivesse sido feito evidentemente quem estaria suprimindo esses campos gigantes agora eram eles.

De modo que eu acho que o interesse nacional, até aqui, tem sido preservado, salvo engano meu, corretamente.

O SR. SEVERO GOMES — Um dos argumentos sobre a validade dos contratos de risco, inclusive defendido pelo Dr. Belotti é o de que essas empresas fizeram pesados investimentos e, por isso, nós ganhamos experiências, conhecimentos geológicos maiores, até porque essas empresas detêm, vamos dizer, maior conhecimentos e tecnologia.

As informações, e são informações do jornal, de que os investimentos das empresas que hoje executam esse contrato de risco andariam em torno de 1 bilhão e meio de dólares ou qualquer coisa dessa ordem.

Fazendo um cálculo dos custos da PETROBRÁS por metro perfurado, os engenheiros da PETROBRÁS chegam à conclusão de que os custos das empresas contratantes de contrato de risco são, muitas vezes, maiores do que os custos da PETROBRÁS.

Então, a indagação que surge é: será que elas estão realmente investindo esses valores ou se estariam, vamos dizer, superfaturando determinados itens e na realidade não investindo? Porque o contraste entre as diferenças de custo da PETROBRÁS para os dessas empresas não são de 10% ou de 15%, mas de algumas vezes o custo da PETROBRÁS.

Então eu gostaria que a V. S^a pudesse trazer o seu julgamento a respeito desta discrepância entre o custo das empresas contratantes e o da PETROBRÁS?

O SR. CARLOS WALTER — Senador Severo Gomes, os investimentos contabilizados, porque a superintendência de contratos de risco, cujo o Presidente está presente aqui, isso nós temos pessoal lá fiscalizando fatura por fatura e contabilizando essas coisas e não detetamos assim exageros, mas eu queria comentar apenas que o investimento feito por essas companhias aqui, hoje no seu total, 1 bilhão e 500 milhões de dólares, desse bilhão e quinhentos milhões de dólares, quatrocentos milhões — estou arredondando mas tenho os dados todos direitinhos aí — equivalentes foram gastos pela PAULPETRO, então nós ficamos aí com 1 bilhão e pouco, que a associação de geólogos alega que o contrato de firmas estrangeiras para perfurar os postos naturalmente quem recebeu os dólares nesses serviços foram as firmas estrangeiras e se foram com os dólares então não ficou no País 1 bilhão de dólares, ficou muito menos, porque eles estimam aí num jornal, que eles têm publicado, dólares. Bom, eu estou me referindo na minha palestra não a isso, eu estou me referindo ao fato de que eles deixaram 147 mil quilômetros de linhas processadas cujos custos são conhecidos. Nós podemos fazer a conta de quanto custa isso, estou dizendo que eles furaram 127 poços, esses poços aos custos, em média, de 5 milhões de dólares cada um, podemos fazer as contas, deixaram relatórios técnicos, deixaram informações que nós usamos na nossa exploração corrente. Aí já é uma quantificação um pouco mais subjetiva, quanto vale um relatório, mas é isso que

eu estou dizendo que eles deixaram. Eu não me proporia discutir se esse bilhão de dólares ficou no Brasil ou se foi levado com as próprias companhias. Se nós quisermos apreciar isso em número nós temos que dar valores ao que ficou mesmo, e o que ficou mesmo foi isso.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. diretor, a PETROBRÁS tem uma avaliação de quanto é que custa o metro perfurado pela PETROBRÁS em terra?

O SR. CARLOS WALTER — Está aqui, 270 dólares por mês.

O SR. SEVERO GOMES — V. Ex.^a teria elementos para nos informar quanto custou o metro perfurado da PAULIPETRO?

O SR. CARLOS WALTER — Naturalmente, eu não sei se o Dr. Reis trouxe isso, mas nós temos isso na PETROBRÁS, com detalhes.

O SR. LUIZ REIS — Não tenho, no momento, quanto custou para a PAULIPETRO, mas tenho os valores que estimam, quer dizer, a PAULIPETRO investiu realmente, segundo os dados da SUPEX, 441 milhões de dólares e perfurou 121 mil metros de poços, 33 poços, além disso ela levantou cerca de 8 mil quilômetros de sísmica, quer dizer, pode se deduzir daí o custo da sísmica e chegar a um valor a metro perfurado.

O caso da PAULIPETRO talvez não seja o mais típico para justificar, porque os custos das contratantes de risco tendem a ser, pelo menos, ligeiramente superiores ao da PETROBRÁS, principalmente na área da perfuração, o próprio Dr. Falcão pode esclarecer que os contratos da PETROBRÁS são, de modo geral, a longo termo, um ano, dois anos. As companhias contratistas, muitas vezes, por obrigação de um a dois poços, trazem, simplesmente, um equipamento de perfuração para 90 dias, e essa mobilização logicamente está incluída no custo do poço, isso é um fator que aumenta os custos; outro seria dizer o custo do próprio pessoal, a mão-de-obra estrangeira, que é mais cara do que a nossa, nestas sondas estão sempre presentes engenheiros das contratantes, que vêm aqui para acompanhar os poços. Então existe uma tendência, mas eu posso garantir que todos os contratos são aprovados, sobre, vamos dizer, uma prévia licitação de preços, e só são aprovados os contratos depois de aprovados pela SUPEX, que além disso ainda acompanha a perfuração dos poços com levantamento das linhas sísmicas.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, esses elementos nós poderemos receber, pois temos interesse de conhecer a profundidade da atipicidade desse poço.

Se nós admitimos a hipótese de que os poços realizados nos contratos de risco têm um custo muito maior do que os da PETROBRÁS, no momento em que esses poços, que são de pequeno interesse para as contratantes, como é o caso do gás da Bacia de Santos, ou o poço de petróleo na Bahia, como a PETROBRÁS indeniza essa empresa dos gastos que realizou até aquele momento para se aposar, vamos dizer, daquele achado, poderia ocorrer que essa empresa, ao ser indenizada, na medida que estiver superfaturando ou agravando os custos, que ela na realidade estivesse realizando lucros, e até lucros vultosos dentro desse processo de indenização pelos gastos realizados.

O SR. CARLOS WALTER — Senador, não existe propriamente um superfaturamento, o que existe é, como ele explicou aí, um maior preço. Explicou muito bem. Trazer uma sonda para furar dois poços e contratar uma sonda para ficar aqui três anos furando poço, naturalmente é uma diferença de preço, e ainda mais, a mobilização de uma sonda dessa coisa para ir e vir é o caso de um milhão de dólares de ida, um milhão de dólares para voltar, então naturalmente isso traz custos maiores, mas esses custos são pagos aos contratistas de perfuração e não há um lucro, eles não fazem um lucro em cima disso, nós temos uma fiscalização para isso, não há essa preocupação. Mas fica um pouco mais cara por essas razões que acabaram de ser explicadas. Mas que também não chegariam à ordem de 20%, 30%.

O SR. LUIZ REIS — Eu queria adiantar que, em alguns casos, esses preços são limitados pela PETROBRÁS, muitas vezes se faz uma licitação e se chega

a um valor que é superior ao que comumente é usado na indústria, e simplesmente a companhia é informada de que aqueles custos só são aceitados até o limite que a PETROBRÁS acha adequado. São cem técnicos da PETROBRÁS que cuidam explicitamente dos contratos, e as contas são aprovadas, existem auditores; logicamente eu estou dizendo ao senhor que existe chance de os custos serem maiores, mas eu acredito em pouca possibilidade de haver um superfaturamento. Além do mais, as companhias de petróleo não estão diretamente ligadas às companhias de serviço, são outras companhias, quer dizer, não é uma companhia da Pecten que está furando com a Pecten, é uma companhia que trabalha no mercado internacional, inclusive algumas delas que trabalham para a PETROBRÁS, quer dizer, não são preços artificiais.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, é muito difícil verificar o conflito de interesses entre uma empresa, uma Pecten, e a que ela contrata, pode haver harmonia de interesses em determinados casos.

O Sr. Diretor informou, aqui, que é um velho conselho de caçadores de petróleo procurar petróleo onde já existe ou perto dele. Daí essas tentativas de procurar pequenos blocos na Bacia de Santos, que seriam os contratos de certeza, não seriam mais contratos de risco. Mas tudo isso nós remete, e hoje ouvimos com alguma apreensão a resposta que V. Sr. deu ao Senador Roberto Campos, embora ele já estivesse ausente, de que o contrato com a Chevraux ia ser firmado amanhã. Ora, as informações que recebemos é de que esse contrato é vizinho do MAS-26, onde a PETROBRÁS já realizou trabalhos e que, caso a PETROBRÁS venha a descobrir petróleo, não há contrato de risco, caso não venha a descobrir, também a Chevraux não precisará fazer a sua prospecção. Então, estaríamos dentro dessa questão, de que nós estamos hoje fazendo um contrato de risco e que a notícia anterior é de que o Presidente Hélio Beltrão tinha se recusado a assinar e que esse contrato é de área contígua àquela que a PETROBRÁS já realizou trabalhos, já tem uma massa de informações e, portanto, bastará a Chevraux aguardar, para ver se a PETROBRÁS acha ou não petróleo. Se achar é contrato de risco e se não achar também não é porque ela não precisa procurar. Ora, realmente, são essas as informações que eu tenho. E gostaria de checar uma outra, de que no médio Amazonas há concessões para ELF que circundam uma área da PETROBRÁS, quer dizer, ao contrário do que fazem países como a China, que dão uma pequena área e preservam o restante para que, amanhã, na ocorrência da descoberta do petróleo, possa beneficiar o país; nós estaríamos fazendo ao contrário, nós estaríamos com uma pequena área cercada pela ELF por todos os lados, e na medida em que amanhã a PETROBRÁS possa achar o petróleo os contratos de risco com a ELF seriam beneficiados. No caso da Chevraux e da ELF colocam essa questão de que a melhor maneira de achar petróleo é procurá-lo onde já existe ou onde há sinais de petróleo, ou onde já há alguém descobrindo o petróleo.

O SR. CARLOS WALTER — Bom, em primeiro lugar eu queria me referir ao caso do MAS-26.

Essa área do Maranhão, se não me engano, esse é o bloco que foi questionado, aqui nós estamos perfurando um poço MAS-26. Eu disse para os meus colegas, estudantes de engenharia, que estou aqui, mesmo que os contratos fossem destituídos, e praticamente todos esses blocos passassem de uma maneira ou de outra, pela minha aprovação. Em uns eu intervi diretamente. Eu acho que não fiz um mal trabalho, desculpe-me parecer pretensioso, na escolha desses blocos, devido aos resultados das companhias de contrato de risco. E esse bloco, na verdade, eu tinha conhecimento que ele ia ser oferecido a contrato de risco, e acho que as possibilidades são pequenas, não acho que são nulas, porque se o fossem, pelo menos, não tinha sentido ter contrato de risco só furar em lugares que têm possibilidades nulas. Esse poço, como o nome está dizendo, MAS-26, tirando poços furados nesta região, só aqui já furamos mais de 20 poços, procurando esses mesmos objetivos. Esse, portanto, é o vigésimo poço que nós perfuramos. Portanto, convenhamos que a taxa de risco é bastante elevada. A questão se prende à possibilidade de haver umas areias, não estruturas, mas areias que poderiam proporcionar descobertas nos chamados campos extratigráficos, em que não há controle

estrutural, seriam areias, vamos dizer, lenticulares que desaparecessem em todas as direções embutidas em rochas impermeáveis de muito difícil prospecção, prospecção mais fácil é a em estruturas, e que deveriam ter essa areia. Eu examinei os dados, antes de surgirem esses problemas, eu chamei o Dr. Raul no meu gabinete e pusemos os dados na parede, e pessoalmente posso assumir responsabilidade desses blocos. Não existe chance de mais de 10% de se achar petróleo, não existe essa fantasia. O que existe é um zelo, muito natural, que acho procedente dos nossos engenheiros, mas não uma certeza, e tenho aqui o superintendente do departamento de exploração que está perfeitamente familiarizado com o problema, e achei que não havia por que sustar e deixei o processo continuar até a assinatura dos contratos.

Houve ocasiões, perdoe-me a insistência de dizer, em que tive de ficar muito preocupado com a insistência das companhias internacionais de entrar na Bacia de Campos, com minibloco, teoria do xadrez, que um é seu, outro é meu. Esse problema aqui não me aflige, pode ser até que eles descubram petróleo, mas o risco avaliado por qualquer geólogo de petróleo internacional é um risco elevado. Eu não vi razão para fazer um cavalo de batalha em torno disso.

O SR. SEVERO GOMES — Na questão que se coloca, há um certo nível de risco...

O SR. CARLOS WALTER — Não completei ainda a minha resposta.

No caso do Amazonas, como expliquei aqui, em 1953, nós descobrimos petróleo em Nova Olinda, que era uma areia, e nunca conseguimos mapear realmente uma estrutura que se pudesse dizer: essa é uma estrutura válida. O que nós mapeamos era uma anomalia de velocidade, que quando se perfurava na superfície não havia estrutura. E preocupados com isso, a única área que nós desafiava, dessas companhias, a SHELL, a Pecten, e a ELF, uma furou 2 poços na área, outra 1 poço e não tiveram sucesso algum, e fizeram a proposição de fazer o estudo global da área, e depois devolver a metade da área, por isso foi feito esse contrato de risco.

Nós tivemos a primeira escolha, aliás, essa questão de primeira escolha, tivemos outro dia nos visitando o Presidente da Pecten, ele disse que não tinha objeções de que a PETROBRÁS tivesse a primeira escolha, achava isso natural, e nós tivemos a primeira escolha e no Médio Amazonas escolhemos dois blocos de 2 mil km² cada um, e estamos explorando petróleo nesses blocos.

Eu até admito que se possa achar que foi um pouco exagerado o tamanho da área para um estudo global, mas não esquecendo nunca que depois tem que se devolver a metade dos blocos.

O SR. LUIZ REIS — Gostaria de complementar a resposta do nosso Diretor, dizendo ao Senador Severo Gomes que o Diretor focalizou duas hipóteses para exploração do petróleo: uma da extensão das descobertas e outras por analogia. Na área do Pará, onde se situam os 5 blocos da Chevraux, o único a produzir petróleo foi o PAS-11, que recuperou cerca de 2,5 milhões de barris. A sombra do contrato de risco, isso não pode ser nem extensão, que qualquer campo com 10 milhões de barris é completamente subcomercial e não será desenvolvido sob contrato de risco. E a exemplo do que aconteceu na Bahia, o campo seria devolvido à PETROBRÁS. É preciso que haja, que apareçam, na área do contrato, campos diferentes dos que foram, pelo menos, testados até agora, para que possa ser desenvolvido na luz do contrato de risco. No Amazonas, a mesma coisa, nós temos alguns poços no Médio Amazonas que chegaram a produzir óleo, mas nenhum deles poderá ser desenvolvido à luz do contrato de risco.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, Sr. Diretor, aí permanecem duas indagações: a primeira é que o risco pode ser maior ou menor, vamos dizer que seja um alto risco. Mas mesmo que seja um alto risco, como a PETROBRÁS está, vamos dizer, trabalhando na área, se ela amanhã realmente descobrir petróleo, o contrato com a Chevraux se transforma em contrato de certeza. Porque ela pode ficar lá fazendo os seus levantamentos sísmicos, porque os seus contratos de risco não a obrigam imediatamente à perfuração dos atuais. Então, ela estaria tendo concessão, pode o risco ser alto, quem vai correr esse risco alto, já está correndo, é a PETROBRÁS

que vem perfurando na área e nas cercanias. Então ela, na verdade, não estaria fazendo um contrato de risco, ela ocupa a área, vai fazer suas pesquisas, seus levantamentos sísmicos, aguardando o desenvolvimento dos trabalhos da PETROBRÁS, quer dizer, ela está seguindo o conselho dos trabalhadores de petróleo a que o senhor se referiu, vamos procurar petróleo onde já existe, ou onde promete existir de alguma maneira. Quanto à colocação do que foi encontrado até agora, foram os pequenos poços de petróleo, e esses não são do interesse das contratantes, que elas devolvem para a PETROBRÁS, eu colocaria de novo a questão: Como é que são auferidos esses custos? Ela pode fazer um subcontrato com uma empresa qualquer, não há conflito de interesses na medida em que ela possa até carregar nos preços, serem aceitos, fazer concorrências, essas concorrências podem ser todas elas bem arrumadas, e na hora em que a PETROBRÁS for comprar, vai comprar por um preço três vezes maior do que ela gastou, e estará ganhando dinheiro da mesma maneira. Mas o que importa é a argumentação preliminar de que eles estão procurando petróleo onde há indício de petróleo, mas não é isso. Por maior que seja o risco, quem está correndo o risco é a PETROBRÁS, quem está prospectando é a PETROBRÁS.

O SR. LUIZ REIS — Senador, me pareceu que V. Ex^a estaria afirmando que os contratos seriam sem risco, porque talvez os campos de petróleo encontrados pela PETROBRÁS se estendessem pelas áreas contratadas.

O SR. SEVERO GOMES — O que ela está pesquisando, estudando hoje.

O SR. LUIZ REIS — Mas ela só pode ser remunerada caso ela descubra campos, ela tem que furar para achar óleo. Ela só pode ser remunerada por campos que ela descobriu.

O SR. SEVERO GOMES — Coloquei duas perguntas diferentes: uma, seguindo a sua argumentação de o que tem sido o achado, são pequenos poços, e elas entregarão à PETROBRÁS, indenizados dos custos. Custos que evidentemente, pelo menos, fazendo uma regra de 3 entre os custos da PETROBRÁS e dela, encontrarmos uma diferença muito grande, não quer dizer que isso corresponda à realidade, é uma coisa que precisamos nos aprofundar, ter maiores informações da PETROBRÁS, mas ter uma visão crítica da questão para podermos fazer com que esta Comissão chegue a bom termo.

O SR. LUIZ REIS — Só mais um esclarecimento, Senador. Eu diria que os custos maiores, significam que os campos precisam ser maiores para serem comerciais. Um campo só pode ser considerado comercial à luz do contrato de risco, caso o fluxo de caixa dele seja suficiente para pagar todos os encargos que a PETROBRÁS se obriga no desenvolvimento do campo. Então, se os custos são maiores, os campos precisam ser maiores. Por exemplo, o campo da Bahia, da PECTEN, só pode ser considerado comercial caso atinja 20 milhões de barris. Como a reserva mais provável do campo estava situado em 12, a PECTEN devolveu e não recebeu nada. Ela devolveu o campo e pouco importa se os poços que ela furou na área tenham sido um pouco maiores do que os da PETROBRÁS. Quer dizer, os custos maiores não benefi-

ciam a companhia, porque o risco maior é descobrir os campos que se tornam comerciais.

O SR. SEVERO GOMES — Eu tenho uma última pergunta que é com relação ao problema de recursos humanos, e projeção da transparência que gostaria que voltasse ao ar.

O SR. LUIZ REIS — V. Ex^a se refere à treinamento ou à lotação de geólogos?

O SR. SEVERO GOMES — Geólogos, à formação de geólogos e a observação que eu faria é a seguinte: nós estamos nesse período de 1980 e 1985 num período de grande esforço da PETROBRÁS para aumentar a sua produção de petróleo, a sua suficiência e tudo o mais. Em 1980, nós tínhamos em formação 44, em 1981 houve uma elevação mas, em 1982, 7, 1983, 13, em 1984, 8 e em 1985 sobe para 40 e é o que está — vamos dizer — programado. A impressão que se tem é a de que são números relativamente discretos. Mas é uma pergunta que se coloca: qual é o número de geólogos que trabalham na PETROBRÁS e de que modo eles vêm aumentando ou diminuindo no curso desses últimos anos?

O SR. CARLOS WALTER — São os geólogos e geofísicos?

O SR. SEVERO GOMES — São os que hoje trabalham na PETROBRÁS. E, esse volume, comparado com 5 anos atrás, o Sr. tem os elementos?

O SR. CARLOS WALTER — Eu chequei outro dia e devia ser mais ou menos...

O SR. LUIZ REIS — Bem, essa lotação atual de fevereiro deste ano, somente do Departamento de Exploração. Além desses geólogos e geofísicos existem geocientistas trabalhando ainda no centro de pesquisa, na BRASPETRO, na SUPLEX, que é a Superintendência de Contratos de Risco, na PETROMISA, enfim, todas as subsidiárias que utilizam a mão-de-obra do profissional de geociência. Então, nós temos hoje, um pouco menos de 600 geólogos e geofísicos que é a força de trabalho do Departamento de Exploração.

Eu não tenho a transparência, mas tenho números e, posteriormente, iremos enviar isso. Os quantitativos, nos últimos 10 anos, mostrando que houve um crescimento substancial na mão-de-obra de geólogos e geofísicos, fundamentalmente a partir do ano de 1977, mais ou menos, quando a PETROBRÁS contava com 386 geólogos e geofísicos. De lá para cá, houve um crescimento substancial, hoje com 720, portanto, nós dobramos esse quantitativo, e o grande ingresso de geólogos e geofísicos na PETROBRÁS ocorreu em 1978 e 1979. Nestes dois anos, em 1978 entraram 90 geólogos e geofísicos na PETROBRÁS e, em 1979, 70. E, em 1980, ingressaram 139 geólogos e geofísicos na PETROBRÁS e, em 1981, 115.

V. Ex^a sabe muito bem que as universidades brasileiras não formam geólogos especializados em geologia de petróleo, a PETROBRÁS tem que arcar com esse treinamento e, portanto, essa massa que ingressou na empresa, somente agora, decorridos 5 anos de treinamento intenso, que o Sr. viu no outro quadro, é que começa realmente a poder produzir e participar das tarefas mais nobres

da exploração que seria gerar locações apropriadas que permitissem maior sucesso na procura de petróleo.

Então, esse trabalho foi intenso com o auxílio inicialmente do serviço de pessoal da PETROBRÁS e, posteriormente, do serviço do CENPS, do Centro de Pesquisa, a quem está afeto o treinamento interno na empresa, e com a colaboração de várias universidades também, nós tivemos que treinar esse pessoal e, agora, nós atingimos um nível que é julgado adequado. É claro que nós esse ano estamos admitindo 40 geólogos e geofísicos exatamente para manter uma rotatividade, ingressando gente nova na empresa que possa ser treinada para quando houver necessidade estar pronta a prestar essa colaboração.

O SR. SEVERO GOMES — Mas eu pergunto, Sr. Diretor, o Sr. fez referência ao que a PETROBRÁS mantém, hoje, quer dizer, estudantes na faculdade de Ouro Preto e na Bahia. O Sr. tem os números desses estudantes hoje nessas duas faculdades?

O SR. CARLOS WALTER — Não. Na Bahia nós devemos ter em torno de 15 por aí ou menos.

O SR. SEVERO GOMES — Como?

O SR. CARLOS WALTER — Na Bahia nós só temos geofísicos e devemos ter lá umas 15 pessoas e, em Ouro Preto temos mais, porque em Ouro Preto temos curso de engenharia de petróleo e três cursos de geologia: um com ênfase em rochas e reservatórios, outro com ênfase em problemas estruturais que é a formação de rochas e, outro, com ênfase em análise de bacias sedimentares com vistas à prospecção de petróleo. O número desses estudantes deve estar próximo de 40 estudantes.

O SR. LUIZ REIS — É, o número que consta desse quadro, na pós-graduação no País, nós temos um total nesse ano de 1985, 23 geólogos e geofísicos envolvidos nesses cursos que o Diretor Carlos Walter mencionou, de Ouro Preto e na Bahia.

É interessante salientar que, além de proporcionar treinamento para o nosso pessoal, nós estamos incentivando, em colaboração com a Universidade de Ouro Preto e da Bahia, que o pessoal externo à PETROBRÁS, através do fornecimento de bolsas de estudo, participe, também, desses cursos e, posteriormente, eles poderão ser aproveitados pela PETROBRÁS ou por outra empresa que tenham necessidade dessa mão-de-obra que, até então, não era formada no País, nesse nível de pós-graduação, de mestrado e doutorado em Geologia e Geofísica.

O SR. SEVERO GOMES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu desejo agradecer ao Diretor Carlos Walter, pela exposição feita, pela maneira concreta como pôde responder ou tentou responder a quase todas as indagações dos Srs. Senadores, agradecendo, também, aos Srs. Senadores.

Na próxima terça-feira, as informações que aqui foram pedidas devem ser encaminhadas e, na próxima terça, ao invés de quarta-feira, foi escolhido o Diretor Carlos Santana, às 10 horas. Declaro encerrada a reunião.